

Maio 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Criação de seis milhões de empregos atinge a Agricultura	7
1.2 Sinprof defende salário mínimo de 975 mil kwanzas	8
1.3 Mais de 560 mil pessoas estão a viver com fome em angola	8
1.4 Programa de combate à pobreza atinge milhares de beneficiários	9
1.5 Reconversão da economia informal não resolve a precariedade da relação laboral	9
1.6 «Dor da fome» leva crianças a emigrarem do seio da familiar para as ruas	10
1.7 Especialista alerta que solução passa pela criação de políticas públicas	12
1.8 Inflação 'descontrolada', poder de compra dos angolanos devastados	13
1.9 Informalidade absorve 80,8 por cento dos empregos	13
1.10 Milhares passam fronteira da Namíbia para fugir à fome	14
1.11 Problemática da seca levou João Lourenço ao Sul do País	15
1.12 Zungueiros angolanos «atacam» ruas da Namíbia e provocam ira entre ambulantes locais	16
1.13 Os processos democráticos nas organizações da sociedade civil	16
2. MICROFINANÇAS	18
2.1 Micro-seguro traz respostas rápidas	18
2.2 Os camponeses e o crédito à produção	18
2.3 O Programa de Apoio ao Crédito não aprovou, nem financiou nenhum projecto	19
2.4 Lucros da banca caem 32% para 362 mil milhões Kz sem contar com prejuízo histórico do BPC	19
2.5 BPC Imobiliária marca leilão inicial de activos	20
2.6 Reconversão da Economia Informal regista 15 pedidos de crédito	21
2.7 BAD com crédito para agronegócio, mas projectos chumbam por falta de qualidade	22
2.8 Crise nas empresas “empurra” mal parado para valores mais altos em seis meses	23
2.9 Economia informal regista 15 pedidos para micro-crédito	24
2.10 O nosso sistema bancário	24
2.11 BAD com crédito para agronegócio, mas projectos chumbam por falta de qualidade	25
2.12 Bancos comerciais só concederam um terço dos créditos exigidos pelo BNA	26
2.13 Crise nas empresas “empurra” mal parado para valores mais altos em seis meses	27
2.14 Economia informal regista 15 pedidos para micro-crédito	28
2.15 O nosso sistema bancário	28
3. MERCADO INFORMAL	30
3.1 Reconversão da economia informal não resolve a precariedade da relação laboral	30
3.2 Reconversão da economia informal não resolve a precariedade da relação laboral	31
3.3 Sector informal absorve Kz 5'5,1 milhões	32
3.4 Mercado municipal do Kicolo conta com uma nova gestão	32
3.5 Venda ambulante de frutas persiste nos principais centros de concentração populacional	33
3.6 Reconversão da Economia Informal regista 15 pedidos de crédito	34
3.7 Economia informal regista 15 pedidos para micro-crédito	35
3.8 Informalidade absorve 80,8 por cento dos empregos	35
3.9 Produtos de cesta básica chegam a custar 11 vezes nos supermercados	36
3.10 Zungueiros angolanos «atacam» ruas da Namíbia e provocam ira entre ambulantes locais	38
3.11 Formalização de negócios inicia no Mercado do 30	38
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E	40

TRANSPARÊNCIA	40
4.1 ADRA reivindica estatuto de utilidade pública há dez anos	40
4.2 OGE 2021 garante sustentabilidade	40
5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	41
5.1 Criação das Autarquias Locais: os desafios para as Finanças Públicas	41
5.2 Aberto curso sobre administração autárquica	44
5.3 SIAC expande serviços com brigadas móveis	44
5.4 Executivo “ensaia passos para autarquias” enquanto oposição “apega-se” ao pacote legislativo	45
5.5 GPL recepciona e passará a gestão a três municípios	47
5.6 Por onde anda a febre das autarquias?	47
5.7 Revisão pontual da Constituição foi aprovada sem voto contra	48
5.8 Os processos democráticos nas organizações da sociedade civil	50
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	52
6.1 “Ninguém pode ter duas casas” nas centralidades	52
6.2 Empréstimos à habitação com máximo desde 2008	53
6.3 Grupo israelita financia, constrói e passa factura de 782 milhões USD	53
6.4 Preços altos de materiais «anulam» sonho da casa própria	54
6.5 Preços dos materiais de construção disparam	55
6.6 2,9 Milhões de imóveis podem ser registados	56
6.7 Conjuntura condiciona negócio imobiliário	56
6.8 Fundo Habitacional vai concluir Centralidade de Malanje	57
6.9 Fundo Habitacional vai participar na conclusão de obras paralisadas	57
6.10 Moradores das encostas da Boavista são realojados	58
6.11 “O imobiliário a grande lavandaria de dinheiro em Angola, não tem um regulador. É um absurdo”	58
6.12 Os compliances officer em Angola continuam a ser marionetas	61
6.13 Preços dos materiais de construção aumenta 1,0%	64
6.14 Mais 800 famílias serão realojadas no Mayé-Mayé	64
6.15 Preços inibem compra de casas	65
6.16 Três mil habitações à venda na Caála	66
6.17 Crise na construção 'afunda' produção de cimento em 32%, para 2 milhões de toneladas	66
6.18 «A vandalização só acontece porque as casas estão desabitadas»	67
6.19 Crise na construção 'afunda' produção de cimento em 32%, para 2 milhões de toneladas	68
6.20 Denúncia Falta de serviços sociais «irrita» moradores da centralidade	69
6.21 Falta de ocupação «incita» "vandalização da Centralidade do Luongo	70
6.22 Imogestín diz que Luongo não está sob sua tutela'	70
6.23 Os impostos patrimoniais na utilização efectiva dos imóveis	71
6.24 Autoconstrução dirigida é prioridade do Executivo	72
6.25 BPC Imobiliária vai vender activos	72
7. TERRA	74
7.1 “Ninguém pode ter duas casas” nas centralidades	74
7.2 Terrenos sem aproveitamento revertidos ao Estado	75
7.3 Terrenos agrícolas sem aproveitamento vão ser confiscados	75
7.4 Terrenos agrícolas sem aproveitamento vão ser confiscados	76
7.5 Lotes infra-estruturados colocados à venda ontem	77
7.6 Reservas desanexadas transferidas para o PGL	77
7.7 Concessionária viabiliza reparações pelas terras	78
7.8 A terra como recurso finito	79

7.9	GPL recepciona e passará a gestão a três municípios	86
7.10	Moradores das encostas da Boavista são realojados	87
7.11	Vítimas da seca dos Gambos vão ser realojadas em Okalwa	87
7.12	Exploração de terras raras em menos de dois anos	88
7.13	Mais 800 famílias serão realojadas no Mayé-Mayé	88
7.14	Investidores desafiados a adquirir lotes no Pólo industrial de Fútila	89
7.15	Luanda: Governo realoja mais de mil famílias	90
7.16	Por dentro da miséria em que vivem: milhares desaloçados das Salinas	90

8. SERVIÇOS BÁSICOS 92

8.1	Lançado concurso para o Aterro dos Mulenvos	92
8.2	ELISAL REBATE ACUSAÇÃO «Eles queriam desacreditar a empresa»	92
8.3	Impasse ELISAL acusada de despedir sindicalistas por terem denunciado desvios de equipamentos	92
8.4	Alarme sanitário? Claro. O habitual	93
8.5	De boas intenções estão as lixeiras cheia	94
8.6	Contentores de lixo estão de volta às ruas de Luanda	96
8.7	Zango 4 Ex-moradores da lixeira transformam garrafas de plástico em vassouras para sobreviver	96
8.8	Catadoras de lixo incentivadas a constituir cooperativas	97
8.9	Lojas, hotéis e mercados obrigados a pagar recolha de lixo	98
8.10	Clientes da EPAS acumulam dívida de 400 milhões Kz	98

9. GÉNERO E VIOLENCIA 99

9.1	Especialista alerta que solução passa pela criação de políticas públicas	99
9.2	«Wowo», matar ou morrer no Paraíso	100
9.3	Índice de criminalidade em Cacuo preocupa moradores	101
9.4	Maio aterrorizado com crimes violentos envolvendo menores	101

10. AMBIENTE 103

10.1	Quando Cubango quer contribuir para o fim da importação de derivados da madeira	103
10.2	Indústria madeireira cria 8.500 posto de trabalho	103
10.3	Madeira vai render 40 milhões de euro	104
10.4	Vítimas da estiagem beneficiam de apoios	105
10.5	Chuvas desalojam e deixam vias cortadas	105
10.6	Vítimas da seca dos Gambos vão ser realojadas em Okalwa	106
10.7	Exploração de terras raras em menos de dois anos	106
10.8	Angola perde anualmente mais de 17 mil milhões de kwanzas	107
10.9	Empresários reunidos sobre a situação da madeira	107
10.10	Executivo quer repovoar 100 mil hectares das florestas	108
10.11	Milhares passam fronteira da Namíbia para fugir à fome	109
10.12	Problemática da seca levou João Lourenço ao Sul do País	109
10.13	Seis empresas autorizadas a explorassem madeira	110

11. MINEIRA 111

12. MIGRAÇÃO 111

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 111

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Criação de seis milhões de empregos atinge a Agricultura

Jornal de Angola

01 De Maio de 2021

Os resultados do Inquérito do Emprego em Angola sobre a população empregada, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam a criação de mais de seis milhões de postos de trabalho no ano passado.

Durante o quarto trimestre de 2020, num universo de 15.497.110 pessoas consideradas economicamente activas, maiores de 15 anos, 10.749.488 foram declaradas empregadas e 4.747.622 desempregadas.

Do total da população declarada empregada, mais de metade (56,1 por cento) se encontra a praticar agricultura, produção animal, caça, actividade florestal e pesca, o que representa, em termos numéricos, 6.034.744 pessoas, seguindo-se o comércio a grosso e a retalho, com 19,4 por cento, ou seja, 2.087.546 pessoas empregadas. O sector que menos emprega é o de actividades financeiras, imobiliária e de consultoria, com 0,6 por cento, mantendo um total de 60.296 empregos. Neste contexto, os mais de seis milhões referem-se à população declarada empregada nas áreas acima referidas e não com base na criação de novos postos de trabalho.

Programas do Executivo

Segundo o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, o Executivo assumiu, como um dos eixos de actuação, a implementação de programas que visam o aumento dos níveis da empregabilidade, como mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social. Pedro Filipe disse que o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) já inseriu 6.726 cidadãos no mercado de trabalho. Explicou que o plano foi criado pelo Decreto Presidencial n.º 113/19, de 16 de Abril, como um mecanismo de apoio às acções de fomento à empregabilidade, dirigidas, especialmente, a jovens entre os 17 e 40 anos, mulheres, população rural, portadores de deficiência e a outros grupos vulneráveis.

O dirigente disse que, estrategicamente, o PAPE está alinhado com as iniciativas do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e

Substituição das Importações (PRODESI), Programa da Reconversão da Economia Informal (PREI), inseridos na estratégia nacional de redução dos níveis de informalidade, em alinhamento com o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

"Com a implementação do PAPE, estão também a ser construídos, reabilitados e apetrechados diversos centros de formação profissional, sendo mais uma fonte de geração de emprego, por esta via", esclareceu. O secretário de Estado lembrou que o PAPE beneficia mais os jovens que procuram pelo primeiro emprego, formados com a intenção de obterem equipamentos e ferramentas, para o exercício de uma actividade geradora de emprego e renda, bem como os que já exercem uma actividade profissional e que precisam de reforço com equipamentos e ferramentas ou exerçam actividade profissional e carecem de aprimoramento técnico e capacitação no domínio da gestão. Pedro Filipe disse que o plano contempla também cidadãos empreendedores com ideias de negócio, que pretendam criar o seu negócio, profissionais que necessitam de um espaço condigno para a realização das suas actividades e mulheres das zonas peri-urbanas e urbanas.

O PAPE fomenta e apoia o espírito de iniciativa na juventude, desde os empreendedores já estabelecidos aos emergentes. Também, forma jovens nos domínios técnico-profissional e de gestão de pequenos negócios e contribui para o processo de promoção da inclusão financeira, fiscal e social. O plano contribui ainda para a melhoria do rendimento familiar e, na sequência, o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país, fomentando o cooperativismo e o associativismo juvenil, de modo a contribuir para o processo de combate à fome e à pobreza.

O PAPE valoriza o exercício das profissões/ocupações úteis à sociedade, contribui para a bancarização e educação financeira das famílias e para o processo de reconversão da economia informal para a formal. Pedro Filipe esclareceu que, no âmbito da criação de emprego, o PAPE estima abranger 83.500 jovens, distribuídos na concepção de 10 mil micro-créditos. Prevê, ainda, a distribuição de 42.000 kits profissionais, garantir a inserção de 30 mil jovens no mercado formal, através do fomento ao emprego, e formar 1.500 jovens nos níveis 3 e 4 de formação profissional, para serem inseridos em programas de estágio profissional.

Data histórica

Desde 1886, o 1 de Maio é assinalado por ocasião de uma greve iniciada na cidade norte-americana de

Chicago, que exigia melhores condições de trabalho, principalmente a redução da jornada diária, que chegava a 17 horas, para oito horas. Milhares de trabalhadores reivindicaram sobre os seus direitos e melhorias de condições e a manifestação terminou em confrontos com polícias, que resultou em prisões e mortes.

1.2 Sinprof defende salário mínimo de 975 mil kwanzas

Jornal de Angola

01 De Maio de 2021

Texto: Edivaldo Cristóvão

O presidente do Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF), Guilherme Silva, defendeu, ontem, em Luanda, que o salário mínimo da classe deve ser equivalente, em kwanzas, a 1.500 dólares (975 mil kwanzas, ao câmbio médio de ontem do Banco Nacional de Angola).

Guilherme Silva falava ao Jornal de Angola, em representação dos 90 mil professores inscritos no SINPROF em todo o país, por ocasião do Dia Internacional do Trabalhador, que hoje se assinala. O sindicalista pede o reajuste dos salários, face à perda do poder de compra e tendo em conta a taxa de inflação que o país vive, nos últimos anos. Informou que, actualmente, um professor primário, Auxiliar do 6º Grau (técnico básico), auferia um salário de 49.040,50 kwanzas, enquanto um professor primário e secundário, com a categoria de técnico médio (13º Grau), ganha 103.303,20 kwanzas. Segundo explicou, "se considerarmos que a cesta básica custa acima de 250 mil kwanzas, concluímos a razão da desmotivação no seio do corpo docente".

Guilherme Silva realçou que a parcela do Orçamento Geral do Estado (OGE), alocada para a Educação, está aquém do compromisso assumido por Angola nas instituições internacionais. Referiu que o SINPROF tem reclamado junto do Executivo, no sentido de se garantir à Educação uma parcela igual ou superior a 20 por cento, para apostar-se num ensino de qualidade. "Não é com um dígito do OGE que sairemos da péssima qualidade de ensino, pois, se não se investir seriamente na Educação, teremos o sonho de desenvolvimento adiado", alertou. O sindicalista é de opinião que um investimento sério na Educação se reflecte na qualidade de vida dos cidadãos. "O grande problema em Angola é a inflação galopante, que corrói os salários, porque tudo gira à volta da moeda estrangeira", acrescentou. Guilherme Silva defende promoções para todos os professores, tendo em conta o tempo de serviço de cada um, devido ao facto do Ministério

da Educação ter considerado, na transição para o actual Estatuto (nº 160/18), apenas as habilitações literárias dos docentes.

Alertou ainda que a Merenda Escolar, cujas verbas não são administradas pelo Ministério da Educação, não tem sido monitorizada nas escolas beneficiárias, assim como o subsídio de direcção e chefia das instituições públicas de ensino, já aprovado e publicado em Diário da República, ainda aguarda pela implementação. Também, o sindicalista realçou que o subsídio de isolamento e periferia, que beneficiaria os professores das zonas mais recônditas, aguarda, por aprovação, há anos. O responsável sindical anunciou que os professores primários auxiliares das zonas mais recônditas, que devem aumentar o seu nível académico, de acordo com o Estatuto dos Agentes da Educação, não têm possibilidade de fazê-lo, por falta de condições. O presidente do SINPROF lembrou, também, que a mono docência, que se verifica nas 5ª e 6ª classes, já extinta através da Lei nº 32/20, ainda aguarda pela sua regulamentação. Hoje, o Sindicato dos Professores tem cerca de 90 mil associados, nas 18 províncias do país, e mantém a aposta de continuar a reivindicar pela melhoria das condições de trabalho dos professores do ensino público. O seu âmbito não abrange professores do ensino particular.

1.3 Mais de 560 mil pessoas estão a viver com fome em Angola

Jornal Hora

7 De Maio de 2021

A emergência alimentar - ou fase 4 na classificação universal da insegurança alimentar é a segunda mais elevada da escala, sendo que a fase 5 representa situações de catástrofe.

"Múltiplas formas de desnutrição continuam a ameaçar o bem-estar das crianças angolanas", avisa o relatório, demonstrando prevalência "muito alta" de deficiências de crescimento das crianças, com 1,9 milhões de crianças menores de cinco anos nessa condição.

"As deficiências de micro-nutrientes são prevalentes, com 65 por cento das crianças a sofrer de anemia", acrescenta ainda o documento da GNA-FC.

"As altas concentrações de pessoas com insegurança alimentar aguda nas províncias do sul reflectem os efeitos da redução de colheitas devido à seca em 2019 e os altos preços dos alimentos básicos", lê-se no estudo.

Cahama, Cuangar, Cunhama, Gambos (ex-Chiange), Ombadja e Quilengues são descritos como municípios já na fase 4, ou seja, de emergência alimentar.

O relatório alerta que "riscos significativos permanecem para as populações com insegurança alimentar após a pior seca em 30 anos" e que as importações de alguns cereais poderão ser mais elevadas do que a média para satisfazer as necessidades de consumo nacionais. O documento acrescenta que os cerca de 56 mil refugiados ou requerentes de asilo, maioritariamente da República Democrática do Congo, estão em níveis piores de insegurança alimentar: em Maio de 2020, 41 % dos refugiados consumiam quantidades inadequadas de comida.

"Angola tem feito progressos económicos e políticos substanciais desde o fim da guerra em 2002, mas grandes partes da população ainda vivem na pobreza e sem acesso adequado a serviços básicos", descreve o relatório, citando a Universidade de Oxford.

Angola fez parte de um conjunto de 55 países estudados, "escolhidos por consenso" em estudos de crises, onde já existe 16 parceiros do estudo, por tinham problemas e já estavam a serem países "tradicionais" em instalados sistemas de dados, explicou Arif Husain, economista do Programa Alimentar Mundial.

1.4 Programa de combate à pobreza atinge milhares de beneficiários

Jornal Economia e Finanças
7 De Maio de 2021

Mais de 28.160 mil pessoas beneficiaram directamente de acções do programa de combate à pobreza, até Março último, no município da Humpata, província da Huíla, informou, a administradora municipal.

Rita Soma que prestou a informação, à margem da visita que os deputados da bancada parlamentar do MPLA pelo círculo provincial efectuaram aos projectos do PIIM e de combate à pobreza, disse

que foram executadas acções nos domínios de apoio à campanha de registo civil, água, aquisição de bens alimentares da cesta básica e outros.

Informou que com o programa foram adquiridos meios de biossegurança para apoiar as instituições escolares, devido à Covid-19, reparação de bombas submersível do ponto de água da Estação de Tratamento de água, na comuna da Palanca.

Disse que foi ainda construída uma captação de água semi-industrial na sede municipal da Humpata para melhorar capacidade de produção de água da Estação de Tratamento de Água (ETA).

A administradora municipal da Humpata referiu ainda, a construção de um alpendre para albergar as mulheres empreendedoras na venda de churrascos, distribuição de kits profissionais que beneficiaram mais de 114 ex-militares.

Esclareceu que a Administração Municipal da Humpata empregou mais de 6 milhões de kwanzas no programa de reparação da ruptura do canal de irrigação da barragem das Neves. A administradora municipal da Humpata defendeu a necessidade da reabilitação e desassoreamento da barragem das Neves, bem como dos 38 quilómetros do perímetro irrigado da mesma barragem.

Disse ainda ser necessário a construção de sistemas de água para os novos fogos habitacionais na localidade da Palanca, reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água da sede municipal inscrito no Orçamento Geral do Estado (OGE) do Ministério da Energia e Água, desde 2020 e actualmente sem execução.

Destacou ser necessário a construção de cinco administrações comunais e respectivos serviços de apoios, a asfaltagem, pavimentação de 6 km de estrada nas novas urbanizações da Palanca, no âmbito da auto construção dirigida e dos 200 fogos habitacionais.

Referiu, igualmente, o apetrechamento do centro comunitário, reestruturação e aconselhamento social nas localidades de Caholo e Neves para mais de 70 crianças da mesma localidade.

1.5 Reversão da economia informal não resolve a precariedade da relação laboral

Jornal Expansão
7 De Maio de 2021

A ideia de que a solução para se 'acabar' com a economia informal passa pela formalização dos negócios não é nova e foi antes e tem sido amplamente estudada e debatida. A título de exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento dedicou uma sessão sobre este assunto na sua última "escola de verão", tendo para o efeito convidado renomados especialistas.

Os países em desenvolvimento são normalmente caracterizados por uma fraca capacidade de taxaço, devido à alta taxa de informalidade e ausência de uma economia capitalista dinâmica. Hoje acredita-se que a informalização do mercado de trabalho em vários contextos pode ser vista como um produto da regulamentação excessiva do Estado. Por outras palavras, as intervenções no mercado por parte do Estado, por via da regulamentação, podem ter como resultado barreiras à entrada no mercado formal de trabalho. Pelo que, por meio de processos de privatização, desregulamentação do mercado de trabalho e liberalização dos fluxos de capitais e do comércio, espera-se que essa situação seja revertida.

Em Angola, o Ministério da Economia e Planeamento apresentou no ano passado a "Estratégia de Transição da Economia Informal". O que depreendemos do documento trata-se mais de uma estratégia de reconversão de agentes económicos hoje no sector informal para o formal i.e. uma via para a legalização da sua actividade com vista ao pagamento de impostos. O Executivo estima que a economia informal movimente entre 43 a 64 mil milhões de dólares. Essa preocupação surge agora devido à actual crise que o País enfrenta, que faz com que o Executivo tenha que compensar a queda das receitas fiscais do sector petrolífero com receitas provenientes dos demais sectores.

Muito se tem falado sobre o sector informal da economia, especialmente sobre os prejuízos que esta "informalidade" causa à economia de Angola. Se por um lado muitos agentes económicos mantêm-se na informalidade devido ao excesso de burocracia na hora de regularizar os seus negócios, por outro lado existem também agentes que alegam a falta de incentivo para formalizarem os negócios, especialmente quando os custos da formalização são altos e outros na mesma condição, conseguem operar no mercado causando uma concorrência desleal. Por ex., o Boletim Estatístico da Contratação Pública Angolana (2014, 2015) mostra que as empresas não cadastradas ficaram com mais de 86.9% do total de cabimentos ao passo que as cadastradas não passavam dos 13.1%.

Acreditamos que qualquer solução para a economia informal precisa identificar quem serão os principais destinatários i.e. operadores económicos informais ou a força de trabalho que não encontrando oportunidades no sector formal da economia vê-se adversamente inserida no mercado de trabalho informal? Esta distinção é de extrema importância visto que a solução para uns e outros difere. Em Angola, de acordo com a "Estratégia de Transição da Economia Informal" do Executivo, vai ser prestada apenas atenção para os operadores económicos

informais, deixando de lado um problema cada vez mais crescente (tanto nos países ricos como nos países em desenvolvimento) relacionado com aquela força de trabalho que vê deteriorar a sua situação laboral.

Por ex., a flexibilização da Lei Geral do Trabalho (LGT) em 2015 foi justificada como necessária para criar estabilidade nos postos de trabalho e, claro, tornar o mercado angolano mais competitivo na atracção de investimento directo estrangeiro. Porém, essa mesma medida pode ter contribuído para o aumento da informalização das relações de trabalho em Angola. Afinal, passar o tempo máximo de contrato por tempo determinado de 12 meses para 5 anos (para as grandes empresas) e 10 anos (para as pequenas e médias empresas), conforme o Artigo 170, ou deixar com que os aspectos relacionados com a mudança temporária e definitiva do trabalhador (artigo 78º e artigo 80º) sejam regulados por um acordo entre as partes, quando se sabe que num contexto em que o acesso ao mercado formal de trabalho é difícil, como agora devido à pandemia da Covid-19, faz com que o poder negocial dos trabalhadores seja coartado.

Então, como podem os trabalhadores contar com o apoio do Estado nessa luta para redução da precariedade laboral, quando sendo o Estado o principal empregador é igualmente o que mais promove essa mesma precariedade? A solução passa pelo fortalecimento do sector empresarial privado, apostando em sectores capazes de gerarem o que a literatura denomina de 'increasing returns', i.e., economia de escala. Um desses sectores é a indústria transformadora, onde quanto maior for a produção, através de um processo de eficiência operacional, o custo por unidade pode ser reduzido.

Enfim, a reconversão da economia informal poderá contribuir para o tão desejado aumento das receitas fiscais. Porém, esse processo é distinto de um outro necessário para se acabar com a precariedade das relações laborais em Angola, susceptível de gerar tensões sociais.

1.6 «Dor da fome» leva crianças a emigrarem do seio da familiar para as ruas

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Texto: Dulcineia Lufua

A situação social da maior parte dos angolanos agrava-se a cada dia, estando o número de pobres a

viver em condições lastimáveis a multiplicar-se. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma taxa de pobreza na ordem de 41%, ou seja, 11, 9 milhões de angolanos vivem em situação de extrema pobreza. Noutras palavras, 41 entre 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza.

Pelos municípios, distritos e bairros da capital, relatos de crianças e adolescentes que, por conta da fome decidem "imigrar" para as ruas deixando para trás casa, família e o sonho de ser criança, vêm crescendo de forma acelerada. Muitos desses pequenos, na aventura de novas formas de sobrevivência, acabam nas ruas como pedintes, envolvem-se no mundo das drogas, prostituição e, para a alimentação, dependem de contentores de lixo.

"Aqui na rua cuia (agrada) mais que em casa. Comemos bem, até engordamos", é com essa justificativa que Joice Sebastião, morador de rua há mais de três anos, recebe a equipa de reportagem do Novo Jornal.

O adolescente de 13 anos, que se encontrava na companhia dos seus "colegas" de rua, nas imediações da escola Njinga Mbandi, na Avenida Ho Chi Minh, em Luanda, afirma que decidiu abandonar a família, no município do Cazenga, por conta das dificuldades financeiras.

"O sofrimento era demais na minha casa. Lá só tinha direito ao pequeno-almoço, mas aqui alimento-me bem. Tenho direito a três refeições, além disso, pessoas de boa-fé têm-nos ajudado", reitera, revelando que, por vezes, se socorre aos contentores de lixo para adquirir restos de comida para completar as suas refeições. Joice refere que "é o único local onde temos comida garantida e gratuita".

Por falta de condições financeiras dos pais, quem também decidiu montar o seu "acampamento" nas imediações do Aeroporto 4 de Fevereiro é a adolescente Teresa Silva. Sentada sobre o passeio nas imediações da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Teima, como é carinhosamente chamada, confidencia-nos que não havia ingerido nada e o relógio marcava meio-dia de segunda-feira, 17.

A adolescente de 16 anos, dois dos quais a viver na rua, diz não ter saudades de casa, por conta da situação vivida (pobreza). "A única saudade que tenho é dos meus pais e irmãos que não vejo há dois anos, vivem na zona do Sacriberto, em Cacuaco", lembra a adolescente que estudou até à 4ª classe e sonha em ser médica.

Questionada se após anos não tencionava regressar a casa, Teima, de estatura média e cabelo rapado, que vestia uma blusa branca e usava calções jeans, negou sem rodeios. "Não", justificando: "A mesma vida que levo aqui é o que eles levam (pedem esmolas e mexem no lixo para comer). Então, prefiro ficar aqui. Quem sabe a minha sorte mude", sublinha.

Droga e prostituição entre os adolescentes

Se em parte existe quem decida deixar a família por conta da pobreza, outro grupo foge da família por causa de alguns vícios. É o caso de Francisco, de 18 anos, e Juliana, 16. Os dois adolescentes, há mais tempo na rua, foram unânimes e contaram que decidiram sair da casa dos familiares, um no município de Viana e outro em Cacuaco, "porque queríamos ter liberdade para levar avante os nossos vícios".

"Estou na rua devido aos meus vícios", desabafa Francisco João. O adolescente, que é o único filho dos seus pais, não escondeu o motivos que o prendem há mais de cinco anos nas ruas. "Fumo liamba, cigarro e consumo álcool, e os meus pais não gostam. Então, para ter mais liberdade, decidi fugir de casa", confidencia ao NJ. Tentámos saber onde compra o estupefaciente, mas Francisco, sorrindo, negou-se a responder.

Já Juliana Miguel, com alguma timidez, decide revelar os seus motivos. "Gosto de ficar na rua com os meus amigos, porque me dão dinheiro e me pagam bebidas. Quando eles não me pagam, faço pambala (prostituição) aqui mesmo na rua", conta. Juliana, de 16 anos, reconhece os perigos que corre em prostituir-se, mas garante fazer sexo só com protecção.

"Sou menor de idade, mas gosto desta vida. Quando perguntam pela minha idade, minto que tenho 18 anos", confidencia.

«Angola caminha para estágio de pobreza extrema»

Contactado pelo NJ, o sociólogo Nkanga Gomes atira as culpas a quem governa e garante que o País caminha para o estágio de pobreza extrema e, caso não se tomem medidas correctas, será difícil "equilibrar a balança".

"Ninguém resiste à fome; por isso estes meninos decidem abandonar as escolas e os seus familiares para morar nas ruas, e isso é uma vergonha pública, sobretudo para quem nos governa", observa, acrescentando que o País está perante "políticas fallhadas".

1.7 Especialista alerta que solução passa pela criação de políticas públicas

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Texto: Gaspar Faustino

Promover educação de qualidade, gerar emprego, fomentar a qualificação profissional, assim como facilitar o acesso às actividades culturais, desportivas e não só são acções que quem governa deve praticar de forma eficiente, no âmbito das políticas públicas voltadas para jovens e adolescentes. O alerta vem do psicólogo criminal Mário de Lemos.

O especialista detalha que, quando as políticas públicas para esta franja da sociedade não são eficazes, em muitos casos os jovens e adolescentes visados refugiam-se na delinquência. Apesar dessa lamentável consequência, o psicólogo criminal Mário de Lemos manifesta-se contra a punição judicial como única forma de "estancar" esse tipo de "hemorragia", uma vez que quem tem a obrigação de criar políticas públicas para os jovens não o fez.

"Existe uma série de iniciativas na área social, que podem contribuir para a redução da criminalidade juvenil", afirmou, sublinhando que a falta de políticas públicas, canais de informação e comunicação influenciam para que a marginalidade na adolescência cresça.

Sobre as lutas entre gangues, o psicólogo criminal Mário de Lemos defende ser necessário, essencialmente, primeiro perceber o que faz os jovens aderirem às gangues, sendo que, para si, se trata de estado anímico social, ou seja, os jovens e adolescentes fazem-no porque deixam de acreditar nas políticas públicas como solução do seu sucesso social, "por isso aderem às gangues", afirma.

Na opinião de Mário de Lemos, a falta de segurança social em muitos bairros sub-urbanos da capital do País é um dilema para quem lá habita, pois "quem não pertence a uma gangue não consegue namorar, não consegue praticar actividades sociais, porque elas dominam isso", sublinhando, posteriormente, que esse é um dos motivos pelos quais os jovens aderem às gangues.

O interlocutor descreve que, normalmente, no meio de uma gangue, o indivíduo mais respeitado tem sido, sobretudo, aquele que já foi preso ou detido mais de três vezes pela Polícia. "Quanto mais perigoso for o líder, mais ele vai disputar um terreno. E quanto mais influente, também vai dispersar noutras gangues".

O quadro só está pintado deste jeito, de acordo com o entrevistado, pelo facto de haver uma grande distância entre o governante e o governado, e, também, distanciamento entre a Polícia e a população.

Comunidades precisam de prevenção à criminalidade

Em virtude do actual paradigma, o psicólogo criminal atesta que a solução para esta problemática consiste no estabelecimento de políticas públicas mais sérias consistentes nas comunidades. "Tem de se criar mecanismos para que haja prevenção à criminalidade e também repressão. Ataca-se na prevenção e também na repressão, e melhorar os canais de comunicação entre a juventude e a Polícia e com os governantes", apelou.

O responsável aconselhou o Estado a dar mais apoio e assistência psicológica aos jovens que estão nas gangues e querem sair delas, mas, infelizmente, não encontram amparo social nas comunidades. "Isso acontece porque, em muitos casos, um indivíduo que pertence a uma gangue é quase privado de liberdade. Quando decide sair, não é bem aceite, passa a ser discriminado pela sociedade, por isso muitos preferem permanecer", apontou.

Um dos motivos que levam os adolescentes e jovens a ingressarem no mundo do crime é a falta de perspectiva profissional. Por isso, o psicólogo criminal defende a criação de incentivos para que empresas públicas e privadas contratem, como aprendizes ou estagiários, jovens dos 14 aos 21 anos que vivem em condições socioeconómicas precárias. "Hoje existem muitas barreiras para a contratação desses jovens, e mesmo órgãos públicos não lhes oferecem oportunidades", afirma Mário de Lemos.

Segundo o especialista, o Estado devia criar incentivos para as empresas que vierem a contratar estes adolescentes. "O poder público não pode concorrer com o crime organizado e com as gangues, apenas com conselhos e orientações. É importante oferecer oportunidades de inserção profissional no mercado de trabalho", aconselha.

Investir na educação é fundamental para impedir que os jovens optem pela criminalidade. Um jovem mais bem qualificado tem melhores condições de conseguir um emprego e é menos susceptível em se envolver em crimes, acrescenta Mário de Lemos.

Na opinião do psicólogo criminal, hoje, muitos adolescentes que cometem crimes não ficam em instituições preparadas para a sua reeducação. "Nem todo o mundo sabe que a punição para adolescentes infractores já existe, é importante que todo o

adolescente apanhado no crime deva responder pelo mesmo, no sentido de dar exemplo aos demais", sentenciou o entrevistado, que, entretanto, disse ser contra a punição judicial como única forma de "estancar" esse tipo de "hemorragia".

I.8 Inflação 'descontrolada', poder de compra dos angolanos devastados

Jornal Expansão

21 De Maio de 2021

Texto: Martins Chambassuco

O custo de vida em Luanda aumentou 2,3% em Abril face a Março, elevando para 9,3% a taxa acumulada dos primeiros quatro meses deste ano e a inflação homóloga para 27,7%, apontam os dados do Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Depois de ter iniciado o ano nos 1,9%, a inflação mensal acelerou em Abril, um indicador encarado pelos especialistas como consequência da escassez e aumento da procura dos bens e da instabilidade cambial.

Contas feitas, em termos acumulados a capital regista a maior alta de preços dos últimos três anos, e a nível da homóloga, a taxa mais elevada dos últimos 42 meses. Ou seja, é preciso recuar a Novembro de 2017, para encontrar uma taxa tão alta, quando os preços aumentaram 28,9%.

A classe "Alimentação e Bebidas não Alcoólicas" foi a que registou o maior aumento de preços com 2,8%, enquanto em sentido contrário, destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes "Saúde" com 2,7% "Transportes" com 2,4% e "Lazer, Recreação e Cultura" com 2,1%. Tendo em conta essas variações, a análise do INE aponta que os angolanos continuam a gastar mais com a alimentação e análises clínicas.

A taxa de inflação homóloga em Luanda está a acelerar desde Novembro de 2019, "pressionada pela crise financeira e da desvalorização do Kwana, apesar das medidas do Governo de tentar manter o custo de vida em níveis baixos", explica o economista José Lopes, adiantando ainda que a situação continua a agravar-se e o poder de compra dos angolanos está devastado e a miséria aumenta todos os dias.

José Lopes diz que a política macroeconómica do Governo falhou e como consequência é o agravamento do custo de vida em Angola. "A falta de

fiscalização e medidas mais precisas sobre os preços também estão a contribuir negativamente na formação dos preços em Luanda", disse o economista.

Os indicadores actuais, de acordo com os especialistas, atiram por terra a pretensão das autoridades de controlar a inflação com a política macroeconómica adoptada em finais de Janeiro último. O ritmo do crescimento dos preços em Luanda aumentou no mês passado, qualquer que seja a métrica utilizada, fazendo diminuir o poder de compra dos angolanos.

A taxa de inflação da capital tem sido usada como referência para avaliar a marcha ou seja, a formação dos preços em todo o País. De acordo com os dados do INE, os preços a nível nacional registaram uma relativa estabilidade. Entre Março e Abril a taxa de inflação mensal a nível nacional registou uma variação de 2,1%, enquanto em termos homólogos o indicador fixou-se em 24,8%, registando um acréscimo de 4,0 pontos percentuais com relação a observada em igual período do ano anterior.

I.9 Informalidade absorve 80,8 por cento dos empregos

Jornal de Angola

Dia 28 De Maio de 2021

Texto: Adérito Veloso

A maioria da força de trabalho em Angola encontra-se empregada no sector informal, com 80,8 por cento (8.685.676 pessoas), de acordo com indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao quarto trimestre de 2020.

Os números apontam que a taxa de emprego informal é maior na zona rural que na urbana (93,3 por cento e 67,5) respectivamente, numa altura em que no sector não agrícola, na população com 15 ou mais anos, é de 59,9 por cento.

No geral, a taxa de emprego, no quarto trimestre de 2020 fixou-se nos 62,8 por cento (10.749.488 pessoas), tendo-se verificado um aumento de 5,2 por cento em relação ao trimestre anterior (59,7) e um aumento de 4,1 relativamente ao trimestre homólogo (60,3).

No quarto trimestre 79,4 por cento dos empregos são da área rural e 51,4 (urbana), apresentando uma diferença de 28 pontos percentuais superior no segmento rural.

A população empregada aumentou 6,3 por cento relativamente ao trimestre anterior (mais 63.589 pessoas) e 8,3 em relação ao trimestre homólogo de 2019.

Mais de metade (56,1 por cento) da população empregada encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6.034.744 pessoas), seguido do comércio a grosso e a retalho com 19,4 por cento (2.087.546 pessoas).

O sector que menos emprega é o de actividades financeiras, imobiliária e de consultoria com 0,6 por cento (60.296 pessoas).

Desemprego

A população desempregada foi estimada em 30,6 por cento (4.747.622 pessoas), valor inferior em 3,4 pontos percentuais em relação ao do trimestre anterior (34,0%) e inferior a 1,2 pontos percentuais relativamente ao trimestre homólogo (31,8). Na área urbana 41,7 por cento. A taxa de desemprego é cerca de três vezes superior à da área rural (15,6%), com uma diferença de 26,1 pontos percentuais.

Nos jovens entre 15 e 24 anos, situou-se em 55,3 por cento, não existindo diferença significativa entre homens e mulheres.

A população inactiva apreciou em 9,5 por cento (1.617.482 pessoas), sendo cerca de duas vezes mais elevada na área urbana (11,9 por cento) que na rural (5,9).

A inactividade apresenta valores mais elevados nos grupos etários de 65 anos em diante, com 36,1 por cento, e jovens entre 15 e 24 anos, representando 15,3 por cento (grupo em que muitos jovens são ainda estudantes).

O Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) 2018/2019, realizado pelo INE, apontava uma taxa de desemprego de 28,8 por cento, sendo para a área urbana (36,5) e a rural (16,2).

No estudo, o INE divulgou que 72,6 por cento da força de trabalho em Angola que se encontra empregada, estava no sector informal.

Impacto da Covid-19

As pessoas empregadas que estiveram ausentes do trabalho e auferiram salário, devido à Covid-19 foi estimada em 56.135 pessoas, o que representa cerca de 0,5 por cento da população empregada.

Dados do Banco de Fomento Angola (BFA) indicam que no quarto trimestre de 2020, o PIB angolano

contraiu 5,4 por cento face ao período homólogo, uma ligeira melhoria face aos 6,2 por cento registado no terceiro trimestre de 2020.

Trata-se do sexto trimestre consecutivo de diminuição. A quebra foi particularmente significativa no sector petrolífero (-10,8 por cento), bem como no sector da construção, onde a actividade económica encolheu 41,5.

Disse que a experiência de vários países mostra que as abordagens ancoradas no diálogo social, com base no reforço de capacidades e no acesso a uma gama completa de recursos, bem como a adaptação dos sistemas de tributação, de financiamento e de segurança social aos desafios específicos enfrentados pelos actores da economia informal, "podem fazer da formalização uma opção muito mais atraente com um impacto mais sustentável".

Um estudo feito entre a SOAS Universidade de Londres em colaboração com a Universidade Agostinho Neto Angola, a Universidade Renmin de Beijing e a Ethiopian Economics Association, e divulgado em 2019, indica que o Congo, com 46,1 por cento, Namíbia (33,4), África do Sul (29), Angola (28,8) e Lesoto (27,2) lideram o ranking de países cujas taxas de desemprego são as mais elevadas em África, nos sectores da Indústria e da Construção Civil.

I.10 Milhares passam fronteira da Namíbia para fugir à fome

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: RB

Eliaser Nghipangelwa, antigo autarca de Helao Nadi, uma cidade namibiana localizada próximo da fronteira com Angola, já veio a público admitir que não há registo de tantos angolanos atravessarem a fronteira em tão pouco tempo para escaparem à fome.

"Nunca se viu nada assim, com tantos angolanos a atravessar a fronteira. Isto é um problema muito sério e um indicador claro de que algo de muito grave se passa do outro lado da-fronteira", disse Eliaser Nghipangelwa, citado pelo site Informante.web.

Também a NBC, a emissora nacional de TV e rádio namibiana, está a divulgar esta situação com destaque, apontando que muitos angolanos, especialmente jovens, homens e mulheres, estão a deixar Angola para procurar ajuda humanitária na Namíbia.

Esta situação está a ser gerada pela seca extensa que afecta o Sul de Angola e é isso mesmo que alguns dos angolanos que atravessaram a fronteira nos últimos dias e se posicionaram na área de Oshikango dão como justificação para ter deixado o seu país, acrescentando a falta de emprego e a fome.

Um grupo de jovens angolanos contactados pela agência de notícias namibiana Nampa descreveu a situação como dramática nas suas terras, mas descreveram igualmente sérias dificuldades agora que estão na Namíbia porque dormem ao relento e são poucas as ajudas que conseguem por parte dos locais.

"Vamos continuar aqui para encontrar trabalho, porque, se continuássemos em Angola, o destino seria morrer à fome", disse um dos jovens citados pela NBC.

A situação é de tal forma complexa que alguns responsáveis das administrações locais nas cidades mais próximas da fronteira, ainda segundo a NBC, estão a defender medidas drásticas como lidar com estas pessoas como se se tratassem de refugiados de guerra, "porque é a única forma de os ajudar".

O ministro namibiano dos Assuntos Internos, Imigração e Segurança, Frans Kapo, já admitiu estar a par da situação e avançou que estão em curso contactos com as autoridades angolanas, para que seja possível emitir uma declaração conjunta sobre este problema.

"Nós não seremos indiferentes ao choro dos nossos irmãos e irmãs. O Governo vai providenciar ajuda para estas pessoas se revelar necessário", disse o governante namibiano.

Sendo generalizada a vontade de encontrar trabalho na Namíbia, especialmente na área do projecto de irrigação de Etunda, Omusati, Elisaer Nghipangelwa defendeu que o Governo namibiano deveria, face à situação dramática destas pessoas, emitir vistos temporários de trabalho para que possam trabalhar no país enquanto não se encontra uma resposta adequada.

Isto, porque estes milhares de pessoas não possuem condições para obter uma permissão para trabalhar e muitos temem mesmo, porque estão assustados, a entrar numa repartição pública porque temem ser deportados.

Entretanto, nas áreas administrativas namibianas próximas da fronteira, segundo avançam os médias locais, estão a decorrer censos improvisados e limitados para obter uma ideia aproximada de quantos angolanos atravessaram a fronteira nos

últimos tempos, acrescentando a falta de emprego e a fome.

I.11 Problemática da seca levou João Lourenço ao Sul do País

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Para analisar o problema e definir um plano de resposta, o Presidente da República, João Lourenço, esteve, em 2019, nas regiões afectadas no Sul de Angola, e uma missão governamental liderada pelo então ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, esteve também no local, logo no início do ano.

A abertura de pontos de água, poços artificiais, a reparação de equipamentos de extracção de água e a criação de postos médicos nas áreas afectadas mais deslocadas são algumas das medidas criadas nos últimos anos para combater a falta de chuvas e as suas consequências.

A atenção do Presidente da República para o problema levou à aprovação, por despacho, de um pacote financeiro de 200 milhões de dólares para resolver problemas estruturantes que combatam os "efeitos destrutivos" da seca, incluindo a construção de duas barragens no Cunene.

No entanto, as medidas tomadas revelaram-se escassas, como o demonstra a actual situação.

O fenómeno meteorológico que ajudou a que a África Austral, nos últimos anos, sofresse uma das mais severas secas do último século, com o Sul de Angola claramente no mapa das zonas afectadas, já estava anunciado desde meados de 2018 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

A OMM, agência da ONU para as questões meteorológicas, criada em 1950 e que reúne alguns dos mais respeitados meteorologistas dos 191 países que a compõem, analisou os dados actuais do clima planetário e concluiu existir uma probabilidade de 70%, para que as consequências do El Niño se voltem a fazer sentir a partir de finais de 2018 e nos anos seguintes.

1.12 Zungueiros angolanos «atacam» ruas da Namíbia e provocam ira entre ambulantes locais

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: RB

Os milhares de angolanos que partiram para a Namíbia nos últimos meses para fugir à fome e ao desemprego gerado pela prolongada seca nas províncias do Cunene, Kuando Kubango, Namibe e Huíla deitam mão a todo o tipo de expedientes para sobreviver e algumas optaram por ir para as ruas vender de tudo um pouco, como, de resto, é costume ver nas ruas das cidades angolanas de onde muitas destas pessoas partiram em busca de melhores condições de vida.

O problema é que, como sucede em Ondangwa, uma cidade da região de Oshana, com pouco mais de 22 mil habitantes, a quantidade de zungueiras e zungueiros angolanos está a criar uma forte contestação entre os comerciantes locais nacionais, porque estes não estão a conseguir competir com os preços que os angolanos conseguem fazer.

Uma das razões, como notam alguns comerciantes namibianos citados pela imprensa local, é que os angolanos vendem os mesmos produtos, mas a preços muito baixos, pois visam apenas o mínimo para sobreviver enquanto os nacionais têm uma estrutura, família, casa, filhos, escola, impostos para sustentar com o lucro-da sua actividade.

O presidente do município da cidade, Paavo Amwele, citado pelo *The Namibian*, já disse que está a conversar com os comerciantes locais de forma a que estes tenham alguma paciência enquanto se procura uma solução no conselho municipal, que seja amigável para todos os intervenientes mas que responda aos anseios dos locais.

O autarca, que na Namíbia é eleito pela população em eleições periódicas, admitiu que o conselho municipal está a ser inundado por reclamações devido à concorrência dos angolanos que colocam os seus produtos no mercado a preços substancialmente mais baixos que o comércio local pode oferecer.

Os principais produtos em causa são os vegetais que os zungueiros angolanos vão buscar aos mercados centrais e vendem de rua em rua, o óleo de cozinha, sapatos ou utensílios em plástico, enquanto os comerciantes namibianos só estão autorizados a vender os seus produtos no mercado municipal da

cidade, estando sujeitos a coimas se assim não actuarem.

No entanto, tal como já foi sublinhado noutras regiões da Namíbia que acolheram angolanos que deixaram as províncias do Sul fustigadas pela seca, especialmente do Cunene, também em Ondangwa o "mayor" local enfatizou a necessidade de procurar uma solução que não seja severa para com "os irmãos e irmãs angolanos" a quem não se pode "simplesmente correr com eles da cidade sem mais nem menos", demonstrando solidariedade para com o seu sofrimento.

"Os nossos vendedores ambulantes têm questões sérias com os comerciantes angolanos, mas estes são nossas irmãs e irmãos a quem não podemos simplesmente correr para longe. Teremos de encontrar uma solução adequada para todos e temos de lidar com esta situação de forma civilizada e ordeira, porque este negócio não é suave para ninguém, seja angolano ou local", disse o autarca, ainda citado pelo *The Namibian*.

O problema maior, dizem os vendedores namibianos, é que estes estão obrigados a ficar no mercado municipal da cidade à espera dos clientes enquanto os angolanos, porque não estão sujeitos a estas imposições, podem ir com as suas mercadorias ao encontro dos clientes nas ruas da cidade. Um dos exemplos dados por Soa Petrus, uma vendedora de vegetais, é a embalagem regular de seis tomates que os locais vendem por 10 dólares namibianos no mercado (perto de 500 KZ) enquanto os vendedores angolanos levam o mesmo produto às casas das pessoas por 5 dólares namibianos.

Este problema está, igualmente, a ser observado noutras regiões do Norte da Namíbia, como sejam Ohangwena ou Omusati, embora sem esta dimensão e abrangendo outras áreas, como o trabalho doméstico e a agricultura, onde os angolanos aceitam trabalhar por salários mais baixos que os trabalhadores locais, sejam na agricultura, pastorícia ou mesmo trabalho doméstico.

1.13 Os processos democráticos nas organizações da sociedade civil

Jornal de Angola

24 De Maio de 2021

Texto: Ismael Mateus

Realizou-se neste fim-de-semana o sexto congresso do Sindicato dos Jornalistas e mesmo numa organização de uma classe dada a disputas internas,

não houve nenhum interessado em concorrer com o actual secretário-geral.

Tem sido assim na maior parte das associações da sociedade civil, onde por ausência de concorrentes os líderes vão se mantendo no poder anos e anos. E essa longevidade dos líderes talvez explique o fraco dinamismo dessas organizações como instituições e o excessivo protagonismo dos seus líderes. Existe na maior parte das ONGs problemas com o reconhecimento do direito à diferença, com a valorização da pluralidade de ideias e com a prática interna da democracia representativa, o que acaba por resultar numa insuficiente defesa dos múltiplos interesses existentes.

Pensava-se que este fenómeno se devia essencialmente ao facto de algumas das ONGs possuírem velhas lideranças (algumas com mais de 20 anos) mas em organizações mais recentes, como associações de moradores, sindicatos e ordens, também vamos encontrar o fenómeno do desinteresse da maior parte dos associados. Ao não participarem do jogo democrático interno, permitem que os líderes se perpetuem ou os menos capazes cheguem a patamares para os quais não estão preparados. Naturalmente essa realidade afecta sobremaneira a qualidade das lideranças da sociedade civil, dos processos democráticos internos e a própria qualidade da democracia angolana.

Tal como na economia, a solidez do nosso processo democrático deveria alicerçar-se na democracia de base tanto ao nível da participação do cidadão nas ONGs como também na governação participativa através da participação política. A excessiva longevidade das lideranças e a ausência de concorrência política impedem que as organizações da sociedade civil se apresentem de modo sistemático como organizadores de novas ideias, causas e movimentos sociais, uma vez que a rotina, a vulnerabilidade aos interesses pessoais e o excessivo protagonismo pessoal afectam a sua acção. Estamos, na realidade, em presença de um círculo vicioso, em que, por um lado, a longevidade e a ausência de concorrência é atribuída ao desinteresse dos filiados, mas, por outro, esse desinteresse também é atribuído aos métodos pouco democráticos, aos jogos de poder e fraca ou nenhuma representatividade das opiniões divergentes.

Tal como na política partidária, nas associações da sociedade civil, as opiniões divergentes também não encontram assento nem espaço interno de debate. Os vencedores vencem tudo e os vencidos são completamente afastados. Sendo estruturas eminentemente representativas de vários interesses, a ausência de contraditório e a sua divergência amputa a

democracia interna e nalguns casos incentiva as divisões internas. Aqui se explica a razão por que ocorrem tantas cisões nas organizações da sociedade civil que, por sua vez não resultam na ampliação da democracia interna, mas antes em mais protagonismo absoluto, público e pessoal dos líderes. As organizações da sociedade civil que deveriam ser modelos e escolas de uma democracia inspirada na participação de todos (maioria, minorias, vencedores e vencidos) mas na prática ensinam valores contrários, como a autocracia, a exclusão da diferença e a afirmação individual.

Ao contrário do que muitos pensam, a aprendizagem dos processos democráticos não se faz nos partidos políticos nem na disputa pelo poder político na administração. O cidadão deveria aprender a ser democrático nas organizações da sociedade civil, sendo chamado a participar, a perder e a ganhar em votações internas, a conviver com a opinião contrária ou até a negociar entendimentos e consensos para a viabilização de projectos.

Enquanto as nossas organizações não forem espaços de virtude democrática, o resultado será sempre a intolerância e despreparação democrática que vemos nas estruturas políticas. Sem processos democráticos nas organizações da sociedade civil não será possível ampliar a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública, estimular a acção comunitária e estabelecer as bases para uma verdadeira democracia participativa no país, como pretendem todos os partidos políticos. Faltarão sempre experiência, escola democrática e prática de negociação e convívio com a diferença de opiniões.

Deveriam ser os próprios associados a impor uma limitação de números de mandatos, como forma de impedir a rotina e a instrumentalização das instituições. Em segundo lugar deveriam assegurar que as listas concorrentes fizessem proporcionalmente parte dos órgãos máximos das organizações, de modo que as decisões estruturantes passassem sempre por todos, incluindo as correntes opostas à direcção.

A democracia faz-se tanto disso como da participação política, votando.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Micro-seguro traz respostas rápidas

Jornal Economia e Finanças
21 De Maio de 2021

Os parlamentares angolanos, durante a discussão para a aprovação da lei, reconheceram que a introdução do micro-seguro representa o ponto alto da iniciativa presidencial, porquanto, à semelhança do micro-crédito, esta ferramenta assegura acesso mais fácil, mais rápido, com menor custo e capaz de gerar mais postos de trabalho.

Segundo justificam os legisladores, as grandes companhias versam-se aos capitais intensivos e o país prioriza, neste momento, mão-de-obra intensiva, pois a geração de emprego é o que mais importa neste momento.

Para o secretário de Estado das Finanças e Tesouro, Ottoniel dos Santos, o reconhecimento dos deputados sobre a pertinência do diploma e da operacionalidade do micro-seguro poderá ainda ser mais debatida nas sessões de especialidade, ficando assente os contributos e observações introduzidas.

Sem ser de menos importância, Ottoniel dos Santos reiterou a preocupação do Executivo em garantir que o regulador faça observar-se os dois níveis de abordagem recomendados pelos legisladores, designadamente

O prudencial" e o "comportamental".

Prudencial para garantir que as seguradoras tenham capacidade financeira para acudir em tempo útil a assumpção do risco.

A comportamental é a que vai prestar atenção ao tratamento como os sinistrados são recebidos ao acorrerem às empresas seguradoras.

2.2 Os camponeses e o crédito à produção

Jornal de Angola
06 De Maio de 2021

Temos a notícia de que o sector agrícola tem absorvido a maior parte do crédito à produção, o que pode significar que nos próximos tempos poderemos assistir a um aumento da actividade produtiva no

campo, com repercussões positivas na vida, não só dos camponeses, mas também dos consumidores.

Sabe-se que Angola tem grandes potencialidades em termos de terras férteis e de recursos hídricos e não admira que haja hoje muitos angolanos interessados em investir no campo, para realizarem diversos negócios, pois são inúmeras as oportunidades dos projectos produtivos na agricultura gerarem lucros, que é afinal o objectivo principal de qualquer investidor. Angola é um país com muitos agricultores, com experiência comprovada " terreno", como se costuma dizer. O que falta a muitos dos nossos agricultores é a possibilidade de ter acesso a crédito bancário para financiar os seus projectos produtivos. É uma boa notícia o facto de grande parte do crédito bancário à produção, concedido por via do PRODESI, estar a ser canalizado para a agricultura, numa altura em que se pretende diversificar a economia.

Esperamos que os camponeses produzam e façam tudo para abastecer os mercados existentes em diferentes pontos do país, nomeadamente nas zonas urbanas. É entretanto importante que os potenciais financiadores da actividade produtiva comecem também a olhar para os projectos ligados à indústria transformadora. Os produtos do campo podem ser absorvidos por uma indústria transformadora, se se apostar no desenvolvimento desta. Há vários exemplos do passado de bons resultados da indústria transformadora que se instalaram no campo e que produziam por exemplo bebidas a partir da fruta.

Que essas experiências sejam aproveitadas hoje para podermos ter uma indústria transformadora que possa fornecer aos consumidores produtos a preços baixos. Temos no país tudo para produzir mercadorias diversas e para nos tornarmos auto-suficientes em alimentos. Muitos alimentos de que precisamos podem ser produzidos no nosso país para consumo interno e até para exportar. Temos de acreditar na capacidade dos nossos camponeses, dando-lhes os apoios necessários para que Angola cresça num sector importante da nossa economia, a agricultura. A economia agrícola é fundamental para o nosso desenvolvimento, não se devendo subestimar a actividade dos camponeses, que podem, com o seu trabalho árduo, contribuir também para o aumento do nosso Produto Interno Bruto.

2.3 O Programa de Apoio ao Crédito não aprovou, nem financiou nenhum I I projecto

Jornal Expansão

7 De Maio de 2021

O Programa de Apoio ao Crédito (PAC), o primeiro instrumento financeiro do PRODESI, não aprovou, nem financiou qualquer projecto empresarial este ano.

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) admite atrasos na concessão de crédito através desta linha de financiamento que, entre Janeiro e Abril de 2021, já recebeu 38 propostas, mas que ainda não disponibilizou nenhum valor para as empresas que apresentaram as suas propostas de financiamento.

As estatísticas do MEP indicam que, no ano passado, o PAC financiou 19 projectos, de um total de 519, avaliados em 37,5 mil milhões Kz.

Para o investigador da Universidade Agostinho Neto, Fernandes Wanda, a justificação é a falta de disponibilidade financeira, por parte do Estado, quanto tinha no passado, agravada com a crise financeira e com a pandemia da Covid-19. Entende, no entanto, que nesta altura compete ao Estado mobilizar o sector empresarial privado, quando se sabe que "existe capital dormente de angolanos, muitos deles ligados ao partido governante, em Angola e no estrangeiro", pelo que é imperioso o Estado delinear uma estratégia para que este capital possa ser reinvestido no sector produtivo, o que passa por um "diálogo entre a actual liderança e os detentores dessas fortunas".

Fernandes Wanda reconhece que é preciso apostar na produção de cereais, mas alerta ser imperioso criar incentivos para que surjam investimentos complementares.

Ainda sobre os financiamentos ao sector produtivo através do PAC, o agrónomo Fernando Pacheco diz que "quer os empresários, quer o Governo, continuam a ver no crédito a solução para uma infinidade de problemas, quando ele deveria ser um dos últimos elos da cadeia da dinamização do sector produtivo." Citando o ministro da Agricultura e Pescas, Francisco de Assis, diz que "os três principais problemas são o conhecimento, logística e mercado." Segundo Fernando Pacheco, há muitos outros problemas, mas atacar esses três seria um bom começo. "Começar pelo crédito é que não vai conduzir a lado nenhum. Será apenas uma tentativa de atirar dinheiro para cima dos problemas. É o

problema é que agora já não há dinheiro como dantes", sublinhou.

Outra fonte ainda mais céptica, afirma que "os problemas principais do País não são os financeiros." Lembra, ainda, que antes do PRODESI, o Governo geriu vários outros programas de crédito através de diferentes ministérios, agências e fundos. "E o que se sabe é que não houve resultados positivos e nem se fizeram avaliações rigorosas corrigindo antes da colocação em marcha de novos programas. O PRODESI sucedeu ao ANGOLA INVEST e este programa acabou sem avaliação, sem produzir resultados positivos mas gastou integralmente todos os valores atribuídos. A questão principal é quem deve gerir esses programas? Órgãos do Estado ou do sistema financeiro? Podemos observar que o ministério que coordena o PRODESI está numa intensa campanha propagandística. Será vantajoso? É desse modo que o País se desenvolve? Ou deverá alinhar em princípios de especialização funcional para ter melhores resultados?", questionou a fonte.

2.4 Lucros da banca caem 32% para 362 mil milhões Kz sem contar com prejuízo histórico do BPC

Jornal Expansão

21 De Maio de 2021

Texto: Nelson Rodrigues

Os lucros dos bancos que apresentaram os relatórios e contas de 2020 afundaram quer as contas sejam feitas com ou sem os resultados do BPC. Sem as contas do maior banco público, os lucros dos 20 bancos comerciais que publicaram as contas sofreram uma queda de 32% para 362 mil milhões Kz. Se for contabilizado o BPC, o agregado dos resultados líquidos resulta num prejuízo de quase 163 mil milhões Kz.

É a primeira vez pelo menos desde 2010 que o conjunto dos bancos obtiveram prejuízos. Ea 'culpa' é do BPC, que registou um resultado líquido negativo de 552 milhões Kz.

Se já não bastava a crise do mal parado que tem afectado a quase generalidade dos bancos e que voltou a estar na base do reconhecimento de imparidades em 2020, o ano passado foi também marcado pelo downgrade da dívida soberana. Com carteiras de activos altamente expostas a títulos de dívida pública, os bancos, sobretudo os maiores, foram obrigados a reconhecer imparidades devido à descida do rating, o que também prejudicou os resultados.

Se a queda em Kwanzas é substancial, em dólares é ainda maior. Sem contabilizar os resultados do BPC, os lucros das restantes 20 instituições bancárias que publicaram nos seus sites os resultados até esta quarta-feira caem para a metade, ou seja, saem de 1.106 milhões USD em 2019 para 552 milhões USD.

Analistas consultados pelo Expansão alertam para a elevada exposição dos maiores bancos a títulos de dívida pública, já que é para este tipo de activos que têm canalizado os seus investimentos, já que os seus juros elevados tem permitido um elevado rendimento. Só que em 2020 foram 'penalizados'.

A própria gestão dos bancos comerciais admite este cenário nos relatórios e contas de 2020. É o caso do Banco Angolano de Investimento (BAI), que viu os seus lucros caírem 76% para 28,7 mil milhões Kz.

Na mensagem conjunta do PCA e do PCE que acompanha o balanço do ano passado, os responsáveis admitem que, entre outros, o resultado líquido caiu devido à redução em 9% da margem complementar, do aumento em 31% dos custos de estrutura do aumento das imparidades para crédito e outros activos, relativos aos investimentos em dívida pública, e o impacto fiscal associado à anulação de impostos diferidos activos.

Segundo o presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), Mário Nascimento, o actual contexto económico de crise e a pandemia da Covid-19 também influenciaram na queda do desempenho operacional da maioria dos bancos. Para o responsável, "o ambiente económico adverso também provoca problemas às empresas no cumprimento das suas responsabilidades junto da banca, que, associados às exigências do BNA e das regras de supervisão, obrigaram à constituição de imparidades, o que provoca uma diminuição dos lucros dos bancos".

Também o economista Wilson Chimoco aponta a Covid-19 como um dos factores da queda nos lucros da banca. Segundo o economista, as instituições foram pressionadas pela pandemia "tanto a nível da redução das receitas, isto é, redução nas operações cambiais, trading finance, fundamentalmente, em linha com a redução das importações", assim como pelo incremento dos custos, essencialmente com a constituição de imparidades para créditos.

Com isto, Chimoco foi peremptório em admitir que a queda nos lucros reflecte a exposição dos bancos à dívida pública. "Estes resultados sugerem que os bancos têm uma excessiva exposição ao Estado. O que pode ser perigoso para o negócios dos bancos se

o Estado encontrar dificuldades reais para pagar", adverte.

BFA volta a liderar nos lucros

O BFA foi o banco que mais lucrou, ao fechar o balanço de 2020 com resultados líquidos de 90 mil milhões Kz, ainda assim, uma queda de 25% face às contas de 2019.

Seguem-se no ranking dos '10 que mais lucraram' os bancos de Desenvolvimento de Angola (CBDA), com 75 mil milhões Kz, o Standard Bank Angola, com 36 mil milhões Kz, e o Millennium Atlântico (BMA), com 32 mil milhões Kz (ver página 4).

Activos crescem 20%

Até 31 de Dezembro do ano passado, os activos do sistema bancário registaram um crescimento de 20%, ao passarem de 13 biliões Kz em 2019 para quase 16 biliões em 2020. O BAI foi quem mais contribuiu para este 'bolo', já que fechou as contas a liderar o ranking dos 10 maiores bancos por activos, com um total de 3 biliões Kz, seguido pelo BF A, com 2,8 biliões Kz, o BPC, com 2,3 biliões e o Banco BIC, com 2 biliões Kz.

Já o crédito deu um salto de 23% ao sair de 2,7 biliões para 3,3 biliões no ano passado, O BIC foi, pelo segundo ano consecutivo, a instituição bancária com a maior carteira de crédito, com um total de 910 mil milhões Kz, seguido pelo Banco Caixa Angola, com 510 mil milhões e pelo Atlântico com 454 mil milhões Kwanzas (ver gráfico).

Por sua vez, os depósitos dos 21 bancos comerciais totalizaram 11,4 biliões, representando um aumento de 21% face aos 9,4 biliões de 2019.

2.5 BPC Imobiliária marca leilão inicial de activos

Jornal de Angola

Dia 22 De Maio de 2021

Texto: Victorino Joaquim e Isaque

Lourenço

O primeiro leilão do BPC Imobiliária acontece na sexta-feira, 28, quando é colocado para licitação um lote de 25 imóveis constituído por habitações, espaços comerciais e terrenos, anunciou o Banco de Poupança e Crédito numa nota de imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso.

Entre os 25 activos, o destaque recai para o Condomínio Quinta dos Coqueiros, localizado em

Luanda, numa área de 269 metros quadrados. Com um preço de 150 milhões de kwanzas, conta 18 residências do tipo T3 de dois pisos, de padrão médio alto, possuindo área social e um estacionamento de viatura privado. Contam-se dois restaurantes situados em Luanda, com preços que vão dos 246 milhões de kwanzas a algo mais de 430 milhões, havendo também um conjunto de prédios rústicos (terreno para a lavoura, pecuária, actividade extractiva ou mista), com espaços que vão dos 400 a 24 mil metros quadrados e preços situados de 32 milhões e 811 milhões de kwanzas.

O leilão é realizado na sequência do lançamento do programa de alienação de activos imobiliários, a 5 do corrente mês (Maio), pelo BPC Imobiliária, em transacções que ocorrem numa plataforma electrónica definida para a venda do conjunto de imóveis.

O BPC imobiliária solicita que os interessados em participar nos leilões visitem o "website" www.bpcimobiliaria.com, para aceder à informação relevante sobre a venda de imóveis, designadamente as regras e procedimentos para o registo de participantes; termos de referência; e prazos para a realização dos leilões, bem como os imóveis associados aos mesmos. Foi também disponibilizado um contacto telefónico (923339708) para a mesma finalidade.

239 activos

O BPC vai comercializar 239 imóveis, esperando obter um encaixe de 50 mil milhões de kwanzas em leilões projectados para o que afirma ser a "segurança, lisura e transparência", de acordo com as definições com as que o presidente do Conselho de Administração do banco apresentou às operações. Para André Lopes, a comercialização, a ser feita pela BPC Imobiliária (BPCI), decorre no processo de gestão e alienação do património "não core" (negócios não nucleares), onde existem 480 imóveis a nível nacional. Dos imóveis existentes, 66 por cento estão em zonas urbanas e 34 por cento em zonas rurais, sendo que cerca de 80 por cento dos imóveis estão concentrados nas províncias de Luanda, Bengo, Huíla e Benguela.

André Lopes considera que, com o lançamento do website da BPC imobiliária e a disponibilização da plataforma digital para realização dos leilões, estão criadas as condições logísticas, tecnológicas e legais, para iniciar o processo de alienação dos imóveis do BPC.

Assinalou que, com esse processo, inicia mais uma das várias actividades que integram o Plano de

Reestruturação do banco. De forma faseada, outros activos são levados a leilão num prazo de dois anos, com a oferta a constituir-se, em 66 por cento, em imóveis localizados em zonas urbanas e, 34 por cento, em zonas rurais. Cerca de 80 por cento estão concentrados nas províncias de Luanda, Bengo, Huíla e Benguela.

2.6 Reconversão da Economia Informal regista 15 pedidos de crédito

Jornal de Angola

Dia 26 De Maio de 2021

Texto: Ana Paulo

Total de 15 pedidos de crédito, avaliados em 61,3 milhões de kwanzas foi registado no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), na semana passada (17 a 21 de Maio), informou, ontem, o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João, que apresentava em Luanda, as actividades realizadas pelo sector, disse que desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.362 pedidos num valor aproximado de 5,5 mil milhões de kwanzas.

Do número de pedidos solicitados, na semana passada, foram efectivamente financiados a sete candidatos em quatro sectores de actividade, no valor de 16,9 milhões de kwanzas, sendo os produtos e Serviços da cadeia de agronegócio (13,4 milhões), logística e distribuição de produtos agroalimentares e de pesca (2,0 milhões), reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1,0 milhões) e processamento alimentar (500 mil).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 1,9 mil milhões de kwanzas. Desde a operacionalização da linha de microcrédito, foram criados 2.460 postos de trabalho.

Acesso ao crédito

Na semana em análise, avançou, não foram reportados novos projectos aprovados, sendo que transitaram para a banca 38 novos projectos e, no total, encontram-se em negociação na banca 95, dos quais 69 através do Aviso 10/20 do BNA, um da linha de crédito Deutsche Bank, igual número no Decreto Presidencial 98/20 (bens de origem nacional), e 24 no Programa de Apoio ao Crédito.

No geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) viabilizaram a aprovação de 780 projectos, perspectivando aproximadamente 50 mil postos de trabalho.

Os projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 539,9 mil milhões de kwanzas. No domínio do ambiente de negócios, o sector realizou várias acções em que se destaca o relacionado com a finalização da proposta de plano de acção de melhoria do ambiente de negócios para o ano 2021, bem como o do início de um ciclo de divulgação das reformas implementadas em 2020 e com impacto na avaliação do Banco Mundial.

Durante o período em análise, foram desbloqueados e entregues aos promotores cinco certificados de não devedores do INSS, somando já desde o início do ano, um total de 211 documentos diversos.

2.7 BAD com crédito para agronegócio, mas projectos chumbam por falta de qualidade

Jornal Expansão

28 De Maio de 2028

Texto: Franklim Sapirinha

A má qualidade dos projectos agro industriais está a condicionar o acesso a financiamento da linha de crédito do BAD (Banco Africano de Investimentos), que tem disponíveis até 30 milhões USD por empresa ou financiamento aprovado. Os projectos apresentados por empresários nacionais não correspondem às exigências para a obtenção do crédito e, por causa disso, são muito poucos os financiamentos aprovados, revelaram responsáveis do banco, durante uma videoconferência, realizada esta semana, em Luanda, onde esteve uma vez mais em evidência as dificuldades do sector financeiro para apoiar projectos de fomento à produção nacional.

A iniciativa, subordinada ao tema "Agroindústria, as oportunidades e os desafios do sector", foi realizada com o apoio da AIPLEX (Agência de Investimentos Privados e Promoção das Exportações de Angola), e teve precisamente o objectivo de ensinar os empresários a elaborar projectos de alto padrão, que correspondam às exigências da banca, e ajudar a ultrapassar as dificuldades na obtenção de financiamento para pôr os negócios na área da agricultura e pescas a andar.

O encontro contou com a participação de centena de empresários e membros da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que têm estado a trabalhar em parceria com a Afrochamber do Brasil desde Dezembro, na busca de cooperação ou partilha de técnicas e recursos humanos, para o desenvolvimento do sector da agroindústria.

Os preletores identificaram, durante a videoconferência, que a maior preocupação dos empresários angolanos prende-se com as dificuldades no acesso ao financiamento de projectos na agricultura, agropecuária, pescas e suinicultura.

"Por cá, há dificuldades de identificar projectos bem estruturados para serem financiados, sobretudo nas áreas da agroindústria, suinicultura e pescas", reconheceu Túlio Cravo, do BAD. O banco está disponível para financiar projectos, nestes sectores, com até 30 milhões USD por empresário ou empresa, montante que deve corresponder a 33% do total do investimento.

Túlio Cravo relata que o BAD tem chumbado a maior parte dos projectos que solicitam crédito, por "terem sido mal elaborados" e "por não respeitarem" requisitos técnicos, como estudos de viabilidade económica, estudos de impacto ambiental, de risco (privados ou soberanos). São ainda identificadas a falta de estruturas de contabilidade organizada, garantias bancárias ao crédito e, nalguns casos, "nota-se até a falta de conhecimento, por parte dos empresários, sobre o sector onde pretendem investir".

Vicente Soares, presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, espera muitas valências com o protocolo celebrado com a Afrochamber, além da promoção de relações comerciais entre os dois países. "Pretendemos com esta parceria poder beneficiar os nossos associados com mais oportunidades de formação empresarial, sobretudo na elaboração de projectos para a banca, a julgar pela experiência que os brasileiros possuem no domínio dos investimentos na agricultura, agropecuária, pescas e suinicultura", frisou.

Entretanto, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola está a preparar para breve uma acção de formação dedicada à elaboração de projectos de agricultura, agropecuária, pescas e suinicultura com estruturas aceites pelos bancos. Numa primeira fase, será seleccionada um grupo restrito de 50 empresários, incluindo membros das câmaras provinciais, que beneficiarão da acção de formação de formadores.

"O governo também tem programas de financiamento ao sector da agricultura e pescas, mas nós é que temos dificuldades de aceder a este crédito. Por isso, com esta iniciativa para capacitar os empresários em matéria de elaboração de projectos de negócios, desejamos reduzir os impedimentos no acesso ao crédito", assegurou Vicente Soares, presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola.

2.8 Crise nas empresas “empurra” mal parado para valores mais altos em seis meses

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Texto: Nelson Rodrigues

O malparado sobre o total de crédito do sistema bancário angolano voltou a subir, em Março, ao fixar-se nos 20,02%, o valor mais alto em seis meses, pressionado pela crise financeira e pela desvalorização cambial que está a penalizar as condições económicas das empresas e das famílias.

De acordo com cálculos do Expansão com base em dados do Banco Nacional de Angola (BNA), até finais de Março deste ano o stock de crédito do sector bancário era de 4,6 biliões Kz. Considerando um nível de malparado de 20,02% no período, significa que em Março o total do crédito de cobrança duvidosa era de 938 mil milhões Kz, o que representa um aumento de 11 % face aos 844,5 mil milhões de malparado na carteira de crédito dos bancos no final de Dezembro de 2020.

Depois de nos últimos anos o mal parado ter estado sempre a subir mês após mês, em 2020 começou a descer ligeiramente até que em Junho sofreu uma queda abrupta ao passar de 34,50% para 22,29%, devido à transferência de activos tóxicos do Banco de Poupança e Crédito (BPC) à Re-credit, que permitiu limpar o malparado dos balanços do maior banco público. Entretanto, agora voltou a subir para o valor mais alto em seis meses.

Analistas ouvidos pela Expansão justificam o crescimento do malparado com a pandemia da Covid-19, que, desde o início do ano passado, tem agravado ainda mais a situação financeira dos agentes económicos, com cortes nas receitas levando ao incumprimento junto da banca.

Este argumento já tinha sido usado pelo líder da Confederação Empresarial de Angola (CEA), Francisco Viana, no início da pandemia, quando qualificou de "calamidade económica" a situação de

dificuldades que atravessam vários empresários nestes tempos de pandemia, o que os leva, na opinião desse líder associativo, ao não cumprimento das obrigações com créditos, além de apontar que algumas das operações de empréstimos saíram dos bancos ao abrigo de "esquemas".

"A pandemia acabou por matar pouco que restava; a partir do momento que as empresas não facturam, também não têm dinheiro para fazer face aos seus compromissos e, pior ainda, é que isto ficou como uma bola de neve: as empresas que me devem a mim não me pagam, porque alegam também que as empresas que lhes devem a eles não lhes pagam. Todo o mundo culpa todo o mundo", aponta o empresário.

Analistas culpam conjuntura económica

O economista Alberto Vunge, que considerou de "normal" o 'sobe e desce' do malparado, apresentou um conjunto de factores para a explicar o aumento do malparado, com destaque para as dificuldades que atravessam as empresas e famílias. "São vários os factores que podem explicar a degradação deste indicador no período aludido [Março], sendo o principal-as dificuldades que as empresas e as famílias, contra-partes nos contratos de créditos, passam. É preciso perceber que os factores que condicionam negativamente a capacidade das famílias e das empresas na sua capacidade de gerar riquezas ainda estão bem presentes", explica. Segundo ainda Alberto Vunge, face a esta crise por que passam empresas e famílias, o sector bancário também tem desenvolvido estratégias para a preservação do seu património e redução dos níveis de exposição a que os seus balanços patrimoniais apresentam.

"Mas é preciso dar nota que essas medidas não retroagem, do ponto de vista dos impactos. O que estamos a dizer é que os créditos que vêm de trás vão continuar a representar risco de degradação do rácio de mal parado", salientou o analista económico.

Por sua vez, o economista Wilson Chimoco não descarta a hipótese de que a subida do malparado tenha na base os novos créditos libertados ao abrigo do Aviso 10. "Poderá ser reflexo do incremento do montante de crédito que se tem registado, particularmente, o crédito ao abrigo do aviso 10 do BNA, considerou.

Às várias causas da subida do mal parado, Chimoco soma ainda a conjuntura económica, que tem influenciado no adiamento dos compromissos das empresas junto da banca. "Os primeiros meses do ano são desafiantes a nível da captação de receitas. E, em muitos casos, as empresas sentem-se na

obrigação de honrar com as suas obrigações operacionais e postergar as obrigações financeiras o que acaba por penalizar o rácio", aponta o economista.

Saída é cortar exposição ao crédito...

Ao analisar as possibilidades para contornar a subida do malparado, Alberto Vunge diz que uma das estratégias adoptadas pelos bancos comerciais tem sido a redução da exposição do negócio ao crédito. "Há muitos factores estruturais que aprofundam o risco do crédito à economia. A banca sabe disso, o BNA e o Executivo também o sabem, prova disto são os vários instrumentos administrativos pensados para forçar a banca a conceder crédito à economia. Mas claro está que esta estratégia, vista numa perspectiva mais global, é perniciosa para a economia", disse.

É por isso que no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) lançado em 2018 os bancos só começaram a financiar mais o programa quando foram obrigados a conceder crédito através da publicação do Aviso 10/20 do BNA. Nesta fase, longe de cumprir o mínimo de créditos exigidos (ver página 29), os bancos ainda preferem pagar multas ao banco central em vez de conceder crédito. "irresponsável", conforme têm admitido vários bancários ao Expansão.

2.9 Economia informal regista 15 pedidos para micro-crédito

Jornal Economia e Finanças

28 De Maio de 2021

Texto: Ana Paulo

Um total de 15 pedidos de crédito, avaliados em 61,3 milhões de kwanzas foi registado no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), na semana passada (17 a 21 de Maio), informou, o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João, que apresentava em Luanda, as actividades realizadas pelo sector, disse que desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.362 pedidos num valor aproximado de 5,5 mil milhões de kwanzas.

Do número de pedidos solicitados, na semana passada, foram efectivamente financiados sete candidatos em quatro sectores de actividade, no valor de 16,9 milhões de kwanzas, sendo os produtos e Serviços da cadeia de agro-negócio (13,4 milhões),

logística e distribuição de produtos agro-alimentar e de pesca (2,0 milhões), reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1,0 milhões) e processamento alimentar (500 mil).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 1,9 mil milhões de kwanzas. Desde a operacionalização da linha de microcrédito, foram criados 2.460 postos de trabalho.

Acesso ao crédito

Na semana em análise, avançou, não foram reportados novos projectos aprovados, sendo que transitaram para a banca 38 novos projectos e, no total, encontram-se em negociação na banca 95, dos quais 69 através do Aviso 10/20 do BNA, um da linha de crédito Deutsche Bank, igual número no Decreto Presidencial 98/20 (bens de origem nacional), e 24 no Programa de Apoio ao Crédito.

No geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) viabilizaram a aprovação de 780 projectos, perspectivando aproximadamente 50 mil postos de trabalho.

Os projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 539,9 mil milhões de kwanzas. No domínio do ambiente de negócios, o sector realizou várias acções em que se destaca o relacionado com a finalização da proposta de plano de acção de melhoria do ambiente de negócios para o ano 2021, bem como o do início de um ciclo de divulgação das reformas implementadas em 2020 e com impacto na avaliação do Banco Mundial.

Durante o período em análise, foram desbloqueados e entregues aos promotores cinco certificados de não devedores do INSS, somando já desde o início do ano, um total de 211 documentos diversos.

2.10 O nosso sistema bancário

Jornal de Angola

Dia 28 De Maio de 2021

Numa altura em que se levanta a questão, além de iniciativas legislativas e políticas, de se proporcionar maior independência ao Banco Central para alegadamente melhor desempenhar a função e atribuição que lhe cabe, muitos estarão a interrogar-se sobre os últimos acontecimentos relacionados com a posse e tentativa de transferência para o exterior de elevadas somas por parte de um oficial superior das

Forças Armadas Angolanas (FAA). Acreditamos todos que, no quadro da economia de mercado e a julgar por recomendações das instituições financeiras internacionais, grande parte delas oportunas inclusive para tornar atractivo o mercado angolano, faz todo o sentido que se conceda maior independência ao BNA. Que haja interdependência entre as instituições, pesos, contrapesos e que, entre as atribuições e funções do Banco Central, haja obviamente o esperado alinhamento com o poder político, democraticamente eleito, na prossecução da política económica, monetária e financeira.

Além das atribuições tradicionais do banco emissor da moeda nacional, esperamos todos que, no âmbito do processo de regulação do sistema bancário nacional, o BNA tenha mecanismos robustos que inviabilizem práticas financeiras criminosas.

Depois do sucedido, alegadamente com "um banco comercial" através do qual se diz que legalmente ocorreu o levantamento legal do referido montante estimado em 10 milhões de dólares, afigura-se como grave os indícios avançados pelo BNA quando aponta para a possibilidade de bancos comerciais viabilizarem presumíveis práticas financeiras criminosas.

Se a operação bancária ocorreu legalmente, tal como alega o Banco Central, percebe-se com muita dificuldade a intenção anunciada pelo BNA de abrir um inquérito.

Em todo o caso, as hipóteses levantadas sobre práticas de lavagem de dinheiro, branqueamento de capitais e outras rotinas conexas são de gravidade extrema, numa altura em que o país precisa de se livrar de experiências que prejudicaram muito Angola. O país aderiu a convenções e produziu legislação que serve para dinamizar o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e, como se espera, precisa de continuar a fazer prova de que os compromissos assumidos com entidades estrangeiras são irreversíveis na garantia de segurança do mercado bancário angolano.

Urge, da parte das instituições bancárias, a começar pelo BNA, certificar-se de que o caso do major em posse de elevadas somas de dinheiro em moeda nacional e estrangeira, de origem injustificável, tenha sido mesmo um caso pontual.

Não podemos voltar ao período em que as instituições bancárias nacionais viram "cortadas" as relações de correspondência com as similares e que, por via dessa realidade, o país viu-se afastado do sistema bancário e financeiro internacional com a

supressão de fluxos da principal moeda de reserva internacional.

O sistema bancário e financeiro nacional precisa de se livrar de práticas que comprometem todo o país e de vulnerabilidades que viabilizam práticas previstas como crimes na legislação angolana.

2.11 BAD com crédito para agronegócio, mas projectos chumbam por falta de qualidade

Jornal Expansão

28 De Maio de 2028

Texto: Franklim Sapirinha

A má qualidade dos projectos agro industriais está a condicionar o acesso a financiamento da linha de crédito do BAD (Banco Africano de Investimentos), que tem disponíveis até 30 milhões USD por empresa ou financiamento aprovado. Os projectos apresentados por empresários nacionais não correspondem às exigências para a obtenção do crédito e, por causa disso, são muito poucos os financiamentos aprovados, revelaram responsáveis do banco, durante uma videoconferência, realizada esta semana, em Luanda, onde esteve uma vez mais em evidência as dificuldades do sector financeiro para apoiar projectos de fomento à produção nacional.

A iniciativa, subordinada ao tema "Agroindústria, as oportunidades e os desafios do sector", foi realizada com o apoio da AIPEX (Agência de Investimentos Privados e Promoção das Exportações de Angola), e teve precisamente o objectivo de ensinar os empresários a elaborar projectos de alto padrão, que correspondam às exigências da banca, e ajudar a ultrapassar as dificuldades na obtenção de financiamento para pôr os negócios na área da agricultura e pescas a andar.

O encontro contou com a participação de centena de empresários e membros da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que têm estado a trabalhar em parceria com a Afrochamber do Brasil desde Dezembro, na busca de cooperação ou partilha de técnicas e recursos humanos, para o desenvolvimento do sector da agroindústria.

Os preletores identificaram, durante a videoconferência, que a maior preocupação dos empresários angolanos prende-se com as dificuldades no acesso ao financiamento de projectos na agricultura, agropecuária, pescas e suinicultura.

"Por cá, há dificuldades de identificar projectos bem estruturados para serem financiados, sobretudo nas áreas da agroindústria, suinicultura e pescas", reconheceu Túlio Cravo, do BAD. O banco está disponível para financiar projectos, nestes sectores, com até 30 milhões USD por empresário ou empresa, montante que deve corresponder a 33% do total do investimento.

Túlio Cravo relata que o BAD tem chumbado a maior parte dos projectos que solicitam crédito, por "terem sido mal elaborados" e "por não respeitarem" requisitos técnicos, como estudos de viabilidade económica, estudos de impacto ambiental, de risco (privados ou soberanos). São ainda identificadas a falta de estruturas de contabilidade organizada, garantias bancárias ao crédito e, nalguns casos, "notase até a falta de conhecimento, por parte dos empresários, sobre o sector onde pretendem investir".

Vicente Soares, presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, espera muitas valências com o protocolo celebrado com a Afrochamber, além da promoção de relações comerciais entre os dois países. "Pretendemos com esta parceria poder beneficiar os nossos associados com mais oportunidades de formação empresarial, sobretudo na elaboração de projectos para a banca, a julgar pela experiência que os brasileiros possuem no domínio dos investimentos na agricultura, agropecuária, pescas e suinicultura", frisou.

Entretanto, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola está a preparar para breve uma acção de formação dedicada à elaboração de projectos de agricultura, agropecuária, pescas e suinicultura com estruturas aceites pelos bancos. Numa primeira fase, será seleccionada um grupo restrito de 50 empresários, incluindo membros das câmaras provinciais, que beneficiarão da acção de formação de formadores.

"O governo também tem programas de financiamento ao sector da agricultura e pescas, mas nós é que temos dificuldades de aceder a este crédito. Por isso, com esta iniciativa para capacitar os empresários em matéria de elaboração de projectos de negócios, desejamos reduzir os impedimentos no acesso ao crédito", assegurou Vicente Soares, presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola.

2.12 Bancos comerciais só concederam um terço dos créditos exigidos pelo BNA

Jornal de Angola

28 De Maio de 2021

O alargamento do prazo para fim de Abril para Dezembro não acelerou o financiamento dos bancos ao Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), sendo que, até Abril apenas um terço dos 460 créditos exigidos ao abrigo do Aviso 10/20 do BNA tinham sido desembolsados pelas instituições financeiras.

O Aviso 10/20 impõe o cumprimento de dois critérios. Um relativo a um mínimo de 460 financiamentos a conceder por 20 bancos. O segundo critério impõe o cumprimento de um valor mínimo por banco, equivalente a 2,5% do seu activo líquido.

No mês passado foram financiados 11 novos projectos no valor de 14,6 mil milhões Kz, perfazendo um total de 171 créditos já concedidos e desembolsados 262,6 mil milhões Kz. Conforme a informação disponível no site do BNA, até Abril apenas dois bancos comerciais cumpriram com o mínimo de projectos financiados. Trata-se do Banco de Negócios Internacional (BNI) que já financiou 17,7 mil milhões Kz em 26 projectos e do Banco Yetu que desembolsou 2,4 milhões Kz em 20 projectos (ver tabela).

Assim, para cumprir o objectivo dos 460 projectos, faltam 289 novos créditos, sendo que 54 já foram aprovados mas não foram desbloqueadas as verbas. Quanto ao segundo critério, os vinte bancos que constam na lista do BNA estão obrigados a dar um mínimo (em conjunto) de 179,1 mil milhões Kz, mas até Abril já concederam 262,6 mil milhões, 147% acima do exigido. Só cinco bancos ainda não cumpriram o critério dos valores mínimos.

A fraca preparação dos projectos e planos de negócios, bem como a inexperiência dos proprietários dos projectos nos negócios a que se candidatam para financiamento são apontados por especialistas como as razões para a generalidade dos bancos fugirem da concessão de crédito.

De fora do aviso ficaram o Banco de Poupança e Crédito (BPC) devido à reestruturação em curso, e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), pela sua vocação que é o financiamento ao desenvolvimento.

O Banco Sol, Banco Económico e o Standard Chartered Bank Angola ficaram de fora da lista, alterando assim o número inicial de projectos a de 520 para 460.

2.13 Crise nas empresas “empurra” mal parado para valores mais altos em seis meses

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Texto: Nelson Rodrigues

O malparado sobre o total de crédito do sistema bancário angolano voltou a subir, em Março, ao fixar-se nos 20,02%, o valor mais alto em seis meses, pressionado pela crise financeira e pela desvalorização cambial que está a penalizar as condições económicas das empresas e das famílias.

De acordo com cálculos do Expansão com base em dados do Banco Nacional de Angola (BNA), até finais de Março deste ano o stock de crédito do sector bancário era de 4,6 biliões Kz. Considerando um nível de malparado de 20,02% no período, significa que em Março o total do crédito de cobrança duvidosa era de 938 mil milhões Kz, o que representa um aumento de 11 % face aos 844,5 mil milhões de malparado na carteira de crédito dos bancos no final de Dezembro de 2020.

Depois de nos últimos anos o mal parado ter estado sempre a subir mês após mês, em 2020 começou a descer ligeiramente até que em Junho sofreu uma queda abrupta ao passar de 34,50% para 22,29%, devido à transferência de activos tóxicos do Banco de Poupança e Crédito (BPC) à Re-credit, que permitiu limpar o malparado dos balanços do maior banco público. Entretanto, agora voltou a subir para o valor mais alto em seis meses.

Analistas ouvidos pela Expansão justificam o crescimento do malparado com a pandemia da Covid-19, que, desde o início do ano passado, tem agravado ainda mais a situação financeira dos agentes económicos, com cortes nas receitas levando ao incumprimento junto da banca.

Este argumento já tinha sido usado pelo líder da Confederação Empresarial de Angola (CEA), Francisco Viana, no início da pandemia, quando

qualificou de "calamidade económica" a situação de dificuldades que atravessam vários empresários nestes tempos de pandemia, o que os leva, na opinião desse líder associativo, ao não cumprimento das obrigações com créditos, além de apontar que algumas das operações de empréstimos saíram dos bancos ao abrigo de "esquemas".

"A pandemia acabou por matar pouco que restava; a partir do momento que as empresas não facturam, também não têm dinheiro para fazer face aos seus compromissos e, pior ainda, é que isto ficou como uma bola de neve: as empresas que me devem a mim não me pagam, porque alegam também que as empresas que lhes devem a eles não lhes pagam. Todo o mundo culpa todo o mundo", aponta o empresário.

Analistas culpam conjuntura económica. O economista Alberto Vunge, que considerou de "normal" o 'sobe e desce' do malparado, apresentou um conjunto de factores para a explicar o aumento do malparado, com destaque para as dificuldades que atravessam as empresas e famílias. "São vários os factores que podem explicar a degradação deste indicador no período aludido [Março], sendo o principal-as dificuldades que as empresas e as famílias, contra-partes nos contratos de créditos, passam. É preciso perceber que os factores que condicionam negativamente a capacidade das famílias e das empresas na sua capacidade de gerar riquezas ainda estão bem presentes", explica. Segundo ainda Alberto Vunge, face a esta crise por que passam empresas e famílias, o sector bancário também tem desenvolvido estratégias para a preservação do seu património e redução dos níveis de exposição a que os seus balanços patrimoniais apresentam.

"Mas é preciso dar nota que essas medidas não retroagem, do ponto de vista dos impactos. O que estamos a dizer é que os créditos que vêm de trás vão continuar a representar risco de degradação do rácio de mal parado", salientou o analista económico.

Por sua vez, o economista Wilson Chimoco não descarta a hipótese de que a subida do malparado tenha na base os novos créditos libertados ao abrigo do Aviso 10. "Poderá ser reflexo do incremento do montante de crédito que se tem registado, particularmente, o crédito ao abrigo do aviso 10 do BNA, considerou.

Às várias causas da subida do mal parado, Chimoco soma ainda a conjuntura económica, que tem influenciado no adiamento dos compromissos das empresas junto da banca. "Os primeiros meses do ano são desafiantes a nível da captação de receitas. E, em muitos casos, as empresas sentem-se na

obrigação de honrar com as suas obrigações operacionais e postergar as obrigações financeiras o que acaba por penalizar o rácio", aponta o economista.

Saída é cortar exposição ao crédito...

Ao analisar as possibilidades para contornar a subida do malparado, Alberto Vunge diz que uma das estratégias adoptadas pelos bancos comerciais tem sido a redução da exposição do negócio ao crédito. "Há muitos factores estruturais que aprofundam o risco do crédito à economia. A banca sabe disso, o BNA e o Executivo também o sabem, prova disto são os vários instrumentos administrativos pensados para forçar a banca a conceder crédito à economia. Mas claro está que esta estratégia, vista numa perspectiva mais global, é perniciosa para a economia", disse.

É por isso que no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) lançado em 2018 os bancos só começaram a financiar mais o programa quando foram obrigados a conceder crédito através da publicação do Aviso 10/20 do BNA. Nesta fase, longe de cumprir o mínimo de créditos exigidos (ver página 29), os bancos ainda preferem pagar multas ao banco central em vez de conceder crédito. "irresponsável", conforme têm admitido vários bancários ao Expansão.

2.14 Economia informal regista 15 pedidos para micro-crédito

Jornal Economia e Finanças

28 De Maio de 2021

Texto: Ana Paulo

Um total de 15 pedidos de crédito, avaliados em 61,3 milhões de kwanzas foi registado no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), na semana passada (17 a 21 de Maio), informou, o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João, que apresentava em Luanda, as actividades realizadas pelo sector, disse que desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.362 pedidos num valor aproximado de 5,5 mil milhões de kwanzas.

Do número de pedidos solicitados, na semana passada, foram efectivamente financiados sete candidatos em quatro sectores de actividade, no valor de 16,9 milhões de kwanzas, sendo os produtos e Serviços da cadeia de agro-negócio (13,4 milhões),

logística e distribuição de produtos agroalimentar e de pesca (2,0 milhões), reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1,0 milhões) e processamento alimentar (500 mil).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 1,9 mil milhões de kwanzas. Desde a operacionalização da linha de microcrédito, foram criados 2.460 postos de trabalho.

Acesso ao crédito

Na semana em análise, avançou, não foram reportados novos projectos aprovados, sendo que transitaram para a banca 38 novos projectos e, no total, encontram-se em negociação na banca 95, dos quais 69 através do Aviso 10/20 do BNA, um da linha de crédito Deutsche Bank, igual número no Decreto Presidencial 98/20 (bens de origem nacional), e 24 no Programa de Apoio ao Crédito.

No geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) viabilizaram a aprovação de 780 projectos, perspectivando aproximadamente 50 mil postos de trabalho.

Os projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 539,9 mil milhões de kwanzas. No domínio do ambiente de negócios, o sector realizou várias acções em que se destaca o relacionado com a finalização da proposta de plano de acção de melhoria do ambiente de negócios para o ano 2021, bem como o do início de um ciclo de divulgação das reformas implementadas em 2020 e com impacto na avaliação do Banco Mundial.

Durante o período em análise, foram desbloqueados e entregues aos promotores cinco certificados de não devedores do INSS, somando já desde o início do ano, um total de 211 documentos diversos.

2.15 O nosso sistema bancário

Jornal de Angola

Dia 28 De Maio de 2021

Numa altura em que se levanta a questão, além de iniciativas legislativas e políticas, de se proporcionar maior independência ao Banco Central para alegadamente melhor desempenhar a função e atribuição que lhe cabe, muitos estarão a interrogar-se sobre os últimos acontecimentos relacionados com a posse e tentativa de transferência para o exterior de elevadas somas por parte de um oficial superior das

Forças Armadas Angolanas (FAA). Acreditamos todos que, no quadro da economia de mercado e a julgar por recomendações das instituições financeiras internacionais, grande parte delas oportunas inclusive para tornar atractivo o mercado angolano, faz todo o sentido que se conceda maior independência ao BNA. Que haja interdependência entre as instituições, pesos, contrapesos e que, entre as atribuições e funções do Banco Central, haja obviamente o esperado alinhamento com o poder político, democraticamente eleito, na prossecução da política económica, monetária e financeira.

Além das atribuições tradicionais do banco emissor da moeda nacional, esperamos todos que, no âmbito do processo de regulação do sistema bancário nacional, o BNA tenha mecanismos robustos que inviabilizem práticas financeiras criminosas.

Depois do sucedido, alegadamente com "um banco comercial" através do qual se diz que legalmente ocorreu o levantamento legal do referido montante estimado em 10 milhões de dólares, afigura-se como grave os indícios avançados pelo BNA quando aponta para a possibilidade de bancos comerciais viabilizarem presumíveis práticas financeiras criminosas.

Se a operação bancária ocorreu legalmente, tal como alega o Banco Central, percebe-se com muita dificuldade a intenção anunciada pelo BNA de abrir um inquérito.

Em todo o caso, as hipóteses levantadas sobre práticas de lavagem de dinheiro, branqueamento de capitais e outras rotinas conexas são de gravidade extrema, numa altura em que o país precisa de se livrar de experiências que prejudicaram muito Angola. O país aderiu a convenções e produziu legislação que serve para dinamizar o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e, como se espera, precisa de continuar a fazer prova de que os compromissos assumidos com entidades estrangeiras são irreversíveis na garantia de segurança do mercado bancário angolano.

Urge, da parte das instituições bancárias, a começar pelo BNA, certificar-se de que o caso do major em posse de elevadas somas de dinheiro em moeda nacional e estrangeira, de origem injustificável, tenha sido mesmo um caso pontual.

Não podemos voltar ao período em que as instituições bancárias nacionais viram "cortadas" as relações de correspondência com as similares e que, por via dessa realidade, o país viu-se afastado do sistema bancário e financeiro internacional com a

supressão de fluxos da principal moeda de reserva internacional.

O sistema bancário e financeiro nacional precisa de se livrar de práticas que comprometem todo o país e de vulnerabilidades que viabilizam práticas previstas como crimes na legislação angolana.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Reconversão da economia informal não resolve a precariedade da relação laboral

Jornal Expansão
7 De Maio de 2021

A ideia de que a solução para se 'acabar' com a economia informal passa pela formalização dos negócios não é nova e foi antes e tem sido amplamente estudada e debatida. A título de exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento dedicou uma sessão sobre este assunto na sua última "escola de verão", tendo para o efeito convidado renomados especialistas.

Os países em desenvolvimento são normalmente caracterizados por uma fraca capacidade de taxação, devido à alta taxa de informalidade e ausência de uma economia capitalista dinâmica. Hoje acredita-se que a informalização do mercado de trabalho em vários contextos pode ser vista como um produto da regulamentação excessiva do Estado. Por outras palavras, as intervenções no mercado por parte do Estado, por via da regulamentação, podem ter como resultado barreiras à entrada no mercado formal de trabalho. Pelo que, por meio de processos de privatização, desregulamentação do mercado de trabalho e liberalização dos fluxos de capitais e do comércio, espera-se que essa situação seja revertida.

Em Angola, o Ministério da Economia e Planeamento apresentou no ano passado a "Estratégia de Transição da Economia Informal". O que depreendemos do documento trata-se mais de uma estratégia de reconversão de agentes económicos hoje no sector informal para o formal i.e. uma via para a legalização da sua actividade com vista ao pagamento de impostos. O Executivo estima que a economia informal movimentava entre 43 a 64 mil milhões de dólares. Essa preocupação surge agora devido à actual crise que o País enfrenta, que faz com que o Executivo tenha que compensar a queda das receitas fiscais do sector petrolífero com receitas provenientes dos demais sectores.

Muito se tem falado sobre o sector informal da economia, especialmente sobre os prejuízos que esta "informalidade" causa à economia de Angola. Se por um lado muitos agentes económicos mantêm-se na informalidade devido ao excesso de burocracia na

hora de regularizar os seus negócios, por outro lado existem também agentes que alegam a falta de incentivo para formalizarem os negócios, especialmente quando os custos da formalização são altos e outros na mesma condição, conseguem operar no mercado causando uma concorrência desleal. Por ex., o Boletim Estatístico da Contratação Pública Angolana (2014, 2015) mostra que as empresas não cadastradas ficaram com mais de 86.9% do total de cabimentos ao passo que as cadastradas não passavam dos 13.1%.

Acreditamos que qualquer solução para a economia informal precisa identificar quem serão os principais destinatários i.e. operadores económicos informais ou a força de trabalho que não encontrando oportunidades no sector formal da economia vê-se adversamente inserida no mercado de trabalho informal? Esta distinção é de extrema importância visto que a solução para uns e outros difere. Em Angola, de acordo com a "Estratégia de Transição da Economia Informal" do Executivo, vai ser prestada apenas atenção para os operadores económicos informais, deixando de lado um problema cada vez mais crescente (tanto nos países ricos como nos países em desenvolvimento) relacionado com aquela força de trabalho que vê deteriorar a sua situação laboral.

Por ex., a flexibilização da Lei Geral do Trabalho (LGT) em 2015 foi justificada como necessária para criar estabilidade nos postos de trabalho e, claro, tornar o mercado angolano mais competitivo na atracção de investimento directo estrangeiro. Porém, essa mesma medida pode ter contribuído para o aumento da informalização das relações de trabalho em Angola. Afinal, passar o tempo máximo de contrato por tempo determinado de 12 meses para 5 anos (para as grandes empresas) e 10 anos (para as pequenas e médias empresas), conforme o Artigo 170, ou deixar com que os aspectos relacionados com a mudança temporária e definitiva do trabalhador (artigo 78º e artigo 80º) sejam regulados por um acordo entre as partes, quando se sabe que num contexto em que o acesso ao mercado formal de trabalho é difícil, como agora devido à pandemia da Covid-19, faz com que o poder negocial dos trabalhadores seja coartado.

Então, como podem os trabalhadores contar com o apoio do Estado nessa luta para redução da precariedade laboral, quando sendo o Estado o principal empregador é igualmente o que mais promove essa mesma precariedade? A solução passa pelo fortalecimento do sector empresarial privado, apostando em sectores capazes de gerarem o que a literatura denomina de 'increasing returns', i.e., economia de escala. Um desses sectores é a indústria

transformadora, onde quanto maior for a produção, através de um processo de eficiência operacional, o custo por unidade pode ser reduzido.

Enfim, a reconversão da economia informal poderá contribuir para o tão desejado aumento das receitas fiscais. Porém, esse processo é distinto de um outro necessário para se acabar com a precariedade das relações laborais em Angola, susceptível de gerar tensões sociais.

3.2 Reconversão da economia informal não resolve a precariedade da relação laboral

Jornal Expansão
7 De Maio de 2021

A ideia de que a solução para se 'acabar' com a economia informal passa pela formalização dos negócios não é nova e foi antes e tem sido amplamente estudada e debatida. A título de exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento dedicou uma sessão sobre este assunto na sua última "escola de verão", tendo para o efeito convidado renomados especialistas.

Os países em desenvolvimento são normalmente caracterizados por uma fraca capacidade de taxaço, devido à alta taxa de informalidade e ausência de uma economia capitalista dinâmica. Hoje acredita-se que a informalização do mercado de trabalho em vários contextos pode ser vista como um produto da regulamentação excessiva do Estado. Por outras palavras, as intervenções no mercado por parte do Estado, por via da regulamentação, podem ter como resultado barreiras à entrada no mercado formal de trabalho. Pelo que, por meio de processos de privatização, desregulamentação do mercado de trabalho e liberalização dos fluxos de capitais e do comércio, espera-se que essa situação seja revertida.

Em Angola, o Ministério da Economia e Planeamento apresentou no ano passado a "Estratégia de Transição da Economia Informal". O que depreendemos do documento trata-se mais de uma estratégia de reconversão de agentes económicos hoje no sector informal para o formal i.e. uma via para a legalização da sua actividade com vista ao pagamento de impostos. O Executivo estima que a economia informal movimenta entre 43 a 64 mil milhões de dólares. Essa preocupação surge agora devido à actual crise que o País enfrenta, que faz com que o Executivo tenha que compensar a queda das receitas fiscais do sector petrolífero com receitas provenientes dos demais sectores.

Muito se tem falado sobre o sector informal da economia, especialmente sobre os prejuízos que esta "informalidade" causa à economia de Angola. Se por um lado muitos agentes económicos mantêm-se na informalidade devido ao excesso de burocracia na hora de regularizar os seus negócios, por outro lado existem também agentes que alegam a falta de incentivo para formalizarem os negócios, especialmente quando os custos da formalização são altos e outros na mesma condição, conseguem operar no mercado causando uma concorrência desleal. Por ex., o Boletim Estatístico da Contratação Pública Angolana (2014, 2015) mostra que as empresas não cadastradas ficaram com mais de 86.9% do total de cabimentos ao passo que as cadastradas não passavam dos 13.1%.

Acreditamos que qualquer solução para a economia informal precisa identificar quem serão os principais destinatários i.e. operadores económicos informais ou a força de trabalho que não encontrando oportunidades no sector formal da economia vê-se adversamente inserida no mercado de trabalho informal? Esta distinção é de extrema importância visto que a solução para uns e outros difere. Em Angola, de acordo com a "Estratégia de Transição da Economia Informal" do Executivo, vai ser prestada apenas atenção para os operadores económicos informais, deixando de lado um problema cada vez mais crescente (tanto nos países ricos como nos países em desenvolvimento) relacionado com aquela força de trabalho que vê deteriorar a sua situação laboral.

Por ex., a flexibilização da Lei Geral do Trabalho (LGT) em 2015 foi justificada como necessária para criar estabilidade nos postos de trabalho e, claro, tornar o mercado angolano mais competitivo na atracção de investimento directo estrangeiro. Porém, essa mesma medida pode ter contribuído para o aumento da informalização das relações de trabalho em Angola. Afinal, passar o tempo máximo de contrato por tempo determinado de 12 meses para 5 anos (para as grandes empresas) e 10 anos (para as pequenas e médias empresas), conforme o Artigo 170, ou deixar com que os aspectos relacionados com a mudança temporária e definitiva do trabalhador (artigo 78º e artigo 80º) sejam regulados por um acordo entre as partes, quando se sabe que num contexto em que o acesso ao mercado formal de trabalho é difícil, como agora devido à pandemia da Covid-19, faz com que o poder negocial dos trabalhadores seja coartado.

Então, como podem os trabalhadores contar com o apoio do Estado nessa luta para redução da precariedade laboral, quando sendo o Estado o principal empregador é igualmente o que mais

promove essa mesma precariedade? A solução passa pelo fortalecimento do sector empresarial privado, apostando em sectores capazes de gerarem o que a literatura denomina de 'increasing returns', i.e., economia de escala. Um desses sectores é a indústria transformadora, onde quanto maior for a produção, através de um processo de eficiência operacional, o custo por unidade pode ser reduzido.

Enfim, a reconversão da economia informal poderá contribuir para o tão desejado aumento das receitas fiscais. Porém, esse processo é distinto de um outro necessário para se acabar com a precariedade das relações laborais em Angola, susceptível de gerar tensões sociais.

3.3 Sector informal absorve Kz 5'5,1 milhões

Jornal Economia e Finanças
7 De Maio de 2021

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) concedeu, na semana finda, cerca de Z7 pedidos de crédito, num valor de kz 55,1 milhões.

Desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, avança a fonte, foram registados 2.194 pedidos num valor aproximado de kz 5,2 mil milhões. Do número de pedidos solicitados, na semana finda foram financiados 20 candidatos em três sectores de actividade, no valor de kz 29,2 milhões, sendo os produtos e serviços da cadeia de agro-negócio Com 17,8 milhões, logística e distribuição de produtos agro-alimentar e de pesca (10,4 milhões), e processamento alimentar (1 milhão).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em kz 1,7 mil milhões. O produto financeiro do Decreto Presidencial 98/20 permitiu a formalização de 814 micro e pequenas empresas, sendo que até ao final de 2022, a meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional é a formalização de Z mil micro-empresendedores.

Para este ano, a programação é de 750 de micro-empresendedores formalizados, sendo que em ZOZ1 já foram formalizados 564.19. Desde a operacionalização da linha de micro-crédito, foram criados 2.322 postos de emprego, dos quais 1.192, a micro-empresendedores do sexo feminino e 1.126 masculino.

3.4 Mercado municipal do Kicolo conta com uma nova gestão

Jornal de Angola
10 De Maio de 2021
Texto: Manuel Barros

Administração Municipal de Cacuaco, na província de Luanda, assumiu provisoriamente a gestão do mercado do Kicolo, desde a semana finda, devido ao incumprimento contratual do antigo gestor, que ficou quatro meses sem fazer o depósito de 30 por cento das receitas arrecadadas, na Conta Única do Tesouro (CUT), segundo o administrador Auzílio Jacob.

"A dada altura, a gestão do mercado deixou de cumprir com as prestações que estavam plasmadas nas cláusulas contratuais, que eram de 30 por cento das receitas arrecadadas, mesmo depois do envio de uma série de notificações", esclareceu o administrador de Cacuaco.

Segundo Auzílio Jacob, houve oscilação naquilo que se depositava na Conta Única do Tesouro (CUT), até que o gestor do mercado deixou de o fazer, a partir do passado mês de Janeiro do corrente ano.

"Foram quatro meses de ausência total de depósitos na CUT e tivemos de informar à governadora de Luanda. Convidámos a gestão do mercado a ter um encontro com a Administração Municipal, mas mesmo assim não quis alterar o seu comportamento", revelou Auzílio Jacob.

Informou que recebeu uma indicação da governadora de Luanda, Joana Lina, que recomendava que "se houvesse insistência no procedimento, deveria recorrer-se à cláusula de rescisão, cumprindo com todos os pressupostos legais, para ter respaldo jurídico".

O administrador municipal confirma haver actas de reuniões em que eram manifestados os incumprimentos, que culminaram com a rescisão contratual.

"Temos actas de reuniões em que manifestávamos os incumprimentos por parte da gestão do mercado, que despoletaram na rescisão contratual definitiva com o referido grupo empresarial", afirmou o administrador.

O antigo administrador do mercado do Kicolo, José Bonifácio, pertencente ao Grupo Manico Henda e Filhos Lda, diz não ter recebido nenhum aviso prévio e que os agentes da Fiscalização da Administração Municipal de Cacuo lhe informaram que tinham ordens superiores para encerrar a administração do mercado.

Acrescentou que o Grupo Manico não deve quatro meses, mas apenas o mês de Abril do ano em curso, o que contraria as versões da Administração de Cacuo.

José Bonifácio disse ter sido surpreendido com o posicionamento da Administração de Cacuo, numa altura em que estavam preparados para fazer o depósito na Conta Única do Tesouro. "Fomos surpreendidos com esta decisão e depostos das nossas funções", disse, tendo acrescentado que, com a suspensão da sua gestão, terão prejuízos de mais de 18 milhões de kwanzas e cerca de 300 trabalhadores ficaram afectados.

Concurso público

Para o contínuo funcionamento do mercado do Kicolo foi criada uma comissão de gestão, que também vai preparar o concurso público, daqui há cinco meses, para se encontrar outro gestor, de acordo com a orientação da governadora de Luanda.

Enquanto se aguarda pelo concurso público, todos os vendedores podem apresentar as suas inquietações e cumprir com as suas obrigações normalmente.

O administrador de Cacuo afirmou que a nova gestão do mercado do Kicolo mantém todos os postos de trabalho da antiga, como, por exemplo, os fiscais e os protectores de bancadas, que na sua maioria são jovens.

Acrescentou que a nova gestão já fez algumas melhorias no que concerne à tributação, como a redução da taxa paga pelos vendedores de bancada, que passou de 500 kwanzas para 300, visando estimular as pessoas a fazerem os pagamentos e baixar o índice de fuga ao fisco no mercado.

Florinda Abreu, que comercializa materiais eléctricos naquele mercado, disse que a redução da taxa foi uma atitude acertada, porque as vendas estão muito difíceis, o que tem prejudicado o rendimento, fazendo com que muitos vendedores recorram a esquemas para não pagar a taxa aos fiscais do mercado.

"Fico mais tranquila porque sei que conseguirei pagar a taxa sem me preocupar muito com os fiscais", concluiu.

3.5 Venda ambulante de frutas persiste nos principais centros de concentração populacional

Jornal Economia e Finanças

21 De Maio de 2021

Texto: Vânia Inácio

O dia-a-dia das zungueiras de frutas, que para garantir a sobrevivência, assumem o risco de contaminação, na baixa de Luanda, não tem sido facilitado nos últimos tempos.

Além da crise financeira que tem contribuído na redução dos níveis de consumo e consequentemente na redução das vendas, as zungueiras enfrentam outra adversidade com a fiscalização que não tem dado folga a essas vendedoras.

Todos os dias as ambulantes têm de enfrentar uma verdadeira "guerra urbana", porque se por um lado está a fiscalização que tenta pôr ordem e melhorar o aspecto das vias, por outro encontra-se este segmento do sector informal que, para garantir o sustento da família, enfrenta uma série de barreiras e volta e meia vêem os seus negócios a serem recebidos pelos fiscais, sem possibilidade de retorno.

Teresa Manuel, de 31 anos, vende fruta há mais de sete anos, na rua Rainha Ginga, propriamente em frente ao "Kibabo Galerias Luanda".

Teresa mora no Cazenga e seu dia começa logo pelas 5 horas da manhã, com a comprado negócio no mercado dos Kwanzas e chega ao seu ponto de venda, por volta das 10 horas.

Conta que as vendas caíram muito nos últimos tempos e o rendimento mensal já não é suficiente, pois além dos gastos mensais com a família, ainda tem de pagar o "aluguer" da casa onde vive.

"Mesmo com as pessoas voltando a trabalhar, está muito difícil para nós. As pessoas agora já vêm de casa com as suas marmitas e outras ainda dizem que já compram frutas a grosso, para poupar dinheiro. Assim vamos fazer como então?", questionou a vendedora com um semblante bastante triste, que no momento nos confessou que só não desiste do negócio por dificuldades financeiras para enveredar para outro.

Nos "dias de sorte", Teresa Manuel chega a ganhar 4 mil kwanzas, contra 6 mil antes da pandemia e mesmo assim menos 2 mil kwanzas, antes da crise.

Uma outra zungueira de nome Maria Pedro, de 31 anos. Solteira e mãe de 7 filhos, vende maçã, há quase

4 anos depois de ter desistido do negócio de bolachas. Ela queixou-se que no mês passado viu o seu negócio "confiscado pelos fiscais", depois de ter sido corrida.

Conta que no dia em que levaram a caixa de maçã, acabada de comprar, no valor de 24 mil kwanzas, " implorou para que a devolvessem, mas, os fiscais irredutíveis alegaram que se quisessem reaver o seu negócio teria de pagar 10 mil kwanzas, razão que levou a zungueira a desistir.

Maria Pedro vende cada maçã por 200 kwanzas e segundo ela tem corrido bem, chegando a facturar de 3 a 5 mil kwanzas, diariamente, mas lamenta de igual modo a redução das vendas.

"As coisas não estão mesmo boas. Antigamente, eu chegava aqui com duas caixas e das 8 às 18 horas não tinha mais produto. Agora, muitas vezes levo três dias para vender uma caixa", disse que reclamou da falta de emprego, que " já se cansou até de procurar".

Nas imediações da sede do BCI, na Mutamba, encontramos Vanda Gaspar, com uma bacia de frutas diversas.

A rotina da Vanda não difere muito das outras zungueiras. Há 1 ano e meio, que ela vende de segunda a sexta-feira, até às 19hoo, e às vezes aos sábados também.

Vanda Gaspar foi parar à rua, depois de ter sido dispensada como Doméstica. Hoje em dia não se vê a largar o emprego na rua porque " Ganha muito mais do que 30 mil kwanzas", do salário que auferia, mas ainda considera pouco para sustentar a família.

" Não seite dizer quanto ganho por mês, mas os meus filhos, bem ou mal, comem todos os dias e consigo com o meu marido ter o pão na mesa durante todo o mês", garante a zungueira com um visível soro riso nos lábios.

Confessou que a vida de zungueira não é fácil, mas sobre sair das ruas e voltar para o mercado formal, ela diz: "só largo o trabalho de vendas de frutas se ganhar mais do que tiro na rua. Não vou sair da rua para ganhar menos!".

3.6 Reconversão da Economia Informal regista 15 pedidos de crédito

Jornal de Angola

Dia 26 De Maio de 2021

Texto: Ana Paulo

Total de 15 pedidos de crédito, avaliados em 61,3 milhões de kwanzas foi registado no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), na semana passada (17 a 21 de Maio), informou, ontem, o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João, que apresentava em Luanda, as actividades realizadas pelo sector, disse que desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.362 pedidos num valor aproximado de 5,5 mil milhões de kwanzas.

Do número de pedidos solicitados, na semana passada, foram efectivamente financiados a sete candidatos em quatro sectores de actividade, no valor de 16,9 milhões de kwanzas, sendo os produtos e Serviços da cadeia de agronegócio (13,4 milhões), logística e distribuição de produtos agroalimenta e de pesca (2,0 milhões), reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1,0 milhões) e processamento alimentar (500 mil).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 1,9 mil milhões de kwanzas. Desde a operacionalização da linha de microcrédito, foram criados 2. 460 postos de trabalho.

Acesso ao crédito

Na semana em análise, avançou, não foram reportados novos projectos aprovados, sendo que transitaram para a banca 38 novos projectos e, no total, encontram-se em negociação na banca 95, dos quais 69 através do Aviso 10/20 do BNA, um da linha de crédito Deutsche Bank, igual número no Decreto Presidencial 98/20 (bens de origem nacional), e 24 no Programa de Apoio ao Crédito.

No geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) viabilizaram a aprovação de 780 projectos, perspectivando aproximadamente 50 mil postos de trabalho.

Os projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 539,9 mil milhões de kwanzas. No domínio do ambiente de negócios, o sector realizou várias acções em que se destaca o relacionado com a finalização da proposta de plano de acção de melhoria do ambiente de negócios para o ano 2021, bem como o do início de um ciclo de divulgação das reformas implementadas em 2020 e com impacto na avaliação do Banco Mundial.

Durante o período em análise, foram desbloqueados e entregues aos promotores cinco certificados de não devedores do INSS, somando já desde o início do ano, um total de 211 documentos diversos.

3.7 Economia informal regista 15 pedidos para micro-crédito

Jornal Economia e Finanças

28 De Maio de 2021

Texto: Ana Paulo

Um total de 15 pedidos de crédito, avaliados em 61,3 milhões de kwanzas foi registado no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), na semana passada (17 a 21 de Maio), informou, o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João, que apresentava em Luanda, as actividades realizadas pelo sector, disse que desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.362 pedidos num valor aproximado de 5,5 mil milhões de kwanzas.

Do número de pedidos solicitados, na semana passada, foram efectivamente financiados sete candidatos em quatro sectores de actividade, no valor de 16,9 milhões de kwanzas, sendo os produtos e Serviços da cadeia de agro-negócio (13,4 milhões), logística e distribuição de produtos agro-alimentar e de pesca (2,0 milhões), reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1,0 milhões) e processamento alimentar (500 mil).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 1,9 mil milhões de kwanzas. Desde a operacionalização da

linha de microcrédito, foram criados 2. 460 postos de trabalho.

Acesso ao crédito

Na semana em análise, avançou, não foram reportados novos projectos aprovados, sendo que transitaram para a banca 38 novos projectos e, no total, encontram-se em negociação na banca 95, dos quais 69 através do Aviso 10/20 do BNA, um da linha de crédito Deutsche Bank, igual número no Decreto Presidencial 98/20 (bens de origem nacional), e 24 no Programa de Apoio ao Crédito.

No geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) viabilizaram a aprovação de 780 projectos, perspectivando aproximadamente 50 mil postos de trabalho.

Os projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 539,9 mil milhões de kwanzas. No domínio do ambiente de negócios, o sector realizou várias acções em que se destaca o relacionado com a finalização da proposta de plano de acção de melhoria do ambiente de negócios para o ano 2021, bem como o do início de um ciclo de divulgação das reformas implementadas em 2020 e com impacto na avaliação do Banco Mundial.

Durante o período em análise, foram desbloqueados e entregues aos promotores cinco certificados de não devedores do INSS, somando já desde o início do ano, um total de 211 documentos diversos.

3.8 Informalidade absorve 80,8 por cento dos empregos

Jornal de Angola

Dia 28 De Maio de 2021

Texto: Adérito Veloso

A maioria da força de trabalho em Angola encontra-se empregada no sector informal, com 80,8 por cento (8.685.676 pessoas), de acordo com indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao quarto trimestre de 2020.

Os números apontam que a taxa de emprego informal é maior na zona rural que na urbana (93,3 por cento e 67,5) respectivamente, numa altura em que no sector não agrícola, na população com 15 ou mais anos, é de 59,9 por cento.

No geral, a taxa de emprego, no quarto trimestre de 2020 fixou-se nos 62,8 por cento (10.749.488

peças), tendo-se verificado um aumento de 5,2 por cento em relação ao trimestre anterior (59,7) e um aumento de 4,1 relativamente ao trimestre homólogo (60,3).

No quarto trimestre 79,4 por cento dos empregos são da área rural e 51,4 (urbana), apresentando uma diferença de 28 pontos percentuais superior no segmento rural.

A população empregada aumentou 6,3 por cento relativamente ao trimestre anterior (mais 63.589 pessoas) e 8,3 em relação ao trimestre homólogo de 2019.

Mais de metade (56,1 por cento) da população empregada encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6.034.744 pessoas), seguido do comércio a grosso e a retalho com 19,4 por cento (2.087.546 pessoas).

O sector que menos emprega é o de actividades financeiras, imobiliária e de consultoria com 0,6 por cento (60.296 pessoas).

Desemprego

A população desempregada foi estimada em 30,6 por cento (4.747.622 pessoas), valor inferior em 3,4 pontos percentuais em relação ao do trimestre anterior (34,0%) e inferior a 1,2 pontos percentuais relativamente ao trimestre homólogo (31,8). Na área urbana 41,7 por cento. A taxa de desemprego é cerca de três vezes superior à da área rural (15,6%), com uma diferença de 26,1 pontos percentuais.

Nos jovens entre 15 e 24 anos, situou-se em 55,3 por cento, não existindo diferença significativa entre homens e mulheres.

A população inactiva apreciou em 9,5 por cento (1.617.482 pessoas), sendo cerca de duas vezes mais elevada na área urbana (11,9 por cento) que na rural (5,9).

A inactividade apresenta valores mais elevados nos grupos etários de 65 anos em diante, com 36,1 por cento, e jovens entre 15 e 24 anos, representando 15,3 por cento (grupo em que muitos jovens são ainda estudantes).

O Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) 2018/2019, realizado pelo INE, apontava uma taxa de desemprego de 28,8 por cento, sendo para a área urbana (36,5) e a rural (16,2).

No estudo, o INE divulgou que 72,6 por cento da força de trabalho em Angola que se encontra empregada, estava no sector informal.

Impacto da Covid-19

As pessoas empregadas que estiveram ausentes do trabalho e auferiram salário, devido à Covid-19 foi estimada em 56.135 pessoas, o que representa cerca de 0,5 por cento da população empregada.

Dados do Banco de Fomento Angola (BFA) indicam que no quarto trimestre de 2020, o PIB angolano contraiu 5,4 por cento face ao período homólogo, uma ligeira melhoria face aos 6,2 por cento registado no terceiro trimestre de 2020.

Trata-se do sexto trimestre consecutivo de diminuição. A quebra foi particularmente significativa no sector petrolífero (-10,8 por cento), bem como no sector da construção, onde a actividade económica encolheu 41,5.

Disse que a experiência de vários países mostra que as abordagens ancoradas no diálogo social, com base no reforço de capacidades e no acesso a uma gama completa de recursos, bem como a adaptação dos sistemas de tributação, de financiamento e de segurança social aos desafios específicos enfrentados pelos actores da economia informal, "podem fazer da formalização uma opção muito mais atraente com um impacto mais sustentável".

Um estudo feito entre a SOAS Universidade de Londres em colaboração com a Universidade Agostinho Neto Angola, a Universidade Renmin de Beijing e a Ethiopian Economics Association, e divulgado em 2019, indica que o Congo, com 46,1 por cento, Namíbia (33,4), África do Sul (29), Angola (28,8) e Lesoto (27,2) lideram o ranking de países cujas taxas de desemprego são as mais elevadas em África, nos sectores da Indústria e da Construção Civil.

3.9 Produtos de cesta básica chegam a custar 11 vezes nos supermercados

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Texto: Graciete Xavier

A batata rena nacional e o peixe carapau são os dois produtos da cesta básica que chegam a custar quase 11 vezes mais nos supermercados do que no Mercado do 30, no município de Viana, onde a maioria das famílias angolanas se vai abastecer, assim como muitas das vendedoras que depois vendem nas praças dispersas por várias zonas de Luanda.

Quando mais perto do centro da cidade mais caro. E é nos produtos agrícolas que a diferença de preços entre os mercados formal e informal é maior. Alho, batata-doce e tomate chegam a custar entre 4 a 6 vezes mais, dependendo do supermercado, assim como o sal, produto que serve para temperar a refeição e dar algum sabor ao prato, cada vez mais desprovido de diversidade, conforme constatou o Expansão, no sábado e na segunda-feira, ao comparar os preços em quatro supermercados e duas praças situadas na capital, o Mercado do 30 e Congolenses.

O quilo de batata rena nacional, que custava 300 kz, no sábado, no Mercado do 30, estava a ser comercializado, na segunda-feira, a 600 kz nos Congolenses e a 3.570 Kz na Maxi, este último equivale a quase 12 vezes mais. Uma diferença percentual de 1.090%, que não difere muito do preço praticado na Shoprite: 3.499 Kz.

O quilo do carapau, o segundo peixe mais consumido no país, estava a ser vendido no mercado da Mabunda a 500 Kz, mas nos supermercados era comercializado a 5.100 kz, ou seja 10 vezes mais, apresentando um aumento percentual de 920%. Um dado curioso tem a ver com a forma como é estipulado o preço do quilo deste produto nos vários supermercados visitados. Na Martal, por exemplo, quatro carapaus médios correspondem a um quilo e são comercializado a 2.560 Kz, mas no Shoprite a mesma quantidade de peixe e com o mesmo tamanho é comercializado a 5.100 Kz. O preço do alho nacional é outro produto que também dispara nos supermercados, onde o quilo chega a custar seis vezes mais. No mercado informal o quilo custava 500 Kz e nos supermercados 3.299 kz.

Já o tomate faz parte dos produtos que são cinco vezes mais caros. O quilo no Mercado do 30 custa 500 Kz, mas nos supermercados o preço fixado era 2.335 Kz.

Produtos agrícolas são os que mais oscilam

A batata-doce e o sal grosso, ambos de produção nacional, fazem parte dos produtos que custam quatro vezes mais nos supermercados, se comparados aos preços praticados no mercado informal. Refira-se que os produtos agrícolas são os mais sujeitos a oscilações, subindo de preço ou baixando, consoante a seca ou as chuvas interfiram nas colheitas. A batata-doce é dos produtos mais baratos da cesta básica, pelo menos no mercado informal, onde o quilo tem sido comercializado a 200 Kz, quando é comprada no Mercado do 30. Na Maxi chega a custar 349 Kz, na Martal 585 Kz e na Shoprit dispara para os 899 Kz.

A fuba de milho e de bombó, produtos que não podem faltar na mesa dos angolanos, são os mais difíceis de encontrar nos supermercados. NJ mercado informal o quilo da fuba de milho estava a ser comercializado a 450 Kz, mas no supermercado Shoprite chegava aos 999 Kz. O de bombó era comercializado a 250 Kz no informal, e no formal chegava aos 838 Kz. Dos quatro supermercados visitados apenas um tinha estes dois produtos.

O leite em pó Nido, comercializado a 11.500Kz no Mercado dos Congolenses, dispara para quase 17.000 Kz na Martal.

Já o arroz, açúcar, massa alimentar e o óleo alimentar são produtos que não apresentam grande alteração nos preços praticados nas diferentes superfícies comerciais. O quilo de arroz da marca Tio Lucas nos Congolenses custava 550 Kz e no supermercado Shoprite 800 Kz, na segunda-feira. A massa alimentar da mesma marca estava a ser vendida no mercado informal a 240 kz e no formal encontrava-se a 289 Kz. De realçar que há escassez de produtos desta marca nos supermercados, uma das mais baratas nas prateleiras do comércio formal.

Importa referir que para comprar os produtos acima descritos no mercado informal uma família de 5 pessoas tem de gastar 104 mil Kz por mês: A mesma família gasta 227.480 Kz se fizer as suas compras nos supermercados.

Luís Marcelo, de 33 anos, trabalha por conta própria e é pai de sete filhos. Para alimentar nove bocas, tem de gastar mensalmente mais de 350.000 só em alimentação. "Faço compras nos supermercados e nas praças para gastar menos, e mesmo fazendo esta ginástica há produtos que não chegam à mesa da minha família, há muito tempo, como é o caso do leite em pó", confidencia.

O empresário acredita que, apesar dos custos que os supermercados têm de suportar, há especulação nos preços.

3.10 Zungueiros angolanos «atacam» ruas da Namíbia e provocam ira entre ambulantes locais

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: RB

Os milhares de angolanos que partiram para a Namíbia nos últimos meses para fugir à fome e ao desemprego gerado pela prolongada seca nas províncias do Cunene, Kuando Kubango, Namibe e Huíla deitam mão a todo o tipo de expedientes para sobreviver e algumas optaram por ir para as ruas vender de tudo um pouco, como, de resto, é costume ver nas ruas das cidades angolanas de onde muitas destas pessoas partiram em busca de melhores condições de vida.

O problema é que, como sucede em Ondangwa, uma cidade da região de Oshana, com pouco mais de 22 mil habitantes, a quantidade de zungueiras e zungueiros angolanos está a criar uma forte contestação entre os comerciantes locais nacionais, porque estes não estão a conseguir competir com os preços que os angolanos conseguem fazer.

Uma das razões, como notam alguns comerciantes namibianos citados pela imprensa local, é que os angolanos vendem os mesmos produtos, mas a preços muito baixos, pois visam apenas o mínimo para sobreviver enquanto os nacionais têm uma estrutura, família, casa, filhos, escola, impostos para sustentar com o lucro-da sua actividade.

O presidente do município da cidade, Paavo Amwele, citado pelo *The Namibian*, já disse que está a conversar com os comerciantes locais de forma a que estes tenham alguma paciência enquanto se procura uma solução no conselho municipal, que seja amigável para todos os intervenientes mas que responda aos anseios dos locais.

O autarca, que na Namíbia é eleito pela população em eleições periódicas, admitiu que o conselho municipal está a ser inundado por reclamações devido à concorrência dos angolanos que colocam os seus produtos no mercado a preços substancialmente mais baixos que o comércio local pode oferecer.

Os principais produtos em causa são os vegetais que os zungueiros angolanos vão buscar aos mercados centrais e vendem de rua em rua, o óleo de cozinha, sapatos ou utensílios em plástico, enquanto os comerciantes namibianos só estão autorizados a vender os seus produtos no mercado municipal da

cidade, estando sujeitos a coimas se assim não actuarem.

No entanto, tal como já foi sublinhado noutras regiões da Namíbia que acolheram angolanos que deixaram as províncias do Sul fustigadas pela seca, especialmente do Cunene, também em Ondangwa o "mayor" local enfatizou a necessidade de procurar uma solução que não seja severa para com "os irmãos e irmãs angolanos" a quem não se pode "simplesmente correr com eles da cidade sem mais nem menos", demonstrando solidariedade para com o seu sofrimento.

"Os nossos vendedores ambulantes têm questões sérias com os comerciantes angolanos, mas estes são nossas irmãs e irmãos a quem não podemos simplesmente correr para longe. Teremos de encontrar uma solução adequada para todos e temos de lidar com esta situação de forma civilizada e ordeira, porque este negócio não é suave para ninguém, seja angolano ou local", disse o autarca, ainda citado pelo *The Namibian*.

O problema maior, dizem os vendedores namibianos, é que estes estão obrigados a ficar no mercado municipal da cidade à espera dos clientes enquanto os angolanos, porque não estão sujeitos a estas imposições, podem ir com as suas mercadorias ao encontro dos clientes nas ruas da cidade. Um dos exemplos dados por Soa Petrus, uma vendedora de vegetais, é a embalagem regular de seis tomates que os locais vendem por 10 dólares namibianos no mercado (perto de 500 KZ) enquanto os vendedores angolanos levam o mesmo produto às casas das pessoas por 5 dólares namibianos.

Este problema está, igualmente, a ser observado noutras regiões do Norte da Namíbia, como sejam Ohangwena ou Omusati, embora sem esta dimensão e abrangendo outras áreas, como o trabalho doméstico e a agricultura, onde os angolanos aceitam trabalhar por salários mais baixos que os trabalhadores locais, sejam na agricultura, pastorícia ou mesmo trabalho doméstico.

3.11 Formalização de negócios inicia no Mercado do 30

Jornal de Angola

Dia 29 De Maio de 2021

Texto: Helma Reis

Mais de 50 mil vendedores do Mercado do 30, situado em Viana, Luanda, são registados, a partir da primeira semana de Junho, para formalizarem os

negócios em que operam, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

O Mercado do 30 foi escolhido como local para o início do Projecto-Piloto de Formalização da Economia Informal por ser o maior mercado abastecedor na província de Luanda, actualmente, com mais de sete milhões de habitantes. No quadro do projecto, já estão criadas brigadas móveis de registo, equipadas com tecnologia para o registo dos agentes económicos informais em todo o país.

Na manhã de quinta-feira, uma robusta delegação, integrada por seis secretários de Estado, pelo vice-governador de Luanda para o sector Económico, Lino Sebastião, e por directores nacionais, constatou a dinâmica do Mercado do 30. Os vendedores, depois de entrarem para a economia formal, vão ter direito a vários benefícios, como o acesso a micro-crédito, para o crescimento da actividade mercantil, e a participação em programas de capacitação, por exemplo, sobre gestão e criação de cooperativas. O PREI inclui, também, a disponibilização de soluções de pagamentos móveis, como o "E-Kumbu", plataforma de inclusão financeira que tem como objectivo primário disponibilizar serviços financeiros que respondem às necessidades específicas dos utilizadores sem qualquer distinção. O secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, disse à comunicação social, no final da visita ao Mercado do 30, que a presença no local de uma delegação multisectorial serviu para constatar as condições existentes para a colocação de brigadas de registo. "Percorremos todo o mercado e vimos alguma organização e, também, uma sanidade precária, sobretudo, nos matadouros", frisou Mário Caetano João, assegurando que, nos próximos dias, vão ser tomadas medidas para a melhoria das condições de salubridade e do ambiente de trabalho no Mercado do 30.

De acordo com o secretário de Estado para a Economia, a delegação multisectorial saiu do Mercado do 30 sem uma "percepção mínima" relacionada com o volume de negócios diário do maior mercado abastecedor na província de Luanda. "A campanha de formalização da economia informal visa identificar um volume de facturação gerado por dia para utilizarmos uma base tributária", realçou o secretário de Estado para a Economia. No Mercado do 30, de acordo com o que está programado no projecto-piloto, vão ser testadas todas as etapas da campanha de formalização da economia informal.

Depois da conclusão do registo de vendedores no Mercado do 30, a campanha segue para os municípios do Cazenga e Cacuaco, de onde parte

para os mercados distritais e de conveniência espalhados por outros municípios da província de Luanda. Na visita ao Mercado do 30, o secretário de Estado para a Economia manifestou-se preocupado com a existência de produtos, como tomate, que ficam todo o dia debaixo do sol, o que pode comprometer a sua qualidade comercial e o valor nutricional. O secretário de Estado para a Economia deu ênfase à economia circular, dando como exemplo a necessidade de surgimento de mini-unidades industriais para a transformação do tomate em polpa e a reciclagem de resíduos sólidos. Quando fazia referência ao combate à Covid-19, o secretário de Estado para a Economia referiu que a melhoria das condições de trabalho no Mercado do 30 é uma forma de prevenção da doença.

Lógica de mercado

O director nacional do Gabinete de Políticas de População do Ministério da Economia e Planeamento, Adriano Celso Borja, informou que a campanha vai apurar o número real de pessoas que estão na economia informal em todo o país. Adriano Celso Borja admitiu que a província de Luanda tenha dois milhões de cidadãos na economia informal e explicou que, no âmbito da campanha, as brigadas vão trabalhar com funcionários de serviços públicos. Durante a campanha, o vendedor que não tiver Bilhete de Identidade vai poder obter o documento, assim como o número de contribuinte, podendo também ser inscrito no Instituto Nacional de Segurança Social.

Na visita ao Mercado do 30 estiveram, além de Mário Caetano João e de Lino Sebastião, o secretário para as Finanças e Tesouro, Otoniel Santos, para a Agricultura e Pecuária, João Cunha, para a Aviação Civil, Carlos Borges e para o Ambiente, Paula Coelho. Integraram, também, a delegação multisectorial os directores nacionais dos ministérios da Economia e Planeamento, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, da Administração do Território e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 ADRA reivindica estatuto de utilidade pública há dez anos

Jornal Expansão
21 De Maio de 2021

Há dez anos que a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), bate à porta do Governo para a adesão ao estatuto de utilidade pública, no sentido de reforçar as suas actividades. "Desde 2011, que o antigo ministério da Justiça, recebeu o processo para a inscrição da organização e, até ao momento, o órgão ministerial não atende à petição", explica Carlos Cambuta, director geral da ADRA.

Segundo ele, a acção da ADRA justifica-se porque o Estado falha muito na implementação das políticas públicas como, por exemplo, a falta de projectos no meio rural. Combater a pobreza não é realizar uma acção pontual, é desenvolver uma acção estruturada.

"O Governo já implementou vários programas no sector da agricultura, mas fracassou. O sector agrícola no nosso País não é atractivo, comparando com outros sectores", lamentou.

Com estatuto de utilidade pública, a organização poderia beneficiar de dotações do Orçamento Geral do Estado e, reforçar a sua acção, no que diz respeito à implementação do programa agro-pecuário. "Neste momento estamos a desenvolver as nossas actividades em 25 municípios do País. A nossa intenção é atingirmos todo o território nacional", acrescentou. Carlos Cambuta explicou que a organização já existe há 31 anos e, nos últimos tempos tem pressionado as instituições do Estado no sentido de registar a ADRA no regime de utilidade pública e, até ao momento, o processo continua engavetado.

O responsável avançou que o Estado está a violar o decreto n.º 5/01, de 23 de Fevereiro, aprovado em conselho de Ministros, sobre o regime jurídico geral de concessão do estatuto de utilidade pública.

No número 1 do artigo 3º, o decreto refere que as associações ou fundações podem ser declaradas de utilidade pública três anos após a sua constituição,

desde que preencham alguns requisitos - não confinar o seu quadro de associados ou beneficiários a estrangeiros, honrar a qualidade de utilidade pública, cooperando com as administrações do Estado, entre outros. A ADRA foi criada em 1990 e conta com financiamento de instituições como a organização alemã 'Pão para o Mundo e a organização sueca Afrika grupperna!.

Víctor Panzo

4.2 OGE 2021 garante sustentabilidade

Jornal de Angola
Dia 27 De Maio de 2021
Texto: Hélder Jeremias

O director do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Ministério das Finanças disse ontem, em Luanda, que os programas de apoio ao crescimento do sector não petrolífero, a racionalização da despesa e a gestão activa do serviço da dívida constituem os principais linhas de força do OGE 2021, permitindo manter dívida pública sustentável, com projecções de crescimento positivo da economia nacional a partir de 2022.

Patrício Neto, que dissertava na 3ª Palestra Sobre o Orçamento Cidadão 2021, realizada na Universidade Católica de Angola, revelou que as avaliações feitas pelo Ministério e o FMI apresentam perspectivas de um crescimento nulo para o presente ano e retoma de crescimento a partir de 2022,.

Segundo o responsável, o baixo preço do barril de petróleo, a recessão económica que se prolonga desde 2014 e o rácio da dívida motivaram projecções de crescimento negativo, mais tais indicadores foram contrariados com a implementação de uma política orçamental assente na eficiência e justiça tributária, não agravamento das taxas de impostos, redução do nível de endividamento e consequente disponibilidade de recursos financeiros para investimento.

"As avaliações que nós temos, até o momento, feitas à luz do programa em curso com o FMI, certificam que a nossa dívida é sustentável. Olhar apenas para o rácio da dívida não é o método correcto para aferir se é ou não sustentável, na medida em que existem outras metodologias que devem suportar este tipo de avaliações", frisou.

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Criação das Autarquias Locais: os desafios para as Finanças Públicas

Jornal de Angola
3 De Maio de 2021

A descentralização Administrativa e Financeira em curso, para a criação das Autarquias Locais, implicará a realização de ajustamentos estruturais a nível das Finanças Públicas. Este artigo destina-se a fazer uma análise do que se prevê que venha a acontecer, nesse domínio, de modo a assegurar que o poder local tenha uma capacidade efectiva de prestação de melhores serviços aos cidadãos

As Finanças Públicas são geralmente definidas como a actividade do Estado destinada à obtenção e aplicação de meios para a realização das necessidades colectivas. Acontece que, ao serem instituídas, as Autarquias Locais, no nosso País, serão entes distintos e autónomos do Estado, que prosseguem, a fortiori, os mesmos fins, que têm a ver com a satisfação das necessidades das populações.

Por isso, é importante, a priori, sublinharmos os passos que têm sido dados ao nível das Finanças Públicas nos domínios da desconcentração e descentralização administrativas. Em relação à desconcentração, reforçou-se a desconcentração dos poderes da administração central, em particular no que diz respeito ao Ministério das Finanças, passando as Delegações Provinciais de Finanças a assumir um protagonismo mais relevante em certas matérias, até aqui confinadas à Mutamba.

Quanto à descentralização administrativa, que concretiza o poder local, este o caminho começa a vislumbrar-se com a aprovação pela Assembleia Nacional da ossatura jurídica que lhe dará corpo.

De resto, um tronco desse corpo é a Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, onde estas são definidas como pessoas colectivas territoriais correspondentes a um conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos representativos das respectivas populações. A característica de pessoas colectivas e o elemento prossecução de interesses específicos de vizinhança circunscrevem, ou delimitam, a sua actuação e conferem-lhes a necessária autonomia, que

se manifesta de maneira administrativa, normativa, organizativa técnica e, fundamentalmente, financeira e política em relação ao Estado.

Esta análise remete-nos para o conceito de Autonomia Local consagrado na mesma lei, que compreende o direito e a capacidade efectiva de as Autarquias Locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da Lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais. A Gestão destes assuntos públicos locais não será efectiva sem a capacidade de gerar e dispor de receitas e de realizar despesas de forma autónoma. Isto leva-nos ao estruturante princípio da Autonomia Financeira, que, de certo modo, é o centro desta reflexão em torno das Finanças Públicas autárquicas.

O escopo da Autonomia Financeira

A Autonomia Financeira consiste na capacidade e faculdade de a Autarquia autogovernar as suas finanças e património, corporizada nos poderes de elaborar e aprovar os seus planos e orçamentos, gerir os seus bens patrimoniais, exercer o poder tributário de criar taxas (não confundir com os impostos, que são reserva exclusiva da Assembleia Nacional), gerar receitas e realizar despesas nos termos da Lei, bem como exercer medidas de controlo interno.

Desse modo, depreende-se que as Autarquias Locais virão criar uma disrupção desafiante no domínio da actividade financeira do Estado, na medida em que, à luz do princípio da autonomia local, realizarão um conjunto de acções que são hoje exercidas pelo Estado central de maneira exclusiva. O financiamento das Autarquias Locais assenta em três grandes categorias de fontes de recursos: as receitas próprias, o recurso ao endividamento e as transferências do Estado. Vamos analisar cada um destes vectores de financiamento previstos na Lei.

Receitas Próprias das Autarquias Locais

As receitas próprias são constituídas por taxas aprovadas e cobradas localmente, imposto predial, imposto sobre veículos motorizados e outros, bem como as resultantes de preços e tarifas da prestação de serviços públicos pela Autarquia. Prevêem-se também receitas patrimoniais, resultantes da exploração ou alienação do seu património.

No domínio do poder tributário, as Autarquias Locais poderão criar taxas dentro dos marcos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, uma competência hoje detida pelo Governo central. As taxas e alguns impostos definidos na Lei que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais

constituirão recursos próprios, o que de per si vai criar um estímulo no processo de captação das receitas.

Uma das principais características da taxa é a contraprestação a ela associada. No entanto, apesar dos limites definidos no Regime das Taxas das Autarquias Locais, existe sempre o risco de serem criadas taxas que, na verdade, se configuram como verdadeiros impostos, ou seja, sem que exista de facto um serviço prestado pela Autarquia aos munícipes. Este risco é, no entanto, mitigado pelas regras legais para a criação de taxas e pela tutela exercida pelo Executivo sobre esta matéria, à luz da Lei da Tutela Administrativa Sobre as Autarquias Locais.

Importa realçar o papel do Portal do Múncipe, uma plataforma informática já em funcionamento e em permanente evolução, que permite a prestação de serviços com a emissão de licenças e atestados diversos aos munícipes, a arrecadação da receita e o retorno automático da mesma aos Órgãos da Administração Local do Estado. Esta ferramenta concorre para o processo do reforço da desconcentração financeira em curso, com vista à descentralização administrativa e financeira, bem como a modernização dos serviços públicos nos municípios, acções inscritas no Programa de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

As taxas arrecadadas no Portal do Múncipe constituem uma importante fonte de receitas, sendo que alguns municípios, para a despesa de funcionamento e de pequenos investimentos, já não precisam de contar com os Recursos Ordinários do Tesouro da Conta Única do Tesouro Central. É importante sublinhar aqui o alcance da arrecadação de receitas em sede do Portal do Múncipe e o facto de essa receita ser hoje, de forma célere, retornada às administrações municipais e distritos urbanos, com o objectivo de acudir às suas necessidades de funcionamento e não só.

Recurso ao endividamento pelas Autarquias Locais

Outra alteração significativa vai suceder no domínio do financiamento das despesas públicas, com a prerrogativa que a Lei confere às Autarquias Locais para contraírem empréstimos de curto, médio e longo prazos. A Lei estabelece requisitos muito apertados para contratar empréstimos, de modo a evitar que as Autarquias caiam na armadilha ou círculo vicioso da dívida. Por exemplo, os empréstimos contraídos em cada ano não podem exceder 30% da receita própria e o stock da dívida não deve ultrapassar 40% do total da receita própria e das transferências do Estado.

Além disso, os contratos da dívida são objectos da fiscalização preventiva do Tribunal de Contas, que deve solicitar a informação de confirmação dos níveis de endividamento à Tutela das Autarquias Locais. Com vista a salvaguardar o princípio da responsabilidade fiscal, os níveis de endividamento devem estar enquadrados ou estar dentro dos rácios de endividamento do País, como um todo, porque, no limite, o Estado Central acabará ficando responsável por esta dívida, em caso de incumprimento por parte da Autarquia.

No caso de desequilíbrio estrutural de uma Autarquia, o que consiste numa situação em que se mostre incapaz de fazer face às despesas com o pessoal, segurança social, rendas e alugueres, a Lei prevê medidas para o seu saneamento e resgate. Estas medidas podem levar a uma perda de autonomia da Autarquia, uma vez que a actuação dos seus órgãos executivos fica, se ocorrer um processo de saneamento, limitada ou mesmo substituída por órgãos de gestão constituídos pela Tutela.

Transferências do Estado para as Autarquias

No domínio fiscal, contrariamente ao que sucede com as actuais administrações municipais, que têm os seus orçamentos incorporados no Orçamento Geral do Estado (OGE), o orçamento da Autarquia é autónomo. O ponto de ligação entre ambos é a previsão no OGE das receitas que constituem transferências para as Autarquias Locais, que as registam como fonte de financiamento do Estado.

O Estado exerce uma tutela de ratificação do orçamento autárquico no seu processo de elaboração. No entanto, não interfere na sua execução, com excepção das receitas que transfere de modo condicionado para despesas específicas de carácter social. Temos aqui uma das manifestações do princípio da Autonomia Local, na vertente da autonomia financeira.

Sem embargo dessa autonomia, as transferências do Estado serão certamente uma das principais fontes de recursos das Autarquias Locais, sobretudo nos primeiros anos desse processo novo. Em alguns casos, será mesmo a principal fonte, pois a realidade não se altera por artes mágicas e grande parte dos actuais 164 municípios não estão ainda em condições de dispor de receitas próprias suficientes para fazer face às suas necessidades, mas terão a seu favor a proximidade e o contacto com os cidadãos no quadro institucional (na Assembleia Municipal, por exemplo) para uma mais adequada definição das prioridades das respectivas comunidades.

Financiamento e autonomia das Autarquias

As transferências do Estado encerram, portanto, um conjunto de desafios para o funcionamento das Autarquias Locais. Desde logo porque podem variar ou estar condicionadas à própria capacidade do Estado de gerar as receitas necessárias, em função de possíveis constrangimentos de natureza económica.

Outro desafio das transferências é o de ser criada uma relação de dependência da Autarquia em relação ao Estado, caso não estejam claramente estabelecidas as regras, porque existe o risco de serem usadas como forma de limitação ou condicionamento da autonomia das Autarquias Locais, mesmo estando previsto que essa ocorrência seja judicialmente impugnável.

Uma das formas de mitigar essa situação, e que está, naturalmente, a ser trabalhada, é automatizar com ferramentas informáticas os mecanismos de afectação dos recursos financeiros das transferências do Estado, ou ainda dos impostos consignados a título de receita própria. As transferências do Estado podem ainda gerar uma situação de comodismo e relaxamento por parte das Autarquias Locais. Face à certeza de determinado nível de receitas a partir do Estado central, pode ocorrer que estas deixem de ser proactivas no fomento da economia local e da captação de mais receitas próprias.

Composição das Transferências do Estado

No processo em curso de institucionalização das Autarquias Locais, a Lei estabelece um Fundo de Equilíbrio das Autarquias Locais, constituído por 20% das receitas geradas por determinados impostos, designadamente do Imposto sobre Rendimento do Trabalho, Imposto sobre Aplicação de Capitais e Imposto Industrial, com excepção dos diamantes e petróleo. Por sua vez, o fluxo dos recursos deste Fundo de Equilíbrio das Autarquias Locais será alocado em três dimensões:

50% para uma Subconta de Equilíbrio Vertical, sendo 90% deste valor distribuído de forma igualitária para todas as Autarquias e 10% para reserva de contingência;

30% para a Subconta de Equilíbrio Horizontal, com o objectivo de se proceder à perequação financeira, ou seja, a correcção de desequilíbrios ou assimetrias entre as Autarquias, com base em critérios de classificação dos municípios, assentes

na ponderação conjugada da população residente, nível de desenvolvimento das infra-estruturas e índice de pobreza de cada uma das Autarquias;

(III) 20% para transferências condicionadas para o sector social. Um dos objectivos da actividade financeira do Estado é garantir a gestão eficiente e parcimoniosa dos recursos do Tesouro, segundo os princípios de probidade, rigor e disciplina. Nesse sentido, operaram-se nos últimos anos ajustamentos legais a nível da Lei dos Contratos Públicos, Regras de Elaboração e Execução do Orçamento Geral do Estado, Lei da Dívida Pública, Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas e novo Regime Financeiro Local, aprovado em 2018.

Essa modernização do dispositivo legal, a par de uma permanente capacitação técnica dos quadros, no sentido da transparência e da gestão participativa, permite encarar com optimismo preocupações geralmente apontadas no processo de institucionalização das Autarquias. Uma dessas preocupações é a existência do risco de se transferirem, do poder central para o poder local, más práticas de gestão dos recursos públicos. Outra é a de serem transferidas funções para as quais não haja, localmente, capacidade técnica para a sua execução.

Prestação de contas e Responsabilização dos Autarcas

De resto, no âmbito do processo de preparação das Autarquias Locais, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, já aprovado, estabelece um conjunto de medidas de fiscalização e responsabilização da gestão financeira das Autarquias. A Lei da Tutela sobre as Autarquias Locais identifica, inclusive, situações de incumprimento das normas de gestão financeira que podem levar à destituição do Presidente da Câmara e à Dissolução da Assembleia Municipal.

As Autarquias Locais, no âmbito da responsabilidade orçamental, devem apresentar anualmente a Conta de Gerência, com todas as demonstrações contabilísticas, para efeitos da consolidação da Conta Geral do Estado. Deve-se realçar que o Executivo exerce a tutela inspectiva sobre os planos, orçamento, contabilidade, níveis de endividamento e património

A autonomia financeira das Autarquias Locais será, portanto, alvo de escrutínio legal, exercido pela

Tutela e pelos órgãos jurisdicionais, designadamente pelo Titular do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas.

Essa tutela será orientada, entre outros aspectos, para a necessidade de garantir que a autonomia das Autarquias para se endividarem não ponha em causa os objectivos de consolidação fiscal do país, como um todo, e que ao criarem taxas não ponham em causa as políticas centrais de criação de um bom ambiente de negócios no País. Por outro lado, também é claro que será do interesse das próprias Autarquias criarem, entre si, um ambiente de sã competitividade, de modo a desenvolverem a economia local, criarem emprego e oferecerem serviços que permitam fixar a população residente.

Podemos concluir que, do ponto de vista da sua arquitectura legal e institucional, o regime financeiro aprovado para as Autarquias Locais está dentro das práticas internacionais mais actuais neste domínio, pelo menos à luz da realidade que foi estudada em países africanos e europeus, como Moçambique, Cabo Verde, Senegal, Rwanda, Namíbia e Portugal, para além dos contributos de académicos angolanos que têm vindo a debruçar-se sobre essas matérias.

Em todas essas realidades, verificou-se que as leis e processos das finanças locais foram sendo actualizados ao longo do tempo, até à sua sedimentação. Também nós não afastamos a possibilidade de virem a existir situações que, na prática, não corram, na sua plenitude, como previsto. O mais importante é termos a flexibilidade de se fazerem os ajustamentos necessários no caminho da construção e consolidação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Finanças Públicas.

5.2 Aberto curso sobre administração autárquica

Jornal de Angola
Dia 11 De Junho de 2021
Texto: Adolfo Mundombe

A Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, em parceria com a congénere de Lisboa, lançou, ontem, na cidade do Huambo, o primeiro curso de pós-graduação em administração autárquica.

Ao curso, com uma carga horária de quatro horas por dia, num espaço de três meses, foram inscritos 67 formandos das províncias do Huambo, Benguela, Bié, Moxico, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Luanda. A formação é ministrada por docentes nacionais e da Universidade de Lisboa.

Na abertura do curso, que decorre via online e presencial, devido às restrições impostas pela Covid-19, o decano da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, João Valeriano, considerou que a formação é de actualidade e de extrema importância, tendo em conta a sua profundidade técnica e impacto, antevendo a realização das autarquias no país.

O académico disse que o curso tem como principal finalidade ampliar os conhecimentos de todos os participantes sobre matérias relativas à administração autárquica e o princípio do gradualismo, com o intuito de adquirirem uma formação especializada, que será necessária aquando da implementação das autarquias.

A vice-reitora para a Área Científica da Universidade José Eduardo dos Santos, Virgínia Quartim, realçou que o lançamento do curso é uma das várias actividades de formação que visa reforçar a capacitação e superação dos quadros nacionais, para adquirirem mais competências e conhecimentos sobre a administração autárquica.

Desde o ano passado, disse, foram realizados vários cursos de pós-graduação. Nomeadamente sobre o Regime Jurídico da Prevenção e Luta Contra a Corrupção, Branqueamento de Capitais e Crime Organizado.

5.3 SIAC expande serviços com brigadas móveis

Jornal de Angola
12 De Maio de 2021
Texto: José Rufino

O Governo da Província do Moxico vai recorrer a brigadas móveis para expandir os Serviços Integrados de Atendimento ao Cidadão (SIAC) em várias regiões da província, para permitir que a população tenha acesso a serviços sociais próximo das áreas de residência.

Em declarações ao Jornal de Angola, o coordenador do SIAC no Moxico, Quitumbo Neto, assegurou que a medida vai facilitar a presença de serviços sociais onde os mesmos ainda não se fazem sentir e permitir que o cidadão tenha acesso rápido a documentos pessoais.

Desde da sua inauguração, em Dezembro do ano passado, o SIAC no Moxico já atendeu cerca de 26.597 utentes, dos quais 12.078 afectos aos serviços públicos e 14.519 ao sector privado.

Quitumbo Neto apontou, entre os serviços mais procurados, os da segurança social, AGT, movimentos bancários e Viação e Trânsito.

Ana Beatriz, uma das utentes, mostrou-se satisfeita com a instalação do SIAC na província, salientando que os serviços são "bastante céleres". O SIAC no Luena conta com 64 funcionários.

5.4 Executivo “ensaia passos para autarquias” enquanto oposição “apega-se” ao pacote legislativo

Jornal O PAÍS

14 De Maio de 2021

Texto: Domingos Bento

A transferência, estase- mana, para o Governo, provincial de Luanda GPL) de várias estruturas de gestão territorial e urbana, meios técnicos e humanos que estavam concentrados nos órgãos centrais, está a ser entendida por políticos e organizações da sociedade civil como parte de um conjunto de acções de um suposto ensaio que o Governo de João Lourenço está a implementar para a preparação da realização das eleições autárquicas.

Embora o país ainda não disponha de um horizonte temporal concreto com vista à realização de eleições autárquicas, muito por conta da não conclusão do pacote legislativo, que está em discussão na Assembleia Nacional, o Executivo vem desconcentrando uma série de serviços de âmbito central para o local, bem como se tem desdobrado na construção de um conjunto de unidades e edifícios autárquicos em várias províncias, o que revela um suposto ensaio para as autarquias.

No entanto, a par do acto de transferência de várias estruturas de gestão territorial e urbana da competência central para o local, Benguela, Luanda, Cuando Cubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Cunene constam de um conjunto de províncias que, desde o ano passado, estão a ser erguidas uma série de unidades autárquicas.

Em muitos casos, o financiamento destas obras provém do Plano Integrado' de Intervenção nos Municípios (PIIM), que é igualmente outro dos instrumentos criados pelo Executivo central no âmbito da desconcentração do poder a alocação de competências a nível local para a construção e reparação de uma série de projectos.

No Cunene, por exemplo, o PIIM financiou a construção das Assembleias Municipais Autárquicas de Cahama e Ombadja que iniciaram em Janeiro

deste ano, no quadro da criação das condições gerais para a implementação das autarquias no país.

A obra da assembleia autárquica da Cahama ficou orçado em 173 milhões, 663 mil e 725 Kwanzas e será construída em seis meses. Já a de Ombadja vai custar 168 milhões, 908 mil e 405 Kwanzas e será erguida em oito meses.

Por sua vez, o edifício administrativo autárquico do município de Saurimo, província da Lunda-Sul, cujo lançamento da primeira pedra para construção deu-se igualmente em Janeiro último, ficou orçado em quatro mil milhões e 818 milhões de Kwanzas.

A província vizinha da Lunda-Norte, no município de Caungula, ganha, dentro de um ano e meio, um edifício administrativo autárquico, que será construído numa área de 200 metros quadrados, que custou aos cofres do Estado cerca de mil milhões, 140 milhões e 720 mil Kwanzas, enquanto, no Cuando Cubango, as obras de construção das infra-estruturas administrativas para a futura autarquia de Menongue ficou orçada em cerca de três mil milhões de Kwanzas, no âmbito do PIIM.

Na transferência de poderes desta semana, foram transferidos para o controlo do Governo Provincial de Luanda, que posteriormente passará para as respectivas administrações municipais, competências, meios técnicos e humanos dos extintos Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga (GTRUC) e as Reservas Desanexadas do Perímetro de intervenção da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, EP, até então superintendidas pelos ministérios da Agricultura e Pescas, das Obras Públicas e Ordenamento do Território e da Economia e Planeamento, cuja acção incidia sobre os municípios de Viana, Cacucaco e Cazenga.

Para a especialista em políticas públicas, Cecilia Kítombe, estas transferências podem ser compreendidas como um ensaio das futuras autarquias. Mas, defende, é preciso ser efectivada a acção e alargada para a participação dos cidadãos a nível local.

"Elas podem ser consideradas no âmbito do reforço do poder local, caso a transferência fosse feita directamente às administrações municipais e à população dos referidos municípios pudesse beneficiar em primeira instância desses equipamentos, mas na realidade não são equipamentos já com uma certa orientação metodológica e de recursos humanos", frisou.

Transferir capacidades para a melhoria da governação local

Cecília Kitombe disse ainda ser necessário que os governos provinciais e as administrações municipais gozem de forma descentralizada de serviços públicos, principalmente aqueles que devem ser de grande relevância para as comunidades locais.

Por outro lado, entende que a transferência de competências deve garantir não só que a estrutura central transfira equipamentos sociais ou económicos à administração local do Estado, mas que esta possa transferir recursos como capacidades, conhecimentos, recursos humanos, técnicos e financeiros de modo a que os governos provinciais e municipais consigam desenvolver acções significativas no âmbito da melhoria da governação local e bem-estar das comunidades. Conforme explicou, as transferências de competências devem estar suficientemente alicerçadas num diálogo permanente entre as diferentes estruturas (central e local), para que a partilha de responsabilidades e as novas demandas locais sejam suficientemente compreendidas entre as partes.

"É preciso que ocorra uma efectiva transferência de competências para consolidar o processo de desburocratização do Estado e melhoria na relação de confiança entre as instituições públicas e os cidadãos" defendeu.

CASA-CE: Preparação sem fixação de data

Por seu lado, o secretário provincial da CASA-CE em Benguela, Zeferino Kuingua, disse que há mais de dois anos que o Executivo vem dando sinal de ensaiar as autarquias mediante a transferência de poderes de âmbito central para local.

No seu entender, quer a questão da transferência de poderes desta semana da competência central para o local bem como a construção de edifícios e empreendimentos autárquicos revelam uma certa preparação, mas, frisou, peca por não se ter, até ao momento, uma data efectiva para a realização das primeiras eleições autárquicas em Angola.

"O pacote legislativo ainda não está definido, mas estamos a ver acções que são princípios para a realização das autarquias. Agora é preciso que a Assembleia Nacional também faça questão de fechar o pacote legislativo o mais breve possível", referiu.

Mera desconcentração administrativa

Já a UNITA, por via do seu primeiro secretário de Luanda, Nelito Ekuikui, disse que as transferências de poderes bem como a construção das referidas

unidades autárquicas em curso em várias províncias não podem ser entendidas como ensaios para as autarquias.

Na sua opinião, trata-se apenas de uma mera desconcentração administrativa, pelo que não tem nada a ver nem deve ser entendida como ensaio para a realização das autarquias.

"Mesmo quando as autárquicas forem instituídas, nós vamos ter, ao nível dos municípios, instituições ligadas ao poder de Estado que vão ter dependência do poder central", frisou.

Para Nelito Ekuikui, mais do que qualquer interpretação que se possa fazer das acções do Governo, no âmbito deste processo de transferência de competências, é preciso que se institucionalizem as autarquias no país, tendo sempre como princípio a aprovação do pacote legislativo autárquico.

Fiscalização é preciso

Noutra abordagem, o secretário de Estado para a Administração Local e Reforma do Estado, Márcio Daniel, garantiu que, feito o acto de transferência de poderes desta semana, o grupo técnico que conduziu o processo até a assinatura dos termos de transferência de competências vai continuar a monitorar a sua execução.

Conforme explicou, uma equipa que integra secretários de Estado do ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE); das Finanças; da Agricultura e Pescas, técnicos do Governo Provincial de Luanda, entre outros, vai continuar a acompanhar. Na prática, a execução dos termos de transferência que foram assinados. Por seu lado, a especialista em políticas públicas' Cecília Kitombe, disse ser preciso que o Estado, através das diferentes instituições fiscalizadoras e de acompanhamento, como o MATRE, Finanças, Assembleia Nacional e o Tribunal de Contas, monitorem estas instituições, para que os propósitos sejam alcançados.

"Um país, como o nosso, onde poder sempre foi centralizado, a descentralização exige acompanhamento e capacitação para que estas administrações locais do Estado ganhem de facto autonomia na gestão de processos e equipamentos que outrora pertenciam a estrutura central do Estado", frisou.

5.5 GPL recepciona e passará a gestão a três municípios

Jornal Expansão

14 De Maio de 2021

O Governo da província de Luanda (GPL) recebeu esta semana importantes infra-estruturas, até então sob tutela dos órgãos centrais do Estado.

Na sequência, foram transferidos para controlo do GPL, os extintos Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), o Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga (GTRUC) e as reservas desanexadas do perímetro de intervenção da Zona Económica Especial, Luanda- Bengo (ZEE). De acordo com o Governo, posteriormente estas infra-estruturas passarão as respectivas administrações municipais, competências, meios técnicos e humanos até então superintendidas pelos ministérios da Agricultura e Pescas, das Obras Públicas e Ordenamento do Território e da Economia e Planeamento, e cuja acção incidia sobre os municípios de Viana, Cazenga e Cacucaco. A assinatura dos termos de transferência foi presidida pelo ministro de Estado e chefe da casa civil do Presidente da República, Adão de Almeida, ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, do MINOPOT, Manuel Tavares de Almeida e da governadora de Luanda, Joana Lina.

5.6 Por onde anda a febre das autarquias?

Jornal de Angola

Dia 20 De Junho de 2021

Texto: Apusindo Nhari

Por serem tão importantes, ainda há pouco tempo só se falava das autarquias. Artigos de jornais, debates, abaixo-assinados, manifestações de rua..., expressando o agravamento das diferenças de opinião existentes na sociedade, e evidenciando o atraso histórico que o país deixou que se acumulasse sobre uma forma de organização do poder que teria aprofundado a nossa democracia, consolidando o Estado de Direito.

Mas cessou o ruído à volta das autarquias e das eleições autárquicas! Como se tivesse sido apenas um bruhah inócuo e sem continuidade, subordinado a objectivos imediatistas, esgrimindo argumentos que – mais do que as questões de fundo – apenas tivessem como intenção fazer barulho. "Agitar as massas"...

Entretanto, o foco foi facilmente dirigido para outras polémicas, e as autarquias ficaram temporariamente

"esquecidas". É claro que nos referimos aqui ao ruído e ao "esquecimento" mediáticos. Estimamos que as instâncias públicas que trabalham neste assunto estejam firme e despartidariamente empenhadas em prepará-las, ainda que não seja conhecido o prazo que têm para o fazer.

No fundo, há essencialmente dois cenários possíveis. Ou se consegue, de facto, aproximar as comunidades das tomadas de decisão, permitindo-se que participem activamente na governação dos seus destinos e resolvam os seus problemas ao nível local. Ou se permite que o processo das autárquicas não seja mais do que o prolongamento do longo braço dos partidos que disputam as legislativas, transformando-as num exercício com mais umas quantas marionetas, na luta pelo poder que esses partidos travam permanentemente para o acesso ao controlo do governo a nível central.

Ou seja, a escolha é fundamental: ou se dá a possibilidade de se iniciar um processo onde os cidadãos se venham a sentir "empoderados"; ou não, mantendo-os largamente desligados das decisões que afectam as suas vidas.

É claro que tudo começa com a definição sobre que poder os representantes eleitos ao nível autárquico efectivamente terão. O que é que controlarão? Com que meios? Com que pessoas? Com que orçamento? Quão transparente será o funcionamento das autoridades autárquicas? Como dar recursos à sociedade civil e aos media locais para fazer tanto o trabalho de valorização das novas estruturas, como de vigilância do seu funcionamento? A resposta a essas perguntas definirá a verdadeira importância de todo o processo... e só assim se poderá aferir o grau de autonomia que os órgãos eleitos virão a ter.

Por outro lado, e não menos importante, é o estabelecimento das regras eleitorais que deverão ser respeitadas ao nível autárquico. Qual o tipo de cenário que será permitido montar. Pois se o mesmo não tiver regras que regulem e limitem o financiamento das campanhas dos candidatos, é claro que, mais uma vez, se estará perante uma simples réplica do que se passa a nível nacional. Com uma larga probabilidade de vencer as eleições aquele que tem acesso a mais meios para fazer a sua campanha.

Defendemos que as autárquicas deveriam ser orientadas para uma solução em que os cidadãos votassem mais nas pessoas que nos partidos. Que as listas sejam feitas mais a pensar na qualidade da equipa que a nível local se predispõe a exercer a governação e no programa que defende perante os eleitores, que à bandeira partidária que acenarem. Privilegiando a candidatura de cidadãos que

conheçam e estejam enraizados na região que se propõem governar (sem necessariamente estarem filiados a algum partido). Cidadãos que apresentem um curriculum— e provas dadas no terreno – em que se destaque a honestidade, a competência e a ligação à comunidade.

As autarquias não podem ser apenas uma mera substituição de forma do poder local, tal como agora está estabelecido. Terão de ser algo novo. Que, ao seu nível, e sem nunca esquecerem que fazem parte de um edifício maior – o país – estão conscientes do compromisso com os que os elegeram, que lhes permita resolver os seus problemas essenciais: saúde, educação, protecção social, segurança pública e apoio às situações de emergência. Promovendo o desenvolvimento económico local.

Introduzir esta nova forma de administração local deveria trazer ao país uma adequada alocação e aplicação dos recursos, exercendo uma efectiva fiscalização sobre quem os administra, permitindo que os cidadãos possam ter uma palavra decisiva sobre a definição das prioridades.

Será certamente necessário que os municípios tenham acesso a parte do orçamento central. E critérios muito claros devem ser definidos sobre como serão essas partes distribuídas, de forma a criar um equilíbrio nacional. É utópico pensar que cada município possa gerar recursos suficientes para o seu pleno funcionamento e bom desempenho.

Não podemos esquecer que temos um país muito heterogéneo. Quer quanto à demografia. Quer quanto à distribuição de riqueza. Quer quanto ao potencial de cada região produzir riqueza. Se não houver regras que permitam equilibrar, proporcionalmente, o acesso aos recursos existentes, permitindo que todos possam ter o necessário em função da população que têm e dos problemas que precisam de resolver, não vamos, certamente, ter os resultados esperados.

Importa pois voltar a relançar o debate (racional e inclusivo) sobre as autarquias.

5.7 Revisão pontual da Constituição foi aprovada sem voto contra

Jornal de Angola

Dia 23 De Junho de 2021

Texto:Edna Dala

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, com 152 votos a favor, nenhum contra e 56 abstenções, a primeira revisão ordinária pontual da Constituição da

República de 2010, depois de vários meses de discussões.

O diploma, de iniciativa legislativa do Presidente da República, foi aprovado na 9ª reunião plenária ordinária da 4ª legislatura da Assembleia Nacional, tendo merecido fortes salvas de palmas e ovação dos deputados, pelo facto de não ter registado nenhum voto contra.

A Constituição Revista clarifica, entre outras questões, a relação institucional entre o Presidente da República e o Parlamento, consagra a independência do Banco Central e retirada o princípio do gradualismo na implementação das autarquias.

O diploma alarga o direito de voto aos cidadãos angolanos residentes na diáspora e vem também definir as competências dos tribunais superiores.

Com a aprovação do Projecto de Lei de Revisão Constitucional, a Constituição da República de 2010 passa de 244 artigos para 249, dos quais 44 alterados e dois revogados.

A Constituição revista altera os artigos 37º (direito de propriedade, requisição e expropriação), 100º (BNA), 104º (OGE), 107º (administração eleitoral), 110º (elegibilidade), 119º (competências como Chefe de Estado) e 120º (competência como Titular do Poder Executivo).

Introduz, igualmente, alterações nos artigos 132º (substituição do Presidente da República), 143º (sistema eleitoral), 144º (círculos eleitorais), 145º (inelegibilidade), 162º (competências de controlo de fiscalização), 176º (sistema jurisdicional), 213º (órgãos autónomos do Poder Local), 214º (princípios da autonomia local) e 242º (gradualismo).

Revoga dois números de dois artigos, uma alínea de um artigo e dois artigos completos da actual Constituição, nomeadamente sobre a substituição do Presidente da República, o Conselho da República, o Provedor de Justiça, âmbito da Autonomia Local e Gradualismo.

Adita, à Constituição de 2010, sete novos artigos, com destaque para os artigos 107º A (registo eleitoral), 116º A (gestão da função executiva no final do mandato), 132º A (substituição do Vice-Presidente da República) e 241º A (registo eleitoral presencial).

CASA-CE aponta avanços e recuos

O presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, disse que o grupo absteve-se porque encontrou duas variantes de

normas, uma de avanço para a democracia e outra de recuo e um incremento de indecisões.

Quanto aos avanços, reconheceu o alargamento do leque de eleitores que se estende até aos cidadãos na diáspora, o que considerou um ponto na democracia nacional. Quanto ao recuo, apontou a manutenção do que considerou "partidarização dos órgãos do Estado".

O Partido de Renovação Social (PRS) votou a favor do Projecto de Lei de Revisão da Constituição. Segundo o deputado Benedito Daniel, do PRS, o Presidente da República procurou inovar e introduzir um curso de desenvolvimento e de implementação para construir uma sociedade melhor.

A FNLA votou, também, à favor da revisão pontual da Constituição. O presidente do partido, Lucas Ngonda, disse as motivações da Revisão da Constituição deveriam encontrar a sua sustentabilidade no bom funcionamento das instituições para o futuro e não somente na satisfação e enquadramento dos problemas.

Esperava-se, com isso, uma alteração mais abrangente, a fim de responder à necessidade de se reduzir os poderes excessivos do Titular do Poder Executivo e clarificar determinadas situações como a questão que tem se levantado em relação as cores da bandeira nacional e do partido no poder, que muitas vezes suscita confusão", disse.

O grupo de deputados não integrado em nenhum Grupo Parlamentar absteve-se, considerando que "perdeu-se uma oportunidade soberana de trazer uma Constituição voltada para o serviço da cidadania e contra a excessiva partidarização".

Leonel Gomes, em nome do grupo de oito parlamentares, disse que a questão da independência efectiva dos tribunais e da CNE poderiam ser reflectidos na Constituição.

Virgílio de Fontes Pereira: "Hoje venceu Angola sem votos contra"

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, considerou o dia histórico porque, pela primeira vez, ao nível da discussão da Constituição em Angola, houve uma aprovação sem votos contra, "um elemento que se deve reter com objectividade desta votação".

Hoje não foi só uma vitória de partidos, não houve vencedores nem vencidos, hoje venceu Angola sem votos contra", sublinhou.

Segundo o parlamentar, a abstenção, em particular da UNITA, mostra uma evolução que resulta do facto de o partido maioritário ter sido insistente e incisivo em esclarecer os deputados da UNITA e "fazê-los compreender o bem fundado das questões estruturantes que estavam pendentes."

É preciso dizer que a UNITA não votou contra o círculo eleitoral, votou abstenção em relação ao círculo eleitoral. Ao contrário do que se propaga nas redes sociais, não houve um posicionamento da UNITA contra o que está na Constituição, tão pouco contra a solução sobre o círculo eleitoral", disse.

Na declaração de voto, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA justificou o voto favorável por considerar a iniciativa "oportuna e necessária", acrescentando que "era, também, o timing para elevar o estatuto do Banco Nacional de Angola a entidade independente".

Virgílio de Fontes Pereira sublinhou que "era igualmente tempo de se proceder à clarificação ou a desconstitucionalização da institucionalização das autarquias locais necessária porque, sem essa revisão, os cidadãos angolanos na diáspora não teriam hoje a certeza que podem votar em 2022".

Outra razão para o voto a favor, disse, tem a ver com a alargada base de legitimidade de todo este processo e a participação dos três poderes.

Virgílio de Fontes Pereira enalteceu o engajamento disciplinado, patriótico e democrático dos deputados do MPLA, bem como a atitude positiva dos colegas da UNITA, ao se terem disponibilizado sobre questões estruturantes.

Chefe de Estado agradece aos deputados e à sociedade civil

O Presidente da República, João Lourenço, congratulou-se ontem, com a aprovação da Revisão pontual da Constituição, pelo Parlamento.

Num breve comentário na sua conta no Twitter, o Presidente João Lourenço agradeceu a todos os deputados e aos membros da sociedade civil, que contribuíram para o enriquecimento da versão inicialmente proposta.

Com 152 votos a favor, nenhum contra e 56 abstenções, a primeira revisão ordinária parcial da Constituição da República, 11 anos após a entrada em vigor, eliminou as dificuldades de interpretação que havia sobre o tema da fiscalização do Executivo pelo Parlamento e assegurou o exercício de voto aos cidadãos angolanos residentes no exterior.

Ministro de Estado destaca alargamento do direito de voto

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, disse que com a revisão da Constituição da República o país passa a ter uma melhor estruturação e equilíbrio na relação entre o Parlamento e o Executivo, porque ficam clarificados os mecanismos de fiscalização política do Parlamento sobre o Poder Executivo.

À imprensa, Adão de Almeida reforçou que a revisão pontual da Constituição vai garantir um alargamento no exercício dos direitos fundamentais e abre-se espaço para a universalização do exercício do direito de voto dos cidadãos angolanos residentes no exterior do país.

Com esta revisão, clarificamos o papel institucional no sentido da reforma em instituições importantes como o BNA e clarificamos, também, alguns poderes do Presidente da República, bem como a proibição da prática de certo tipo de actos na fase final do seu mandato, a partir do momento em que começa a campanha eleitoral".

São vários os ganhos e é um passo em frente. Hoje é um dia importante na vida da nossa democracia", sublinhou.

Confrontado com o número de abstenções e se o facto não sinaliza algum descontentamento da oposição, Adão de Almeida respondeu negativamente. "Se assim fosse teriam votado contra", disse.

O sentido de abstenção, esclareceu, significa que em termos de peso e equilíbrio existem coisas boas e outras com as quais não se concorda. Ao nível político, reforçou, cada um fará a sua leitura.

O que é relevante destacar, segundo Adão de Almeida, "é que não houve votos contra a revisão da Constituição". Essa aprovação, disse, representa um passo em frente na estruturação do Estado, tendo em conta que a revisão constitucional buscava alguns objectivos que foram alcançados".

Para o ministro de Estado, "o facto de todas as forças políticas terem contribuído para o processo e no final nenhuma se ter pronunciado através do voto contra é elucidativo do avanço que com ele conseguimos".

UNITA: "revisão não torna Constituição mais democrática"

O Grupo parlamentar da UNITA disse ter votado em abstenção ao Projecto de Lei de Revisão

Constitucional por entender que a sua aprovação não a tornará mais cidadã e mais democrática.

Na declaração de voto, a vice-presidente da UNITA, Arlete Chimbinda, disse que o partido defende o direito de voto para todos os cidadãos. "Por isso entendemos que, se temos todos os mesmos direitos e os mesmos deveres, devemos ter as mesmas oportunidades de participação política.

Arlete Chimbinda apontou ainda o facto de não existir igualdade entre os cidadãos angolanos partidários e apartidários no concurso ao cargo de Presidente da República, em igualdade de circunstâncias, sem recurso aos partidos políticos, ditou a abstenção, assim como o facto de os cidadãos angolanos no exterior não terem a oportunidade de serem eleitos num círculo eleitoral específico para a diáspora.

A possibilidade, mesmo que hipotética, de um Vice-Presidente da República poder exercer três mandatos presidenciais, de 15, 14 ou 13 anos, em clara violação ao artigo 113º que impõe dois mandatos de cinco anos, para cada cidadão angolano, também foi um dos motivos da abstenção do partido do "galo negro".

Um outro motivo, indicou, é o facto de a fiscalização da Assembleia Nacional estar limitada a fiscalizar apenas ao mandato em curso, violando o princípio da continuidade dos actos da Administração e diminuindo o verdadeiro papel de órgão fiscalizador, quer da actividade do Executivo, quer da actuação da Administração Pública.

5.8 Os processos democráticos nas organizações da sociedade civil

Jornal de Angola

Dia 24 De Maio de 2021

Texto: João Gomes

Realizou-se neste fim-de-semana o sexto congresso do Sindicato dos Jornalistas e mesmo numa organização de uma classe dada a disputas internas, não houve nenhum interessado em concorrer com o actual secretario-geral.

Tem sido assim na maior parte das associações da sociedade civil, onde por ausência de concorrentes os líderes vão se mantendo no poder anos e anos. E essa longevidade dos líderes talvez explique o fraco dinamismo dessas organizações como instituições e o excessivo protagonismo dos seus líderes. Existe na maior parte das ONGs problemas com o reconhecimento do direito à diferença, com a

valorização da pluralidade de ideias e com a prática interna da democracia representativa, o que acaba por resultar numa insuficiente defesa dos múltiplos interesses existentes.

Pensava-se que este fenómeno se devia essencialmente ao facto de algumas das ONGs possuírem velhas lideranças (algumas com mais de 20 anos) mas em organizações mais recentes, como associações de moradores, sindicatos e ordens, também vamos encontrar o fenómeno do desinteresse da maior parte dos associados. Ao não participarem do jogo democrático interno, permitem que os líderes se perpetuem ou os menos capazes cheguem a patamares para os quais não estão preparados. Naturalmente essa realidade afecta sobremaneira a qualidade das lideranças da sociedade civil, dos processos democráticos internos e a própria qualidade da democracia angolana.

Tal como na economia, a solidez do nosso processo democrático deveria alicerçar-se na democracia de base tanto ao nível da participação do cidadão nas ONGs como também na governação participativa através da participação política.

A excessiva longevidade das lideranças e a ausência de concorrência política impedem que as organizações da sociedade civil se apresentem de modo sistemático como organizadores de novas ideias, causas e movimentos sociais, uma vez que a rotina, a vulnerabilidade aos interesses pessoais e o excessivo protagonismo pessoal afectam a sua acção. Estamos, na realidade, em presença de um círculo vicioso, em que, por um lado, a longevidade e a ausência de concorrência é atribuída ao desinteresse dos filiados, mas, por outro, esse desinteresse também é atribuído aos métodos pouco democráticos, aos jogos de poder e fraca ou nenhuma representatividade das opiniões divergentes.

Tal como na política partidária, nas associações da sociedade civil, as opiniões divergentes também não encontram assento nem espaço interno de debate. Os vencedores vencem tudo e os vencidos são completamente afastados. Sendo estruturas eminentemente representativas de vários interesses, a ausência de contraditório e a sua divergência amputa a democracia interna e nalguns casos incentiva as divisões internas. Aqui se explica a razão por que ocorrem tantas cisões nas organizações da sociedade civil que, por sua vez não resultam na ampliação da democracia interna, mas antes em mais protagonismo absoluto, público e pessoal dos líderes. As organizações da sociedade civil que deveriam ser modelos e escolas de uma democracia inspirada na participação de todos (maioria, minorias, vencedores e vencidos) mas na prática ensinam valores

contrários, como a autocracia, a exclusão da diferença e a afirmação individual.

Ao contrário do que muitos pensam, a aprendizagem dos processos democráticos não se faz nos partidos políticos nem na disputa pelo poder político na administração. O cidadão deveria aprender a ser democrático nas organizações da sociedade civil, sendo chamado a participar, a perder e a ganhar em votações internas, a conviver com a opinião contrária ou até a negociar entendimentos e consensos para a viabilização de projectos.

Enquanto as nossas organizações não forem espaços de virtude democrática, o resultado será sempre a intolerância e despreparação democrática que vemos nas estruturas políticas. Sem processos democráticos nas organizações da sociedade civil não será possível ampliar a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública, estimular a acção comunitária e estabelecer as bases para uma verdadeira democracia participativa no país, como pretendem todos os partidos políticos. Faltarão sempre experiência, escola democrática e prática de negociação e convívio com a diferença de opiniões.

Deveriam ser os próprios associados a impor uma limitação de números de mandatos, como forma de impedir a rotina e a instrumentalização das instituições. Em segundo lugar deveriam assegurar que as listas concorrentes fizessem proporcionalmente parte dos órgãos máximos das organizações, de modo que as decisões estruturantes passassem sempre por todos, incluindo as correntes opostas à direcção.

A democracia faz-se tanto disso como da participação política, votando.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 “Ninguém pode ter duas casas” nas centralidades

Jornal de Angola

02 De Maio de 2021

Texto: Alberto Quiluta

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, defendeu, ontem, em Luanda, que o Instituto Nacional da Habitação deve estar organizado para impedir que haja pessoas com mais de uma casa nos projectos habitacionais do Estado.

Manuel Tavares de Almeida falava na inauguração do edifício do Departamento Provincial de Luanda do Instituto Nacional da Habitação (INH), na centralidade do Kilamba.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território anunciou a existência de uma plataforma digital que poderá controlar, a nível nacional, que a mesma pessoa adquira mais de uma habitação nos projectos do Estado. "Ninguém poderá ter duas casas nos projectos do Estado, porque a plataforma vai detectar a duplicação", alertou.

Defendeu que o Instituto Nacional da Habitação, que gere um grande património habitacional, a nível nacional, deve estar organizado, para poder controlar quem já adquiriu habitação do Estado, para não haver duplicações no acto de entrega.

O ministro referiu que a capital do país era a única que não tinha sede própria. O edifício, disse, trará benefícios como o descongestionamento dos serviços do INH, dinamizar o atendimento aos cidadãos, dar resposta à procura imposta pelas demais centralidades e melhorar a gestão do património do Estado.

Informou que o edifício é um dos muitos que fazem parte dos recuperados pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA) e reabilitado pelo Instituto Nacional da Habitação. Manuel Tavares de Almeida lembrou que, com a criação de condições de trabalho, o Estado vai prestar um melhor serviço às populações.

O ministro informou que o Executivo está a desenvolver esforços no sentido de reabilitar os edifícios que foram vandalizados nas centralidades do Capari, Zango Zero (Vida Pacífica), KK 5000 e

Kilamba, para atender à grande necessidade de falta de habitação que as populações enfrentam. A Comissão para a Política Social recomendou, recentemente, o recurso às parcerias público-privadas para a reabilitação dos edifícios apreendidos pela Procuradoria-Geral da República na Urbanização Vida Pacífica e no KK 5800, no âmbito da recuperação de activos do Estado.

Ao ser informado sobre o processo, numa reunião orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, a Comissão para a Política Social concluiu que, "tendo em conta o estado de vandalização das habitações, desaconselha-se a sua recuperação pelos futuros utentes", recomendando que o Estado assegure a sua recuperação com recurso às parcerias público-privadas.

Realojamento

Manuel Tavares de Almeida disse estarem já identificadas as franjas da população que particularmente habitam em condições muito precárias. Para se evitar situações catastróficas, como a situação das chuvas, poderão ser realojadas em condições mais dignas.

O director-geral do Instituto Nacional da Habitação, António Silva Neto, disse que, com o novo edifício, os luandenses poderão apresentar as suas preocupações e ver resolvidos os problemas ligados à habitação.

António Silva Neto disse que nos próximos dias poderá propor ao Governo uma nova estrutura, o Observatório do Habitar nos municípios, para ajudar a solucionar os problemas vividos nos distritos, comunas, com destaque para a ocupação de terrenos e as construções desordenadas.

O director-geral informou que a instituição vai prestar vários serviços, com destaque para a assinatura de contratos para habitação e pagamentos de renda.

O edifício do Departamento Provincial de Luanda afecto ao Instituto Nacional da Habitação (INH) está localizado próximo às vivendas da Centralidade do Kilamba, em Luanda, numa área de cerca de 35 mil metros quadrados.

6.2 Empréstimos à habitação com máximo desde 2008

Jornal Economia e Finanças
7 De Maio de 2021

As novas operações de empréstimos para habitação aumentaram em Março para os 1.382 milhões de euros em Portugal, acima dos 999 milhões de euros do mês anterior e o valor mais elevado desde Janeiro de 2008, divulgou ontem o Banco BdP.

Nas novas operações de empréstimos a particulares para habitação, a taxa de juro média, em Março, aumentou também 8 pontos base, para 0,84%, "e põe fim a uma cadeia de sete meses consecutivos de mínimos históricos".

Em Março de 2020, as novas operações de empréstimos para a habitação totalizaram os 952 milhões de euros.

Também em alta, em Março, estiveram as novas operações de crédito ao consumo, que subiram para os 390 milhões de euros, face aos 284 milhões de euros do mês anterior, mas caíram em termos homólogos, dos 421 milhões de euros verificados em igual mês de 2020.

Os novos empréstimos para outros fins somaram 227 milhões de euros em Março, mais do que os 190 milhões de euros de Fevereiro, mas menos do que os 240 milhões de euros em Março de 2020.

No crédito ao consumo e para outros fins, as taxas de juro médias foram de 6,45% (6,43% em Fevereiro) e de 2,99% (3,20% em Fevereiro), respectivamente, refere.

Nos depósitos, de acordo com o BdP, a taxa de juro média dos novos depósitos, até um ano, de sociedades não financeiras foi de 0,06%, mais um ponto base do que em Fevereiro.

Nos novos depósitos de particulares, até um ano, a taxa de juro média desceu um ponto base para 0,05%, e atingiu um novo mínimo histórico.

6.3 Grupo israelita financia, constrói e passa factura de 782 milhões USD

Jornal Expansão
7 De Maio de 2021-08

Texto: Teima Van-Dúnem

O grupo Menomadin, através da sua participada Luminar Finance, com sede em Zurique, Suíça, vai financiar em 7\$2 milhões USD a construção de três centralidades no País, nas províncias do Bengo, Cabinda e Cunene, e também será responsável pela construção do empreendimento, através da Kora Angola, o braço do grupo Mitrelli para a área da construção e imobiliário, pertencente à mesma empresa-mãe israelita.

A despesa e a abertura do procedimento de contratação simplificada, pelo critério material, para os contratos de empreitada e respectivos serviços de fiscalização é autorizada por despacho presidencial, publicado no Diário da República de 29 de Abril. Na construção das três centralidades o Estado vai investir um total de 782 milhões USD, sendo 763 milhões direccionados para a obra e respectivas infraestruturas e 19 milhões USD para a fiscalização.

O despacho presidencial 54/21, de 29 de Abril, deixa claro que, para a construção das centralidades, deve ser contratada a empresa "benfeitora" da linha de crédito da Luminar Finance.

A Luminar Finance apresenta-se, no seu site, como "fornecedor líder mundial de soluções de financiamento para países de mercados emergentes", com foco nos países da África Subsariana. E, tal como o grupo Mitrelli, faz parte da mesma Casa-mãe, o grupo Menomadin de Haim Taib. Como apurou o Expansão, a empresa, fundada em 2003, só financia projectos em países que têm contratos com a Mitrelli.

No caso de Angola, o grupo Mitrelli tem no seu portfolio de empresas a Kora Angola, que actua no sector imobiliário nacional desde 2011, tendo já construído as centralidades de Lossambo, Cuíto, Andulo, Uíge e Sumbe, num total de 40.000 casas, ao abrigo de uma linha de crédito de 2,5 mil milhões USD concedida pela empresa Luminar Finance, de acordo com a African Affairs, revista ligada à Universidade de Oxford. A Kora Angola também construiu as centralidades da Caála, Luenae Bailundo. E foi também escolhida para construir o novo Hospital Geral do Bengo, orçado em 63 milhões USD, e a nova sede da Comissão Nacional Eleitoral e do Centro de Escrutínio Nacional, por 44,7 milhões USD, de acordo com 182,9 milhões USD, a que se juntam 4,5 milhões para a fiscalização. O maior investimento será destinado à construção de 3.000 casas, na província de Cabinda, que custarão aos cofres do Estado 397,1 milhões USD, mais 9,9 milhões USD para a fiscalização.

De acordo com o documento, a construção de novos centros urbanos é justificada pela necessidade de dar sequência aos projectos habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH).

Segundo o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território ainda não há uma data prevista para início da obra, porque ainda estão a ser preparadas Medical Center e foi responsável pelo equipamento do Centro de Rastreio e Tratamento da Covid-19, inaugurado pelo Presidente da República, em Junho passado, no km 27, em Viana, sob responsabilidade da Clínica Girassol, num investimento de três mil milhões Kz da Sonangol. É também parceiro do Estado, por via da Yapama Saúde, empresa de direito angolano criada em 2012, e que é o principal fornecedor dos laboratórios de Angola, nomeadamente do Instituto Nacional de Sangue (CINS), Instituto Nacional de Luta Contra a Sida (CINLCS), bem como de várias unidades hospitalares em Luanda e noutras províncias. O site da LMC confirma que a "Yapama Saúde é uma subsidiária do Grupo Mitrelli",

O Grupo Mitrelli tem igualmente parcerias com o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPTSS) nomeadamente através da sua unidade de projectos de educação e formação profissional, Focus Education, responsável pela operacionalização do programa "Cidades Jovens de Sucesso".

O grupo tem também ligações ao Ministério da Energia e Águas e ao "Programa Água para Todos", através de outra subsidiária, a Owini. O grupo tem ainda parcerias com o Estado, por via da sucursal

Geodata, e um sistema de "vigilância para a Covid-19". Em Angola, o grupo está também ligado às telecomunicações, através da N et One.

6.4 Preços altos de materiais «anulam» sonho da casa própria

Novo Jornal

7 De Maio de 2021

Texto: Hortênsio Sebastião

Os preços das materiais de construção civil continuam a subir de forma vertiginosa nos mercados de Luanda, e, em virtude disso, as empresárias da rama acusam a banca comercial de não facilitar o acesso às divisas para a importação, apurou a NJ junta das comerciantes do sector.

"Dispanho de um espaço para a construção de uma habitação há mais seis anos. Não consigo construir a casa por falta de dinheiro suficiente para adquirir materiais, porque agora os preços estão cada vez mais altos", desabafa Marcas Teixeira, oficial do exército.

Margarida Antónia, empregada doméstica, está a erguer parte da sua residência há 10 anos. Desde então, conta, não mais avançou, pois o pouco que ganha tem servido apenas para assegurar o sustento dos dois filhos, e nada mais resta para aplicar na sua obra, adiando, assim, o sonho daquela cidadã.

Os dois habitantes de Luanda faram unânimes em afirmar que não existe "luz no fundo do túnel que ilumine o sonho da casa própria".

Desejos «frustrados»

O NJ fez uma ronda por alguns estabelecimentos comerciais vocacionados na venda de materiais de construção civil e constatou que o saco de cimento nacional (Tunga em Luanda) de 50 quilogramas passou de 2.500 para 3.700 kwanzas, valor também cobrado pela mesma quantidade deste produto de marca Yetu, produzido no Kwanza-Sul.

Os comerciantes do ramo acreditam que esta alta de preços do cimento tem também à ver com a baixa oferta do produto no mercado, ao mesmo tempo que elevado volume de obras do Estado, especialmente afectas ao plano Integrado de Intervenção nas Municípios (PIIM), continua a captar a maior parte dos materiais de construção civil.

Sidónio Alfredo é um pequeno empreendedor do ramo da construção civil que se dedica à edificação de casas sociais a Sul de Luanda desde 1999. O interlocutor relata que em momento algum teve

tantas dificuldades para adquirir materiais para as projectes que detém no mercado local, como actualmente.

"O cimento sobe quase diariamente e, quando se compra aos revendedores, os preços são cada vez mais altos", lamenta este construtor particular que emprega 15 jovens.

Este semanário procurou também apurar junto de estabelecimentos renomados do ramo de Luanda que foram unânimes em reconhecer a subida galopante dos preços das materiais de construção civil, justificada com a morosidade do banco em atender às solicitações de contravalor em divisas para a importação destes bens.

Entrevistada pela NJ, EmÍdio Mukengue, um dos responsáveis da Bricomat, para além de apontar o contexto actual provocado pela Covid-19 como causa da situação da elevada pressão sobre os preços dos materiais, acusa o banco comercial de não ajudar na facilitação do câmbio da moeda.

"A importação tem sido difícil e uma dor de cabeça, porque os bancos não ajudam as empresários, para que possamos ter os produtos para vender aos clientes", sublinha o gestor.

"Às vezes, para contornar a situação, somos obrigados a trabalhar com mais de um banco, de forma a atender à demanda", acrescenta a funcionário.

Outra casa de venda de materiais de construção civil visitada pela NJ é a Fermat, conhecida pela comercialização de louça sanitária, material eléctrico e de canalização. Ali este semanário observou a quase nula presença de clientes, a que reflecte não apenas a escassa oferta de produtos, mas também a encarecimento assustador dos bens disponíveis.

Naquele espaço situado na Avenida Deolinda Radrigues, observa-se que, em média, uma caixa de mosaico de seis peças custa entre 12 a 16 mil kwanzas, e a saco de cimento cola fica avaliada em 1899 kwanzas.

Já nas diferentes praças de Luanda, como Kikolo, Madeira e Correios, onde os materiais de construção civil são comercializados em larga escala a preços inferiores, o saco de cimento nacional principal barómetro dos materiais de construção - é vendida na generalidade a 3600 kwanzas. Esse produto é ainda encontrado à venda avulso ao preço unitário de 350 kwanzas por quilograma.

Angola produziu, em 2020, 8,5 milhões de toneladas de cimento e necessitava apenas de cerca de 6,5

milhões de toneladas, segunda dada da Associação das Indústrias Cimenteiras de Angola (AICA).

6.5 Preços dos materiais de construção disparam

Jornal de Economia e Finança

7 De Maio de 2021

Texto: Delfina Victorino

JE esteve em alguns estabelecimentos comerciais e constatou o elevado preço dos diversos materiais comercializados.

Ebrahim Mohamed, de nacionalidade Mauritaniana, de 32 anos, residente em Angola, há seis anos, disse que começou a viver em Luanda e, depois veio ao Cuito (Bié), com a abertura de outra loja para continuar com a venda de materiais de construção.

O comerciante, de nacionalidade Mauritaniana, explicou que os preços alteram todos os dias e, tem reduzido o número de compradores de materiais de construção.

Salé Mohamed, de 42 anos, residente no Cuito há vários anos, disse que o número de clientes baixou de forma considerável desde o surgimento da crise económica.

"Os preços deviam baixar pelo facto de alguns materiais de construção serem fabricados em Luanda, como o varão, o cimento, as tintas e alguns tubos para a construção", defendeu o comerciante que solicitou maior atenção dos governantes na fiscalização dos preços dos materiais e a taxa de pagamento para a sua importação ou transportação.

Preços longe do bolso

Os preços dos materiais de construção variam em cada estabelecimento comercial com pequenas diferenças. Os varões, as tintas de água e de óleo, as diversas marcas de cimento, as chapas de zinco, as telhas e os cabos para instalação de energia, são os materiais mais solicitados pela população.

O varão de aço de 10 centímetros e o de 12 estão a ser comercializados no valor de 7.100 kwanzas e 7.500, enquanto um balde de tinta "Casa de Luxo", custa 7.500, o que para os proprietários dos estabelecimentos de venda de materiais de construção os preços praticados não se justificam, já que actualmente os varões, tintas, chapas de zinco, e o cimento, são fabricados em Angola e com muita qualidade.

O cimento Yetu, produzido em Angola, está actualmente no valor de kz 3.500 o saco, facto que deixa os compradores surpreendidos. As chapas de zinco de vários modelos têm três metros de comprimento, os preços variam de três a quatro mil kwanzas, enquanto cada telha, está no valor de mil e 250, nos estabelecimentos comerciais.

A enxada e a caixa de grampos para fazer cobertura do tecto, variam de kz 5 a 8 mil cada, na zona periférica e urbana do município do Cuito.

O centro urbano do município do Cuito e a zona periférica do mercado do Chissindo, são as que possuem maior número de lojas de materiais de construção.

6.6 2,9 Milhões de imóveis podem ser registados

Jornal Economia e Finanças

14 De Maio de 2021

Texto: António Eugénio

Programa de Massificação Predial prevê, até ao ano 2022, registar aproximadamente 2,9 milhões de imóveis, segundo um documento do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território de Angola, a que o TE teve acesso.

Lançado recentemente pelo Executivo angolano, numa primeira fase, o projecto vai abranger 800 mil imóveis, das novas centralidades.

Posteriormente, o registo será feito aos imóveis confiscados e nacionalizados, assim como prédios construídos por particulares sem a justificação jurídica regularizada.

O programa inscreve-se no âmbito das políticas do Executivo para diversificar as receitas para o Orçamento Geral do Estado (OGE), melhorar o negócio no sector imobiliário e particularmente diversificar a economia.

O estudo destaca que há provas e relatos frequentes de muitos utentes dos imóveis não possuir documentos, o que atesta falta de documentos sobre as propriedades em posse, e a inclusão do processo da legalização, factores que têm provocado a desarticulação para a implementação do projecto.

Com a implementação deste programa, pretende-se alargar as receitas fiscais, pagamento de imposto de SISA e imposto sobre transmissão de imóveis prediais.

De igual modo, contribuir para a ampliação de créditos da banca, utilização dos imóveis como garantia para a obtenção do crédito para os agentes continuarem a desenvolver o negócio habitacional e não só.

O programa prevê igualmente ajudar os utentes dos imóveis a legalizarem as suas propriedades.

Para a consistência legal, o documento revela que já foi assinado um decreto Executivo conjunto entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e das Finanças, que aprova a actualização das taxas, emolumentos dos actos notariais e prediais ligadas à construção, à constituição, e transmissão, pela primeira vez, de direitos sobre imóveis do Estado para os particulares e empresas.

Avança que o acto do processo vai ser feito por uma plataforma informática existente ou a ser criado para o registo predial.

Um processo cujo sucesso está garantido com a montagem de equipamentos eletrónicos nas conservatórias ligadas à administração Geral tributária.

6.7 Conjuntura condiciona negócio imobiliário

Jornal Economia e Finanças

14 De Maio de 2021

Segundo especialistas ligados ao negócio imobiliário, a economia do país continua dependente do petróleo, condicionando o desenvolvimento do negócio imobiliário.

Valério Marco apontou entre outras medidas restritivas, sobretudo direccionadas para as actividades de importação, reflectiram na redução do investimento público e privado no ramo imobiliário, factores que provocaram, que o mercado imobiliário acabe por sofrer uma redução no seu dinamismo.

A desvalorização da moeda tem levado os operadores a "refugiarem-se" noutros negócios como forma de se defenderem da perda de valor da moeda nacional. E neste contexto, as mediadoras imobiliárias têm continuado a fazer negócios no centro da cidade de Luanda.

Os preços de imóveis têm se mantido estáveis. Por exemplo, no arrendamento continua a ser um segmento "dominante", principalmente no acesso à habitação. Os valores têm observado alguma contracção, por causa do aumento da oferta disponível para arrendar.

O empresário vaticina que nos próximos tempos, não se consiga antecipar como vai evoluir o mercado imobiliário, dada a sua interligação com a economia, principalmente no que respeita ao investimento público e externo, associada à liquidez do sistema financeiro. AE

6.8 Fundo Habitacional vai concluir Centralidade de Malanje

Novo Jornal

14 De Maio de 2021

Está em curso um plano de conclusão da Centralidade de Malanje e outras infra-estruturas a ela associadas, por via do financiamento do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), garantiu quarta-feira, 12, a ministra das Finanças, Vera Daves, durante uma visita aquela província.

Actualmente, a empresa encarregada pelos trabalhos queixa-se de atrasos de pagamento na ordem dos dois mil milhões de kwanzas, razão pela qual, segundo a governante, os Ministérios das Obras Públicas e Ordenamento do Território e Finanças, por intermédio do Fundo de Fomento Habitacional, estão a equacionar esta medida, de modo a finalizar o projecto.

Segundo apurou o Novo Jornal, as obras da Centralidade de Malanje poderão retomar em breve e o cronograma indica a sua conclusão em 2022. Localizada no bairro Carreira de Tiro, a Centralidade de Malanje é um complexo habitacional de 14 edifícios, com três andares cada.

Falando à margem da visita que efectuou às referidas obras e outros projectos da província, Vera Daves avançou que o Fundo deverá, em parceria com o Instituto Nacional da Habitação, vender imóveis que estiverem terminados, com vista a captar receitas e, a partir daí, concluir outros projectos inacabados, incluindo a Centralidade de Malanje.

Associado a isso, de acordo com a dirigente, estão, igualmente, em andamento a alteração da orçamentação dos projectos por concluir a nível do País e as alienações necessárias de activos, a fim de se angariar receitas para serem canalizadas noutras acções.

M.V.D/ANGOP

6.9 Fundo Habitacional vai participar na conclusão de obras paralisadas

Jornal Expansão

14 De Maio de 2021

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) vai passar a compartilhar no financiamento da construção das centralidades que aguardam conclusão.

O primeiro ensaio deverá ser feito na centralidade de Malanje, que aguarda desde 2017, pelo seu término, depois de vários interregnos por falta de dinheiro. E que tem uma dívida acumulada aos construtores de 2 mil milhões Kz.

Segundo a ministra das Finanças, Vera Daves, que esta semana esteve a visitar a localidade, o Fundo de Fomento Habitacional, em parceria com o Instituto Nacional da Habitação, deve comercializar os imóveis que já estão terminados em algumas centralidades do País, e aplicar as receitas na conclusão das centralidades inacabadas.

No entanto, o FFH tem manifestado preocupação com a elevada dívida dos beneficiários das centralidades, que não têm pago os imóveis e, no ano passado, anunciou que iria responsabilizar os moradores das centralidades que não pagam as habitações adquiridas, à luz dos contratos de compra e venda em regime de propriedade resolúvel.

De acordo com a instituição, os beneficiários que registem atrasos no pagamento das suas prestações por se encontrem em dificuldades podem optar pelo diálogo para uma resolução amigável da situação, "sob pena de serem accionados os mecanismos sancionatórios previstos nos contratos e legislação aplicável".

Mas o valor da dívida dos moradores das centralidades continua no segredo dos deuses. Apesar das várias tentativas feitas pelo Expansão junto do Fundo de Fomento Habitacional não foi possível apurar o montante em falta.

O Expansão apurou que no grupo dos maiores devedores estão funcionários públicos, franja da sociedade que mais tem sido contemplada com a aquisição dos imóveis do Estado.

A construção das centralidades no País tem sido feita com recurso a financiamento externo. O mais recente foi o anunciado no Decreto Presidencial de João Lourenço, de 29 de Abril, que autoriza a contratação de 782 milhões USD para construção de 5 mil habitações em 3 centralidades, nas províncias do Bengo, Cabinda e Cunene.

Faustino Diogo

6.10 Moradores das encostas da Boavista são realojados

Jornal de Angola

14 De Maio de 2021

Texto: Alexa Sonbi

Um total de 157 famílias, que viviam em condições precárias nas encostas íngremes do bairro da Boavista, no Distrito Urbano do Sambizanga, e no antigo espaço do extinto mercado Roque Santeiro, em Luanda, começaram, ontem, a serem realojadas no projecto habitacional Mayé Mayé, localizado no município de Cacucaco, Distrito Urbano do Sequele.

Fonte ligada ao Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território informou, ao Jornal de Angola, que as 157 famílias já tinham sido cadastradas em 2012 e 2013, para serem realojadas nesta primeira fase do processo.

"Mas como o processo de realojamento demorava a acontecer, apenas foram feitas actualizações com os responsáveis da Comissão de Moradores do Bairro da Boavista, de forma a evitar que indivíduos oportunistas sabotassem o realojamento, infiltrando pessoas estranhas ao processo", sublinhou.

A mesma fonte adiantou, ainda, que as 157 famílias perfazem um total de 942 cidadãos, que nesta primeira fase irão beneficiar de residências do tipo T3 e T2 no projecto Mayé Mayé, em função do agregado e da dimensão das casas que tinham no bairro da Boavista.

"O projecto habitacional Mayé Mayé, mandado construir pelo Estado para realojar as famílias que vivem em zonas de risco ou onde o Estado pretende criar outras infra-estruturas, já dispõe de energia eléctrica, água potável e estão reservados espaços para postos de saúde e esquadras de polícia", acrescentou a fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

De acordo com a fonte que vimos citando, existem garantias do Ministério da Educação de que todas as

crianças que estavam matriculadas no bairro da Boavista vão ser enquadradas nas escolas existentes no Distrito Urbano do Sequele.

Por isso, acrescentou, as famílias podem ficar descansadas, sem preocupações, porque os filhos não vão ficar fora do sistema normal de ensino.

Reacção dos moradores

O presidente da Comissão de Moradores do Bairro da Boavista, Fadário Cândido, elogiou o trabalho que está a ser feito, sublinhando que todas as famílias estão satisfeitas com as novas casas que estão a receber, porque é uma zona urbanizada, tem luz eléctrica, água potável e as ruas são todas bem estruturadas, o que facilita o acesso às residências.

"Aqui na Boavista há muitos becos e as casas foram construídas sem qualquer segurança. E quando chove, as famílias sofrem muito e isso já dura há mais de 20 anos. Este realojamento, embora tardio, vem tirar as pessoas do sufoco, porque estávamos cansados de esperar", disse Fadário Cândido visivelmente aliviado.

A primeira fase do realojamento das 157 famílias, que começou ontem e deve ficar concluída hoje, é fruto de um trabalho conjunto entre o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), Polícia Nacional e dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, que criaram todas as condições para que as famílias pudessem ser transportadas até às novas residências em segurança.

Do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, o Jornal de Angola recebeu a garantias de que hoje, às 9 horas, vai ser dada uma conferência de imprensa no local de realojamento para os detalhes sobre como todo o processo está a ser desenvolvido.

6.11 "O imobiliário a grande lavandaria de dinheiro em Angola, não tem um regulador. É um absurdo"

Jornal Expansão

14 De Maio de 2021

Texto: Isabel Costa Bordalo e Lídia

Onde (fotos)

O GAFI, Grupo de Acção Financeira Internacional, que avalia os mecanismos de combate ao branqueamento de capitais vai avaliar Angola até ao final do ano. Angola vai passar?

Não. Nós estamos com toda a parte legislativa completa, mas não saiu do papel, como sempre. Temos a nova lei do branqueamento de capitais, a OS/20, que vem substituir a 34/11. Temos a lei dos crimes adjacentes ao branqueamento de capitais, a 3/14, criada por recomendação do GAFI, porque o branqueamento só vem quando há um crime antecedente que gera o dinheiro. A própria Francisca de Brito, da UIF [Unidade de Informação Financeira], e o governador do BNA, José Massano, foram ao GAFI em 2014 e levaram a lei dos crimes adjacentes, com o compromisso de que Angola já tinha os seus instrumentos normativos, e que podia sair da lista cinzenta da GAFI e retomar a relação com os correspondentes bancários nos EUA. Além do petróleo, toda a crise que tivemos de 2014 a 2016 foi por falta de correspondentes bancários...

Problema que se mantém quanto aos correspondentes bancários nos EUA.

Sim. O que é que os EUA dizem? Enquanto vocês não tiverem prática não vamos libertar correspondentes europeus. Por isso, temos correspondentes europeus. Note que a Europa já vai na quinta directiva europeia sobre o branqueamento de capitais. Aqui, temos tudo muito bonito, muito bem articulado, mas quando chega à hora da implementação, de aplicar sanções pesadas ou suspender licenças, nada. Mais grave é o sector imobiliário. A grande lavandaria de dinheiro em Angola não tem um regulador, isso é um absurdo!

Nunca teve um regulador?

Não. E tem de ter, como todos os sujeitos obrigados, que são os notários, imobiliárias e os agentes imobiliários, casas de câmbio, seguradoras, quem comercializa carros de luxo, pedras preciosas, advogados, contabilistas, etc. Todos esses sujeitos têm as obrigações que derivam da lei, e que já vêm de 2011. A obrigação de verificação do cliente, verificação da transação, abster-se de fazer uma transacção que não enquadre deveres de comunicação à UIF.

Na área do imobiliário não há ninguém que controle as vendas e operações suspeitas?

Não, ninguém. E isso é um dos factores que serão observados pelo GAFI.

Portanto, Angola irá chumbar porque até ao final do ano não é possível criar um regulador para o imobiliário e aprovar legislação conexa?

Chumbar não é a palavra adequada. O que vai acontecer é que serão levantadas uma série de questões e será dado um prazo, de um ano ou dois

anos, para Angola limpar essas não conformidades. Mas a partir do momento que sai o relatório de avaliação, na página do GAFI, o que é que vai fazer o correspondente bancário? Vai dizer que Angola é um país de alto risco e vai abster-se da correlação, ainda que o GAFI não coloque Angola numa lista cinzenta.

Isso pode afectar a relação com os bancos correspondentes europeus?

Pode, claro. Um dos trabalhos que o [José] Massano está a tentar fazer é implementar aqui as directivas europeias o mais rápido possível. Mas este não é um exercício só do sector bancário. É de todos. O sector bancário não vai frear a entrada de dinheiro de uma sociedade, porque já está inserido dentro do sistema financeiro, de alguma forma. O controlo prévio não vem do banco, vem dessas actividades conexas. Vamos supor que uma pessoa tem 200 mil USD. Vai a uma relojoaria, gosta de um relógio de alto luxo e diz que quer comprar. O senhor da loja diz que tem de preencher uma série de formulários, e a pessoa responde "deixe para lá, eu não vou preencher, e coloca a factura no nome da sociedade". Quando for vender esse relógio, não por 200 mil USD mas por 180, coloca esse dinheiro no seu banco já limpo e já se afastou do delito.

Daí a importância do due diligence?

Sim. Sempre que você for a uma loja comprar um relógio de 200 mil USD o dono da relojoaria tem de fazer um cadastro, fazer uma due diligence, verificar quem é a sociedade, verificar quem é você, ver se já comprou outros relógios ali. Não é normal que alguém chegue com uma mala de dinheiro e compre um relógio de 200 mil USD. E a obrigação de verificação, de know your customer.

No caso do imobiliário, como é feita a lavagem do dinheiro?

Geralmente, não compro um imóvel fechado. Compro um terreno em dinheiro, ou com uma transferência da conta pessoal, onde já tenho o dinheiro. Quando está a fazer transferências interbancárias, os bancos normalmente não fazem due diligence reforçada. Depende muito do filtro que o banco te lha.

Mas não devia fazer, de acordo com a nova Lei do Branqueamento de capitais?

Devia ser feita em qualquer transferência superior a 15 mil USD Mas se isso não é feito, ou se eu faço um smurfing de 50 mil USD, passa. Ou seja, ao invés de pagar tudo na mesma transferência, pago em cinco transferências de 10 mil USD e isso não levanta

nenhum alarme e como são milhares de transferências ninguém dá conta. É o que se chama smurfing, que é ir ao limite da obrigatoriedade.

E se a compra for a dinheiro?

Faz-se o ingresso do dinheiro com o registo de compra e venda, A obrigatoriedade do due diligence é do banco ao seu cliente, que é a imobiliária, não é do banco a quem ela vendeu. Essa obrigação era da imobiliária. Se a imobiliária não fez, não é o banco que vai fazer. Não existe essa due diligence de segunda linha.

Angola aprovou, em 2020, a nova Lei do Branqueamento de Capitais e, com isso, criou-se a ideia que o problema com o GAFI estava resolvido. O que devia ter sido feito desde que a lei foi aprovada?

Até 2017, o que deveria ter sido feito era aplicar a lei de 2011, que estava na gaveta e que foi substituída pela de 2020. Mas até lá não interessava a ninguém criminalizar ou investigar crimes de peculato, corrupção, fraude fiscal. A Direcção Nacional de Combate à Corrupção renasceu com a tomada de posse de João Lourenço. O IGAE (Inspeção Geral da Administração do Estado), as instituições de controlo do funcionalismo público e da corrupção renasceram, antes havia lei para Inglês ver. O que aconteceu agora? Todos os processos, com a morosidade, foram concluídos ou estão a ser concluídos. Todo esse trâmite demora, porque os processos têm de vir com uma carga probatória muito grande, e depois fica aquela sensação de caça às bruxas, a justiça começa a actuar quando nunca actuou. Por isso é que houve um movimento a dizer que o Presidente estava a fazer uma caça às bruxas.

Não é uma luta direccionada?

São processos que existiam e que entraram no tribunal. Não é que se estivesse à espera que João Lourenço assumisse o poder para ir atrás. Tanto os polícias, como os procuradores e os investigadores são pessoas como nós. Sofrem também as consequências da corrupção, e estavam loucos para trabalhar. Acontece que não tinham ordens para tal, isso mudou e foi aquela invasão mesmo porque se criou um canal de denúncias no IGAE, um na PGR e as pessoas vão ligando e fazem denúncias. Então, cada vez vão sair mais casos.

A luta contra a corrupção portanto, efectiva?

Acho que sim, porque o criou não é só a luta contra corrupção, é também a percepção de luta contra a corrupção. Hoje a gente vê os marimbondos pensar duas vezes antes de corromper-ou antes de ser

corrompido. Já não é à descarada como: antigamente. Está a caminhar para: moralização. Eu vejo instituições como a IGAE, por exemplo estão aí a moralizar as instituições públicas. Veja a PGR toda a parte de recuperação de activos, de prevenção, de luta a corrupção, são pessoas que realmente estão preparadas. Agora todo esse combate à corrupção tem de passar para a sociedade civil, porque só vai parar no que as pessoas forem conscientes de que não há luz no seu bairro porque alguém roubou.

Como é que se faz esse tralho para chegar à base?

Tem de ser nas instituições e nas escolas. Aqui tem de ser Ministério da Educação. Olha o que aconteceu na Europa! Quando se fez as campanhas de trânsito, para controlo da velocidade, a quem eram dirigidas? Para as crianças Aqui vai ter de ser a mesma coisa. Campanhas de ética, de prevenção de crimes financeiros têm de ser dirigidas aos jovens que estão a começar a escola e às crianças a partir dos 10 anos, que já têm consciência do valor do dinheiro, já estão num estádio mais crítico e têm capacidade de racionalização.

Então só daqui a uma geração é que se obtém resultados?

Duas gerações, porque estas crianças vão ensinar isto para os filhos e vão ser os filhos que vão marcar a diferença. Hoje o jovem ou está a viver à sombra da bananeira dos pais ou está revoltado, com revolta não se consegue nada. Ir para a rua brigar com o polícia que ganha 70 mil Kz não se consegue nada. Consegue-se quando a sociedade se organiza e, do primeiro ao último, ninguém aceita a corrupção, mas também não paga a corrupção. O que acontece hoje? Não gostamos dos corruptos, mas não queremos abdicar de ser corruptor.

O que falta mais, além de um regulador do sector imobiliário?

Falta a componente de cruzamento de informações e maior celeridade nos processos entre a UIF e a PGR. Não existe hoje uma base de dados nacional que nos permita fazer tratamento de big data e isso acaba prejudicando as análises da UIF e da PGR e de qualquer corpo de investigação. Se você vai fazer uma investigação tem de mandar um ofício, contactar não sei quem, que você não sabe onde está. Com isso já se perderam dois ou três dias, quando a PGR tem 10 dias para se manifestar.

Se a PGR não se manifestar nesses 10 dias o processo fica resolvido, por si. Isso não é uma armadilha para a investigação?

É. Mas também se tentou evitar o colapso do sistema financeiro, não se pode parar as operações de maneira indefinida, porque isso também tira a energia às operações e às empresas do sistema financeiro. Mas ao não fazer um acompanhamento adequado, porque uma investigação não se faz em 10 dias, a não ser que haja uma base de dados centralizada, como é o caso de Portugal, compromete-se a investigação.

A lei não teve em conta o contexto nacional?

A lei teve em conta um contexto internacional, onde há um fluxo de informações muito rápido, onde há disponibilidade de informações e onde o cidadão tem o acesso centralizado dos dados das empresas. Aqui, se alguém precisar de obter informação de uma empresa que está no Cunene, imagina!

Esse é um 'aspecto que pode escapar ao olhar do GAFI?

Não. O GAFI vai analisar todos os passos, desde que há legislação até ao seu cumprimento. O GAFI fala com o sistema bancário e vai fazer as suas investigações. Por exemplo, esse caso do BFA não vai passar em branco.

Surpreendeu-lhe a decisão do BNA, de multar apenas o banco e a funcionária que fez a transferência e aplicar admoestações à administradora e ao compliance officer?

É difícil falar de um caso concreto, quando não temos todos os dados. Mas custa acreditar que o BNA, tendo todos os dados, chegasse a esta conclusão. Isso é um risco sistémico, gera desconfiança sistémica. Há uma transferência de 250 mil USD e ninguém fala nada. Se isto acontece num banco que é bastante credível como não será nos outros?

O que devia ter acontecido? O BFA tinha de reportar à UIF?

O BFA devia reportar à UIF e não reportou. Deveria ter sido feito um reporte interno ao conselho fiscal, porque é quem observa as actividades da administração, e o conselho fiscal decidiria o que se iria fazer. O normal é que o conselho fiscal faça o reporte à UIF e ao BNA e não guardar as coisas numa gaveta durante 3 anos.

Quem tinha essa responsabilidade dentro do banco?

O compliance officer devia levar isso ao administrador não executivo e este ao conselho fiscal.

O BNA aí não tem interferência nenhuma?

Não. O BNA faz a acção inspectiva, vê que não se seguiu a linha que devia ter sido seguida e vai aplicar uma multa. O BNA, como é o regulador, só tem de aplicar sanções e evitar o risco sistémico Suspende o alvará de funcionamento, proibição de comercialização de determinados produtos financeiros, etc. Mas não iria muito mais longe do que isso. No caso do BFA, é muito injusto a admoestação ao compliance officer. Da mesma forma que acho injusto que a senhora que fez o depósito, por ordens de ... foi quem 'pagou o pato'.

Qual é o risco sistémico aqui?

É o descrédito do sector bancário nas auditorias externas, porque o banco foi auditado.

A relação com os bancos correspondentes também pode ficar prejudicada?

Sempre que houver situações de não cumprimento da legislação do branqueamento de capitais pode comprometer.

O BFA quando comunica à UIF tem de congelar a quantia até que a UIF se pronuncie?

O BFA congela, averigua de onde vem o dinheiro e diz "não podemos receber esse dinheiro". A UIF passaria para a PGR, o órgão de investigação, que interrogava para saber de onde vem esse dinheiro.

6.12 Os compliances officer em Angola continuam a ser marionetas

Jornal Expansão
14 De Maio de 2021

Em 2019, a UIF registou 217 operações suspeitas, mais 86 do que as registadas em 2018. Não é muito pouco para o número de operações bancárias realizadas no País?

O relatório está muito descafeinado. Há muito mais operações suspeitas. Muitas das operações são reportadas só depois de acontecerem. A UIF tem trabalho administrativo, recebe informação, analisa, passa a informação para a PGR e pede informação a outras UIFs. A UIF não faz investigação, além disso está na dependência orgânica do BNA, se chega o BNA e diz "essa operação passa" ... A operação dos 500 milhões USD do Fundo Soberano passou e a UIF não disse nada. Continua-se a fazer importações, continua-se a utilizar traders, 80% do que Angola consome é importado, e em todas estas importações não há operações suspeitas? Eu vejo operações

demais para tão pouco reporte. Não é consistente. Sabe como é que se descobriu a grande fraude de [Bernard] Madoff?

Por falta de consistência?

Exacto. Um examinador de fraudes que foi trabalhar para uma empresa concorrente viu a rentabilidade de Madoff, que era uma linha recta ascendente, e disse "isso é impossível, o mercado não funciona assim, só pode ser fraude". Se nós começarmos a investigar a falta de denúncias, essa falta de operações suspeitas, há aqui alguma coisa errada, onde é que está a fraude? Está nos bancos? Provavelmente, porque é a primeira linha de defesa. Está no BNA? Não acredito.

Porque não?

O BNA não vai receber a operação suspeita, ele vai multar por não declarar uma operação suspeita numa acção de inspecção. Quem vai ter de fazer esse controlo é a UIF. Acontece que a UIF tem 25 ou 30 pessoas, contando a senhora da limpeza. E quantos bancos temos, quantas operações existem no País?

Há quase mais bancos do que funcionários da UIF?

Os técnicos da UIF estão exacerbados de trabalho. Só o BNI, BFA, BPC, BAI quanto é que não geram de operações diárias, num País de 32 milhões de pessoas, mesmo contando com a baixa taxa de bancarização? Acredito que não se passam as informações. Os compliance officer continuam a ser marionetas, porque são trabalhadores sem protecção jurídica.

E também obedecem a ordens das administrações

Tanto é que o do BFA, que é o José Cerqueira, um senhor muito sério, eu conheço a reputação dele, deveria ter a autoridade de parar a operação. Ele devia ter a autoridade e independência garantida no seu contrato, isso está no Aviso 1/13 do BNA, quando se instaurou a figura do compliance officer.

E porque é que não está?

Porque não há uma protecção jurídica. Imagina que eu sou compliance officer do banco, você é recepcionista, o teu contrato é igual ao meu, e você tem filhos como eu. Porque é que você se vai meter em confusão, para sofrer retaliações? Não há políticas de não retaliação nos bancos, não há garantia jurídica de protecção para o compliance officer, ele não tem sequer seguro de protecção civil sobre as decisões que toma.

Dois anos e meio após a realização do primeiro congresso dos profissionais de compliance em Angola o cenário não está melhor?

Não. Piorou, porque aumentou o número de compliance officers. Sabe quando as pessoas perdem a fé? Hoje em dia estamos num cenário de pandemia, as pessoas estão a trabalhar desde casa, com os computadores pessoais. E muitas vezes a trabalhar com informações altamente privilegiadas. Não existe um programa sério de cibersegurança, de compliance officer. Existe o que queremos que exista.

Quem é que não quer mais?

As administrações. Não é o BNA, embora banco central tenha a responsabilidade de verificar. Há uma lei sobre cibersegurança? Sim, pois muito bem. As pessoas que estão a trabalhar em casa, como é que estão a trabalhar? Com que wifi e com que computador? Com que rede? Com que VPN? Deveria haver uma preocupação nesse sentido.

Isso acontece em todos os sectores ou apenas no financeiro?

No sector bancário, nos seguros, porque as grandes fraudes fazem-se nos seguros, seguram a grande lavandaria de dinheiro. No sector médico, agora todo o mundo faz consultas, através do Zoom, e, portanto, aí estão os dados médicos a passear pela rede, desde casa, desde o consultório.

Isto é uma bomba relógio?

Tanto é que já vai explodindo, pouco a pouco. Veja como os ministérios estão a ser atacados, até à hora em que começarem a atacar os servidores dos serviços de saúde, dos hospitais, porque os dados médicos, isso sim, dá dinheiro e isso também constrange muito o Estado.

Estamos a falar de que riscos?

No caso de um hospital é trocar os registos médicos. Imagine que vai ser operada e, quando estiver no bloco, todo o seu historial médico desapareceu ou foi substituído por outro. Os dados médicos são muito comercializados, tanto para o ciberterrorismo, como no mercado negro de dados da internet, porque está lá tudo. Estão os dados pessoais, familiares, da segurança social. Se eu tiver todos os dados de uma pessoa posso fazer um passaporte, posso criar uma pessoa falsificada.

A cibersegurança ainda não faz parte das preocupações das pessoas e das empresas?

Não, pela falta de conhecimento. Ainda há muito pouco conhecimento e desinteresse.

Os bancos dizem que os funcionários em teletrabalho têm VPN.

Se houver 10% com VPN é muito. Tenho a certeza absoluta, porque a VPN é muito lenta. Quantos funcionários bancários, com os salários que têm, vivem e podem pagar uma ZAP Viva? A internet aqui é caríssima. As pessoas andam com saldo de dados, e quando podem. Se o banco não pagar a sua ligação em casa, trabalham com a que têm.

Tem conhecimento de ataques sérios?

Os bancos têm muitos ataques de phishing (tentativa de roubo de dados pessoais). Tiveram de fazer mais investimento em cibersegurança ainda que seja só colocar um adesivo para estancar a hemorragia. Hoje o problema da cibersegurança é tão grande, com as pessoas a trabalhar a partir de casa, que o banco não aguentaria financeiramente assumir toda essa responsabilidade. Assumem naquelas pessoas que acham que lidam com as informações mais sensíveis. E a informação escrita a que toda a gente pode ter acesso? Você tem um relatório em casa, que o seu marido vê, a sua cunhada e isso é informação privilegiada.

Há sectores que não deviam estar em teletrabalho?

Sim. A banca e os seguros não deveriam ter teletrabalho.

Como é que estes sectores podem funcionar em tempo de pandemia?

É fazer o investimento necessário para trabalharem em casa, ou fazer a digitalização da banca, como aconteceu noutros países, mas com uma VPN que funcione, com um computador que seja propriedade do banco, com cibersegurança. A solução não é pegar nas pessoas e mandar para casa, com informação dos clientes dos bancos. Por isso é que houve tantas burlas, nomeadamente no BPC, inclusive, muita gente a ter acesso a informação.

O compliance em Angola começou praticamente no sector bancário, por causa das regras internacionais...

A prevenção do branqueamento de capitais começou no sector bancário, o compliance não começou por campo nenhum. O compliance só vai começar quando houver os elementos que a comunidade internacional considera como sendo os limites de um

programa de prevenção de delitos. Hoje o sector bancário previne um delito: branqueamento de capitais, só. Compliance como nós entendemos internacionalmente não começou, nem 5% das empresas em Angola têm departamento de compliance corporativo e regulatório.

Quem tem são as multinacionais por imposição das casas-mãe?

Sim. Por causa das leis internacionais que têm de cumprir, e nas empresas nacionais que fazem negócios com essas multinacionais. Isso leva a que no sector petrolífero as empresas tenham um compliance mais desenvolvido. Mas as que não são do sector petrolífero não têm nada.

Portanto, nestes dois últimos anos houve uma regressão?

Sim, porque as regulamentações internacionais aumentaram, os padrões internacionais estão mais exigentes. As empresas não têm programas de avaliação, programas de sensibilização dos funcionários, não têm programas anti-fraude, não fazem análise comportamental.

É resistência ou a cultura do deixa andar?

É a cultura do deixa andar e a cultura do "se eu colocar as normas não vou poder saltar as normas". Eu insisto no canal de denúncias porque está provado que mais de 50% de todas as fraudes do mundo foram reportadas através de canais de denúncias anónimas. Aqui não existem. As pessoas não querem, fiz quatro propostas a quatro bancos e sabe o que me disseram? Enquanto não for obrigatório não vamos implementar. Não vêem o compliance como um sistema de prevenção de delito, como uma ferramenta estratégica. Vêem como um gasto que pode ser evitado.

Mas são obrigados a ter um compliance officer?

Mas o compliance officer tem uma função estritamente regulatória, tanto é que nos EUA existe a tendência de ter um compliance officer corporativo e um oficial de compliance regulatório. A regulatória logicamente está-se a cumprir, com todas as dificuldades que já vimos, mas o corporativo, onde está a prevenção de delito, onde existe um mecanismo de reporte, por exemplo, de assédio sexual, não. Isso são tudo coisas que fazem parte do compliance. Uma empresa pode sofrer 63 tipos diferentes de fraude interna e as pessoas não têm como reportar, não sabem investigar, não têm um departamento de investigação próprio, delegam tudo na auditoria. Mas a auditoria só vai auditar os números, não vai fazer uma verificação de

rectaguarda para ver se as pessoas lidam com delinquentes, ou se existe uma liderança pelo exemplo. Hoje podem ir empresas para o mercado da Bolsa de Capitais sem que tenha sido auditado o seu programa de conformidade, para que exista um programa anti fraude. Como é que se protege o investidor quando, por exemplo, não existe nenhum sistema de prevenção e detecção de abuso de informação privilegiada?

Isso interfere na avaliação ao ambiente de negócios do Doing Business?

É avaliado, mas de uma maneira muito genérica. Por ser uma coisa que está em desenvolvimento está a ir muito devagar.

6.13 Preços dos materiais de construção aumenta 1,0%

Jornal de Angola

19 De Maio de 2021

O Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) apresentou uma subida de 1,0 por cento em Abril, em relação ao mês de Março.

A variação homóloga do IPMC, nos últimos 12 meses, segundo dados publicados no dia 17, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), fixou-se em 17,4 por cento. A variação acumulada no período de Dezembro 2020 a Abril de 2021 é de 5,1 por cento.

Entre os grupos de Materiais de Construção, as variações homólogas indicam que o alumínio foi o que registou maior aumento nos preços, com 28,3 por cento, seguido pelos blocos com (25,9), vigas e vigotas (24,0), madeiras e contraplacados (20,2), betão pronto (19,2).

Os grupos de materiais que mais contribuíram na variação do IPMC do mês de Abril destacam-se a areia com 0,9 pontos percentuais, aço e cimentos e aglomerados (0,3 pontos percentuais) cada, alumínio, betão pronto, tijolos e tubagens e acessórios de plásticos (0,1).

6.14 Mais 800 famílias serão realojadas no Mayé-Mayé

Jornal de Angola

Dia 20 De Maio de 2021

Texto: Pereira Dinis e Helma Reis

O bairro social Mayé-Mayé, no distrito urbano do Sequele, município de Cacuaco, vai continuar a

receber famílias que residem em zonas de risco da província de Luanda.

A garantia foi avançada ontem, ao Jornal de Angola, por uma fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, durante a cerimónia de lançamento de projectos de construção de um posto policial, centro médico e uma escola, presidida pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

De acordo com a fonte, até ontem estavam realojadas 550 famílias, número que aumentou com a chegada de mais 13 agregados familiares, que receberam da ministra de Estado para a Área Social as chaves das suas novas moradias.

No bairro Mayé-Mayé já foram construídas três mil casas, algumas ainda por habitar, encontrando-se em fase de acabamento 5.168 moradias T-3 e T-4, das quais 1.168 apartamentos, para o realojamento de 800 famílias. ~

O bairro já dispõe do fornecimento de energia eléctrica, devendo contar, a partir dos próximos dias, com o abastecimento de água potável, garantiu uma fonte da Administração Municipal de Cacuaco.

A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, liderou uma equipa multisectorial na visita de trabalho, ontem, à urbanização Mayé-Mayé.

As 13 famílias contempladas, ontem, com moradias no Mayé-Mayé, viviam em zonas de risco, na encosta da Boavista, no distrito urbano da Ingombota, e nos municípios do Cazenga e Cacuaco. Uma das famílias realojadas é a de Mariana Ebo, que perdeu uma filha durante o desabamento da casa em que vivia, na sequência das chuvas que se abateram, em Abril, sobre a província de Luanda.

Mariana Ebo foi a primeira pessoa a receber, da ministra de Estado para a Área Social, a chave da nova moradia. "Estou a receber a chave de uma nova casa, mas não me sinto feliz, porque perdi uma filha adolescente", acentuou Mariana Ebo que, apesar da dor da perda, manifestou o agradecimento ao Executivo, que, acrescentou, "está solidário com a minha família e as outras famílias".

Visivelmente emocionada no acto de entrega das moradias, a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, declarou que o Executivo está pronto para prestar todo o apoio aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Posto médico e policial e nova escola

Antes da entrega das moradias, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho, lançou a primeira pedra para a construção de um posto policial, em cujo acto o soba do distrito urbano do Sequele, José Sotto Mayor, referiu que o bairro Mayé-Mayé "tem a sua própria tradição", baseada no "respeito pelas coisas dos outros e no respeito a todos, principalmente os mais velhos".

"Aqui estamos embora bem", sublinhou o soba José Sotto Mayor, que disse não haver delinquência na urbanização Mayé-Mayé.

"Espero que os irmãos que estão a vir aqui respeitem a nossa tradição, porque somos todos uma família, somos todos angolanos", adiantou a autoridade tradicional, referindo que "aqui a cor partidária não é levada em conta".

A ministra da Educação, Luísa Grilo, colocou a primeira pedra para a construção de uma escola primária, com 12 salas de aula, acção idêntica feita pela ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, para a construção de um posto médico.

O Jornal de Angola soube de uma fonte da Administração Municipal de Cacuo que a via que dá acesso ao bairro Mayé-Mayé, a partir da cidade do Sequele, vai ser submetida, brevemente, a um trabalho de terraplenagem e colocação de asfalto.

"A presença hoje aqui do ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, é uma garantia do que estou a falar", sublinhou a fonte.

6.15 Preços inibem compra de casas

Jornal Economia & Finanças

21 De Maio de 2021

Texto: António Eugénio

Em Luanda, constrói-se muitos condomínios, mas os preços inibem os possíveis clientes. Daí que a procura seja maior do que a oferta. Milhares de casas construídas, na sua maioria com recursos do Estado, estão desocupadas.

Na generalidade, as residências estão localizadas na zona Sul de Luanda, como Talatona, Benfica e Patriota.

Por exemplo, o condomínio "Real Park", localizado na Avenida Pedro de Castro Van Dúnem "Loy", os edifícios que compõem o aglomerado estão completamente terminados, mas desabitados. Os

preços são proibitivos. Um apartamento com a tipologia T:3 chega a custar acima dos 250 mil dólares.

O condomínio "Pérola Imperial" é um outro projecto habitacional com apartamentos pronto para habitar. A sua construção custou milhões de dólares disponibilizados pela banca comercial, mas moradores, nada! O preço não foge à regra dos praticados por outros. Tudo acima dos 200 mil dólares.

Localizado defronte ao Instituto Metropolitano de Luanda, entre as Avenidas Pedro de Castro Vadúnem e a 21 de Janeiro, as casas estão às moscas. O porteiro sentado dá alguns detalhes.

"Todas casas aqui estão vazias", indica, depois de explicar que "talvez os preços têm estado a afugentar os clientes".

Ordenamento

Ao longo da Via Expressa estão em grandes quantidades os terrenos loteados e residências inacabadas, cujo proprietários receberam dinheiro da banca para desenvolverem os projectos habitacionais, mas desencaminharam o dinheiro para outros fins.

Os Cabocos, muros de casas modelo estão aos "montes", são sinais de que as casas vão ser construídas, por engano! Contam que os terrenos da "reserva fundiária" foram também assaltados.

Informações apontam que o negócio imobiliário serviu durante muito tempo, como sector de lavagem de dinheiro. Talvez, isso justifique a quantidade de obras inacabadas, paralisadas e terrenos loteados.

O designer aplicado nas casas do "Royal Park", associada à localização, aguça a vontade de Jorge Bastos, que luta por ter uma casa, faz tempo.

Os escassos recursos financeiros, aliados a impossibilidade de concorrer aos empréstimos bancários, contribuem para a inviabilidade de realizar um sonho.

"É impossível ter dinheiro para comprar um apartamento. Ganho pouco e o preço é altíssimo", aponta. Sem rodeios, considera que o custo de um apartamento é um verdadeiro assalto ao bolso. Sublinha que os proprietários dos projectos habitacionais deveriam recorrer à modalidade da renda resolúvel, método que facilitaria o acesso às casas para muita gente.

O negócio imobiliário catapultou muita gente para a ribalta. Muitos com práticas credíveis, outros

aplicaram cabalas e ficaram com o dinheiro dos clientes, chegando a vender as casas no papel, por valores altíssimos, e que nunca foram entregues.

São exemplo, os projectos habitacionais "Copa Cabana", "Quintas do Rio Bengo", "Bem Morar", "The One", "Villa Gongga", todos localizados em extensas áreas de Luanda.

A apetência pelo dinheiro por parte de agentes imobiliários e proprietários de alguns projectos, em conluio com parceiros estrangeiros deixaram muitas famílias empobrecidas.

6.16 Três mil habitações à venda na Caála

Jornal Economia & Finanças

21 De Maio de 2021

Justino Victorino

O programa habitacional do Governo para o município da Caála prevê quatro mil e umas habitações. Prontas para serem comercializadas estão três mil desde ontem.

O acto simbólico da comercialização foi testemunhado pela secretária de Estado para o Ordenamento do Território.

Ana Paula de Carvalho disse, na ocasião que a nova centralidade da Caála, baptizada com o nome "Ferriando Faustino Muteka" tem a capacidade para receber 24 mil habitantes, nas 4.001 habitações do tipo T3. O projecto habitacional do Governo conta com 2.832 apartamentos, 808 moradias, e 361 entre duplex e térreas, além de 240 casas comerciais.

Lembrou que o processo comercial das casas, vai assemelhar-se ao da centralidade do Lossambo, arredores da cidade do Huambo, que obedece a três formas de aquisição, sendo o da renda resolúvel, com custo mensal que vai entre 30 e 40 mil kwanzas, arrendamento 12.503 kwanzas, onde o beneficiário deverá pagar o montante em 360 prestações, para um período de 30 anos. Existe ainda o de venda livre ou pronto-pagamento, no valor de 7,5 milhões de kwanzas.

Nos requisitos para a aquisição das residências, constam o de ser cidadão angolano, de 18 anos de idade e residente, ter condições de assumir o compromisso dos pagamentos, cumprindo com as três modalidades sendo, o arrendamento por via Instituto Nacional da Habitação.

Na ocasião, a governadora da província do Huambo, Lotti Nolika, alertou aos candidatos às novas

residências, sobretudo os jovens ávidos pelo sonho da "casa própria", a evitarem a entrega de valores monetários aos particulares, por serem "esquemas fraudulentos e burla".

6.17 Crise na construção 'afunda' produção de cimento em 32%, para 2 milhões de toneladas

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Texto: Martins Chambassuco

A crise na construção e a estagnação das obras públicas em Angola 'afundaram' a produção de cimento em 32%, entre 2019 e 2020, para 2 milhões de toneladas.

A Associação da Indústria Cimenteira de Angola (AICA) indica que, com a recessão dos dois sectores e o desinvestimento nas obras públicas que se assiste desde o início da crise financeira, provocada pela queda do preço do petróleo, a produção de cimento contraiu sistematicamente quase até à paralisação.

O presidente da AICA, Paul Ang, diz que "a crise económica que foi agravada pela pandemia da Covid-19 afectou diversos sectores da economia angolana e, actualmente, as empresas cimenteiras estão a produzir e a vender em média a menos de 20% das suas capacidades nominais".

Se no passado, a construção e obras públicas foram os grandes impulsionadores do crescimento da indústria cimenteira, nos últimos dias, segundo o gestor, os dois sectores já não são os grandes consumidores da indústria cimenteira, por isso, ela está com níveis tão reduzidos de produção.

"Como estes sectores estão estagnados, isso afecta directamente as cimenteiras", reforça Paul Ang. Contas feitas, no cenário actual, as empresas viram-se obrigadas a laborar abaixo da capacidade instalada. Se, em 2014, o País produzia 4,5 milhões de toneladas de cimento, em finais de 2020 apenas foram produzidas 2 milhões de toneladas, ou seja uma quebra de 58%.

Com a produção em queda, as vendas também baixaram. A justificação é a crise financeira, falta de encomendas na construção e obras públicas. Os industriais reconhecem também que a falta de investimento na construção e a redução da despesa pública estão a 'matar' o negócio do cimento em Angola

Entre 2014 e 2020, as vendas caíram 60%, para 2,4 milhões de toneladas, contrastando com os 5,6 milhões de toneladas vendidas no início da crise (ver infografia).

Os dados da AICA indicam que, entre 2019 e 2020, as vendas de cimento estabilizaram nos 2,4 milhões de toneladas. Com base nos relatórios de produção e comercialização de cimento das cinco fábricas do País, as vendas tiveram uma quebra em sete anos de 3,5 milhões de toneladas. O Expansão sabe que neste momento a produção de clínquer e de cimento é excedentária, tendo em conta a quebra nas vendas.

Actualmente, de acordo com os dados disponíveis, as vendas rondaram em média menos 19% da capacidade de produção real.

"O mercado da construção está estagnado e não há encomendas. Os investimentos nas obras públicas contraíram e, cada vez mais, a situação se torna difícil e a exportação é a solução, mas as taxas aduaneiras são muito altas e tornam o negócio menos atractivo", reconhece o empresário Pau li no Matias. Lembra, por outro lado, que o mercado está parado e esperam-se dias difíceis para os industriais do sector do cimento. Não há investimentos na construção civil nem despesas públicas que animem o mercado e isso reflecte-se no fraco consumo do produto.

Há um ano, a AICA apresentou, em parceria com outras associações, uma proposta ao Governo, segundo a qual, a construção das estradas nacionais, secundárias e terceiras fosse em betão, uma opção que aumentaria o consumo e, conseqüentemente, as vendas, situação que alteraria o quadro actual.

Contra todas as expectativas, a proposta, que foi considerada atractiva, não chegou a ter resposta devido à pandemia da Covid-19. O Expansão apurou que os estudos foram realizados, mas o governo fechou-se. De recordar que a construção civil, no País, teve o 'boom' em 2008 quando o mercado do petróleo cresceu. Se entre 2014 e 2016, o País tinha uma necessidade de consumo de 6/7 milhões de toneladas de cimento e, por isso, os níveis baixos de produção eram compensados com o recurso à importação, hoje a realidade aponta para um mercado excedentário.

Tendo em conta o crescimento no mercado imobiliário que se observou na altura, com o aumento da procura interna, a Nova Cimangola e a CIF Angola investiram nas suas unidades industriais, contribuindo para que a capacidade de produção instalada no País passasse, em pouco tempo, para 8,5 milhões de toneladas por ano, capacidade que nunca chegou a ser atingida

Olhando para os dados, em 2014 apenas foram utilizados 56% da capacidade instalada, ou seja, nessa altura, as cinco cimenteiras tinham uma capacidade instalada de 8 milhões de toneladas e só foram produzidas 4,5 milhões de toneladas de cimento.

Ainda em termos de produção, em finais do ano passado, as cimenteiras só usaram 29% da sua capacidade instalada. São números que indicam que a indústria do cimento está a cair ano, após ano.

Entre as cinco cimenteiras, apenas três produzem clínquer, nomeadamente a CIF Angola, Nova Cimangola e a FCKS do Cuanza Sul, enquanto a Cimenfort Industrial e a Secil apenas se dedicam à produção de cimento.

Em termos de capacidade, a CIF Angola é a maior unidade de produção de cimento do País. Tem capacidade para produzir 3,6 milhões toneladas por ano, 42,3% da capacidade instalada no País.

Preços em alta

Em termos de preços médios, o gráfico mostra uma marcha ascendente e, nos últimos sete anos, o preço da venda subiu 189%, saindo dos 13,0 mil Kz a tonelada em 2014, para os 37,7 mil Kz a tonelada em 2020, ou seja, em finais de 2020, o preço médio por tonelada de cimento comercializada na porta do produtor rondava os 37,7 mil Kz, valor quase duas vezes maior que o registado em 2014. A justificação para este aumento tem duas vertentes. Até 2017, o ambiente de monopólio que se vivia no sector fez disparar os preços, e nos últimos dois anos a desvalorização do kwanza tem contribuído para a manutenção desta tendência.

6.18 «A vandalização só acontece porque as casas estão desabitadas»

Novo Jornal
28 De Maio de 2021

Quanto à falta de serviços sociais, situação que irrita os moradores da Centralidade do tuongo, o administrador municipal da Catumbela, Fernando Belo, confidenciou ao Novo Jornal que essa é uma questão que tem colocado ao Executivó Central e ao Governo Provincial de Benguela, que, por sua vez, atiram a responsabilidade da gestão do projecto habitacional à Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados, EP.

A este semanário, o responsável avança que há, inclusive, investidores a nível local que já estão

disponíveis a fazer investimentos sociais na centralidade, mas têm sido boicotados em função da venda de terrenos que, até ao momento, não está bem definida, o que condiciona surgimento de novos serviços.

O acesso à centralidade, segundo os moradores, tem estado na base da danificação das viaturas, para eles, ao invés de estarem a entrar na via construída para o acesso, o percurso é feito na estrada construída para a saída de viaturas.

"A estrada utilizada para o acesso à centralidade é realmente aquela arquitectada para a saída das viaturas, porque a entrada continua, até ao momento, inacabada. "O Governo de Benguela e o Executivo Central dominam muito bem o dossiê sobre a via de acesso. Aquando da visita do ministro do Urbanismo e Construção, voltámos a colocar esta preocupação e estamos à espera que a mesma seja resolvida com urgência, porque os cursos são enormes para as viaturas", reconheceu o dirigente, alertando que "tal como a questão da estrada de acesso, a iluminação pública é outro problema por se resolver".

EG

6.19 Crise na construção 'afunda' produção de cimento em 32%, para 2 milhões de toneladas

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Texto: Martins Chambassuco

A crise na construção e a estagnação das obras públicas em Angola 'afundaram' a produção de cimento em 32%, entre 2019 e 2020, para 2 milhões de toneladas.

A Associação da Indústria Cimenteira de Angola (AICA) indica que, com a recessão dos dois sectores e o desinvestimento nas obras públicas que se assiste desde o início da crise financeira, provocada pela queda do preço do petróleo, a produção de cimento contraiu sistematicamente quase até à paralisação.

O presidente da AICA, Paul Ang, diz que "a crise económica que foi agravada pela pandemia da Covid-19 afectou diversos sectores da economia angolana e, actualmente, as empresas cimenteiras estão a produzir e a vender em média a menos de 20% das suas capacidades nominais".

Se no passado, a construção e obras públicas foram os grandes impulsionadores do crescimento da indústria cimenteira, nos últimos dias, segundo o

gestor, os dois sectores já não são os grandes consumidores da indústria cimenteira, por isso, ela está com níveis tão reduzidos de produção.

"Como estes sectores estão estagnados, isso afecta directamente as cimenteiras", reforça Paul Ang. Contas feitas, no cenário actual, as empresas viram-se obrigadas a laborar abaixo da capacidade instalada. Se, em 2014, o País produzia 4,5 milhões de toneladas de cimento, em finais de 2020 apenas foram produzidas 2 milhões de toneladas, ou seja uma quebra de 58%.

Com a produção em queda, as vendas também baixaram. A justificação é a crise financeira, falta de encomendas na construção e obras públicas. Os industriais reconhecem também que a falta de investimento na construção e a redução da despesa pública estão a 'matar' o negócio do cimento em Angola

Entre 2014 e 2020, as vendas caíram 60%, para 2,4 milhões de toneladas, contrastando com os 5,6 milhões de toneladas vendidas no início da crise (ver infografia).

Os dados da AICA indicam que, entre 2019 e 2020, as vendas de cimento estabilizaram nos 2,4 milhões de toneladas. Com base nos relatórios de produção e comercialização de cimento das cinco fábricas do País, as vendas tiveram uma quebra em sete anos de 3,5 milhões de toneladas. O Expansão sabe que neste momento a produção de clínquer e de cimento é excedentária, tendo em conta a quebra nas vendas.

Actualmente, de acordo com os dados disponíveis, as vendas rondaram em média menos 19% da capacidade de produção real.

"O mercado da construção está estagnado e não há encomendas. Os investimentos nas obras públicas contraíram e, cada vez mais, a situação se torna difícil e a exportação é a solução, mas as taxas aduaneiras são muito altas e tornam o negócio menos atractivo", reconhece o empresário Paulo Matias. Lembra, por outro lado, que o mercado está parado e esperam-se dias difíceis para os industriais do sector do cimento. Não há investimentos na construção civil nem despesas públicas que animem o mercado e isso reflecte-se no fraco consumo do produto.

Há um ano, a AICA apresentou, em parceria com outras associações, uma proposta ao Governo, segundo a qual, a construção das estradas nacionais, secundárias e terceiras fosse em betão, uma opção que aumentaria o consumo e, consequentemente, as vendas, situação que alteraria o quadro actual.

Contra todas as expectativas, a proposta, que foi considerada atractiva, não chegou a ter resposta devido à pandemia da Covid-19. O Expansão apurou que os estudos foram realizados, mas o governo fechou-se. De recordar que a construção civil, no País, teve o 'boom' em 2008 quando o mercado do petróleo cresceu. Se entre 2014 e 2016, o País tinha uma necessidade de consumo de 6/7 milhões de toneladas de cimento e, por isso, os níveis baixos de produção eram compensados com o recurso à importação, hoje a realidade aponta para um mercado excedentário.

Tendo em conta o crescimento no mercado imobiliário que se observou na altura, com o aumento da procura interna, a Nova Cimangola e a CIF Angola investiram nas suas unidades industriais, contribuindo para que a capacidade de produção instalada no País passasse, em pouco tempo, para 8,5 milhões de toneladas por ano, capacidade que nunca chegou a ser atingida

Olhando para os dados, em 2014 apenas foram utilizados 56% da capacidade instalada, ou seja, nessa altura, as cinco cimente iras tinham uma capacidade instalada de 8 milhões de toneladas e só foram produzidas 4,5 milhões de toneladas de cimento.

Ainda em termos de produção, em finais do ano passado, as cimente iras só usaram 29% da sua capacidade instalada. São números que indicam que a indústria do cimento está a cair ano, após ano.

Entre as cinco cimente iras, apenas três produzem clínquer, nomeadamente a CIF Angola, Nova Cimangola e a FCKS do Cuanza Sul, enquanto a Cimenfort Industrial e a Secil apenas se dedicam à produção de cimento.

Em termos de capacidade, a CIF Angola é a maior unidade de produção de cimento do País. Tem capacidade para produzir 3,6 milhões toneladas por ano, 42,3% da capacidade instalada no País.

Preços em alta

Em termos de preços médios, o gráfico mostra uma marcha ascendente e, nos últimos sete anos, o preço da venda subiu 189%, saindo dos 13,0 mil Kz a tonelada em 2014, para os 37,7 mil Kz a tonelada em 2020, ou seja, em finais de 2020, o preço médio por tonelada de cimento comercializada na porta do produtor rondava os 37,7 mil Kz, valor quase duas vezes maior que o registado em 2014. A justificação para este aumento tem duas vertentes. Até 2017, o ambiente de monopólio que se vivia no sector fez disparar os preços, e nos últimos dois anos a

desvalorização do kwanza tem contribuído para a manutenção desta tendência.

6.20 Denúncia Falta de serviços sociais «irrita» moradores da centralidade

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: Eduardo Gito

Ao contrário do que muitos pensam, segundo os moradores do Luongo, habitação cujas obras começaram em 2012, a centralidade é, para alguns, simplesmente um dormitório, pelo facto de não reunir condições que possam obrigar um residente a não se deslocar às outras cidades vizinhas à procura de serviços básicos como a falta de agências bancárias, lojas de venda de produtos alimentares, dificuldade do sinal das redes de telefonia móvel (Movitel e unitel), entre outros, lamentou Hélder Cruz; que, na antepassada sexta-feira, 14, estava de saída com o filho para fazer carregamento da energia na cidade de Benguela.

"Temos passado muito mal. Vivo cá há alguns meses. Como agora podem ver, saio com o meu filho para fazer pagamento da energia e da parabólica", confessou Hélder Cruz, tendo garantido que, quanto às escolas, não há queixas, porque as existentes conseguem receber alunos não-residentes na centralidade.

Jordan Coelho, outro morador, lamenta a falta de serviços num investimento que custou milhões de dólares aos cofres do Estado, desabafando que a falta de serviços sociais na Centralidade do Luongo há muito que tem sido comunicado à Administração Municipal da Catumbela.

Antes morador do bairro do Compão, explica que o pior absurdo da Centralidade do Luongo é o facto de a entrada para as viaturas estar a ser feita na via construída para a saída e não para o acesso, devido à inclinação que irrita os residentes, não descartando a possibilidade de abandonar o sonho da casa própria, caso a falta de condições sociais continue até aos primeiros seis meses de 2022.

Quanto à criminalidade, o morador diz que não há registos em grande número, mas justifica que a vandalização não é feita pelos residentes, mas, sim, por estranhos que roubam os sanitários das residências "abandonadas".

"As casas vandalizadas são aquelas que se encontram desabitadas, que são as vítimas dos marginais. Eles partem os vidros das janelas e vandalizam todo o interior. Dizem que há esquadra da Polícia, mas nunca a vi durante o período que cá me encontro", pormenorizou.

Fernando Belo, administrador da Catumbela, tranquiliza os moradores, reiterando que os problemas já foram encaminhados aos responsáveis do Governo da Província de Benguela e, brevemente, serão resolvidos, para dar maior dignidade aos residentes.

"Temos conhecimento da real situação que vivem os moradores. A Administração Municipal está alojada na Centralidade do Luongo. Sabemos que só por falta de rede temos conhecimento de que há moradores que não chegam cedo a casa porque ficam na entrada a fazer contactos. O acesso e a iluminação pública são, também, outro problema a ser priorizado, assim como outros serviços sociais", reconheceu Fernando Antunes Belo.

6.21 Falta de ocupação «incita» vandalização da Centralidade do Luongo

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: Eduardo Gito

A casa própria é o sonho ou desejo da maioria dos angolanos, sobretudo dos jovens que querem constituir família. Enquanto isso, dezenas de apartamentos da Centralidade do Luongo, no município da Catumbela, província de Benguela, estão a ser vandalizados por parte de meliantes até agora não identificados pela administração local, constatou a equipa de reportagem do Novo Jornal que, durante duas semanas, fez uma radiografia àquela parcela do litoral angolano.

Enquanto no Luongo o Executivo deixa que centenas de apartamentos sejam vandalizados, na última semana, por "falso alarme", mais de 100 cidadãos correram até ao Governo Provincial de Benguela para se inscrever e conseguir casa própria.

O falso alarme que soou pelas ruas de Benguela, para a possível inscrição de cidadãos na Centralidade do Luongo, apurou este jornal, levou à detenção de mais de sete funcionários do Governo Provincial; pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), por suspeita de tráfico e influência na recepção de documentos para o acesso às habitações naquela província.

Dentre os sete detidos, postos em liberdade na passada quarta-feira, 19, sob termo de identidade e residência, constam funcionários do Governo Provincial de Benguela, tendo o Ministério Público descartado a possibilidade de julgamento sumário, aventada pelo SIC, visto que tinham sido apanhados em flagrante delito.

A investigação prossegue em direcção a uma suposta corrupção no acto de recepção de documentos para o acesso a casas, devendo os visados dar a conhecer às autoridades eventual troca de residência.

Os meliantes que vandalizam os apartamentos da Centralidade do Luongo conseguem, constatou o Novo Jornal, usurpar toda a loiça sanitária montada nas casas de banho e cozinha e comercializam-na no "mercado negro" da província de Benguela.

Em entrevista a este jornal, José António, morador da centralidade há dois anos, culpa o Executivo pela vandalização dos imóveis que custaram milhões de dólares ao Estado, mas que, pela política habitacional, muitas das vezes se alimentam os conflitos entre população sem tecto e aqueles que se aproveitam da "incompetência" dos gestores do sector.

"Nesta centralidade, os cidadãos colocam, frequentemente, várias questões. Vivo cá há mais de dois anos, confesso que não sei se há mesmo uma esquadra da Polícia que consiga responder às necessidades de quem é habitante. A vandalização de alguns apartamentos dos Blocos de A a D mostra a falta de policiamento na localidade", deduziu José António ao NJ.

O interlocutor justifica, igualmente, que não está na condição de invasor na Centralidade do Luongo, mas atira a responsabilidade sobre o vandalismo daquele projecto habitacional ao Executivo, que, mesmo tendo casas vazias, o País tem pessoas com disponibilidade financeira que continuam sem residências.

6.22 Imogestin diz que Luongo não está sob sua tutela'

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Em reacção à vandalização e à falta de serviços sociais, o NJ contactou Mário Guerra, porta-voz da Imogestin. Segundo o responsável, a gestão da Centralidade do Luongo está sob tutela do Fundo Habitacional.

Até ao fecho desta edição, às 14:35 de quarta-feira, 26, o Novo Jornal contactou, via Whatsapp, Waldir de Sousa, do Gabinete de Comunicação do Fundo Habitacional. Em conversa, o funcionário disse que as questões enviadas, pela sua complexidade, devem ser respondidas pelo Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

"O Fundo é órgão secundário. A natureza das perguntas que colocas, as mesmas devem ser enviadas por e-mail, só depois nós as encaminhamos ao Ministério, por este ser o nosso órgão central", reagiu Waldir de Sousa ao NJ.

Em virtude da resposta a este jornal, apesar de ter solicitado que as questões lhe fossem enviadas num outro formato, até ao fecho da edição, Waldir não disponibilizou o seu e-mail, tal como ficou acordado.

O projecto da Urbanização do Luongo RED, segundo o site da Imogestim, estende-se por uma área de 241,54 hectares e visa a concepção e construção de dois mil unidades habitacionais, constituindo um marco no desenvolvimento urbanístico na província de Benguela.

O conjunto habitacional é composto por unidades multifamiliares de dois e três pisos, moradias unifamiliares isoladas e moradias geminadas. Complementarmente, o projecto contempla a construção de uma escola primária, uma secundária, dois jardins-de-infância e áreas de lazer.

6.23 Os impostos patrimoniais na utilização efectiva dos imóveis

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Num momento em que Angola atravessa uma profunda crise económica e social, e onde algumas figuras na sociedade angolana, entre as quais se contam empresários com investimentos ou interesses no sector imobiliário, engenheiros, economistas e juristas, procuram ver escutados os seus clamores, de que um dos pressupostos pelo qual o investimento privado, nacional e estrangeiro, não tem um impacto mais visível em Angola, na criação de emprego, na melhoria das condições de vida das famílias e também no combate à fome, situação esta que é hoje vivida por um número cada vez maior de famílias angolanas, deve-se ao facto de a Lei de Terras, Lei 09/04, conter muitas limitações e proibições ao pleno exercício do direito de propriedade privada, ou seja, limitações à liberdade de os legítimos proprietários dispor dos seus imóveis sem constrangimentos legais.

Não obstante ser muito defendido em Angola, que a Lei de Terras necessita ser revista, nomeadamente as alíneas b) e e), do artigo 64º, que dispõem que os direitos fundiários extinguem-se quando não tenha sido dado um aproveitamento útil e efectivo aos terrenos durante um período de 3 anos, e também ao conferir poderes ao Estado para extinguir os direitos fundiários dos proprietários por razões de utilidade pública, a Lei de Terras em vigor continua sem data de revisão à vista.

Uma revisão desta Lei de Terras significa a reorganização dos direitos fundiários em Angola, onde estão concentrados muitos interesses privados, empresariais e particulares, de diferentes extractos da sociedade angolana, desde os terrenos ocupados para a construção de residências para habitação, até aqueles terrenos que foram ocupados para a exploração ou desenvolvimento de negócios de diferentes sectores da economia, como tal esta é uma tarefa que exige que o Estado tenha plena noção do papel que a Lei de Terras desempenha na economia angolana, para melhorar as condições do investimento privado em Angola e consequentemente melhorar as condições de vida das famílias angolanas.

Os meios de garantia da propriedade privada são fundamentais num Estado de Direito. Como consequência, a propriedade privada, não deve ser extinta pela mera não utilização efectiva dos terrenos por parte dos seus legítimos proprietários, uma vez que, os proprietários dos terrenos não devem ser obrigados a usar as suas terras, sob pena de perderem o direito à propriedade das terras. Este poder que a Lei de Terras confere ao Estado, de extinguir os direitos fundiários, viola gravemente as garantias do direito à propriedade privada, sendo este um dos direitos mais importantes quando se está perante um Estado de Direito.

Por conseguinte, em vez de expropriar as propriedades de alguns proprietários pela sua não utilização, quando na verdade há muitas outras propriedades em situação idêntica, a que o mesmo não sucede, o Estado pode utilizar os poderes tributários que lhe são conferidos pela Constituição, poderes estes que são instrumentos muito importantes num Estado de Direito, para aumentar as suas receitas fiscais provenientes do sector imobiliário e, em simultâneo, incentivar o investimento privado em Angola e alavancar a economia.

6.24 Autoconstrução dirigida é prioridade do Executivo

Jornal de Angola

Dia 29 De Maio de 2021

Texto: Silvino Fortunato

O Executivo angolano vai priorizar a autoconstrução dirigida nas políticas de fomento habitacional, anunciou, ontem, no Uíge, o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

Ao falar num encontro com os membros do governo provincial do Uíge, no final da visita de trabalho de dois dias àquela localidade, Manuel Tavares de Almeida aclarou que o Governo deverá concentrar-se, proximamente, na conclusão dos projectos de construção habitacional inacabados, para depois dar prioridade a auto-construção dirigida, que permanecerá no futuro. No quadro das políticas de fomento habitacional, o Governo empenha-se, desde 2006, na construção de centralidades e outros focos habitacionais, que permitiram que milhares de cidadãos tivessem as primeiras habitações modernas. "Daqui para frente a população deverá construir as suas próprias casas, mediante a assistência técnica do Estado, que passará pelo loteamento, aprovação dos projectos habitacionais e o asseguramento da garantia jurídica pela governação local", asseverou.

Responsabilidade do Estado

O ministro disse que a construção dos sistemas eléctricos de água potável e outras redes técnicas será da responsabilidade do Estado, que deverá, igualmente, fazer o acompanhamento das construções individuais, para acautelar a desorganização urbanística, como a que se verifica agora. "Se não fizermos isso, a população vai continuar a construir de forma desorganizada, com todas as consequências daí decorrentes", sublinhou Tavares de Almeida, que, no encontro, se fez acompanhar do governador do Uíge, José Carvalho da Rocha. O ministro garantiu que o Estado vai continuar a alojar as populações que vivem em extrema pobreza e condições desumanas, para habitações condignas. "O Estado vai sempre aparecer para dar uma mão às pessoas carenciadas", sem recursos para poderem construir as próprias casas. Durante a estada no Uíge, o ministro das Obras Públicas orientou a cerimónia de abertura do processo de entrega de lotes de terrenos infra-estruturados para a auto-construção dirigida, na reserva fundiária de Katapa, que contemplou as cinco primeiras famílias indicadas pelo governo provincial.

6.25 BPC Imobiliária vai vender activos

Jornal de Angola

Dia 31 De Maio de 2021

Texto: Victoriano Joaquim

As lojas localizadas no condomínio Boa Vida, terrenos em Talatona, Belas e Ilha de Luanda e o restaurante Mar e Sol fazem parte dos activos a serem alienados pelo Banco de Poupança e Crédito, que vai ser realizado, amanhã, terça-feira (1), anunciou o Banco numa nota de imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso.

Inicialmente, o leilão deveria acontecer no dia 28 de Maio, mas por se ter registado um baixo número de inscrições, foi adiado para o dia 1 de Junho, informa a nota, mas não avança os número de inscrições.

O leilão é realizado na sequência do lançamento do programa de alienação de activos imobiliários, a 5 do corrente mês (Maio), pelo BPC Imobiliária, em transações que ocorrem numa plataforma electrónica definida para a venda do conjunto de imóveis.

Neste sentido, indica a nota, o BPC imobiliária solicita que os interessados em participar nos leilões visitem o "website" www.bpcimobiliaria.com, para aceder à informação relevante sobre a venda de imóveis, designadamente as regras e procedimentos para o registo de participantes; termos de referência; e prazos para a realização dos leilões, bem como os imóveis associados aos mesmos.

Foi também disponibilizado um contacto telefónico (935181149) para a mesma finalidade.

No total, estão à venda 480 activos imobiliários em leilões digitais, onde o BPC espera obter um encaixe de 50 mil milhões de kwanzas.

Os imóveis, que representam uma área bruta de 5,5 milhões de metros quadrados, estão avaliados em 29,8 mil milhões de kwanzas e incluem casas, espaços comerciais e terrenos.

Estratégia

Para a comercialização dos activos, o BPC Imobiliária definiu uma estratégia de três etapas complementares, licitando 239 activos imobiliários na primeira fase, 25 dos quais foram levados a leilão ontem, com o acto de lançamento da plataforma digital.

De forma faseada, outros activos são levados a leilão num prazo de dois anos, com a oferta a constituir-se, em 66 por cento, em imóveis localizados em zonas urbanas e, 34 por cento, em zonas rurais. Cerca de 80 por cento estão concentrados nas províncias de Luanda, Bengo, Huíla e Benguela.

O processo de leilões electrónicos é gerido e operacionalizado por uma Comissão de Avaliação e Negociação constituída por cinco membros (três representando o BPC e dois o BPC Imobiliária), supervisionados por uma Comissão de Acompanhamento e Controlo integrada, entre outros, por quadros da Direcção Nacional do Património do Ministério das Finanças e do Departamento de Leilões da AGT.

7. TERRA

7.1 “Ninguém pode ter duas casas” nas centralidades

Jornal de Angola

02 De Maio de 2021

Texto: Alberto Quiluta

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, defendeu, ontem, em Luanda, que o Instituto Nacional da Habitação deve estar organizado para impedir que haja pessoas com mais de uma casa nos projectos habitacionais do Estado.

Manuel Tavares de Almeida falava na inauguração do edifício do Departamento Provincial de Luanda do Instituto Nacional da Habitação (INH), na centralidade do Kilamba.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território anunciou a existência de uma plataforma digital que poderá controlar, a nível nacional, que a mesma pessoa adquira mais de uma habitação nos projectos do Estado. "Ninguém poderá ter duas casas nos projectos do Estado, porque a plataforma vai detectar a duplicação", alertou.

Defendeu que o Instituto Nacional da Habitação, que gere um grande património habitacional, a nível nacional, deve estar organizado, para poder controlar quem já adquiriu habitação do Estado, para não haver duplicações no acto de entrega.

O ministro referiu que a capital do país era a única que não tinha sede própria. O edifício, disse, trará benefícios como o descongestionamento dos serviços do INH, dinamizar o atendimento aos cidadãos, dar resposta à procura imposta pelas demais centralidades e melhorar a gestão do património do Estado.

Informou que o edifício é um dos muitos que fazem parte dos recuperados pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA) e reabilitado pelo Instituto Nacional da Habitação. Manuel Tavares de Almeida lembrou que, com a criação de condições de trabalho, o Estado vai prestar um melhor serviço às populações.

O ministro informou que o Executivo está a desenvolver esforços no sentido de reabilitar os edifícios que foram vandalizados nas centralidades do Capari, Zango Zero (Vida Pacífica), KK 5000 e Kilamba, para atender à grande necessidade de falta

de habitação que as populações enfrentam. A Comissão para a Política Social recomendou, recentemente, o recurso às parcerias público-privadas para a reabilitação dos edifícios apreendidos pela Procuradoria-Geral da República na Urbanização Vida Pacífica e no KK 5800, no âmbito da recuperação de activos do Estado.

Ao ser informado sobre o processo, numa reunião orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, a Comissão para a Política Social concluiu que, "tendo em conta o estado de vandalização das habitações, desaconselha-se a sua recuperação pelos futuros utentes", recomendando que o Estado assegure a sua recuperação com recurso às parcerias público-privadas.

Realojamento

Manuel Tavares de Almeida disse estarem já identificadas as franjas da população que particularmente habitam em condições muito precárias. Para se evitar situações catastróficas, como a situação das chuvas, poderão ser realojadas em condições mais dignas.

O director-geral do Instituto Nacional da Habitação, António Silva Neto, disse que, com o novo edifício, os luandenses poderão apresentar as suas preocupações e ver resolvidos os problemas ligados à habitação.

António Silva Neto disse que nos próximos dias poderá propor ao Governo uma nova estrutura, o Observatório do Habitar nos municípios, para ajudar a solucionar os problemas vividos nos distritos, comunas, com destaque para a ocupação de terrenos e as construções desordenadas.

O director-geral informou que a instituição vai prestar vários serviços, com destaque para a assinatura de contratos para habitação e pagamentos de renda.

O edifício do Departamento Provincial de Luanda afecto ao Instituto Nacional da Habitação (INH) está localizado próximo às vivendas da Centralidade do Kilamba, em Luanda, numa área de cerca de 35 mil metros quadrados.

7.2 Terrenos sem aproveitamento revertidos ao Estado

Jornal de Angola

2 De Maio de 2021

Texto: Arão Martins

Os terrenos destinados para a agricultura e sem aproveitamento útil há vários anos vão ser revertidos a favor do Estado, segundo anunciou sexta-feira última, na cidade do Lubango, o governador provincial da Huíla.

Nuno Mahapi Dala, que falava durante o primeiro encontro com a classe empresarial da Huíla, disse existirem proprietários de terrenos e fazendas cedidas para fins agrícolas que há anos estão sem o devido aproveitamento, em contradição ao programa do Executivo de criação de segurança alimentar e de aumento da produção nacional.

“É preciso termos coragem de aplicar a lei. Os mecanismos legais existem e os órgãos concedentes de terra estão devidamente identificados. Ao Estado caberá agir em conformidade”, disse.

De acordo com Nuno Mahapi Dala, existem vários terrenos legalizados e cedidos ao longo do perímetro irrigado da Matala (180 quilómetros a leste da cidade do Lubango) e estão há muitos anos sem produzir. Tal quadro, torna urgente a quem de direito reaver estas parcelas de terra e as ceder aos que, de facto, estejam interessados em produzir alimentos.

O governador exortou a colaboração dos empresários, pois acredita que as terras estão nas mãos de pessoas que têm o poder económico e pensam que ninguém lhes vai tocar.

“Não é correcto que o perímetro irrigado da Matala não consiga fornecer alimentos, inclusive, à população que vive na cidade do Lubango”, lamentou.

Por outro lado, indicou que nos municípios a Norte, integrados pelos municípios de Caluquembe, Chicomba,

Caconda, fundamentalmente, e com potencial na produção de cereais, não choveu. Com isso, reconheceu, ficaram sem capacidade de produzir cereais e outros produtos do campo.

Já os municípios da Matala e Cuvango, que têm linhas de água permanente, deviam produzir alimentos para fornecer noutras regiões, mas, infelizmente, várias parcelas de terra estão sem o devido aproveitamento.

Títulos por conceder

O governante informou que existem muitos títulos de concessão de terra para serem concedidos.

Reprovou, ainda assim, a entrega de 50 mil hectares de terra a uma entidade singular em detrimento de várias famílias e empresários a título individual, que deviam gerar mais valor acrescido na economia.

Nesse sentido, garantiu transparência na cedência de superfícies, tendo afirmado que não vai escolher a classe social, condição económica, cor de pele e convicção partidária na cedência de terrenos, mas sim, agir em conformidade com a lei.

“Só vamos ter desenvolvimento se deixarmos que as pessoas tenham possibilidade de ter terra para desenvolver a província da Huíla, que muito precisa”, reconheceu.

Não é correcto que o perímetro irrigado da Matala não consiga fornecer alimentos, inclusive, à população que vive na cidade do Lubango

7.3 Terrenos agrícolas sem aproveitamento vão ser confiscados

Jornal Economia e Finanças

7 De Maio de 2021

Texto: Arão Martins

Os terrenos destinados para a prática da agricultura a nível da província da Huíla, sem aproveitamento há vários anos serão revertidos a favor do Estado, anunciou, recentemente, o governador provincial.

Nuno Mahapi Dala, que falava durante o primeiro encontro com a classe empresarial da Huíla disse que há proprietários de terrenos e fazendas cedidas para fins agrícolas há anos e estão sem o devido aproveitamento, o que contradiz o programa do Executivo de criar a segurança alimentar.

"É preciso termos coragem de aplicar a lei ", defendeu, acrescentando que os mecanismos legais existem para o Estado agir em conformidade.

Esclareceu que os procedimentos de legalização de terrenos são claros e se existir algum comportamento pouco transparente, deve-se denunciá-lo.

Falta de produção

Exemplificou que existem vários terrenos legalizados e cedidos ao longo do perímetro irrigado da Matala (180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango) e estão há muitos anos sem produzir.

"As terras estão nas mãos de pessoas que têm o poder económico e pensam que ninguém lhes vai tocar. Todos temos que fazer essa força e receber essas terras. Não é correcto que o perímetro irrigado da Matala não consiga fornecer alimentos, inclusive à população que vive na cidade do Lubango", lamentou.

Indicou que nos municípios de Caluquembe, Chicomba, Caconda e outros, com potencial para o cultivo de cereais, mas por causa da problemática da estiagem ficaram sem capacidade.

Acrescentou que os municípios da Matala e Cuvango, que têm linhas de água permanente e que deveriam produzir alimentos para fornecer noutras regiões, mas infelizmente, várias parcelas de terra estão sem o devido aproveitamento.

"Ocupar uma parcela de terra no perímetro irrigado da Matala e sem produzir durante 20 anos, acho ser o maior crime que se está a cometer na sociedade, porque estamos com situações difíceis de alimentação no município dos Gambos", apontou.

Títulos por ceder

O governador assegurou que as autoridades provinciais vão dinamizar e acelerar o processo de legalização de terrenos e encaminhar aqueles que devem ser transitados a Luanda, já que existem despachos conjuntos entre Ministérios para a legalização dessas superfícies

. Garantiu transparência na cedência de superfícies, sem escolher a classe social, condição económica ou outra qualquer.

7.4 Terrenos agrícolas sem aproveitamento vão ser confiscados

Jornal Economia e Finanças

7 De Maio de 2021

Texto: Arão Martins

Os terrenos destinados para a prática da agricultura a nível da província da Huíla, sem aproveitamento há vários anos serão revertidos a favor do Estado, anunciou, recentemente, o governador provincial.

Nuno Mahapi Dala, que falava durante o primeiro encontro com a classe empresarial da Huíla disse que há proprietários de terrenos e fazendas cedidas para fins agrícolas há anos e estão sem o devido aproveitamento, o que contradiz o programa do Executivo de criar a segurança alimentar.

"É preciso termos coragem de aplicar a lei ", defendeu, acrescentando que os mecanismos legais existem para o Estado agir em conformidade.

Esclareceu que os procedimentos de legalização de terrenos são claros e se existir algum comportamento pouco transparente, deve-se denunciá-lo.

Falta de produção

Exemplificou que existem vários terrenos legalizados e cedidos ao longo do perímetro irrigado da Matala (180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango) e estão há muitos anos sem produzir.

"As terras estão nas mãos de pessoas que têm o poder económico e pensam que ninguém lhes vai tocar. Todos temos que fazer essa força e receber essas terras. Não é correcto que o perímetro irrigado da Matala não consiga fornecer alimentos, inclusive à população que vive na cidade do Lubango", lamentou.

Indicou que nos municípios de Caluquembe, Chicomba, Caconda e outros, com potencial para o cultivo de cereais, mas por causa da problemática da estiagem ficaram sem capacidade.

Acrescentou que os municípios da Matala e Cuvango, que têm linhas de água permanente e que deveriam produzir alimentos para fornecer noutras regiões, mas infelizmente, várias parcelas de terra estão sem o devido aproveitamento.

"Ocupar uma parcela de terra no perímetro irrigado da Matala e sem produzir durante 20 anos, acho ser o maior crime que se está a cometer na sociedade, porque estamos com situações difíceis de alimentação no município dos Gambos", apontou.

Títulos por ceder

O governador assegurou que as autoridades provinciais vão dinamizar e acelerar o processo de legalização de terrenos e encaminhar aqueles que devem ser transitados a Luanda, já que existem despachos conjuntos entre Ministérios para a legalização dessas superfícies

. Garantiu transparência na cedência de superfícies, sem escolher a classe social, condição económica ou outra qualquer.

7.5 Lotes infra-estruturados colocados à venda ontem

Jornal de Angola
8 De Maio de 2021
Texto: João Upale

O lançamento da venda de terrenos infra-estruturados reservados para a construção de instalações de comércio e serviços nas centralidades “5 de Abril” e “Praia Amélia”, em Moçâmedes, foi realizado ontem, naquela cidade, pela Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados (EGTI).

As operações de venda foram definidas pela empresa pública como parte de uma nova estratégia de urbanização da província. A chefe de Departamento de Vendas da EGTI, Elba Jorge, disse ao Jornal de Angola estarem disponíveis, nas duas centralidades, 216 lotes para comercialização imediata, sendo 159 na “Praia Amélia” e 57 na “5 de Abril”.

Os preços unitários vão dos 2 363 aos 3 850 kwanzas por metro quadrado de área bruta nos terrenos infra-estruturados da “Praia Amélia” e de 2 633 a 4 290 kwanzas na “5 de Abril”, com os pagamentos a ocorrerem com uma entrada de 20 por cento do valor total e o restante a ser liquidado em 36 prestações (três anos).

Elba Jorge acrescentou que as vendas são dirigidas, sem restrições, a todos os investidores interessados na aquisição de terrenos para montar operações ligadas ao comércio e serviços.

Nesta primeira fase de comercialização, são priorizados os equipamentos de comércio e serviços mais escassos no Namibe, o que é definido com base num estudo feito na província para decidir os critérios de vendas.

Grande catalisador

A vice-governadora do Namibe para os Serviços Técnicos e Infra-estrutura, Ema Guimarães, assegurou que a procura por lotes para construção habitacional ou implantação de negócios constitui um grande catalisador de desenvolvimento das cidades daquela província, pois fomenta a realização de negócios, ao mesmo tempo que promove, de forma regrada e planeada, o povoamento das novas centralidades, promovendo a oferta de serviços e comércio de proximidade.

Com a disponibilidade desses lotes na centralidade do “5 de Abril” e da “Praia Amélia”, abre-se uma janela para o investimento privado e construção de serviços de apoio às duas centralidades, com a vantagem de

estarem infra-estruturados e estarem servidos pela rede de transportes públicos.

Garantia de rentabilidade

Ema Guimarães descreveu o que considerou com vantagens da aquisição daquelas parcelas, como a valorização da área e a agregação de valor baseado na qualidade que se requer das obras a edificar

Apontou, ainda, a garantia de energia eléctrica, água potável, drenagem, pavimentação e iluminação pública, em serviços sociais instalados para atrair provedores de comércio de proximidade, bancos, mercados, restaurantes e outros, com potencial de criar oportunidades de emprego, implantação de mais espaços verdes e o aumento da segurança pública.

7.6 Reservas desanexadas transferidas para o PGL

Jornal de Angola
12 De Maio de 2021
Texto: Garrido Frago

Os Gabinetes Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga (GTRUC), de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI) e as reservas desanexadas da Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE, E.P) passaram, desde ontem, para a gestão do Governo Provincial de Luanda.

Os termos de transferência dos referidos activos foram rubricados pela governadora provincial de Luanda, Joana Lina, e pelos titulares dos Ministérios da Agricultura e Pescas, Obras Públicas e Ordenamento do Território, da Economia e Planeamento, em acto testemunhado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida.

A passagem ocorre no quadro do processo de transferência para os órgãos da Administração Local do Estado de atribuições, competências e património das referidas estruturas centrais, que a nível local se dedicavam à gestão territorial urbana.

Para o GPL e posterior transferência para as respectivas administrações municipais foram transferidas as competências, todos os meios técnicos e humanos do extinto Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi, antes tutelado pelo Ministério da Agricultura e Pescas. Além de diverso equipamento técnico foram encaminhados para o Governo da Província de

Luanda dois técnicos superiores, 12 médios e 13 administrativos e operários não-qualificados.

As 19 reservas desanexadas do Perímetro de Intervenção da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, nomeadamente, cinco industriais, oito minerais e seis agrícolas, antes tuteladas pelo Ministério da Economia e Planeamento, também passaram para a tutela do GPL.

No total 38 técnicos superiores, 27 de terceira classe, 42 médios e dez de base, incluindo meios técnicos do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga, extinto em Novembro do ano passado por Despacho Presidencial passaram, igualmente, para a tutela do GPL.

Os três empreendimentos sociais foram desenvolvidos num contexto específico decorrente dos esforços de gestão urbana, ao nível da província de Luanda, sendo a passagem da superintendência para o GPL justificada com a perspectiva de evitar sobreposição de tarefas que possam propiciar conflitos de competências.

Segundo o secretário de Estado da Administração do Território para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, com a implementação da medida espera-se por uma melhor actuação e prestação de serviços aos cidadãos.

A governadora de Luanda, Joana Lina, garantiu, para breve, o processo de transferência dos empreendimentos para as respectivas administrações municipais.

Sublinhou que após serem recepcionados os processos dos referidos empreendimentos sociais "resta apenas fazer o trabalho de casa", consubstanciado na transferência dos processos para cada urna das administrações municipais, tendo em conta as orientações baixadas pelo Ministério da Administração do Território.

"Vamos primeiro avaliar toda a documentação, proceder à recepção do património e posteriormente com as administrações dos três empreendimentos passar os activos para as administrações municipais", declarou a governadora de Luanda, salientando que todo o processo contará com a supervisão directa do GPL.

Sobre o processo de realojamento das famílias que perderam habitações em consequência das últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda, Joana Lina garantiu que foi feito o levantamento dos estragos e contabilizadas as famílias afectadas, mas que o realojamento sistemático e organizado que se pretende ainda não teve início.

7.7 Concessionária viabiliza reparações pelas terras

Jornal de Angola

13 De Maio de 2021

As indemnizações pela transladação de pessoas em que incorrerem os operadores dos projectos petrolíferos de bacias terrestres do Baixo Congo e do Kwanza são recuperáveis, nos termos das decisões tomadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) como opção de competitividade para as licitações lançadas a 30 de Abril último.

Isso mesmo foi declarado, ontem, numa videoconferência entre o concessionário nacional de hidrocarbonetos, a ANPG, e investidores nacionais e internacionais, com vista ao esclarecimento de dúvidas sobre os termos de referência e as regras do concurso para licitação de blocos nas bacias terrestres do Baixo Congo e do Kwanza, onde os impactos ambientais são muito mais visíveis que nas concessões marítimas.

Um representante da ANPG reconheceu a dificuldade que as empresas poderão ter para executarem as actividades onde existam conflitos, mas declarou não ser intenção da concessionária passar para os operadores esse ónus, decidindo possibilitar a recuperação dos custos pré-projecto.

"A desminagem é uma actividade governamental, mas se as empresas forem convidadas a trabalhar nesse sentido os custos serão recuperados", afirmou a ANPG, acrescentando que "os custos associados às terras também serão considerados recuperáveis para os investidores".

Embora não há obrigatoriedade de ser a concessionária a negociar com os proprietários de terras, a ANPG prometeu fazer todos os levantamentos de ónus e encargos para poder facilitar as negociações entre operadores e proprietários de terra, para "assegurar que tudo decorra com a salvaguarda de todos os direitos públicos e privados".

Emissões de carbono Durante as discussões, a concessionária anunciou que passa a seleccionar projectos que utilizem equipamentos com as emissões mais reduzidas de gás carbono (CO₂) ou menos poluentes, à luz da agenda global de redução das emissões subscrita pelo Governo, algo que é mais fácil fazer em relação aos novos projectos.

"O país está alinhado com a agenda global sobre a redução das emissões", notou um representante da ANPG, lembrando que a lei das actividades

petrolíferas proíbe a queima de gás de forma rotineira, mesmo porque "grande parte de CO₂ vem da queima de gás, pelo menos de Angola". Além disso, prosseguiu, "dado o alinhamento à tendência global, nos próximos projectos, avaliaremos a possibilidade de utilizar equipamentos alternativos".

A agência está a avaliar, neste momento, as emissões fugitivas (lançamento difuso de quaisquer formas de matéria sólida, líquida ou gasosa), num esforço para a "perceber o nível das emissões e traçar medidas de mitigação".

A concessionário também esclareceu aspectos da garantia financeira de 10 milhões de dólares estabelecida para os concorrentes, afirmando que esse é o montante estimado para a perfuração de um poço, mas, o programa mínimo pressupõe 17 milhões de dólares, que é o valor de poço (10 milhões de dólares) e 500 quilómetros de sísmica a 14 mil dólares por quilómetro.

A ANPG foi representada pelo director de Negociações, Hermenegildo Bufla, do Gabinete de Segurança e Ambiente, Guilherme Ventura, assim como do Gabinete de Gestão de Dados, Naire Quengue.

7.8 A terra como recurso finito

Jornal O PAÍS

14 De Maio de 2021

I Enquadramento

01. A questão da terra encerra valores multidimensionais sendo o mais significativo talvez o do sentimento de pertença enquanto propriedade colectiva integrada no conceito da Nação. A nossa terra mãe, transporta, cada um de nós, do colectivo para o individual mais interior, a minha terra natal enquanto lugar onde nascemos, crescemos, brincamos e guardamos na memória lembranças que o fenómeno da vida faz dissipar mas que nos são devolvidas na velhice como o único quarteirão que não se apaga da mente exausta com o acumular de tanto conhecimento ao longo do tempo de vida.

II Dimensão Económica e Social da Terra

02. A terra, no entanto, tem igualmente uma função e dimensão económica e social que, se não tratada resulta em fonte de conflitos permanentes.

03. A terra enquanto analisada na perspectiva do desenvolvimento, ganha significados diferentes em função dos interesses que se levantam para o seu uso. Enquanto um meio físico e dinâmico encerra em

si mesmo valores que dependem do fim para que se pretenda destinar.

04. O mesmo espaço pode conter nos seus diferentes substratos, minerais cujo valor relativo depende da utilização que o homem lhe pretenda dar e do desenvolvimento da própria humanidade num dado momento.

05. Como meio físico inamovível a terra é considerada um recurso finito, que não é elástico e está limitado as fronteiras convencionadas de cada Nação, de cada País. O nível de aproveitamento económico da terra confina ainda mais a sua disponibilidade, obrigando a classificação da terra pela sua aptidão.

06. A complexidade da sua abordagem levou a que, ao longo do tempo, os Estados atribuíssem a terra um valor inestimável, chamando a si o seu controlo e a sua guarda.

07. Em Angola, a propriedade da terra foi considerada comunitária até a colonização do território. Depois e com o estabelecimento das regras do Estado foi promulgado o decreto-lei relativo ao Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas, o qual integrou o Acto Colonial promulgado em 1930, tendo este último sido incorporado pelo Estado Novo promulgado em 1933. O Estatuto do Indigenato foi completado em 1954 e prevaleceu até 1962/65. O Regulamento Geral das terras Decreto nº 43894, de 13 de Setembro de 1961 e o Diploma Legislativo Nº 3280, de 18 de Julho de 1962 que, regulava o aproveitamento das terras de uso comunitário e incorporava todas as terras livres de ocupação como Propriedade de Pública do Estado.

08. Com o processo da colonização foram limitados os direitos dos angolanos à terra com a publicação da Lei sobre os Direitos dos Indígenas.

09. Com o desenvolvimento e a expansão do colonialismo os direitos dos angolanos, para além de terem sido reduzidos foram confinados ao uso comunitário da terra não lhes tendo sido dado o direito de uso e aproveitamento da terra na mesma perspectiva que a concedida ao colonizador, resultando daí o agravamento do tema com a desapropriação das terras dos camponeses.

10. Os camponeses, em virtude de as condições de meteorização do solo em meio tropical, associadas as elevadas precipitações conduzirem a uma perda acelerada da fertilidade natural do solo procedem a rotação de culturas mas também a prática da rotação das terras ou pousios mais ou menos demorados, provocando a desmatação descontínua no espaço e

algo indefinida numa determinada zona, tal procedimento, tornava e torna inviável o aproveitamento racional da terra de modo ordenado e introduz uma incerteza quanto a responsabilidade quer da guarda quer da manutenção da terra.

11. O Ordenamento do território, pressupõe uma delimitação das propriedades e uma demarcação das terras para que haja uma melhor compreensão sobre os limites territoriais de cada unidade do ordenamento, a demarcação das unidades de Ordenamento, foi convencionado seguirem as normas universalmente aceites e os limites referenciados pelas coordenadas geodésicas.

12. Uma vez delimitadas as parcelas, convencionalmente denominadas cadastramento, essa informação é remetida para o lançamento do cadastro à Organização Internacional do cadastro e a Federação Internacional de Geómetras que coordena o cadastro Mundial e de 8 em 8 anos a informação permite a actualização dos mapas-mundo onde se sinalizam, linhas de alta e média tensão, linhas férreas, propriedades agrícolas, urbanizações, acduos, viadutos, estradas e caminhos vicinais. A adesão a estes organismos irá obrigar-nos a parametrizar as referências Geodésicas ao sistema WG 74 para um cadastro único nacional.

13. O desenvolvimento do conhecimento científico prova que as terras, para se tornarem mais produtivas requerem um contínuo trabalho de aprimoramento das suas propriedades físico-químicas. Os resultados do sedentarismo promoveram maior desenvolvimento aos Povos do que o nomadismo e a recolção de frutos naturais.

III. Capacidade de Carga

14. O sedentarismo levou ao aprofundamento do conhecimento sobre a capacidade de cada unidade de território sustentar um determinado número de espécies arbóreas, arbustivas, animais, urbanos entre outras, para um conjunto de variáveis mantidas constantes.

15. A natureza humana, sempre desenvolveu o sentido de posse e as disputas pela reprodução, recreação, conquista, supremacia e sujeição, levou à atribuição de dotes e trofeus aos protagonistas, e a desapropriação da parte dos vencidos. Mesmo os vencedores tinham que ser acalmados na distribuição dos benefícios sendo marcante na história universal as campanhas de Napoleão Bonaparte para a redistribuição da terra ao Povo contra os Latifundiários e contra os senhores da terra. A terra a quem a trabalha é um conceito/ uma máxima que deu origem a Reforma Agrária e marcou o início

efectivo da sedentarização e melhoramento da propriedade, passando esta a ser titulada e transmitida entre gerações e a ser transacionada como valor patrimonial; a terra pode ser alugada para exploração temporária, não havendo perda de direito de titularidade, transmitindo-se esta de pais para filhos no fundamento do nomadismo ao sedentarismo ao usucapião, a posse e propriedade plena da terra.

16. A constituição das Nações e, a orientação política destas de um modo geral, conduziu a que os Estados optassem genericamente por considerar a terra como propriedade originária do Estado, a quem compete o direito de conceder aos cidadãos o direito de propriedade ou de concessão de uso e aproveitamento da terra.

17. De um modo geral, as concessões para o uso e aproveitamento da terra, variam de 45 a 90 anos e as respectivas Leis conferem a perspectiva enfiteuta de acordo com o fim económico para o qual a concessão foi solicitada ou de aproveitamento pleno que permite ao usufrutuário ter acesso aos recursos no subsolo com direito de preferência.

18. A situação vigente a data da proclamação da Independência Nacional e considerando que a maior parte da terra agrícola nacional não era titulada pela população angolana e as terras constituídas em fazendas de média e grande dimensão haviam sido constituídas com a desapropriação de camponeses e da utilização da mão-de-obra em regime de exploração, o Governo Revolucionário entendeu conferir à terra um carácter patrimonial do Estado procedendo aos confiscos e nacionalizações das propriedades agropecuárias e considerar a terra como Propriedade de originária do Estado.

19. A primeira Lei de Terras, foi aprovada em 1990 com a abertura da economia centralizada para a de mercado no âmbito das reformas então promovidas pelo Programa SEF (Programa de Saneamento Económico e Financeiro) e com a abertura para o multipartidarismo. A Lei sobre o uso e aproveitamento de terras para fins agrários nº21/C/90 concebida para conferir a agricultura um instrumento jurídico-legal para fazer face a abertura para a economia de mercado e a estabelecer regras que permitissem o assentamento de agricultores com características empresariais, acabou, eventualmente erradamente, por ser designada Lei de Terras.

20. A questão da concessão de terras, no entanto, tem levantado várias polémicas e discussões, sobretudo, porque no fundamental, o problema da propriedade da terra dos e para os angolanos não está resolvido. As populações e os cidadãos no meio rural não tem os seus direitos preservados, os poderes constituídos

não levam serviços até ao cidadão para o registo das propriedades terrenas.

IV. A Posse e Uso da Terra

21. Estudos comparativos entre nações (Porque falham as Nações) revelam que as nações onde a propriedade da terra se manteve na posse comunitária o desenvolvimento económico das pessoas é mais sofrível. Lá onde a propriedade da terra passou para as famílias o grau de aproveitamento das terras é muito maior e o seu rendimento na sociedade é igualmente diferenciador.

22. A propriedade originária da terra pertence ao Estado como garante da justiça, equidade, mas, o Estado pode e deve conceder a guarda da terra aos seus cidadãos na forma de propriedade.

23. Como incentivar o investimento sobre uma propriedade alheia e sujeita a uma desapropriação a qualquer momento? A propriedade da terra, confere ao usuário maior segurança e o investimento. Elas famílias como um processo de acumulação estrutural de riqueza que permite transformar a terra num activo financeiro de valor tal que pode ajudar a estratificação ordenada da sociedade dando a esta as garantias que permitiriam ampliar a participação económica dos angolanos.

24. Uma vez mais competirá ao estado regular o valor da terra para fins de garantia económica mediante uma avaliação periódica do património que vai naturalmente sofrendo valorização positiva ou negativa em função do desenvolvimento da envolvente e da sua própria estratégia de valorização do território.

25. A complexidade da questão "terra" está ela também associada aos direitos que se podem ou não vir a estabelecer sobre os recursos naturais.

26 a constituição da republica de Angola estabelece que: O Solo, o Subsolo os recursos naturais a Plataforma Marinha e continental e na Zona Económica Exclusiva são Propriedade do Estado Angolano que determina as condições do seu aproveitamento utilização e exploração artº12º da Lei Constitucional o que foi retomado na Constituição de 2010 nos art.º 15º e 16º.

27. Daqui resulta a necessidade de nos atermos aos conceitos do Solo e Subsolo e a sua compreensão enquanto meio físico dinâmico parao "desenvolvimento sustentável". A Complexidade acentua-se mesmo na adjectivação do termo desenvolvimento pois para alguns autores o desenvolvimento em si, não contém os elementos

necessários á sua continuidade particularmente ascomponentes ambientais,enquanto para outros o processo de desenvolvimento quando em curso cria condições de auto- sustentar-se.

28. "Desenvolvimento sustentável significa ir mais além da manutenção e a ampliação do capital físico que gera renda e o incremento dela como base do crescimento demográfico desenvolvimento tecnológico e referencias temporais. Manutenção, reposição e crescimento dos capitais deve ser levado em conta. O capital humano ganha destaque: Os conhecimentos técnicos e administrativos e sua disseminação através da educação podem ser substitutos ou complementares dos capitais físicos e ambientais "(Muller 1996 b, p,86-87) citado por Alexandro Oto Hanefeld em Polos de Modernização Tecnológica Unisc!"

29. Ao estabelecer-se na Constituição de 2010 no artº14º sob o título Propriedade Privada e Livre Iniciativa que: o Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica e empresarial exercida nos termos da Constituição e da Lei.

30. O artº15 sob o título terra, define:

1. A terra, que constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento nos termos da Constituição e da Lei.

2. São reconhecidos às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de expropriação porutilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da Lei.

31. O artº16º sob o título Recursos Naturais define: Os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que determina as condições para sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição da Lei e do Direito Internacional.

32. Podemos dizer que o legislador tratou de começar a distinguir a terra, dos recursos naturais e da propriedade privada e da livre iniciativa económica e empresarial que pode ser desenvolvida sobre aqueles patrimónios colectivos:

33. Ao determo-nos então na Superfície Económica para fins agrários deveremos analisar outros

conceitos associados a capacidade de carga animal, número de plantas por hectare, rendimento por unidade de área e modelo de desenvolvimento como determinantes do tamanho das propriedades que variam de local em função das características ambientais.

34. Da Lei nº9/04 de 9 de Novembro Lei de Terras, extrai-se do capítulo II dos Terrenos e dos direitos, secção I Dos terrenos o artigo 19º nº 5 considera ser havido como Terreno rural o prédio rustico situado fora da área delimitada por um foral ou da área de um aglomerado urbano e que designadamente se destine afins de exploração agrícola, pecuária silvícola e mineira. O nº6 estabelece a classificação dos terrenos concedíveis em urbanos e rurais e deve tal classificação feita nos planos gerais de ordenamento do território ou na sua falta ou insuficiência, por decisão das autoridades competentes nos termos da presente lei. O nº7 estabelece que os Terrenos Integrados no Domínio Público do Estado e os Terrenos comunitários são terrenos não concedíveis.

35. O art.º 43º limites das áreas, estabelece no nº2 que a área dos terrenos rurais, objecto de contrato de concessão, não pode ser inferior a dois hectares nem superior a 10.000hectares.

36. O art.º 4S princípio da capacidade adequada, estabelece que as pessoas singulares e colectivas que requeiram a transmissão ou a constituição de direitos fundiários devem fazer prova da sua capacidade para garantir o aproveitamento útil e efectivo dos terrenos a conceder.

37. O nº3 refere que exceptuam-se de disposto nos números anteriores, os projectos de aproveitamento agrícola, pecuário ou silvícola de terrenos agrários ou florestais cuja área não exceda em 10% a superfície mínima correspondente á unidade de cultura fixada para cada zona do País, sendo nesse caso dispensada a provada capacidade adequada. A área da unidade de cultura é fixada: por diploma regulamentar em função das zonas do País e do tipo de terreno, classificando os terrenos em regadio, arvenses ou hortícolas e terreno de sequeiro.

38. O aproveitamento útil efectivo é fixado em função do tipo de cultura aí praticado e o índice de construção.

39. O modelo de desenvolvimento do Brasil, estimulado para a produção em larga escala da cultura de cereais e da soja para gerar volumes levou a uma considerável desmatização de terras, a perda de terras em larga escala pela erosão dos solos descobertos de vegetação, a aplicação massiva de herbicidas e de pesticidas e ao uso de sementes geneticamente

modificadas. O impacto económico foi nos últimos anos inquestionavelmente significativo e a importância da agricultura arrastou outros sectores desde a Indústria, aos transportes e ao comércio internacional catapultando o Brasil para o topo dos Países Exportadores de alimentos dinamizando toda a cadeia produtiva comumente denominada de Agrobusiness.

40. A análise desse crescimento, na perspectiva social, elevada a comparação com a Alemanha, produtor agrícola Europeu permite avaliar os impactos de dois modelos partindo do tamanho diferenciado da propriedade.

a) Na Alemanha a propriedade não excede os 200 ha os rendimentos do milho por ha atingem as 20 Ton.

b) No Brasil a propriedade mesmo superior a 2000ha o rendimento do milho por há em média situa-se nas 8 Ton.

41. Vários factores explicam essa diferença de rendimentos, mas, o mais significativo para o contexto deste documento, é o tempo de horas Luz que determina mais tempo da fase da fotossíntese em presença de Luz na Europa e menos tempo na América do Sul ou Região Sub Tropical.

42. Na Alemanha a propriedade é trabalhada quase que exclusivamente pelos membros da família utilizam muita tecnologia adaptada. No Brasil a propriedade demanda contratação de pessoal aumentando a proletarização da população e a consequente desertificação rural pelo esmagamento dos grandes volumes de produção contra a pouca competitividade dos pequenos agricultores.

43. A análise da participação dos agricultores na economia de exportações revela igualmente que no Brasil a participação da agricultura familiar nas exportações é quase insignificante enquanto na Alemanha o maior volume das exportações de bens agrícolas provém das empresas de pequena e média dimensão o que naturalmente se reflete na distribuição do rendimento nacional.

44. As condições climáticas da região do Cuando Cubango em Angola diferem da região do Huambo e da região de Malanje. Logo, a capacidade natural de uma terra regenerar o seu coberto vegetal numa e noutra região são distintas e determinantes na avaliação da sua capacidade de carga mantendo-se constantes alguns parâmetros de análise.

45. Estudos levados a cabo no Brasil, com a preocupação da preservação ambiental, revelaram que a protecção do solo com coberto vegetal é mais importante para a manutenção do complexo

geomorfológico da terra e a alternância da agricultura no mesmo solo é o caminho para a melhoria do solo agrícola, a não exaustão do solo, a fertilização equilibrada e a manutenção dos níveis de produtividade.

46. O modelo e tamanho da propriedade são então fundamentais para se promover uma larga participação da agricultura familiar com um aumento dos rendimentos das culturas, das famílias e do país pelo aumento do bem-estar das comunidades e diversificação da economia.

47. O tamanho da propriedade não pode ficar a partida condicionada a capacidade do explorador directo (artº45º nº1, 2) mas a visão que o País tenha e do papel que pretenda reservar para si em função das áreas de Desenvolvimento que queira promover.

48. Uma área de pelo menos 200 ha é a mais adequada a uma agricultura que se queira vir a mecanizar com rendimentos que compensem os investimentos para a produção de cereais e leguminosas + pecuária com irrigação.

49. Uma área de pelo menos 25 ha é o mínimo para uma fruti-cultura voltada para o mercado e uma prática de produção de hortícolas com rotações de regeneração do solo programada.

50. Se nos basearmos por exemplo na Cultura do milho, em 25 ha de milho com um rendimento por ha de 10 Ton teremos uma produção estimada de 250 toneladas ano sem irrigação ou de 500 toneladas ano com irrigação o que daria a família a possibilidade de colocação no mercado de pelo menos 300ton.

51. Aos melhores preços de referência a família arrecadaria uma receita bruta não superior a USD120.000,00 (400 USD / Ton) e de cerca de USD30.000,00 (100USD /Ton) em pleno período de máxima oferta do produto no mercado.

52. Uma família que trabalhe apenas 2,5ha de milho dificilmente saíra da fronteira da pobreza pois na melhor das hipóteses irá obter pouco mais de 25 toneladas de milho por ano para uma receita de USD 10.000,00 na alta de preços e de USD 2.500,00 na baixa de preços.

53. A lei de terras em vigor, confere de modo ambíguo (art.º 68nº1 al) ao Governo Provincial, competência para autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais de área igual ou inferior a 1000 hectares. Não sendo expressa a entidade competente dentro de um órgão colegial e para um recurso finito, fonte de conflitos pelo direito de uso,

aproveitamento e posse.
54. O art. 43 nº2 define que os terrenos rurais, objecto de contrato de concessão não pode ser inferior a 2 hectares nem superior a 1000 hectares.

V. A Transumância e Cinegética como Recurso /Alternativa

55 A questão da transumância pode e deve ser visto na perspectiva ecológica e nos termos do que consagra o art.º 16 nº2 da Lei nº9/04 segundo o qual a ocupação, o uso e a fruição das terras devem ser exercidas de modo a não comprometer a capacidade de regeneração dos terrenos e a manutenção da respectiva aptidão produtiva.

56. Em Angola, os territórios situados abaixo da isoceta dos 300 mm sofrem regularmente de longos períodos de escassez hídrica e os cobertos vegetais adaptados são de grande fragilidade e difícil regeneração.

57. As gramináceas que se constituem no principal alimento para a população animal, são de ciclo muito curto que não chega por conseguinte a ter tempo para lenhificar-se sendo os pastos por ele constituídos denominados pastos doces em oposição aos pastos das regiões com precipitações acima dos 400-500 mm que atingem altura e por- te consistente lenhificam-se e por isso se denominam pastos acres. Os pastos doces são mais palatáveis que os pastos acres.

58. O impacto desse fenómeno obriga a uma imigração dos animais na procura de melhores pastagens e de água num fenómeno migratório que encontra melhor explicação científica, porque internacionalmente mais estudada ou observada, na migração animal do Plataux do Serengeti entre o Quénia e a Tanzânia.

59. Em Angola a migração animal da fauna foi até agora pouco referenciada embora hajam evidências de que ocorrem na região do Cuando Cubango entre Nankova e Mavinga, entre Luíana e Mavinga entre o Cuando e o Zambeze entre o Bié e Malanje desde o Luando a Cangandala.

60. Na região do Cunene a migração animal segue de sul para norte-nordeste no Chimpuro para atingir o Rio Cubango, Chiede Caiundo mais para o norte para atingir a Matala ao longo do Cunene; do Quipungo para o Cubal definindo-se historicamente rotas de transumância que acompanham os vales dos rios secos.

61. Em época de migração, as manadas acabam por concentrar-se nos vales onde, se abundam os pastos falta a água, a ocorrência de barreiras como cercas

que impedem a livre circulação das pessoas e seus gados convertem-se em potenciais fontes de conflitos.

62 A apresentação das rotas de transumância de gado deveria ser conseguida com a devida demarcação e cadastro de corredores com pelo menos 2000 metros de largura ou com mil/1000 metros de largura a partir do eixo dos vales bem como das pradarias.

63. A fauna e flora de um País, no geral, são integradas também no conceito de recursos naturais. Ao nível da região Austral, em que Angola se insere, há uma larga experiência na exploração económica dos recursos da flora e fauna selvagem e a integração por essa via da caça e recolha na economia doméstica e na capitalização das comunidades rurais nas zonas de ocorrência ou com potencial.

64. A exploração económica da fauna cinegética requer a partida um reconhecimento de que existe a necessidade de um espaço mínimo para que os animais possam se desenvolver e multiplicar não se sentindo encurralados e a custos efectivamente mais baixos de exploração. A fauna selvagem requer uma superfície de área útil maior do que a criação de animais domésticos.

65. A exploração pecuária do boi por exemplo, se feita com o propósito da venda da carne, ela requer uma intensificação tecnológica no cultivo de pastos, suprimento de rações e água para a reconversão da massa verde em carne podendo concentrar-se até 33 animais por hectare para se obterem 500 a 600kg de carne animal em três anos. Se criados os animais na perspectiva extensiva de auto consumo a taxa no sul de Angola é de 7 animais por hectare para se obterem 300 a 400 kg de carne em três anos.

66. A comparação permite, sem dúvida, olhar para a criação de animais selvagens mais adaptados ao meio e menos exigentes em termos de manejo. A criação de animais selvagens não pode competir na produção de carne com os animais domésticos, teríamos que ter mais de 8 a 10 cabras/ gazelas para um mesmo peso de carne que um boi dinamiza em três anos.

67. Então a rentabilidade da criação de animais selvagens, passa pela sua valorização integrada numa perspectiva dinâmica e social em que o animal se transforme no atractivo visual, sentimental, ambiental enquanto vivo, di-o namizando o turismo e a Indústria associada.

68. Antes da sua carne temos que dar valor a todos os elementos que possam tornar notável a sua existência e as partes do seu corpo que possam gerar

aproveitamento local para as comunidades e a indústria artesanal como os chifres, as patas a cabeça como troféu, a pele, a cauda e um sem número de aplicações. A carne deve ser tratada a fim de ser integrada como alimento directo mas também como iguarias (biltong)

69. A adequação da legislação é fundamental pois se os animais da fauna selvagem são pertença do estado e sujeitos ao regulamento de caça, os criados por alguém em princípio são sua propriedade e podem ser capturados, vendidos vivos ou sacrificados ao longo do ano e não apenas nos períodos de abertura da caça. A venda dos troféus exige igualmente adequação da legislação para que não hajam constrangimentos na hora da transferência dos troféus para países terceiros. A venda da carne de caça deverá então ser oficializada e especializada.

70. Os espaços de criação de animais selvagens requerem investimentos iniciais muito elevados para a construção da cerca de altura perimetral, alojamento para os visitantes e equipamentos para processamento das carnes, peles e troféus. As áreas mínimas requeridas são de 1.000 ha e as concessões devem ser para períodos longos de tempo para que sejam amortizados.

71. As concessões podem ser feitas pelas próprias comunidades nas terras que reclamem para as suas comunidades constituindo sociedades fiduciárias comunitárias (Community Trust) as quais podem fazer acordos de Joint venture com o sector privado, em que a comunidade mantém-se dona do território e recebe o benefício do desenvolvimento com a vinda organizada de turistas, a montagem de equipamentos de beneficiamento das peles, cornos e troféus para além do controlo e fiscalização directa do território contra a presença de caçadores furtivos, podendo assim beneficiar de fundos públicos de ajuda ao desenvolvimento para a protecção ambiental, de espécies classificadas e em vias de extinção, como exemplo de alguns mecanismos de apoio directo as comunidades e de combate a pobreza.

72. Ao redor dos Parques Nacionais e Reservas Naturais de Caça a constituição de Sociedades Comunitárias Fiduciárias daria uma maior responsabilidade social e a uma participação mais alargada da população aos benefícios da terra.

73. As Sociedades Fiduciárias, se protegidas com mecanismos legais supervisionados pelo Parlamento podem ser constituídas integrando duas ou mais aldeias e ofereceriam as comunidades garantias económicas financeiras extraordinárias que lhes permitirão uma integração nacional alicerçada em valores de orgulho e afecto a terra com benefícios

directos. A gestão das sociedades comunitárias fiduciárias, deverá ser profissional e sujeita a regras de compliance apertadas com vista a garantir-se um ambiente de negócios de padrão internacional, com a participação dos Governos Locais e do Poder Local, a caça desportiva e de regulação do tamanho das manadas deverá ser transformada num negócio regulado e gerador de grandes sinergias.

74. A exploração da fauna na perspectiva empresarial implicará a adequação da legislação, dentre as quais destacamos as seguintes:

- a) Lei sobre a conservação da natureza;
- b) Lei sobre a constituição e conservação dos Parques Nacionais;
- c) Lei sobre a Caça Desportiva e da constituição de Fazendas de Caça e Desportivae Turismo, Game Farms, Game Lodge, Briding,
- d) Lei sobre o Turismo Cinegético, Fotográfica e Paisagístico.

75. É importante que o turismo se desenvolva numa base sustentável e que as comunidades locais joguem um papel activo na preservação dos seus valores culturais ancestrais e gozem de benefícios directos e indirectos fortalecendo o seu suporte no desenvolvimento da indústria da conservação da natureza.

76. Embora a fauna seja propriedade originária do Estado os direitos de custódia podem ser delegados aos proprietários das concessões de terra.

77. Os proprietários ou titulares de concessões beneficiam do direito de propriedade da fauna e vegetação existente eu em desenvolvimento naquela parcela de território' desde que a propriedade seja vedada.

78. Um dos factores críticos na exploração pecuária é a manutenção de stocks e rankings a manutenção do rácio entre o número de animais e a disponibilidade de alimentos "Capacidade de carga animal "de um ano para outro essencialmente por causa da variação das quedas pluviométricas e da estrutura do mercado.

79. Se os efeitos ecológicos negativos forem persistentes os resultados económicos ficam mais comprometidos e a recuperação da performance não é imediata.

80. A maior parte do valor de uma fazenda de caça é e reside na recreação ou entretenimento. A gestão de uma fazenda de caca não tem que aumentar o numero de cabeças para aumentar as receitas.Pode

aumentar o número de caçadores ou de turistas; pode aumentar o valor de cada cabeçaá caçar ou dos arranjos dos trofeus; pode introduzir serviços complementares para os quais irá cobrar serviços extras. O aumento das receitas virá assim do mesmo recurso natural vendido agora a um mais elevado valor. Daqui podem resultar efeitos multiplicadores na comunidades que fazem aumentar o valor do produto turístico animal selvagem' crescendo uma indústria de artefactos associada (couros, cadeiras, carteiras, calçados, casacos, chapéus etc.), safaris, acomodação, Hibridação e Mercado de troca de animais vivos entre criadores.

VI. A Pressão Urbana e o Ambiente

81. A pressão urbana sobre as terras com fins agrícolas ou com aptidão para a agricultura é uma questão com que a humanidade se vem debatendo em virtude de a população rural ter vindo a diminuir significativamente, sendo reconhecido que a partir de 2007 a população urbana superou a população rural tendo a espécie homo Urbus merecido uma distinguida homenagem com a realização da Expo Shanghai dedicada a esse grande advento da Humanidade.

82. A importância do reconhecimento da evolução da humanidade, a crescente pressão sobre os recursos naturais, a sedentarização e o aumento da procura por alimentos, estimularam o desenvolvimento tecnológico e industrial a um ritmo crescente, mas ainda assim a um preço muito elevado para a sobrevivência da própria espécie Humana. Refere-se apenas por brevidade contextual, os impactos ambientais e as alterações climáticas assumindo, ainda que tardiamente, a posição cimeira das nossas preocupações por causa do risco de desaparecimento da espécie Humana e do Mundo tal como o conhecemos hoje. A desmatção, o uso de queimadas, o uso de herbicidas e pesticidas em larga escala, o fumo da queima de combustíveis, a contaminação de rios, mares e oceanos, protagonizados pelo homem, despertam-nos para exigirmos um equilíbrio entre as necessidade de abrigo e alimentação, os custos de inversão tecnológica inoportáveis para a grande maioria da população, impõe uma avaliação às normas do uso e do aproveitamento das terras de tal modo que as terras com aptidão agrícola não sejam tomadas pelo betão com a especulação urbana da terra para fins imobiliários.

83. A abertura de lotes definindo áreas de assentamento humano não só dá aos cidadãos uma clara indicação dos locais destinados a construção de habitação, mas também de espaços reservados a protecção ambiental, a produção agrícola ao

desenvolvimento de modalidades desportivas entre outros.

84. O lote de terras a conceder ao cidadão tem que ter uma expressão económica valorativa para que possa ser respeitado, mantido e transferido de pais para filhos. O lote de terreno deve ser concedido admitindo um crescimento urbano futuro e uma melhoria significativa do valor venal da propriedade um lote deve valer hoje para albergar uma família em propriedade horizontal, mas deve permitir que nele se venha a erguer uma propriedade vertical sem constrangimentos a serem impostos pela cêrcea.

85. O desenvolvimento da propriedade urbana está em função directa com a capacidade e disponibilidade financeira do cidadão. O Estado ao disponibilizar o seu património ao cidadão deve fazê-lo com responsabilidade de que amanhã pode e deve exigir do cidadão a obrigação da conservação do bem que lhe foi pedido à guarda. O bem que foi pedido à guarda só o olho do Estado tem noção imaginativa do valor que representará no incerto futuro, mas, esse valor do incerto futuro pode vir a ser a garantia bancária ou hipotecária que permitirá a inserção do cidadão na sociedade de consumo que se firma e afirma com a localização do cidadão, com endereço da moradia do cidadão e a transferência do sentimento de pertença da minha terra, da minha casa, do meu chão da minha essência.

86. Ao Estado também compete exigir visão a quem governa e governar é prever e para isso o Homem Urbano necessita de socializar, deslocar, descansar, pensar, respeitar, alimentar, beber água, ter energia eléctrica.

87. A modernidade exige ruas largas para os automóveis e transportes públicos colectivos e individuais' ciclo vias, parques e jardins, e sistemas de regeneração ambiental.

88. A área do lote individual das novas urbanizações não deve ser inferior a 1000 metros quadrados, principalmente nos Municípios, nas novas aldeias, nas agro-vilas, nas novas vilas e povoados.

89. Desde que o Arquitecto Castro Rodrigues, traduziu para Português a carta de Atenas, sobre os conceitos de urbanismo, e depois de participarmos como País na elaboração dos Princípios acordados nos objectivos gerais da agenda sobre o Habitat, somos forçados a reconhecer que o espaço mínimo dos 600 m² a que nos reservamos é apenas o reflexo dum complexo sobrance do fardo do atroz colonialismo e do recalado sovinismo Salazarista que nem mesmo aos seus, em terras distantes, consentiu tivessem mente aberta para a comodidade e

pensassem como gente nobre com direito a quadra de ténis, piscina e estufa própria em meio tropical cujas temperaturas ao longo do ano raramente se situam abaixo dos 21° em pleno Zenite, no meio de transporte familiar como peça de utilidade na mobilidade.

90. Nos tempos que correm a crítica social estampada nos cânticos populares e trazida á luz por Matias Damásio quando invoca na música do Kwanza Burro, ao novo determinante "Chinês para conseguir um terreno de 20x40" e com este pagar o alambamento, deveria ser suficiente para justificar a reclamação do espaço útil necessário às famílias nos novos modelos de urbanização.

91. Dispender mais argumentos sobre o tema, deverá ser no sentido da projecção do futuro. Em caso de crescimento urbano, os terrenos são naturalmente valorizados e os aforros familiares largamente compensados. Em caso de crescimento familiar a reconversão do espaço de modo urbano e licenciado com o rigor técnico de uma administração suportada nos axiomas da urbanidade, o espaço de mil metros quadrados permite, em condomínio, edificar um prédio na vertical, ou quatro prédios horizontais, ou superfícies comerciais ou, ou uma poupança líquida variável.

92. Ao Estado caberá então fixar valor venal a propriedade terrena ao sector privado caberá aguardar com paciência a valorização da zona, gerando os atractivos urbanísticos mobilizadores do capital que faz rir, até aos carrencudos (continua).

7.9 GPL recepciona e passará a gestão a três municípios

Jornal Expansão

14 De Maio de 2021

O Governo da província de Luanda (GPL) recebeu esta semana importantes infra-estruturas, até então sob tutela dos órgãos centrais do Estado.

Na sequência, foram transferidos para controlo do GPL, os extintos Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), o Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga (GTRUC) e as reservas desanexadas do perímetro de intervenção da Zona Económica Especial, Luanda- Bengo (ZEE). De acordo com o Governo, posteriormente estas infra-estruturas passarão as respectivas administrações municipais, competências, meios técnicos e humanos até então superintendidas pelos ministérios da Agricultura e Pescas, das Obras Públicas e Ordenamento do

Território e da Economia e Planeamento, e cuja acção incidia sobre os municípios de Viana, Cazenga e Cacuo. A assinatura dos termos de transferência foi presidida pelo ministro de Estado e chefe da casa civil do Presidente da República, Adão de Almeida, ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, do MINOPOT, Manuel Tavares de Almeida e da governadora de Luanda, Joana Lina.

7.10 Moradores das encostas da Boavista são realojados

Jornal de Angola

14 De Maio de 2021

Texto: Alexa Sonhi

Um total de 157 famílias, que viviam em condições precárias nas encostas íngremes do bairro da Boavista, no Distrito Urbano do Sambizanga, e no antigo espaço do extinto mercado Roque Santeiro, em Luanda, começaram, ontem, a serem realojadas no projecto habitacional Mayé Mayé, localizado no município de Cacuo, Distrito Urbano do Sequele.

Fonte ligada ao Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território informou, ao Jornal de Angola, que as 157 famílias já tinham sido cadastradas em 2012 e 2013, para serem realojadas nesta primeira fase do processo.

"Mas como o processo de realojamento demorava a acontecer, apenas foram feitas actualizações com os responsáveis da Comissão de Moradores do Bairro da Boavista, de forma a evitar que indivíduos oportunistas sabotassem o realojamento, infiltrando pessoas estranhas ao processo", sublinhou.

A mesma fonte adiantou, ainda, que as 157 famílias perfazem um total de 942 cidadãos, que nesta primeira fase irão beneficiar de residências do tipo T3 e T2 no projecto Mayé Mayé, em função do agregado e da dimensão das casas que tinham no bairro da Boavista.

"O projecto habitacional Mayé Mayé, mandado construir pelo Estado para realojar as famílias que vivem em zonas de risco ou onde o Estado pretende criar outras infra-estruturas, já dispõe de energia eléctrica, água potável e estão reservados espaços para postos de saúde e esquadras de polícia", acrescentou a fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

De acordo com a fonte que vimos citando, existem garantias do Ministério da Educação de que todas as crianças que estavam matriculadas no bairro da

Boavista vão ser enquadradas nas escolas existentes no Distrito Urbano do Sequele.

Por isso, acrescentou, as famílias podem ficar descansadas, sem preocupações, porque os filhos não vão ficar fora do sistema normal de ensino.

Reacção dos moradores

O presidente da Comissão de Moradores do Bairro da Boavista, Fadário Cândido, elogiou o trabalho que está a ser feito, sublinhando que todas as famílias estão satisfeitas com as novas casas que estão a receber, porque é uma zona urbanizada, tem luz eléctrica, água potável e as ruas são todas bem estruturadas, o que facilita o acesso às residências.

"Aqui na Boavista há muitos becos e as casas foram construídas sem qualquer segurança. E quando chove, as famílias sofrem muito e isso já dura há mais de 20 anos. Este realojamento, embora tardio, vem tirar as pessoas do sufoco, porque estávamos cansados de esperar", disse Fadário Cândido visivelmente aliviado.

A primeira fase do realojamento das 157 famílias, que começou ontem e deve ficar concluída hoje, é fruto de um trabalho conjunto entre o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), Polícia Nacional e dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, que criaram todas as condições para que as famílias pudessem ser transportadas até às novas residências em segurança.

Do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, o Jornal de Angola recebeu a garantias de que hoje, às 9 horas, vai ser dada uma conferência de imprensa no local de realojamento para os detalhes sobre como todo o processo está a ser desenvolvido.

7.11 Vítimas da seca dos Gambos vão ser realojadas em Okalwa

Jornal de Angola

13 De Maio de 2021

Texto: Adelaide Mualimusi

O Governo Provincial do Cunene vai proceder, dentro dos próximos 15 dias, -o realojamento, na localidade de Okalwa, das mais de 65 famílias deslocadas dos Gambos (província da Huíla), que se encontram na povoação da Santa-clara, município de Namacunde, em consequência da longa estiagem que assola o Sul do país.

A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, que falava durante uma visita à localidade para constatar as condições dos deslocados da vizinha província da Huíla, disse que, em Okalwa, cerca de dez quilómetros a leste de Namacunde, os cidadãos vão ser realojados em 50 casas evolutivas erguidas em 2014 e, até agora, não habitadas.

Para isso, a responsável provincial orientou a Administração Municipal de Namacunde para, dentro de duas semanas, concluir a cobertura das 50 casas e iniciar a distribuição às famílias deslocadas dos Gambos.

Gerdina Didalelwa mostrou-se preocupada com a comunidade de deslocados, com destaque para crianças que passam noites ao relento, numa altura em que se aproxima o período de cacimbo e um aumento de casos de Covid-19, em Santa-clara.

A governadora provincial procedeu, igualmente, a entrega de bens de primeira necessidade às vítimas da seca, consubstanciadas em fuba de milho, arroz, massa alimentar, óleo, sardinha em lata, feijão, sabão, bacias, baldes, canecas e pratos de plásticos.

Gerdina Didalelwa disse que ao nível do Cunene existem 558 mil pessoas afectadas pela estiagem, mas acredita que o número pode aumentar, nos próximos tempos, devido à invasão a 908 lavras pela praga de gafanhotos.

7.12 Exploração de terras raras em menos de dois anos

Jornal de Angola

16 De Maio de 2021

Texto: Marcelino Wambo

A exploração das terras raras em Longonjo, Huambo, começa dentro de menos de dois anos, depois de concluir a fase de prospecção, anunciou, sexta-feira, a coordenadora em exercício do projecto Ozango Minerais, Geraldine Tchimbali.

A geóloga, que falava à imprensa sobre as acções até ao momento desenvolvidas no projecto, explicou que, quando terminar a fase de prospecção, aguardar-se-á pela instalação dos equipamentos na medida em que forem adquiridos para, a seguir, entrar-se na exploração de neodímio e praseodímio, para o que há estimativas de um processamento médio de dois milhões de toneladas por ano.

As duas espécies de terras raras, notou, são metais usados para fabricar ímanes permanentes, ultra fortes e leves, para o uso final em veículos eléctricos,

turbinas eólicas e electrónicos modernos como os telemóveis, podendo ser obtidos ao longo de oito a nove anos na primeira fase do Ozango Minerais, onde a exploração ocorre sobre uma superfície de mais de dois quilómetros quadrados.

Geraldine Tchimbali considerou "satisfatório" o grau de execução do projecto, mesmo no contexto da pandemia da Covid-19, que condicionou a montagem dos equipamentos e o início da primeira fase de exploração.

Perfuração bem-sucedida

No período de prospecção, desde 2017, foram feitos 369 furos, com mais de 21 mil metros de perfuração, um trabalho que, disse a engenheira geóloga, permitiu a extracção de 150 toneladas de amostras de terras raras enviadas, no entanto, para um dos laboratórios da Austrália para as análises necessárias.

O projecto de exploração de Ozango Minerais, localizado na montanha de Tchimbilundo, arredores da vila de Longonjo, prevê absorver cerca de 400 trabalhadores, sendo que 50 por cento da mão-de-obra a ser contratada será local. Uma delegação do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (Mirempet) visitou, na quinta e sexta-feira, os projectos da Ozango Minerais, em Longonjo, e Deimang, de exploração de ouro no município do Chipindo, Huíla, para uma avaliação do grau de execução.

O director do gabinete de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional do Mirempet, Luciano Canhanga, disse, no final da visita, que a delegação ficou com "boa impressão" dos trabalhos que estão a ser realizados, apesar de as restrições causadas pela Covid-19 estarem a inviabilizar algumas situações.

Os dois projectos são, desde a ascensão do país à Independência, os primeiros de produção aurífera e de terras raras, sublinhou a geóloga, sendo necessário trabalhar na sensibilização da população a não pelo garimpo (no caso do ouro), por constituir um perigo e ser punível na lei vigente.

7.13 Mais 800 famílias serão realojadas no Mayé-Mayé

Jornal de Angola

Dia 20 De Maio de 2021

Texto: Pereira Dinis e Helma Reis

O bairro social Mayé-Mayé, no distrito urbano do Sequele, município de Cacuaco, vai continuar a

receber famílias que residem em zonas de risco da província de Luanda.

A garantia foi avançada ontem, ao Jornal de Angola, por uma fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, durante a cerimónia de lançamento de projectos de construção de um posto policial, centro médico e uma escola, presidida pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

De acordo com a fonte, até ontem estavam realojadas 550 famílias, número que aumentou com a chegada de mais 13 agregados familiares, que receberam da ministra de Estado para a Área Social as chaves das suas novas moradias.

No bairro Mayé-Mayé já foram construídas três mil casas, algumas ainda por habitar, encontrando-se em fase de acabamento 5.168 moradias T-3 e T-4, das quais 1.168 apartamentos, para o realojamento de 800 famílias. ~

O bairro já dispõe do fornecimento de energia eléctrica, devendo contar, a partir dos próximos dias, com o abastecimento de água potável, garantiu uma fonte da Administração Municipal de Cacuaco.

A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, liderou uma equipa multisectorial na visita de trabalho, ontem, à urbanização Mayé-Mayé.

As 13 famílias contempladas, ontem, com moradias no Mayé-Mayé, viviam em zonas de risco, na encosta da Boavista, no distrito urbano da Ingombota, e nos municípios do Cazenga e Cacuaco. Uma das famílias realojadas é a de Mariana Ebo, que perdeu uma filha durante o desabamento da casa em que vivia, na sequência das chuvas que se abateram, em Abril, sobre a província de Luanda.

Mariana Ebo foi a primeira pessoa a receber, da ministra de Estado para a Área Social, a chave da nova moradia. "Estou a receber a chave de uma nova casa, mas não me sinto feliz, porque perdi uma filha adolescente", acentuou Mariana Ebo que, apesar da dor da perda, manifestou o agradecimento ao Executivo, que, acrescentou, "está solidário com a minha família e as outras famílias".

Visivelmente emocionada no acto de entrega das moradias, a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, declarou que o Executivo está pronto para prestar todo o apoio aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Posto médico e policial e nova escola

Antes da entrega das moradias, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho, lançou a primeira pedra para a construção de um posto policial, em cujo acto o soba do distrito urbano do Sequele, José Sotto Mayor, referiu que o bairro Mayé-Mayé "tem a sua própria tradição", baseada no "respeito pelas coisas dos outros e no respeito a todos, principalmente os mais velhos".

"Aqui estamos embora bem", sublinhou o soba José Sotto Mayor, que disse não haver delinquência na urbanização Mayé-Mayé.

"Espero que os irmãos que estão a vir aqui respeitem a nossa tradição, porque somos todos uma família, somos todos angolanos", adiantou a autoridade tradicional, referindo que "aqui a cor partidária não é levada em conta".

A ministra da Educação, Luísa Grilo, colocou a primeira pedra para a construção de uma escola primária, com 12 salas de aula, acção idêntica feita pela ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, para a construção de um posto médico.

O Jornal de Angola soube de uma fonte da Administração Municipal de Cacuaco que a via que dá acesso ao bairro Mayé-Mayé, a partir da cidade do Sequele, vai ser submetida, brevemente, a um trabalho de terraplenagem e colocação de asfalto.

"A presença hoje aqui do ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, é uma garantia do que estou a falar", sublinhou a fonte.

7.14 Investidores desafiados a adquirir lotes no Pólo industrial de Fútila

Jornal Economia e Finanças

21 De Maio de 2021

Texto: Joaquim Suam

Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA) está empenhado em angariar fundos, com a venda de lotes a investidores e empresas que queiram instalar projectos na futura Zona Económica de Cabinda.

A ideia, é obter fundos suficientes para pôr a funcionar o Pólo Industrial de Fútila, que desde a sua criação, em 1996, continua ainda no papel.

Em declarações ao JE, o economista Elias Gomes, disse que todo o esforço do Executivo que concorre para a materialização do Pólo Industrial de Fútila, é válido para a satisfação da população local, que há muito tempo espera a sua concretização.

"A venda de lotes no Pólo de Fútila é uma opção válida, mas que não deve ser a única solução, por ser mais onerosa e inibidora de investimentos", disse, depois de explicar que tradicionalmente, "são os promotores que criam infra-estruturas e os investidores apenas instalam as suas unidades industriais".

Para o também professor universitário, é preciso que o Executivo encontre financiamentos para que o projecto saia do papel.

Referiu que com a crise económica e financeira, acrescida com o surgimento da Covid-19, dificilmente os empresários vão "arriscar" em obter lotes.

Apesar destas dificuldades, Elias Gomes espera que o Governo consiga concretizar a implementação do projecto que faz falta para a industrialização da região mais ao Norte do país.

Para ele, os promotores do projecto (IDIA) devem ser assertivos nas suas decisões para que a concretização "seja efectiva".

"Temos uma população activa na informal idade, o que não contribui para o crescimento da economia, mas com o arranque do Pólo de Fútila a inserção de mão-de-obra qualificada vai ser maior, o que irá permitir alavancar o sector produtivo local", adianta.

Desenvolvimento

Criado em 1996, com um valor inicial de 72 milhões de dólares, o Pólo Industrial de Fútila, é uma aposta do Governo angolano e local, com o objectivo de proporcionar à província de Cabinda, o desenvolvimento económico autónomo da exploração petrolífera.

O Pólo visa aumentar a produção industrial, oferta de bens e serviços, bem como a substituição paulatina dos principais produtos importados pelos empresários da região.

A primeira fase do projecto contempla uma área total de 112 hectares, que compreende um investimento de 36 milhões de dólares norte-americanos.

7.15 Luanda: Governo realoja mais de mil famílias

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Mil 560 famílias que vivem em zonas de risco a nível da província de Luanda serão realojadas, nos próximos dias, pelo Governo na Centralidade do Mayé Mayé, no município de Cacucaco, fez saber a ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira. Desse número, já foram realojadas 157 famílias, num projecto estruturado que terá esquadra policial, escolas e um centro de saúde. A responsável lembrou que, a nível do País, foram construídas centralidades em Luanda, Namibe, Lunda-Norte, Huíla, Huambo, Kwanza-Sul, Benguela e Bié e urbanizações novas no Bengo e em Cabinda.

7.16 Por dentro da miséria em que vivem · milhares desalojados das Salinas

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Texto: Teresa Fukiady

"É muito difícil viver aqui, nestas condições. Vamos morrer de sofrimento." É dessa forma que Hilária Baptista descreve a vida nos casebres do Magistério Primário de Benguela, instituição que tem o nome de um dos grandes nacionalistas deste País, Lúcio Lara.

Abandonada há dois anos, devido ao risco de desabamento, a escola é, desde Junho do ano passado, o lar para uma viúva, 44 anos, e outras mais de mil pessoas desalojadas do bairro das Salinas, tendo as casas e os bens destruídos por alegadamente estarem num terreno do Estado, situação que esses rejeitam categoricamente e até apresentam documentos que comprovam a suposta titularidade do espaço.

Contados aos milhares, homens, mulheres, idosos, crianças, grávidas e até recém-nascidos vivem na mais profunda miséria em casebres de chapas, tendas e 'casas', improvisadas com recurso a paus e farrapos, que, devido ao sol e à chuva, já se vão rasgando, mas são remendados. O Magistério primário de Benguela "Lúcio Lara" está localizado na estrada que liga a cidade de Benguela à Baía-Farta, e o cenário de uma imponente escola cor-de-rosa e branca, rodeada de casebres, não passa despercebido por quem aí circula.

Era suposto ser um realojamento provisório, segundo a própria Administração de Benguela, mas, cerca de um ano depois, as famílias encontram-se a viver em condições sociais extremamente duras e de vulnerabilidade. Dormem ao relento e no chão. Nalguns casebres, com menos de 1,5 metros, dormem até quatro pessoas (pai, mãe e filhos). Em cada uma das 12 salas de aula, vivem até nove famílias, pelo menos 45 pessoas. Até as casas de banho foram ocupadas por algumas famílias para se abrigar da chuva e do frio.

Aqui falta quase tudo. As famílias vivem todos os tipos de "makas", como o acesso aos serviços de saúde, habitação condigna, educação e alimentação. Há quase um ano que não acompanham o que se passa pelo país, em particular, e pelo mundo, em geral, por falta de energia eléctrica. As únicas luzes que vêm são as das viaturas que circulam durante a noite.

Não há Saneamento básico. As necessidades são feitas ao ar livre ou em sacolas, os banhos, em casas de banho improvisadas, só durante a noite, aproveitando-se da escuridão para se evitar a exposição. Por se tratar de uma zona não-urbanizada, as famílias partilham o espaço com espécies como escorpião, centopeia, macacos, porcos-espinhos e cães vadios, sendo que esses últimos já provocaram a morte de um menor, por raiva.

As noites são longas e passadas ao ar livre sem mosquiteiros. Enfermidades como paludismo, malária, diarreias-agudas, febre tifóide e doenças cardíacas são as mais frequentes devido às condições sociais, principalmente em crianças. Aliás, as condições a que estão submetidos já provocaram a morte de três pessoas e deixaram adoentadas outras.

Aqui coabita gente sem qualquer precaução para com a propagação da Covid-19, que já contaminou mais de 30 mil pessoas, tendo, nos últimos tempos, o País entrado para a vaga mais contagiosa e também mais fatal. Devido à falta de espaço, o distanciamento é uma mera ilusão. As necessidades biológicas, contam, são feitas sob o segredo dos deuses, ou seja, não havendo casas de banho, cada morador se 'safa' como pode.

A fome e a pobreza definem melhor a situação. São raras as vezes que algumas famílias têm algo para comer. Muitos sobrevivem graças à solidariedade dos vizinhos, que partilham entre si o pouco que conseguem dos "biscates" como vendedoras e kupapatas. As refeições são feitas com recurso a lenha.

Mais de 300 crianças deixaram de estudar

Pelo menos 330 crianças que frequentavam o ensino primário tiveram o ano lectivo bruscamente interrompido com a demolição da escola no bairro das Salinas, que também tinha um posto médico.

Segundo Hilária Baptista, as outras crianças que não frequentavam aquela escola continuam a ter aulas, mas tiveram de ser transferidas para a casa dos familiares, longe da miséria daqui.

"Destruíram tudo: a escola, o posto médico, as casas. Tudo foi à vida. E hoje os nossos filhos têm de estar em casa e sem estudar. Não é justo", lamenta.

Hilária conta que a escola e o posto médico foram construídos pela comunidade.

Famílias rejeitam realojamento

O governador provincial de Benguela, Luís Nunes, prometeu, no mês passado, o realojamento das famílias durante uma visita para se inteirar das condições em que elas vivem.

Conforme Luís Nunes, já existe um espaço a ser loteado numa extensão de 13 hectares, para que essas famílias possam receber cada uma o seu terreno para a construção da casa própria. O responsável assegurou que o referido espaço já beneficia da rede de distribuição de água e que, nos próximos dias, a ENDE fará a extensão da rede eléctrica, para que, quando os lotes forem distribuídos, os beneficiários encontrem já os serviços básicos.

Luís Nunes garantiu, ainda, a entrega, nos próximos dias, de chapas de zinco e outros materiais de construção para as famílias erguerem as suas residências e concretizarem o sonho da casa própria.

Entretanto, as famílias negam a oferta do governador, alegando que querem voltar ao bairro do qual foram retirados, pois são os supostos proprietários do espaço.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Lançado concurso para o Aterro dos Mulenvos

Jornal de Angola
01 De Maio de 2021
Texto: Ana Paulo

O Concurso Público Internacional para Requalificação e Gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos foi lançado ontem, em Luanda, um dia depois do fim do prazo da entrega de candidaturas, as quais, neste mês de Abril, são contadas em várias dezenas, de acordo com dados anunciados pelo secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João que, com o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, liderou um acto público realizado, em Luanda, para o lançamento do concurso, afirmou que foram recebidas 89 manifestações de interesse desde que o concurso foi anunciado, a 29 de Março, 52 de empresas nacionais e 37 internacionais.

As manifestações de interesse foram submetidas por via do portal do Serviço Nacional de Contratação Pública e, além de Angola, envolve empresas oriundas da África do Sul, Namíbia, França, Suécia, Itália e Espanha, segundo Mário Caetano João.

O portal do Serviço Nacional de Contratação Pública continua activo até ao final de Maio, quando será anunciado o vencedor do concurso, em torno de qual se reúnem expectativas relativas à introdução de noções de Economia Circular (um conceito estratégico assente na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia) na gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos.

"O concurso só reafirma o grande desafio que o Governo tem pela frente, com a identificação de um parceiro que responda aos propósitos do projecto, e que faça a Economia Circular tornar-se uma realidade, criando, assim, um programa de reciclagem e de todos os benéficos associados ao melhor tratamento e valorização dos resíduos sólidos", afirmou o secretário de Estado. Servida pelo aterro, Luanda tem um histórico elevado de produção de resíduos, constituídos em 25 por cento de lixo orgânico, papel (16) , plástico (15) , vidro (seis), ferro (seis) e um por cento de alumínio.

O Governo espera obter, em resultado da implantação de uma nova gestão do aterro, operações de triagem e valorização dos resíduos sólidos através

da reciclagem, venda de material reciclado, compostagem, incineração, biogás e produção de energia.

8.2 ELISAL REBATE ACUSAÇÃO «Eles queriam desacreditar a empresa»

Novo Jornal
7 De Maio de 2021

O Novo Jornal contactou o PCA da ELISAL, Gonçalves Imperial, que indicou o Gabinete de Comunicação e Imagem da empresa a prestar os respectivos esclarecimentos. Contudo, o técnico indicado, recusando-se a gravar a entrevista e a ser identificado, limitou-se a negar as acusações dos sindicalistas e justificou os despedimentos com o facto de os dois funcionários terem supostamente levantado "uma campanha de difamação e calúnia nas redes sociais" contra os membros da direcção, com o objectivo de "desacreditar o bom-nome" do organismo.

"Eles queriam desacreditar a empresa. Foram ouvidos, mas não conseguiram provar as acusações.

De seguida, foi feito um processo disciplinar e foram despedidos", resumiu o funcionário, acrescentando que, quando foram afastados, os dois queixosos "já não desempenhavam as funções na comissão sindical", porquanto tinha, alegadamente, havido, em Março, uma assembleia que os havia destituído devido a um suposto "desvio de fundos e má gestão•

8.3 Impasse ELISAL acusada de despedir sindicalistas por terem denunciado desvios de equipamentos

Novo Jornal
7 De Maio de 2021
Texto: Dulcineia Lufua

A Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL) é acusada de ter despedido dois sindicalistas por esses terem denunciado, em carta ao Presidente da República, o "desvio de vários meios técnicos da empresa". Trata-se do primeiro e segundo secretários da comissão sindical, respectivamente, Ventura Luciano e Henriques António, que, no passado mês de Abril, viram anulados os seus vínculos laborais com a instituição em causa, alegadamente por terem tornado público um suposto desvio de viaturas, motores e algumas moto-bombas

por parte da actual administração, que teria, igualmente, descaminhado carros recuperados da antiga gestão.

Ventura Luciano, um dos dois lesados, explica ao Novo Jornal que, quando ele e o outro sindicalista se aperceberam dos desvios, relatados pelos próprios funcionários, fizeram questão de verificar e constataram que "era verdade". "Nos Mulenvos, por exemplo, onde foram transferidas as 129 viaturas com simples avarias, notámos que perto de 50 já não se encontravam no local e outras já não tinham os respectivos motores", detalha o sindicalista, acrescentando que a conclusão imediata a que chegaram foi a de que se estava diante de "uma simulação para fins inconfessos".

Outra situação irregular, de acordo com os sindicalistas, tem a ver com os meios de transporte recuperados da anterior administração. "São carros topos de gama que, no nosso entender, deveriam servir para os quadros da empresa, mas sabemos que alguns foram distribuídos a pessoas que não fazem parte da ELISAL".

Em função disso, Ventura Luciano e o colega Henriques António, conforme asseguram ao NJ, decidiram-se a enviar uma carta à direcção da empresa, visando ver esclarecida a situação. Contudo, não tendo alegadamente sido respondidos, os dois sindicalistas remeteram um ofício a João Lourenço, narrando o que se passava na empresa. Ambos teriam depois sido respondidos. Aliás, dizem os sindicalistas, chegou-se mesmo a criar-se uma comissão de inquérito integrada por quadros da empresa para se aferir a veracidade dos factos, tendo supostamente sido constatadas "inconformidades".

A seguir a isso, surgiu o problema: "O PCA da ELISAL entendeu que nós levantámos uma campanha de difamação e calúnia contra os membros da direcção, com o objectivo de desacreditar o bom-nome dos mesmos nas redes sociais, e foi-nos colocado um processo disciplinar, e, conseqüentemente, veio o despedimento fora dos prazos, mas, segundo eles, por justa causa", queixam-se os sindicalistas.

Ventura Luciano acredita, por isso, que tudo não passa de um alegado "plano bem elaborado" e mostra-se chocado com a empresa.

"As pessoas que desviaram os meios continuam soltas, mas nós, por denunciar, fomos expulsos", diz o funcionário, que insiste que foi mesmo "um plano bem elaborado", uma vez que o Sindicato de Trabalhadores da ELISAL programava organizar uma marcha de protesto que, no entanto, não chegou

a materializar-se porque, alegadamente, a direcção da empresa se antecipou, liderando uma suposta assembleia em que Ventura Luciano e Henriques António viriam a ser acusados de desvios de quotas sindicais. "Isso [questões ligadas à gestão da comissão sindical] não tem nada a ver com a direcção da empresa, mas, sim, com os trabalhadores", queixam-se os funcionários, que avançam, contudo, já terem um advogado, cujas diligências, entretanto, não podem ainda ser reveladas à imprensa, para não permitir 'arranjos' por parte da direcção.

8.4 Alarme sanitário? Claro. O habitual

Jornal Folha 8

8 De Maio de 2021

Enquanto médicos alertam -para o agravar da situação sanitária" em Luanda, que se reflecte já nos hospitais primários e terciários, apontando a "malária e as doenças diarreicas" como as principais patologias nos bancos de urgência, o presidente João Lourenço aprovou a despesa para a construção de uma nova morgue em Luanda, num valor estimado de 13 milhões de dólares.

Para os profissionais de saúde, as chuvas e os enormes amontoados de lixo que se registam em quase toda a extensão da capital angolana está a "concorrer negativamente para o deplorável" quadro sanitário, cujo preço se reflecte nas unidades sanitárias.

O presidente do Sindicato Nacional dos Médicos de Angola (Sinmea), Adriano Manuel, lamenta a situação e fala mesmo em "mais de 20 mortes diárias por malária" nos hospitais de Luanda, considerando que o actual quadro "é complicado e não faltou aviso às autoridades".

"Estamos a viver actualmente uma situação extremamente complicada," se tivermos em conta que não faltou aviso ao Governo, particularmente "eu, que nesse período de chuva temos tido muitas enchentes nos hospitais", afirmou o médico. Adriano Manuel entende também que o actual quadro resulta de alguma imprudência" da parte do Governo de Luanda "em não tratar o assunto do lixo com responsabilidade que se impunha".

Uma vez que o casamento do lixo com a chuva devia desembocar nas enchentes que hoje estamos a observar com 80% dos doentes com malária, diarreias e gastro enterite, febre tifóide ou dengue", disse.

O médico pediatra referiu que "70% a 80% dos doentes que estão a ser operados nas urgências médicas são por perfuração da úlcera, em consequência da febre tifóide", o que já se tinha sido "avisado".

"As pessoas não ouviram o que os médicos foram abordando em fóruns próprios e na comunicação social e agora estamos a observar" notou.

A preocupação de uma "crise sanitária" em Luanda, sobretudo em consequência das chuvas e do lixo, já foi manifestada anteriormente por vários cidadãos da capital angolana, que há meses "temiam pelo pior".

Pelas redes sociais, várias imagens retratam enchentes nas urgências hospitalares, sobretudo nas unidades terciárias, inclusive de pacientes deitados no chão e outros clamando por assistência. O presidente do Sinmea assegurou que esse quadro "é real" e explica que grande parte do pacientes acorre aos hospitais terciários devido à carência de medicamentos" nos hospitais primários.

"Estamos a viver uma situação grave e se o Governo angolano não olhar para este cenário nos próximos tempos vamos ter uma situação insustentável com cólera", alertou.

A "exiguidade" de profissionais, sobretudo a nível dos hospitais da periferia, "onde não há pratica mente médicos e o único em serviço observa mais de 200 pacientes", foi igualmente apontada como um problema que enferma o sector.

"Não é possível fazer-se saúde assim, não há, na minha perspectiva, um comprometimento do Governo de Angola com a temática da saúde, porque o Governo está mais preocupado em construir hospitais grandes", apontou.

O "problema", insistiu Adriano Manuel, "não é construir grandes hospitais, mas sim com um sistema de saúde primário eficiente que não existe, porque as pessoas não querem que exista".

A "pressão" unidades de Luanda também foi confirmada pelo coordenador do Fórum de Concertação Social do Sector da Saúde (FCSSS) angolano, Francisco Matete, considerando que este cenário "já era previsível".

"Sobretudo devido ao degradado saneamento do meio, agravado pelas chuvas e os amontoados de lixo, a nível de todos os hospitais é sabido que há enchentes de pacientes que acorrem nas unidades sobretudo com a mala ria", disse. Para o médico Francisco Matete a actual procura nas urgências hospitalares em Luanda "está a sobrecarregar os

poucos recursos humanos", mas que "procuram sempre responder à pressão", lamentando a "débil condição laboral e escassez de fármacos". "Acredito que depois de Maio os casos vão baixar e como já há recolha de lixo acredito que os casos venham a diminuir", frisou. "Mas, a verdade é que há muitas enchentes sobretudo a nível da periferia e municípios", apontou coordenador do FCSSS.

Entretanto, o presidente João Lourenço aprovou a despesa para a construção de uma nova morgue em Luanda, num valor estimado de 13 milhões de dólares (cerca de 11 milhões de euros), através de um processo de contratação simplificada.

O despacho presidencial publicado no Diário da República, refere que a despesa é relativa a um contrato para a construção e apetrechamento do Instituto de Anatomia e Medicina Forense (morgue) Central de Luanda e um contrato de fiscalização da obra, delegando as competências do procedimento concursal na ministra da Saúde.

O despacho justifica a adopção de um procedimento célere a nível contratual face "à preocupação e urgência do executivo para implementar projectos de incidência central", com impacto na melhoria dos serviços.

O projecto tinha sido aprovado em Junho de 2017, havendo agora "necessidade de se proceder à actualização dos custos aprovados em função da transferência do local bem 'como o seu redimensionamento, para assegurar a continuidade da execução do projecto", justifica o diploma.

Na semana passada João Lourenço deu também aval à construção de um novo hospital no Bengo, num valor aproximado de 53 milhões de euros, através da linha de financiamento da Luminar Finance, "ligada ao grupo israelita' Mitré-Ili, com actividade em vários sectores em Angola.

A Luminar Finance vai ser também responsável pelo crédito de 633 milhões de euros para a construção de três novas centralidades, nas províncias do Cunene, Bengo e Cabinda, num total de 5.000 casas, aprovada num outro despacho presidencial de 29 de Abril

8.5 De boas intenções estão as lixeiras cheia

*Jornal Folha 8
8 De Maio de 2021*

A empresa angolana de reciclagem de lixo eléctrico e electrónico, Net Service Angola, alertou que o país "está a perder divisas, matéria-prima e até empregos"

devido aos amontoados de lixo reciclável, que persistem nas ruas, sobretudo em Luanda.

Segundo o director geral da empresa Net Service Angola, António Bartolomeu, apesar de Angola começar a ter consciência de que os resíduos eléctricos e eletrónicos são prejudiciais ao ambiente, ainda se perde muito quando esse tipo de lixo é deixado na rua.

"Isso preocupa muito, porque o que se perde a nível desses resíduos que ficam nos amontoados na rua, poderia ser o garante de algum lucro para as empresas", afirmou o responsável em Luanda. Em declarações no final da cerimónia de lançamento da "Campanha de Sensibilização do Mês da Reciclagem", o gestor defendeu a cultura da selecção daquele lixo específico para seu posterior tratamento em benefício do país.

Para António Bartolomeu, os actuais amontoados de lixo que se verificam, sobretudo na capital angolana, poderia ser evitados se a selecção desses resíduos partisse desde a fonte para a sua melhor reutilização.

"Se as pessoas fossem, desde a fonte, incentivadas a seleccionar o seu resíduo e contactar as empresas específicas para tratar esse tipo de resíduo evitaríamos os amontoados de resíduos", notou.

"Não obstante, também penso que hoje com a nova proposta para a gestão dos Mulenvos (Aterro Sanitário de Luanda) vai facilitar muito, porque muitos resíduos saem das casas das pessoas contaminados e não há essa separação e então para as empresas é muito difícil", apontou. António Bartolomeu, considerou também que "quando não se recicla e se se produto [lixo eléctrico e eletrónico] o país perde muita matéria-prima", numa altura em que o nível de importação "diminuiu muito por conta das poucas divisas que existem".

"E, portanto, com a matéria-prima produzida a nível local, se não houver essa indústria especializada para recuperar esse material, poderia ser exportado para garantirmos divisas para o país", concluiu.

A "Campanha de Sensibilização do Mês da Reciclagem", por ocasião do Dia Mundial da Reciclagem, que se assinala em 17 de Maio, decorre em Angola até Julho. A campanha, denominada "Para onde vão os resíduos que todos nós produzimos", é tutelada pela Agência Nacional de Resíduos (ANR) de Angola.

A ANR tem como objectivos estratégicos o planeamento e gestão de resíduos, englobando todas as tipologias de resíduos e as diversas origens, constituem o objectivo de políticas neste domínio do

ambiente, assumindo ainda papel de relevo de carácter transversal pela incidência na preservação dos recursos naturais, e em outras estratégias ambientais, como:

Alcançar padrões aceitáveis de práticas ambientais em todas as operações de limpeza e descarte públicos; Desenvolver pessoal capaz de monitorar o meio ambiente por meio de treinamento e recrutamento apropriado; Fornecer padrões, regulamentações e conhecimentos especializados em relação à gestão dos resíduos; Participar no desenvolvimento de uma estrutura institucional e interinstitucional de poluição e controle ambiental.

Bem como, Priorizar recursos financeiros para a gestão dos resíduos numa economia severamente restrita; Atender às necessidades de recursos humanos por meio do desenvolvimento e implementação apropriada de políticas de recursos humanos; Fornecer serviço de qualidade aos contratados e ao público; Reforço da prevenção, produção de resíduos e fomentar a sua valorização por via da reutilização e reciclagem; Promoção do pleno aproveitamento do novo mercado organizado de resíduos, como forma de consolidar a valorização dos resíduos, com vantagens para 'os agentes económico bem como estimular o aproveitamento de resíduos específicos com elevado potencial de valorização.

A Agência Nacional de Resíduos, tem competências de monitorização, emissão de pareceres no planeamento, reclamações e avaliação, licenciamento e fiscalização, sendo por isso o principal regulador em Angola na área de resíduos.

A ANR trabalha em temas como, saneamento, resíduos, emergências radiológicas, ou educação ambiental, e é responsável pelo Relatório do Estado dos Resíduos de Angola. Assim, considera que um ambiente limpo e saudável é fundamental para o contínuo bem-estar e prosperidade.

O seu papel é ajudar a proteger e manter os recursos ambientais vitais do país. O ambiente é uma mistura complexa de materiais e processos que, juntos, fornecem os recursos naturais e sistemas de apoio, ou "serviços eco-sistémicos", que sustentam toda a vida na Terra. A sociedade e a economia dependem desses serviços, e é por isso que proteger e melhorar o meio ambiente é absolutamente essencial.

O papel na protecção do meio ambiente e saúde humana é amplo, incluindo a regulamentação ambiental dos resíduos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, monitorização e produção de relatórios sobre o estado do nosso ambiente,

conscientização sobre questões ambientais, envolvimento com o público através de projectos científicos e de acompanhamento na resolução de danos ambientais.

Como um órgão público tutelado pelo Ministério do Ambiente, o papel da ANR é garantir que o meio ambiente e a saúde humana sejam protegidos, para garantir que os recursos naturais e serviços em Angola sejam usados da melhor forma de sustentabilidade e que contribuam para o crescimento económico sustentável.

A sua missão é: Propor, desenvolver, acompanhar a gestão integrada e participada das políticas dos resíduos e desenvolvimento sustentável, bem como, garantir uma Angola limpa, no âmbito da normação, regulação, fiscalização e orientando efectivamente a gestão e tratamento resíduos por meio de limpeza pública, adesão a padrões ambientais e de saúde pública, educação ambiental pública e programas de fiscalização reforçados por tecnologia avançada, participação das comunidades e prestação de serviços por uma equipe altamente treinada e engajada. Deve igualmente ser uma entidade de regulação na gestão de resíduos, usando modelos e tecnologias de última geração para manter um ambiente limpo e saudável, comparável aos padrões globais.

8.6 Contentores de lixo estão de volta às ruas de Luanda

Jornal de Angola

14 De Maio de 2021

Texto: Alberto Quiluta

Dos 941 contentores recuperados das anteriores operadoras, 557 foram redistribuídos às novas empresas contratadas e recolocadas nos pontos de recolha de resíduos sólidos em vários municípios, anunciou, quarta-feira, a governadora provincial de Luanda, Joana Lina.

Em declarações à imprensa, no final de uma visita para constatar a situação dos pontos de recolha de lixo, bem como o processo de contentorização nas principais vias dos municípios de Viana, Belas e Talatona, a governadora Joana Lima admitiu que ainda existem focos de lixo a impossibilitarem a circulação em alguns municípios.

A governante informou que é preocupação do Governo da Província de Luanda (GPL) acompanhar a implantação de contentores nas vias já limpas e dialogar com as pessoas no sentido de incentivá-las a participarem na limpeza dos locais de residência.

"O trabalho das empresas contratadas para eliminar os focos de lixo, em todos os municípios que foram por nós visitados, está a ser feito de maneira considerável", reconheceu Joana Lina.

"As administrações municipais e distritais estão orientadas para que as operadoras trabalhem nos níveis um e dois, isto é, nas áreas urbanizadas e semi urbanizadas, por serem áreas com maior facilidade de circulação e de recolha dos resíduos sólidos para os contentores e dali para o Aterro Sanitário", disse.

Joana Lina anunciou que para os níveis três e quatro, que são as áreas de difícil acesso, está gizado um programa de recolha de lixo com motorizadas de três rodas e algumas compactadoras, que brevemente será lançado, estando a ser formados jovens para este tipo de serviço.

O administrador do município de Viana, Manuel Pimentel, disse não estar muito convencido com o trabalho da operadora Sambiente, que acusou de estar a fazer um trabalho "de pouco agrado para o município", tendo pedido à governadora meios para que a administração minimize os focos de lixo nas comunidades.

No município de Belas, o director-geral da empresa Jump Business, João Nelson, disse ter mais de 700 contentores para o município, 300 dos quais estão no distrito do KK5000 e Kilamba. O responsável garantiu que dentro de dias o distrito do Kilamba e arredores não terão mais focos de lixo no chão, porque há contentores suficientes para o depósito de resíduos sólidos.

8.7 Zango 4 Ex-moradores da lixeira transformam garrafas de plástico em vassouras para sobreviver

Novo Jornal

14 De Maio de 2021

Texto: Dulcineia Lufua

Nos últimos meses, sobretudo na capital do País (Luanda), o número de pessoas que tentam 'fintar' a fome e encontrar novas formas de sobrevivência tem aumentado consideravelmente. Vários cidadãos, na sua maioria em extrema pobreza, decidem inovar, transformando o "lixo em luxo", como é o caso de mais de 200 famílias residentes no Zango 4, em Viana, que, desde 2011, se têm dedicado à transformação de garrafas de plástico em vassouras, para o uso doméstico e industrial.

Trata-se de uma' iniciativa do programa da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP), fundada em 2011, que ajudou a tirar muitas famílias de condições precárias no ex Aterro Sanitário, vulgo Lixeira do Golfe 2, município do Kilamba Kiaxi, Luanda, e dar-lhe melhores condições e casas na zona do Zango 4.

Para muitos, as garrafas de plástico, após usadas, já não servem para nada, mas, para os ex-moradores da Lixeira, há muito que se transformou numa "mina de ouro", pois é com esse serviço que conseguem sustentar as famílias residentes no bairro Força de vontade, aliás, um nome que descreve exactamente o desejo de superação desses trabalhadores que, segundo eles, outrora não eram "tidos nem achados".

Paula Rita, 59 anos, antiga moradora do bairro Lixeira, revelou à reportagem do Novo Jornal que o trabalho que faz, que consiste na selecção e corte de garrafas de plástico, lhe devolveu a dignidade e a vontade de seguir e vencer.

"Vivíamos em condições difíceis e, para comer, tínhamos de sofrer muito, Os nossos filhos não iam à escola. Graças a esta oportunidade da APACP, de transformar garrafas de plástico em vassouras, já temos casas, e as nossas vidas já não são as mesmas. Ganhámos dignidade", conta. Para mamã Paula, "faça solou chuva", todas as manhãs, de segunda a sexta-feira, os caminhos dela são os que dão para a Recovasso, como é conhecida a oficina.

A mulher, que recicla há mais de nove anos, é a mais velha de um grupo de 50 trabalhadores e conta que, mesmo com a sua idade, diariamente consegue produzir até nove vassouras que servem para varrer o interior de residências e asfaltos. Com os subsídios que ganha, sublinha que consegue sustentar a casa e agradar os netos, "coisa que no passado não era possível", precisa,

À semelhança de Paula, existem outras pessoas que encontraram na associação a "luz no fundo do túnel". É esse o caso de Eva Salvador. Apesar da sua idade, 22 anos, defende o seu posto de trabalho, pois sabe que é de lá onde sai o sustento para ela, os dois filhos e a sua mãe. "A minha missão é enrolar as fitas, e faço isso com amor, porque aqui me foi ensinado que tudo que não prejudica ajuda", diz.

Para a produção das vassouras, explica Carlos António, outro funcionário, são necessárias duas matérias-primas: a garrafa de plástico e os cabos de madeira. "As garrafas, muitas vezes, vêm de doações de empresas e pessoas singulares e, quando isso não acontece, compramos das mãos dos catadores, incluindo as madeiras", informa. Os principais

compradores das vassouras são as administrações e as em- presas de recolha de lixo.

Ufano Bernardo, coordenador do programa, explica ao NJ que a empresa de reciclagem Recovasso, com capacidade para produzir 500 vassouras/mês, tem como próximo passo a industrialização e a expansão dos serviços.

"Queremos que o projecto cresça a nível nacional, visto que não nos limitamos apenas à reciclagem, também temos uma oficina de nutrição, produzimos sabão, bem como betão forte para a construção de residências das famílias retiradas da zona da Lixeira, no Golfe 2", detalha.

dulcineia.lufuaenovojournal.co.ao

8.8 Catadoras de lixo incentivadas a constituir cooperativas

Jornal de Angola

Dia 20 De Maio de 2021

Trinta e três mulheres catadoras de resíduos sólidos do distrito urbano do Kilamba, município de Belas, em Luanda, foram incentivadas a constituir cooperativas para o acesso ao micro-crédito a partir do Fundo de Capital de Risco Angolano (FACRA).

O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, no âmbito do programa de promoção do género, empoderamento da mulher e de desenvolvimento local e combate à pobreza, procura criar incentivos para a geração de rendas das famílias que trabalham com resíduos sólidos.

As cooperativas e associação poderão ser potenciadas com acções de capacitação e apoio por via da concepção de micro-créditos com juros bonificados, constituindo-se assim, em pequenas empresas familiares.

O assunto foi abordado, ontem, durante um encontro que a secretária do Estado para a Família e Promoção da Mulher, Elsa Barber, teve com parceiros e catadoras de resíduos sólidos.

Durante o encontro, que contou com a presença de responsáveis da Direcção Nacional da População adstrita ao Ministério da Economia e Planeamento, foram ainda abordados assuntos como a promoção da capacidade empresarial em termos de aproveitamento dos resíduos sólidos e a criação de um programa de formação e financiamento para as micros e pequenas cooperativas.

Para Elsa Barber, o encontro serviu como oportunidade para conhecer o trabalho desenvolvido por estas mulheres, sendo estas agentes importantes para a transformação do ambiente.

Neste contexto, avançou que o Ministério da Família vai promover a criação e formalização das cooperativas e com o Ministério da Economia e Planeamento desenvolver um modelo de negócio e cadastrar as catadoras de lixo na sua plataforma.

"Vamos procurar ajudar para que as senhoras tenham um fundo ou micro-crédito para desenvolverem as suas actividades de forma segura", referiu. De acordo com o director do Gabinete para a Política da População, Celso Borja, a intenção é identificar as cooperativas de recolha de resíduos sólidos urbanos incorporados na estratégia de valorização.

Nesta senda, avançou que as cooperativas poderão ter acesso a um micro-crédito no valor de sete milhões de kwanzas, disponibilizados pelo Fundo de Capital de Risco Angolano (FACRA), para apoiar na melhoria das condições de trabalho durante a actividade de recolha de lixo.

Por sua vez, o presidente da Associação Nação Verde, Nuno Cruz, afirmou que a disponibilização desse crédito vai contribuir para que as catadoras de lixo possam desenvolver as actividades de forma mais facilitada e segura.

"É necessário que as organizações de defesa do ambiente, a sociedade civil e o Governo possam unir energias no sentido de podermos ajudar o maior número de mulheres", referiu

8.9 Lojas, hotéis e mercados obrigados a pagar recolha de lixo

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Lojas, hotéis e armazéns que actuam em Luanda vão ser obrigados a contratualizar a recolha de lixo com os operadores locais, limpar as áreas adjacentes e estão proibidos de queimar ou colocar detritos nos contentores públicos e passeios:

Segundo o despacho da governadora da província de Luanda, Joana Lina, a medida aplica-se a agentes económicos da área de hotelaria, construção, estabelecimentos comerciais de grande, média e pequena dimensão, armazéns e mercados que devem estabelecer desde já contratos de recolha de resíduos sólidos com as empresas que prestam serviço no município onde se encontram sediados, No despacho assinado por Joana Lina, datado de 10 de Maio e

publicado no Jornal de Angola, o Governo Provincial refere que, nos últimos tempos, se tem verificado "a deposição na via pública e nos contentores públicos de caixas e outros resíduos de grande porte pelos agentes económicos que exercem actividade em Luanda", comportamento a que se pretende pôr fim.

Os agentes económicos terão de enviar uma estimativa de produção de resíduos sólidos às operadoras contratadas e limpar as áreas circundantes aos seus estabelecimentos comerciais ou hoteleiros até 50 metros.

Devem, também, comunicar atempadamente às empresas sempre que se preveja a produção de lixo pontual para garantir o tratamento e recolha e ficam proibidos de fazer queima anárquica do lixo, deposição em contentores públicos, passeios, terrenos baldios ou outros locais não autorizados, incluindo a deposição de inertes para a construção.

A violação das regras é punida com multas e sanções que poderão ir até à suspensão da actividade comercial

NJ/AGÊNCIAS

8.10 Clientes da EPAS acumulam dívida de 400 milhões Kz

Jornal Expansão

28 De Maio de 2021

Uma dívida de mais de 400 milhões kwanzas é o valor que os clientes da Empresa Pública de Aguas e Saneamento (CEPAS), na província da Lunda Norte, acumulam há quatro anos, e que, tem criado constrangimentos à empresa.

Fazem parte da lista de devedores empresas públicas e do sector privado, e clientes particulares. O presidente do conselho de administração da empresa, André Camilo, explicou que o "calote" tem causado dificuldades à instituição que dirige, sobretudo, na expansão da rede de distribuição de água na região, despesa com pessoal, manutenção dos equipamentos, bem como a aquisição de produtos para o laboratório. O responsável que para a recuperação do passivo, explicou que a EPAS avançou com uma campanha de corte massivo do fornecimento aos clientes devedores. Acrescentou que os consumidores que se encontram nesta condição, podem liquidar a dívida a prestações.

A EPAS na Lunda Norte tem 15 mil clientes, e conta com três sistemas de tratamento e distribuição de água, bem como um reservatório de cinco mil metros cúbicos.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Especialista alerta que solução passa pela criação de políticas públicas

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Texto: Gaspar Faustino

Promover educação de qualidade, gerar emprego, fomentar a qualificação profissional, assim como facilitar o acesso às actividades culturais, desportivas e não só são acções que quem governa deve praticar de forma eficiente, no âmbito das políticas públicas voltadas para jovens e adolescentes. O alerta vem do psicólogo criminal Mário de Lemos.

O especialista detalha que, quando as políticas públicas para esta franja da sociedade não são eficazes, em muitos casos os jovens e adolescentes visados refugiam-se na delinquência. Apesar dessa lamentável consequência, o psicólogo criminal Mário de Lemos manifesta-se contra a punição judicial como única forma de "estancar" esse tipo de "hemorragia", uma vez que quem tem a obrigação de criar políticas públicas para os jovens não o fez.

"Existe uma série de iniciativas na área social, que podem contribuir para a redução da criminalidade juvenil", afirmou, sublinhando que a falta de políticas públicas, canais de informação e comunicação influenciam para que a marginalidade na adolescência cresça.

Sobre as lutas entre gangues, o psicólogo criminal Mário de Lemos defende ser necessário, essencialmente, primeiro perceber o que faz os jovens aderirem às gangues, sendo que, para si, se trata de estado anímico social, ou seja, os jovens e adolescentes fazem-no porque deixam de acreditar nas políticas públicas como solução do seu sucesso social, "por isso aderem às gangues", afirma.

Na opinião de Mário de Lemos, a falta de segurança social em muitos bairros sub-urbanos da capital do País é um dilema para quem lá habita, pois "quem não pertence a uma gangue não consegue namorar, não consegue praticar actividades sociais, porque elas dominam isso", sublinhando, posteriormente, que esse é um dos motivos pelos quais os jovens aderem às gangues.

O interlocutor descreve que, normalmente, no meio de uma gangue, o indivíduo mais respeitado tem sido, sobretudo, aquele que já foi preso ou detido mais de três vezes pela Polícia. "Quanto mais perigoso for o líder, mais ele vai disputar um terreno. E quanto mais influente, também vai dispersar noutras gangues".

O quadro só está pintado deste jeito, de acordo com o entrevistado, pelo facto de haver uma grande distância entre o governante e o governado, e, também, distanciamento entre a Polícia e a população.

Comunidades precisam de prevenção à criminalidade

Em virtude do actual paradigma, o psicólogo criminal atesta que a solução para esta problemática consiste no estabelecimento de políticas públicas mais sérias consistentes nas comunidades. "Tem de se criar mecanismos para que haja prevenção à criminalidade e também repressão. Ataca-se na prevenção e também na repressão, e melhorar os canais de comunicação entre a juventude e a Polícia e com os governantes", apelou.

O responsável aconselhou o Estado a dar mais apoio e assistência psicológica aos jovens que estão nas gangues e querem sair delas, mas, infelizmente, não encontram amparo social nas comunidades. "Isso acontece porque, em muitos casos, um indivíduo que pertence a uma gangue é quase privado de liberdade. Quando decide sair, não é bem aceite, passa a ser discriminado pela sociedade, por isso muitos preferem permanecer", apontou.

Um dos motivos que levam os adolescentes e jovens a ingressarem no mundo do crime é a falta de perspectiva profissional. Por isso, o psicólogo criminal defende a criação de incentivos para que empresas públicas e privadas contratem, como aprendizes ou estagiários, jovens dos 14 aos 21 anos que vivem em condições socioeconómicas precárias. "Hoje existem muitas barreiras para a contratação desses jovens, e mesmo órgãos públicos não lhes oferecem oportunidades", afirma Mário de Lemos.

Segundo o especialista, o Estado devia criar incentivos para as empresas que vierem a contratar estes adolescentes. "O poder público não pode concorrer com o crime organizado e com as gangues, apenas com conselhos e orientações. É importante oferecer oportunidades de inserção profissional no mercado de trabalho", aconselha.

Investir na educação é fundamental para impedir que os jovens optem pela criminalidade. Um jovem mais bem qualificado tem melhores condições de

conseguir um emprego e é menos susceptível em se envolver em crimes, acrescenta Mário de Lemos.

Na opinião do psicólogo criminal, hoje, muitos adolescentes que cometem crimes não ficam em instituições preparadas para a sua reeducação. "Nem todo o mundo sabe que a punição para adolescentes infractores já existe, é importante que todo o adolescente apanhado no crime deva responder pelo mesmo, no sentido de dar exemplo aos demais", sentenciou o entrevistado, que, entretanto, disse ser contra a punição judicial como única forma de "estancar" esse tipo de "hemorragia".

9.2 «Wowo», matar ou morrer no Paraíso

Novo Jornal

21 De Maio de 2021

Texto: Gaspar Faustino

O bairro do paraíso, situado num morro alto, tem os acessos constituídos por becos engolidos pelas construções desordenadas e é igual a tantos outros que existem na capital: ruas com lombas e buracos, onde mal se vê o chão por estar cheio de lixo, latas, garrafas, sacos de plástico e papéis.

Uma imagem clara de subúrbio pobre e desordenado, como dizem os moradores, onde as valas de drenagem, depois das chuvas, são transformadas em "depósitos de lixo".

No Paraíso, os índices de criminalidade são tão elevados que a Polícia aconselhou os moradores a velarem pela sua própria segurança, por alegada falta de efectivos na única esquadra da zona, revelaram ao Novo Jornal alguns moradores.

A recolha de lixo é uma miragem. cheiro nauseabundo, charcos com vermes, moscas e lixo são o cenário com que se ergue este jogo de mortes no Paraíso, como se quem nele participa tivesse a consciência de que o futuro nada tem de bom para lhes oferecer, e crescer é mais uma condenação que uma esperança.

É o "Wowo", um novo fenómeno que invadiu as ruas sujas do bairro do Paraíso e que pode ser resumido a uma luta feroz e, por vezes, letal, entre grupos rivais ou gangues organizados. Um estranho jogo de morte protagonizado por menores que, "além de se dedicarem a assaltar residências, lutam entre eles com o que tiverem às mãos: catanas, pedras, paus, ferros, armas de fogo...

"Há três semanas, dois adolescentes foram mortos por um grupo rival, com blocos na cabeça e ferros durante uma luta", revelou uma mulher que o Novo Jornal encontrou a varrer o seu quintal.

A origem do "wowo", o jogo de morte que invadiu os bairros da capital, pode ter várias explicações, mas, em todas elas, a pobreza extrema está presente.

Segundo a activista Laura Macedo, este estranho e macabro jogo é uma emanção da miséria que tomou conta da vida de muitas famílias: a desestruturação familiar, as crianças que vão passando cada vez-mais tempo na rua, as que são postas na rua pelas próprias famílias, as que fogem das famílias, pois a ameaça vem de quem deveria protegê-las.

Também "a falta de políticas sociais e o índice elevado de pobreza têm originado esse tipo de cenário", diz Laura Macedo.

"É bastante preocupante esta situação, jogos violentos que têm ceifado vidas e ninguém diz ou faz nada. Por acaso, tive a informação da morte de um menino com um garfo", contou.

As crianças vão escolhendo a rua, e a rua vai-se tornando a sua casa. Começam por deambular, mendigando. O passo seguinte é o pequeno delito: o roubo da botija de gás ou daquilo que houver à mão nos quintais e que sirva para trocar por alguns kwanzas.

A rua passa a ser a sua casa e ficam por sua conta. Vão-se juntando a outras crianças com os mesmos problemas, o mesmo desalento, e é nos gangues do bairro que encontram "protecção" e "poder", que conquistam através da demonstração da violência. Afinal de contas, para estes jovens, tudo se resolve com violência, porque essa é a linguagem que conhecem e a única referência que têm.

Entrados no gangue, muitas vezes há que passar por rituais de iniciação decididos pelos líderes, jovens mais velhos, e, sobretudo, mais antigos no grupo.

As violações de meninas e adolescentes também têm aumentado nos bairros periféricos da capital, tal como os assaltos. Os mais velhos continuarão a "treinar" os mais jovens, em muitos casos deixando-os confrontar-se com gangues rivais, enquanto eles ficam apenas a controlar.

E, de acordo com os preceitos dos gangues e das ruas, se a violência cresce, o "poder" também.

9.3 Índice de criminalidade em Cacuaco preocupa moradores

Jornal Hora H

28 De Maio de 2021

Texto: *Angelino Cabango*

"Sempre que há um assalto e nós ligamos para a polícia eles não aparecem, nós nos sentimos esquecidos, tem muitos gatunos, todos os dias entram nas casas e levam muita coisa, mobílias, dinheiro e nós não temos aqui esquadra móvel", disse Rosa António ao Jornal Hora H.

Os designados fora da lei têm as madrugadas para perpetrarem as suas acções, munidos com armas de fogo, facas e catanas, invadem residências para subtraírem os bens das vítimas.

"Eles aparecem às zero (horas), entram a partir do tecto e começam a pedir dinheiro, levam televisores, telefones e se não tiver podem violar ou matar", disse Maria Canené.

O proprietário de uma das habitações que foi vítima de assalto e preferiu falar em anonimato, contou ao Jornal Hora H o terror por que passou.

"Eram 23 horas e eu estava assistir televisão, de repente notei que a lâmpada de fora foi partida, percebi logo que eram marginais e era um número de doze, bateram a porta várias vezes e chamando pelo meu nome, arrombaram a porta e entraram, colocaram-nos com armas, obrigaram-me a dar o dinheiro que era cem mil kwanzas; diziam que tinha que dar mais e eu dizia que já não tinha; pediram os telefones e levaram o plasma, dinheiro e vários outros pertences, incluindo a chave do carro que graças a Deus não sabiam onde estava a viatura.

Eles vinham a mando de alguém; nós estamos a clamar por ajuda, a Polícia tem de fazer ronda nos bairros".

Nas ruas do referido bairro, a partir das dezoito horas é um verdadeiro inferno; ninguém passa sem ser revistado e se tiver telefone ou outros pertences será roubado. Os habitantes afirmam ainda que vários moradores já trocaram de residência por conta desta situação

"Vários vizinhos já mudaram de casa; outros foram para o Panguila só mesmo por causa dos gatunos. Aqui não se anda tarde, dezoito horas tem que estar em casa senão vão te receber tudo que estiveres a levar", contou

Daniel Evaristo.

Num bairro maioritariamente habitado por cidadãos dependentes de pequenos negócios nos mercados, tem sido afectado pela criminalidade. De um tempo a esta parte, de acordo com os mesmos, o roubo de perucas às mulheres tomou-se um costume.

9.4 Maio aterrorizado com crimes violentos envolvendo menores

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: *Onélio Santiago*

Egnésio da Silva (Eurico), sílvio Rocha da Silva, Kamutakele Anderson, Kamutakele Anderson Jr., Delvano Manuel e João da Cunha. Seis pessoas de idades, profissões e até famílias diferentes, mas todas ligadas pelo mesmo problema: a violenta onda de homicídios que ensombra Luanda neste mês de Maio.

O mais recente crime, que continua, como todos os outros, ainda por esclarecer, envolve um angolano formado em Economia pela prestigiada Universidade de Oxford (Inglaterra), Kamutakele Anderson, de 51 anos, que foi encontrado morto junto do filho, de 13 anos, e do sobrinho, de 09. As três vítimas tinham sido dadas como desaparecidas no domingo, 23, e vieram a aparecer mortas, com visíveis sinais de espancamento, na terça-feira, 25, no porta-bagagens da viatura do próprio Kamutakele Anderson, "abandonada" na Centralidade do Kilamba, em Luanda.

É o último caso de uma sequência de crimes violentos que já não se conseguem contar pelos dedos de uma mão. Por exemplo, uma semana antes do triplo homicídio, vinha à tona o caso do jovem Egnésio da Silva (Eurico), que tinha desaparecido em Luanda, tendo o seu corpo aparecido na província do Bengo com claros sinais de ter sido torturado, antes de lhe terem partido os membros e queimado com recurso a pneus. Quase que atrelado ao caso de Eurico, houve outro de Sílvio da Silva, um agente do Serviço de Investigação Criminal (SIC), morto com um tiro na cabeça por elementos, até agora, ainda desconhecidos.

Pelo meio, houve ainda o caso de João da Cunha, uma criança de apenas dois anos que, após ter sido dada como desaparecida, apareceu morta dias depois numa lixeira do bairro Calemba II, envolto num saco de arroz, com sinais de ter sido asfíxiada, antes de lhe terem cortado as nádegas, que aparecem também com marcas de queimaduras.

Para o sociólogo Walter Lopes, embora seja necessário aguardar-se pelas conclusões da

investigação para se apurarem as causas, a recente onda de crimes evidencia que a sociedade angolana vive uma "anemia", motivada pela "perda de força que assola o sistema repressivo".

"Há entre os cidadãos a ideia de que se podem cometer crimes sem ter de arcar com a responsabilização", comenta Walter Lopes, que vê nessa tendência outro perigo: "Essa falta de mão pesada pode contribuir para o crescimento dos casos de justiça por mãos próprias", adverte o sociólogo, antes de recomendar que as autoridades procedam a uma "célere e rápida investigação", com vista a desincentivar este tipo de crimes.

Já o psicólogo Gabriel Ngola, que também realça a necessidade de se esperar pela conclusão das investigações para se apurarem as causas da onda de criminalidade violenta na capital do País, considera "muito importante a intervenção do Estado junto das famílias, pois, recorda, "é em casa onde tudo começa", seja para a violência ou para a paz. "O que não se repara em casa acaba sempre por ter efeitos na sociedade", reforça, antes de acrescentar que "uma sociedade é sempre o espelho do que são as famílias que nela habitam".

10. AMBIENTE

10.1 Quando Cubango quer contribuir para o fim da importação de derivados da madeira

Jornal O PAÍS

7 De maio de 2021

Texto: Milton Manaça

O produtor de madeira da província o Cuando Cubango, Avelino Samalata, entende que o país está em condições de passar a produzir internamente os derivados de madeira e deixar de depender da importação.

Trimestralmente, a empresa Maessa, sediada nesta província' de que o madeireiro é director geral, produz em média de 500 a 1000 metros cúbicos, quantidade que é absorvida principalmente pelo mercado externo.

Avelino Samalata, que opera na Comuna do Caiombo, no município de Menongue, disse que existe o desejo dos grandes exploradores nacionais abastecerem o mercado interno para feitura de mobílias, o que não tem acontecido por falta de indústrias transformadoras.

Considera o sector madeireiro em Angola promissor, mas realçou a necessidade de se apostar fortemente na industrialização para que o sector empregue maior número de cidadãos e cresça mais

O interlocutor está convicto que a madeira produzida pelas florestas do país, particularmente no Cuando Cubango, pode solucionar a escassez de mobílias que o mercado interno apresenta com boas políticas de investimento na indústria transformadora.

Actualmente, a madeira produzida pela Maessa é destinada à feitura de mobílias em pequenas carpintarias espalhadas por algumas províncias do país, segundo contou Samalata.

Primeiras licenças de exploração Entretanto, disse que o segmento da exportação não deve ser deixado de parte, numa altura que o país precisa de captar investimento externo e garantir divisas para o crescimento da sua economia.

A madeira do Cuando Cubango é muito apreciada no mercado externo, sendo exportada actualmente em países como a Índia, Vietnã e a Namíbia, segundo disse o responsável da empresa Maessa.

O produtor entende que é preciso não diabolizar os exploradores, sublinhando ser necessário punir os infractores e estimular quem trabalha dentro da lei para desenvolver o sector.

"As árvores são como as pessoas, têm tempo de vida útil. Se não são exploradas no momento certo não servem nem para a economia nem para a mata", diz Samalata.

O Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP) atribuir as primeiras licenças de exploração florestal às empresas que operam no sector da madeira. O acto inédito teve como objectivo proteger e promover o uso racional da flora e fauna nacional.

10.2 Indústria madeireira cria 8.500 posto de trabalho

Jornal Economia e Finanças

7 De Maio de 2021

O presidente da Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola, José Veríssimo, avançou que os pagamentos directos previstos ao Estado entre licenças, guias, fitossanitário para 2021 estão estimados em 734 milhões de kwanzas.

Já o Fundo Social e IRT está estimado em 800 milhões de kwanzas. O imposto de valor acrescentado atingirá 670 milhões, sendo que ao todo, o encaixe financeiro pode alcançar os dois milhões 204 mil kwanzas. (confirmar o valor com o título)

Os projectos previstos para serem executados pelos agentes madeireiros sob a égide do Ministério da Agricultura e Pescas chegam a criar 8.500 postos de trabalho directos e 7 mil indirectos.

Segundo a fonte, o país regista, actualmente, 135 empresas que desenvolvem actividade na área florestal, que vão explorar 79 mil metros cúbicos (rm), quota estabelecida para 2021-

Deste número, cerca de 45 fazem a primeira transformação de madeira serrada cuja produção pode chegar, na melhor das hipóteses a 125.300 m³ de madeira serrada, representando 30 por cento para o mercado local e 70 para exportação.

Aponta que cerca de 70 unidades industriais estão ligadas à transformação em carpintarias com boa capacidade, localizadas nos principais centros urbanos que absorvem a madeira não exportada.

As mesmas representam 37.590 mg, quantidade insuficiente se a actividade da construção civil estiver

aos níveis do ano de 2014, sem incluir a actividade informal, como pequenas carpintarias e marcenarias que empregam milhares de pessoas e são alimentadas com a madeira do garimpo.

A madeira fora do garimpo representa um volume de 40 mil m³, um descontrolo de cerca de 8,6 milhões de kwanzas.

Revelou que o negócio florestal ainda está longe das reais potencialidades para contribuir com os três por cento no Produto Interno Bruto.

Para alcançar este resultado, aponta "é necessário maior industrialização de madeira nativa, criação de fábricas de contra-placado, fábricas de folhas decorativas, de perfis soalhos, carpintaria, mobiliário e maciço e a proibir a exportação".

Para melhorar o negócio e garantir a estabilidade no sector é necessário, defender a implementação de políticas de plantação nos próximos cinco anos, de 100 mil hectares de florestas de rápido crescimento para fins industriais e para a recuperação das áreas degradadas e criar instrumentos financeiros.

Criação de banco

O madeireiro defende a criação do Banco de Fomento Florestal, onde o Fundo Soberano, bancos nacionais, petrolíferas, cimenteiras e indústrias extractivas, pudessem ser accionistas.

Para o presidente da Agremiação, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) à exemplo do BNDES, no Brasil deveria criar várias linhas de financiamento para o sector florestal.

"O BDA deveria seguir o mesmo exemplo, para a captura de financiamentos internacionais disponíveis, a fundo perdido e outros fundos", advoga.

Os agentes consideram que a Lei de Terras é pouco atractiva para grandes projectos. Por outro lado, destacam que há excesso de burocracia para financiamentos nacionais, incentivos ao nacional e a priorização para agentes externos.

Apesar destes constrangimentos, sublinhou que a tendência é de melhoria e estabilidade nas actividades florestais, com a redução do número de empresas, de mais de 300 empresas, em 2016 e 2017, para 127 empresas na campanha florestal de 2020, através de um processo criterioso de avaliação da idoneidade e capacidade técnica, administrativa e financeira.

Aponta para a existência de maior controlo das exportações da madeira e seus proveitos, desde 2018.

Neste particular, revelou que as exportações passaram a ser feitas a partir dos Entrepósitos de Produtos Florestais e contam com cerca de 60 empresas exportadoras.

A proibição da circulação inter-provincial da madeira em toro, também contribuiu para o crescimento do parque industrial, criando fábricas de semi-transformação da madeira, o que gerou empregos locais. AE

10.3 Madeira vai render 40 milhões de euro

Jornal Economia e Finanças

7 De Maio de 2021

Texto: António Eugénio

As exportações da madeira podem render, este ano, cerca de 40 milhões de euros, tendo como principais destinos China, Vietname, Portugal, França, Marrocos, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Turquia e Estados Unidos da América.

Segundo o director Nacional de Florestas, Domingos Nazaré, que abordou o tema "Análise da Situação Florestal em Angola no período 2010/2020", durante o Fórum Nacional realizado, recentemente, em Luanda, nos últimos três anos, registou-se a exportação de aproximadamente 108 mil metros cúbicos (m³) resultaram em receitas na ordem dos 61,5 milhões de dólares, tendo realçado que o valor não conta o ano de 2021, que ainda está em processo de exportação.

Plano Estratégico

Na ocasião, o responsável assegurou que estão em curso políticas que visam melhorar o ambiente de negócio e fortalecer, com realce a implementação do Plano Estratégico de Intervenção nos Perímetros Florestais, orientados para a renovação e extensão das áreas das actuais plantações florestais.

Consta ainda das medidas para dinamizar o sector, a criação do Fundo de Fomento Florestal, previsto na Lei nº 6/17, de 24 de Janeiro, como instrumento de apoio ao desenvolvimento de projectos de estabelecimento melhora de plantações florestais, fomento da produção apícola e fiscalização florestal.

O Governo prevê, igualmente, a organização dos produtores de carvão vegetal em associações e cooperativas e formalizar a sua actividade, de modo a permitir a introdução de medidas de gestão e controlo desta actividade, bem como o desenvolvimento de projectos de reflorestamento

com espécies de crescimento rápido vocacionadas para esta finalidade.

Além da implementação dos mecanismos de certificação florestal e apícola de modo a tornar competitivos e valorizados a madeira e o mel de produção nacional e facilitar a sua inserção no mercado internacional são metas atingir.

10.4 Vítimas da estiagem beneficiam de apoios

Jornal de Angola

8 De Maio de 2021

Texto: Adelaide Mualimusi

A população vítima da estiagem, na província do Cunene, beneficiou ontem, em Ondjiva, um donativo de bens diversos para minorar a carência, numa iniciativa do Executivo angolano.

O donativo é composto por sal, feijão, fuba de milho, peixe congelado, sabão, cobertores, roupa usada, bacia, canecas, pratos, panelas entre outros. O vice-governador para o sector Político e Social, Apolo Ndinaulenga, disse que trata-se de mais um lote de produtos diversos para província, de modo a beneficiar as comunidades afectadas pela seca, com realce para os do município do Curoca, Cahama e localidade de Ombadja.

Apolo Ndinaulenga afirmou que com a chegada das quantidades de produtos ao Cunene, através do Executivo, às populações afectadas pela seca e praga de gafanhotos vêem o problema da fome minimizado.

De acordo com o vice-governador, as autoridades do Cunene criaram uma comissão provincial multissetorial para o acompanhamento e distribuição dos alimentos as comunidades, desde o município, comuna e aldeias. Acrescentou que os produtos saem do armazém central directamente para os beneficiários.

10.5 Chuvas desalojam e deixam vias cortadas

Jornal de Angola

9 De Maio de 2021

Texto: Isidoro Natalício

As fortes chuvas que atingiram a cidade do Dondo, município de Cambambe, na noite de sexta-feira, deixaram mais de 650 residências inundadas e

impediram a ligação rodoviária entre a província do Cuanza-Norte e a região centro-sul do país.

A tragédia aconteceu no bairro Cassesse, habitado por cerca de 12 mil pessoas. Na sequência da chuva, a água que saiu do rio Capacala invadiu residências, lojas e instituições públicas.

O vice-governador do Cuanza-Norte para o Sector Técnico, Mendonça Luís, confirmou que 3 mil famílias foram afectadas pela intempérie.

O sinistrado Domingos Miúdo conta que, por volta das 22 horas de sexta-feira, a chuva era branda. Mas bastaram alguns minutos para que a água aumentasse de volume e inundasse a sua casa.

"Não havia outra coisa a fazer; foi pegar nas cinco crianças e correr até à estrada, que é o sítio mais alto", disse.

Até às 13 horas de ontem, Domingos Miúdo continuava sem comer. A água da chuva arrastou toda a logística familiar. Também sem alimentos está Antonica Fernando, que vive com três netos no bairro Cassesse há 24 anos.

"Estou a pensar no que perdi, não tenho outra casa, o que será da minha vida sem nada?", questionou-se, visivelmente abalada.

A água também arrastou electrodomésticos, roupas, animais e mercadorias. O comércio também não escapou aos prejuízos. Cerca de 800 sacos de cimento azul, seis arcas, 50 baterias, 40 pneus, cal e demais produtos foram arrastados e geraram prejuízos no valor de 10 milhões de Kwanzas, segundo o responsável da loja Ange-Tala, Mohamed Muctar.

No geral, calculam-se que tenham sido atingidas mais de 20 unidades entre cantinas, restaurantes e mini-mercados. As ruas estão lamacentas e foi cortado o fornecimento de energia eléctrica na zona.

Fora do Cassesse, o transbordo do rio Capacala deixou submersa a escola do segundo e terceiro níveis do centro da cidade, inundou o Comando de Bombeiros, residências, quintais e instituições localizadas à beira do Caminho-de-Ferro de Luanda, como o centro de emprego e uma agência bancária, entre outros prejuízos.

Circulação limitada

As enxurradas provocaram também a destruição da ponte anexa ao quartel dos bombeiros, no centro do Dondo.

O desabamento cortou a ligação rodoviária entre a parte baixa e alta da cidade e condicionou a circulação entre Luanda e a região centro-sul do país. A Administração Municipal de Cambambe procurou, durante o dia de ontem, encontrar alternativas para facilitar a circulação rodoviária.

A queda da ponte sobre o rio Capacala afectou também infra-estruturas técnicas, como cabos de redes de telecomunicações. Os moradores do bairro Cassesse referem que um dique, construído na zona para travar a subida das águas do rio, terá sido parcialmente destruído.

Morador do Cassesse e ex-administrador municipal de Cambambe, Francisco Diogo sublinhou que a ruptura pode ter sido provocada pela falta de manutenção. "No princípio da década de 1970, a limpeza do rio era feita de cinco em cinco anos", recordou.

O antigo responsável disse que as últimas obras de manutenção aconteceram em 2010. Em 2012, estavam projectadas novas intervenções, que nunca foram concretizadas.

10.6 Vítimas da seca dos Gambos vão ser realojadas em Okalwa

Jornal de Angola

13 De Maio de 2021

Texto: Adelaide Mualimusi

O Governo Provincial do Cunene vai proceder, dentro dos próximos 15 dias, -o realojamento, na localidade de Okalwa, das mais de 65 famílias deslocadas dos Gambos (província da Huíla), que se encontram na povoação da Santa-clara, município de Namacunde, em consequência da longa estiagem que assola o Sul do país.

A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, que falava durante uma visita à localidade para constatar as condições dos deslocados da vizinha província da Huíla, disse que, em Okalwa, cerca de dez quilómetros a leste de Namacunde, os cidadãos vão ser realojados em 50 casas evolutivas erguidas em 2014 e, até agora, não habitadas.

Para isso, a responsável provincial orientou a Administração Municipal de Namacunde para, dentro de duas semanas, concluir a cobertura das 50 casas e iniciar a distribuição às famílias deslocadas dos Gambos.

Gerdina Didalelwa mostrou-se preocupada com a comunidade de deslocados, com destaque para

crianças que passam noites ao relento, numa altura em que se aproxima o período de cacimbo e um aumento de casos de Covid-19, em Santa-clara.

A governadora provincial procedeu, igualmente, a entrega de bens de primeira necessidade às vítimas da seca, consubstanciadas em fuba de milho, arroz, massa alimentar, óleo, sardinha em lata, feijão, sabão, bacias, baldes, canecas e pratos de plásticos.

Gerdina Didalelwa disse que ao nível do Cunene existem 558 mil pessoas afectadas pela estiagem, mas acredita que o número pode aumentar, nos próximos tempos, devido à invasão a 908 lavras pela praga de gafanhotos.

10.7 Exploração de terras raras em menos de dois anos

Jornal de Angola

16 De Maio de 2021

Texto: Marcelino Wambo

A exploração das terras raras em Longonjo, Huambo, começa dentro de menos de dois anos, depois de concluir a fase de prospecção, anunciou, sexta-feira, a coordenadora em exercício do projecto Ozango Minerais, Geraldine Tchimbali.

A geóloga, que falava à imprensa sobre as acções até ao momento desenvolvidas no projecto, explicou que, quando terminar a fase de prospecção, aguardar-se-á pela instalação dos equipamentos na medida em que forem adquiridos para, a seguir, entrar-se na exploração de neodímio e praseodímio, para o que há estimativas de um processamento médio de dois milhões de toneladas por ano.

As duas espécies de terras raras, notou, são metais usados para fabricar ímanes permanentes, ultra fortes e leves, para o uso final em veículos eléctricos, turbinas eólicas e electrónicos modernos como os telemóveis, podendo ser obtidos ao longo de oito a nove anos na primeira fase do Ozango Minerais, onde a exploração ocorre sobre uma superfície de mais de dois quilómetros quadrados. Geraldine Tchimbali considerou "satisfatório" o grau de execução do projecto, mesmo no contexto da pandemia da Covid-19, que condicionou a montagem dos equipamentos e o início da primeira fase de exploração.

Perfuração bem-sucedida

No período de prospecção, desde 2017, foram feitos 369 furos, com mais de 21 mil metros de perfuração, um trabalho que, disse a engenheira geóloga, permitiu

a extracção de 150 toneladas de amostras de terras raras enviadas, no entanto, para um dos laboratórios da Austrália para as análises necessárias.

O projecto de exploração de Ozango Minerais, localizado na montanha de Tchimbilundo, arredores da vila de Longonjo, prevê absorver cerca de 400 trabalhadores, sendo que 50 por cento da mão-de-obra a ser contratada será local. Uma delegação do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (Mirempet) visitou, na quinta e sexta-feira, os projectos da Ozango Minerais, em Longonjo, e Deimang, de exploração de ouro no município do Chipindo, Huíla, para uma avaliação do grau de execução.

O director do gabinete de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional do Mirempet, Luciano Canhanga, disse, no final da visita, que a delegação ficou com "boa impressão" dos trabalhos que estão a ser realizados, apesar de as restrições causadas pela Covid-19 estarem a inviabilizar algumas situações.

Os dois projectos são, desde a ascensão do país à Independência, os primeiros de produção aurífera e de terras raras, sublinhou a geóloga, sendo necessário trabalhar na sensibilização da população a não pelo garimpo (no caso do ouro), por constituir um perigo e ser punível na lei vigente.

10.8 Angola perde anualmente mais de 17 mil 'milhões de kwanzas

Novo Jornal
28 De Maio de 2021

O ministro do Interior, Eugénio César Laborinho, informou que Angola tem uma perda avaliada em mais de 17,2 mil milhões de kwanzas anualmente com os desastres naturais que ocorrem no País.

Os dados foram prestados na quarta-feira, 26, durante a sua intervenção, via zoom, na reunião dos ministros responsáveis pela gestão de riscos de calamidades da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), decorrida em Moçambique .

. De acordo com o governante, no período de 2006 a 2019, os desastres de origem hidrometeorológica causaram a perda de vida a 2.831 pessoas e afectaram outras mais de dois milhões, das quais 2.627 ficaram feridas e pelo menos 5.077 residências destruídas.

Eugénio Laborinho referiu que Angola é um dos países da África Subsariana que mais sofrem com o impacto das condições climáticas e eventos climáticos extremos, em que mais de 70% dos desastres estão

relacionados com a água, o seu excesso ou a falta dela.

"Mais de 70% dos desastres estão relacionados com a água, o seu excesso ou a falta dela. As inundações e a seca são os eventos de origem "naturais" de maior relevo no país, sendo que afectam anualmente, em média, mais de 25 mil pessoas, ou seja, 0,10% da população total, e a seca a mais de um milhões de pessoas, correspondendo a 6,1% da população total das províncias mais a Sul do País".

Neste ano, em todo o País, mais de 30 pessoas perderam a vida em consequência das chuvas. Só em Luanda, mais de 13 mil casas ficaram inundadas.

10.9 Empresários reunidos sobre a situação da madeira

Jornal Economia e Finanças
28 De Maio de 2021
Texto: Lino Vieira

O Governo da Província do Moxico "realizou um encontro com os empresários do ramo da madeira com objectivo de refletir sobre o estado de exploração deste produto na região. Sob lema "Exploração sustentável da madeira para o desenvolvimento da província", o evento decorreu no anfiteatro da Escola Superior Politécnica em Luena.

O mesmoo permitiu ainda discutir sobre o impacto das queimadas sobre o meio ambiente, diagnóstico sintético sobre a exploração da madeira e a legislação em vigor sobre a madeira.

O director do Gabinete provincial da Agricultura Maia Sangesse que apresentou o tema sobre "diagnóstico sintético sobre a exploração da madeira" disse que o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) a nível da província controla um total de 40 empresas madeireiras, destas, cinco não têm domicílio fiscal na província, não permitindo que o exercício da actividade desenvolvida por estas contribua para as receitas locais.

O engenheiro Maia Sangesse sublinhou ainda que estão em funcionamento 15 serrações e 40 carpintarias em todo a extensão da província do Moxico.

Para Engenheiro, o desenvolvimento do Moxico conta com a exploração de vários recursos, dentre eles, os recursos florestais que se destacam a nível do país, onde a província ocupa a 2º maior reserva de madeira. No entanto, a sua exploração deve obedecer os critérios de sustentabilidade, que geram empregos

para a juventude e criar riqueza para o bem-estar da população".

"O processo de preparação da campanha florestal 2021 remeteu para o IDF, para efeito de obtenção de licenças de exploração de madeira, 37 empresas, das quais 13 apresentaram os requisitos exigidos de acordo os pressupostos da Lei nº 6/17 de 24 de Janeiro, bem como do Decreto Presidencial n 171/18, de 23 de Julho, conjugado com o regulamento florestal no-seu artigo nº 31, tendo com "espécies a explorar, mucosso, mutete, mulombe, Kakulakula, nos municípios do Moxico, Alto Zambaze, Bundas, Luau e Luchazes" disse o director."

"É de realçar que a quota atribuída à província do Moxico é de 19 mil metros cúbicos (m³), e o volume total solicitado pelas empresas é de 25 mil m³".

Quanto ao ponto de situação da exploração da madeira, tem-se vivido momentos difíceis nos últimos anos, tendo em conta os vários factores de estrangulamento que têm a ver com o incumprimento das obrigações de certas empresas "por um lado, conforme reza o artigo nº 31, alíneas h, k, i, do Regulamento Florestal, e por outro, o envio tardio das licenças por parte do Ministério da Agricultura.

Entretanto, a predominância do critério em explorar uma espécie em função do mercado externo por parte das empresas, incentiva a exploração ilegal da madeira e asfixia a pequena indústria (carpintaria, mercenária e outros) que vêm se debatendo com a carência de madeira para a produção local de mobiliário, concertação de equipamentos escolares, entre outros, "Disse o prelector",

De acordo com engenheiro, adiciona-se a este constrangimento, a falta da capacidade técnica-financeira, material e humana para avaliação e exploração das potencialidades existentes das espécies solicitadas numa determinada área, o que tem originado cortes ilegais e a existência de volumes superiores de madeira por se transportar.

Afirmou que o movimento da madeira transportada no ano de 2018 no exercício da campanha florestal 2017 o somatório da madeira em instância e a autorizada a transportar, resultou em cerca de 9.158,893 m³ destes, foram transportados em 2018 para os entrepostos do Bengo e Luanda, aproximadamente 3.927,25 m³.

10.10 Executivo quer repovoar 100 mil hectares das florestas

Jornal Economia e Finanças

28 De Maio de 2021

Texto: António Eugénio

O Executivo prevê, nos próximos cinco anos, implementar um programa de repovoamento florestal para cobrir 100 mil hectares, com vista a recuperar as áreas degradadas e criar incentivos financeiros.

Segundo o director Nacional de Florestas, Domingos Nazaré, o repovoamento vai contribuir também para a industrialização do sector madeireiro, com resultados satisfatórios nas fábricas de contraplacados, folhas decorativas e carpintarias.

Apesar de Angola possuir um potencial de 70 milhões de hectares de florestas nativa, representando 55,6 por cento do território, números que ainda estão "longe" de espelhar o programa e os anseios do programa traçado pelo Ministério da Agricultura e Pescas, por causa de práticas ilegais na exploração da madeira e a devastação.

O potencial florestal, disse, pode produzir durante o ano, cerca de 600 mil metros cúbicos de madeira em toro se for observada uma exploração eficaz da floresta disponível.

Para "disciplinar" o negócio, o Ministério da Agricultura e Pescas atribuiu, em Abril, 16 licenças de exploração a operadores, onde consta as espécies de árvores a explorar, quantidade correspondente para cada agente, durante um período de seis meses.

O cumprimento rigoroso da Lei de Base de Florestas e Fauna Selvagem, que regula o exercício da actividade em Angola, anualmente, indica a racionalidade dos recursos.

O Ministério vai reformular e actualizar a Estratégia Nacional de Povoamento e Repovoamento Florestal para ampliar as plantações florestais de carácter de protecção, investigação, energético, comercial e industrial.

A criação de condições para a institucionalizar o Fundo de Fomento Florestal, com vista ao apoio ao desenvolvimento de projectos de estabelecimento de plantações florestais, faz parte das novas medidas para fortalecer a produção madeireira.

10.11 Milhares passam fronteira da Namíbia para fugir à fome

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Texto: RB

Eliaser Nghipangelwa, antigo autarca de Helao Nadi, uma cidade namibiana localizada próximo da fronteira com Angola, já veio a público admitir que não há registo de tantos angolanos atravessarem a fronteira em tão pouco tempo para escaparem à fome.

"Nunca se viu nada assim, com tantos angolanos a atravessar a fronteira. Isto é um problema muito sério e um indicador claro de que algo de muito grave se passa do outro lado da-fronteira", disse Eliaser Nghipangelwa, citado pelo site Informante.web.

Também a NBC, a emissora nacional de TV e rádio namibiana, está a divulgar esta situação com destaque, apontando que muitos angolanos, especialmente jovens, homens e mulheres, estão a deixar Angola para procurar ajuda humanitária na Namíbia. .

Esta situação está a ser gerada pela seca extensa que afecta o Sul de Angola e é isso mesmo que alguns dos angolanos que atravessaram a fronteira nos últimos dias e se posicionaram na área de Oshikango dão como justificação para ter deixado o seu país, acrescentando a falta de emprego e a fome.

Um grupo de jovens angolanos contactados pela agência de notícias namibiana Nampa descreveu a situação como dramática nas suas terras, mas descreveram igualmente sérias dificuldades agora que estão na Namíbia porque dormem ao relento e são poucas as ajudas que conseguem por parte dos locais.

"Vamos continuar aqui para encontrar trabalho, porque, se continuássemos em Angola, o destino seria morrer à fome", disse um dos jovens citado pela NBC.

A situação é de tal forma complexa que alguns responsáveis das administrações locais nas cidades mais próximas da fronteira, ainda segundo a NBC, estão a defender medidas drásticas como lidar com estas pessoas como se se tratassem de refugiados de guerra, "porque é a única forma de os ajudar".

O ministro namibiano dos Assuntos Internos, Imigração e Segurança, Frans Kapo, já admitiu estar a par da situação e avançou que estão em curso contactos com as autoridades angolanas, para que seja possível emitir uma declaração conjunta sobre este problema.

"Nós não seremos indiferentes ao choro dos nossos irmãos e irmãs. O Governo vai providenciar ajuda para estas pessoas se revelar necessário", disse o governante namibiano.

Sendo generalizada a vontade de encontrar trabalho na Namíbia, especialmente na área do projecto de irrigação de Etunda, Omusati, Eliaser Nghipangelwa defendeu que o Governo namibiano deveria, face à situação dramática destas pessoas, emitir vistos temporários de trabalho para que possam trabalhar no país enquanto não se encontra uma resposta adequada.

Isto, porque estes milhares de pessoas não possuem condições para obter uma permissão para trabalhar e muitos temem mesmo, porque estão assustados, a entrar numa repartição pública porque temem ser deportados.

Entretanto, nas áreas administrativas namibianas próximas da fronteira, segundo avançam os media locais, estão a decorrer censos improvisados e limitados para obter uma ideia aproximada de quantos angolanos atravessaram a fronteira nos últimos tempos, acrescentando a falta de emprego e a fome.

10.12 Problemática da seca levou João Lourenço ao Sul do País

Novo Jornal

28 De Maio de 2021

Para analisar o problema e definir um plano de resposta, o Presidente da República, João Lourenço, esteve, em 2019, nas regiões afectadas no Sul de Angola, e uma missão governamental liderada pelo então ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, esteve também no local, logo no início do ano.

A abertura de pontos de água, poços artificiais, a reparação de equipamentos de extracção de água e a criação de postos médicos nas áreas afectadas mais deslocadas são algumas das medidas criadas nos últimos anos para combater a falta de chuvas e as suas consequências.

A atenção do Presidente da República para o problema levou à aprovação, por despacho, de um pacote financeiro de 200 milhões de dólares para resolver problemas estruturantes que combatam os "efeitos destrutivos" da seca, incluindo a construção de duas barragens no Cunene.

No entanto, as medidas tomadas revelaram-se escassas, como o demonstra a actual situação.

O fenómeno meteorológico que ajudou a que a África Austral, nos últimos anos, sofresse uma das mais severas secas do último século, com o Sul de Angola claramente no mapa das zonas afectadas, já estava anunciado desde meados de 2018 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

A OMM, agência da ONU para as questões meteorológicas, criada em 1950 e que reúne alguns dos mais respeitados meteorologistas dos 191 países que a compõem, analisou os dados actuais do clima planetário e concluiu existir uma probabilidade de 70%, para que as consequências do El Niño se voltem a fazer sentir a partir de finais de 2018 e nos anos seguintes.

10.13 Seis empresas autorizadas a explorassem madeira

Jornal Economia e Finanças

28 De Maio de 2021

Texto: Joaquim Suam

Das dezasseis de empresas registadas no Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), em Cabinda, apenas seis estão com licenças autorizadas para a exploração da madeira, no presente ano florestal, que teve início a 1 de Maio e com termo a 31 de Outubro, o que pode comprometer a quota definida de produção, estimada em 80 mil metros cúbicos.

O presidente da associação das empresas madeireiras de Cabinda, António Sinadinse, disse, em entrevista ao JE, que as operadoras com licenças de exploração, como Abílio Amorim, Hall, António Pereira Neves, Cideman, M BA e Telmila vão ter dificuldades em atingir a cifra preconizada em termos de abate da madeira, por serem um número reduzido nesta presente campanha florestal.

Segundo António Sinadinse, para que as empresas da província de Cabinda consigam atingir a capacidade instalada de produção e superarem o défice de produção registado, no ano passado, que se situou abaixo dos 50 por cento, dos 100 possíveis, é necessário que o Ministério da Agricultura e Pescas acelere o processo de atribuição de licenças das outras dez empresas que aguardam a sua documentação para iniciarem com actividade de exploração.

"Na campanha do ano passado, as empresas locais não conseguiram atingir 50 por cento de exploração de madeira, ou seja, não passaram acima dos 30 mil

metros cúbicos, por terem recebido tarde as suas licenças. Para esta época, esperamos que as empresas que foram inspecionadas para actividade florestal, como a Amojol, Cimac, RIS, MPN, ESEM, AFOT, Maba ia-Mangola, STB, FTB e AFA recebam o mais rápido possível a sua documentação para começarem de forma activa à exploração da madeira", disse.

De acordo com António Sinadinse, o objectivo da associação dos madeireiros de Cabinda é de ver as empresas com as suas licenças para que actividade de exploração de madeira seja um sucesso na região. Salientou que a exploração da madeira em Cabinda é feita de forma selectiva e que as empresas são recomendadas a obedecerem as normas de abate, o que tem contribuído na protecção das árvores de menor tamanho. Referiu que as empresas madeireiras que são apanhadas pelos fiscais a fazerem o abate de árvores não autorizadas pagam multas pesadas para as desencorajar neste tipo de práticas.

Unidades de transformação

Apesar de existir unidades transformadoras da madeira em funcionamento e outras em fase de projecção, principalmente, nos municípios de Belize e BucoZau, onde ocorrem maior fluxo de exploração e existem, em Cabinda, duas serrações de referência. Tratam-se das serrações Abílio Amorim e António Pereira Neves que produzem madeira serrada de elevada qualidade da madeira serrada em benefício dos consumidores.

A "Serração Antonio Pereira Neves" possui a capacidade de serragem de 20 metros cúbicos (m³) por dia em madeira. Esta destaca-se na transformação da madeira em tábuas, barrotes, ripas e pranchas, matéria-prima que contribui em 99 por cento em projectos de construções particularmente em Cabinda.

O seu director Geral, João Neves, disse que a sua empresa faz parte de um conjunto de serrações que participam no crescimento da qualidade da madeira explorada na região.

Para o empresário Herculano Amorim, da empresa Abílio Amorim, constituída em 1968, no presente ano florestal, o objectivo é de superar a capacidade instalada de exploração e transformação que se situa em 80 metros cúbicos/dia, em madeira em toro.

A empresa Abílio Amorim explora madeira, nos municípios de Belize e Buco-zau, numa área global de 10 mil hectares.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China comprou um terço do gás

Jornal de Angola
16 Maio de 2021

Angola exportou 1,09 milhão de toneladas métricas de gás no primeiro trimestre deste ano, em que 31,54 por cento teve como destino a China, noticiou, ontem a Angop, citando o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (Mirempet).

A Índia comprou 30,75 por cento da quantidade importada, assim como a República Democrática do Congo (único país africano), com níveis de importação inferiores nas estatísticas divulgadas pelo Mirempet.

Do gás exportado, 80,94 por cento corresponde ao gás natural liquefeito (LNG), 12,58 por cento ao gás propano e 3,12 por cento aos condensados.

Para a exportação desses produtos, de acordo com dados apresentados pelo director do gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Mirempet, Alexandre Garreto, foram praticados preços ponderados de 431,33 dólares por tonelada métrica para o LNG, 400,86 dólares pela mesma quantidade de gás butano, 402,77 dólares pelo propano e 537,47 dólares para os condensados.

Dados publicados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), dão conta que, em Março deste ano, a produção de gás associado foi de 84 573 milhões de pés cúbicos, correspondente a uma média de 2 728 milhões de pés cúbicos por dia (MMSCFD).

Desse volume, 1 334 MMSCFD é relativo a injectados, 725 foram disponibilizados para a Angola LNG, 263 para geração de energia nas instalações petrolíferas e o remanescente foi usado nas operações e escoamento do petróleo.